



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Doutorado Acadêmico em Geografia

FLAVIANE FERNANDES BERNARDES SILVA



**PRODUÇÃO DAS CIDADES E FRAGMENTAÇÃO
SOCIOESPACIAL EM TEMPOS DE COVID-19:
análise do Setor Leste da cidade de Uberlândia-MG**

**Uberlândia (MG)
Julho/ 2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FLAVIANE FERNANDES BERNARDES SILVA

PRODUÇÃO DAS CIDADES E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM TEMPOS DE COVID-19: análise do Setor Leste da cidade de Uberlândia-MG

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial obrigatório para o título de doutor em Geografia

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território

Linha de Pesquisa: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares

Uberlândia (MG)
Julho/2021

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 2021	<p>Silva, Flaviane Fernandes Bernardes, 1990- PRODUÇÃO DAS CIDADES E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM TEMPOS DE COVID-19: [recurso eletrônico] : análise do Setor Leste da cidade de Uberlândia-MG / Flaviane Fernandes Bernardes Silva. - 2021.</p> <p>Orientadora: Beatriz Ribeiro Soares. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Geografia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.442 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Geografia. I. Soares, Beatriz Ribeiro ,1952-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós- graduação em Geografia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 910.1</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br


ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, Número 215, PPGGEO				
Data:	22 de julho de 2021	Hora de início:	14h:00m	Hora de encerramento:	18h:00m
Matrícula do Discente:	11713GEO003				
Nome do Discente:	FLAVIANE FERNANDES BERNARDES SILVA				
Título do Trabalho:	PRODUÇÃO DAS CIDADES, FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM TEMPOS DA COVID-19: análise do setor leste da cidade de Uberlândia - MG				
Área de concentração:	GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO				
Linha de pesquisa:	ANÁLISE, PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS ESPAÇOS URBANO E RURAL/ENSINO DE GEOGRAFIA				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Anfiteatro [On line], Campus [Google Meet], da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em GEOGRAFIA, assim composta: Professores Doutores: [Iara Soares de França - UNIMONTES - MG](#); [Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira - IESA-UFG-GO](#); [Vitor Ribeiro Filho - IG/UFU](#); [William Rodrigues Ferreira - IG/UFU](#) e [Beatriz Ribeiro Soares - IG/UFU](#) orientador(a) do(a) candidato(a). Em função da Pandemia COVID-19, todos os membros participaram de forma on line.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). [Beatriz Ribeiro Soares - IG - UFU](#), apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[Aprovado\(a\).](#)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Doutora](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Ribeiro Soares, Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/07/2021, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira, Usuário Externo**, em 22/07/2021, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Ribeiro Filho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/07/2021, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Rodrigues Ferreira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/07/2021, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Iara Soares de França, Usuário Externo**, em 22/07/2021, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2892969** e o código CRC **D762A462**.

AGRADECIMENTOS

À Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), por conceder a liberação de um dia de trabalho para o desenvolvimento da pesquisa desta tese de doutorado.

À Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares, pela humanidade, pela generosidade, pela solidariedade em momentos tão sombrios neste período pandêmico. E ainda por sua orientação, por me conduzir neste desafio do tema da pesquisa, pela confiança, pelo empenho e pela amizade, imprescindíveis para a conclusão desta tese.

Aos professores Vitor Ribeiro Filho e William Rodrigues Ferreira, pela participação na banca de defesa, com suas significativas contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa.

Às professoras Celene Cunha Monteiro Barreira e Iara Soares de França, pela disponibilidade e pela gentileza. Dedico-lhes todo o meu respeito por aceitarem participar da minha banca de defesa.

À minha família: meus pais, Edize Olívia e Expedito, que desde minha infância me incentivaram a estudar; aos meus irmãos, Francisco e Franciele, que sempre estiveram ao meu lado em momentos importantes; e ao meu esposo, Igor, pela paciência, pelo incentivo, pelo apoio e pelo companheirismo.

Ao meu esposo, Igor Antônio Silva, pela paciência, pelo incentivo, pelo apoio e companheirismo. E também pela elaboração e confecção dos mapas para a pesquisa.

Aos meus amigos do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (Lapur), em especial aos queridos Ricardo Marcílio e Ana Laura Lomolino, pelas significativas contribuições e pelo auxílio para a construção deste trabalho.

Às minhas amigas Ola Alajaty e Suéllen Flauzina, pela amizade e por não terem soltado minhas mãos em momentos de angústia e desespero.

O presente trabalho tem como objetivo compreender as alterações da configuração espacial do setor Leste de Uberlândia-MG, considerando a implantação de empreendimentos privados, loteamentos irregulares e assentamentos, acirrando os processos de fragmentações socioespaciais no contexto da urbanização da cidade entre os anos 1990 e 2020 e o aumento das desigualdades sociais em tempos da pandemia da COVID-19. As fragmentações dos espaços urbanos são processos extremamente importantes no contexto das dinâmicas urbanas contemporâneas das cidades brasileiras. As desigualdades socioespaciais nas cidades tornaram mais evidentes com o avanço da pandemia, os habitantes das áreas periféricas são mais vulneráveis sentem os efeitos catastróficos do Coronavírus. O espaço urbano da contemporaneidade reforça os projetos sistêmicos do modelo reprodutor ampliado da riqueza, em que, poder, capital e posse norteiam ações estratégicas de políticas públicas, planejamento e ações no espaço urbano. Assim, as cidades são a materialização da forma social, se expressa a partir dos sistemas de ideias e pensamentos, reverberando suas complexas significações. A cidade de Uberlândia está localizada em uma posição geográfica estratégica, ou seja, entre os eixos de ligação das macrorregiões Sudeste/Sul ao Centro-Oeste brasileiro. O Setor Leste destaca-se por sua extensão territorial e populacional, bem como, a sua importância na dinâmica recente e diversidade de reprodução do capital e social do espaço urbano na cidade. Para a aplicação do conceito de fragmentação socioespacial foram definidos dois recortes do espaço urbano no setor leste, uma área de concentração de condomínios horizontais fechados e uma área intitulada de “Residencial Integração”, com a presença de loteamentos irregulares e áreas de assentamentos irregulares. Diante da ocorrência da pandemia do vírus Sars-CoV-2, denominando a enfermidade COVID-19, identificamos a evolução da pandemia, suas vulnerabilidades e a relação com áreas urbanas de Uberlândia, bem como, o setor leste da cidade, acirrando as desigualdades sociais e o processo de fragmentação no espaço urbano. O avanço da COVID-19 no Brasil apresenta traços de uma pandemia de classe, de gênero e de raça, em que os aspectos sociais e econômicos estão determinantes e localizados nas franjas urbanas, com padrões de casos confirmados e registros de óbitos. Os caminhos metodológicos são destacados pelas etapas de pesquisa bibliográfica, levantamento e tabulação de dados, pesquisa documental, pesquisa de campo, aplicação de questionários eletrônicos, registros fotográficos e produção de mapas. Os resultados da tese foram estruturados em quatro capítulos, cuja pesquisa evidencia as análises e os processos de fragmentação socioespacial, bem como, as desigualdades e vulnerabilidade social em tempos pandêmicos, vale destacar que a fragmentação socioespacial antecede a crise sanitária da pandemia, afetando sua distribuição e intensifica a espacialização da COVID-19 para as áreas de maior vulnerabilidade social nos espaços urbanos.

Palavras-Chave: Espaço Urbano; Fragmentação Socioespacial; Pandemia; COVID-19; Uberlândia; Setor Leste;

ABSTRACT

This paper aims to understand the changes in the spatial configuration of the east sector of Uberlândia-MG, considering the implementation of private enterprises, irregular subdivisions and settlements, intensifying the processes of socio-spatial fragmentation in the context of urbanization in the city between the 1990s and 2020s and the increase in social inequalities during the COVID-19 pandemic. The fragmentation of urban spaces are extremely important processes in the context of contemporary urban dynamics in Brazilian cities. The socio-spatial inequalities in cities became more evident with the advance of the pandemic, the inhabitants of the peripheral areas are more vulnerable and feel the catastrophic effects of the Coronavirus. Contemporary urban space reinforces the systemic projects of the expanded reproductive model of wealth, in which power, capital and possession guide strategic actions of public policies, planning and actions in the urban space. Thus, cities are the materialization of social form, expressed through systems of ideas and thoughts, reverberating their complex meanings. The city of Uberlândia is located in a strategic geographic position, that is, between the connecting axes of the Southeast/South macro-regions to the Brazilian Midwest. The Eastern Sector stands out for its territorial and population extension, as well as its importance in the recent dynamics and diversity of capital and social reproduction of urban space in the city. For the application of the concept of socio-spatial fragmentation, two sections of the urban space in the eastern sector were defined, an area of concentration of closed horizontal condominiums and an area entitled "Residential Integration", with the presence of irregular subdivisions and areas of irregular settlements. In view of the occurrence of the Sars-CoV-2 virus pandemic, naming the disease COVID-19, we identified the evolution of the pandemic, its vulnerabilities and the relationship with urban areas of Uberlândia, as well as the eastern sector of the city, intensifying social inequalities and the process of fragmentation in the urban space. The advance of COVID-19 in Brazil shows traces of a pandemic of class, gender and race, in which social and economic aspects are decisive and located on the urban fringes, with patterns of confirmed cases and death records. The methodological paths are highlighted by the steps of bibliographic research, survey and data tabulation, documental research, field research, application of electronic questionnaires, photographic records and production of maps. The thesis results were structured in four chapters, whose research highlights the analyzes and processes of socio-spatial fragmentation, as well as the inequalities and social vulnerability in pandemic times, it is worth noting that the socio-spatial fragmentation precedes the sanitary crisis of the pandemic, affecting its distribution and intensifies the spatialization of COVID-19 to areas of greater social vulnerability in urban spaces.

Keywords: Urban Space; Sociospatial Fragmentation; Pandemic; COVID-19; Uberlândia; Eastern Sector;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema da Estrutura Metodológica da Tese.....	22
Figura 2. Estruturação da Tese.....	26
Figura 3: Representação Gráfica de Fragmentação e Segregação.....	36
Figura 4: São Paulo – SP: Representação de Segregação Socioespacial, a favela Paraisópolis e o bairro Morumbi. 2020.....	43
Figura 5: Representação Gráfica de Autossegregação.....	45
Figura 6. Feira de Santana – BA: Concentração de loteamentos e condomínios fechados. 2012.....	85
Figura 7: Ribeirão Preto – SP: Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial. 2015.....	89
Figura 8. Londrina – PR: Principais elementos urbanos de Londrina. 2013.....	95
Figura 9: Uberlândia-MG: SIT-Uberlândia: Sistema tronco-alimentador. 2010.....	121
Figura 10: Uberlândia-MG: Rede de transportes em Uberlândia/MG com a implantação dos novos Corredores Estruturais. 2013.....	130
Figura 11: Uberlândia –MG: Fachada da Universidade Federal de Uberlândia. Campus Santa Mônica. 2020.....	148
Figura 12: Uberlândia-MG: Entrada Principal da Universidade Federal de Uberlândia. Campus Santa Mônica. 2020.....	150
Figura 13: Uberlândia-MG: Entrada ao Estádio Municipal Parque do Sabiá. 2020.....	152
Figura 14: Uberlândia-MG: Acesso Principal a Arena Presidente Tancredo Neves – Arena Sabiazinho. 2020.....	153
Figura 15: Uberlândia-MG: Parque Aquático Municipal Deputado João Bittar. 2020.....	153
Figura 16: Uberlândia – MG: Câmara Municipal. 2020.....	154
Figura 17: Uberlândia-MG: Centro Administrativo Virgílio Galassi localizado no bairro Santa Mônica. 2020.....	155
Figura 18: Uberlândia – MG: Acesso ao Center Shopping pela Avenida Rondon Pacheco e o Complexo Empresarial Business Tower. 2020.....	157
Figura 19: Uberlândia-MG: Fórum de Uberlândia – Palácio da Justiça Rondon Pacheco. 2020.....	159
Figura 20: Uberlândia-MG: Em primeiro plano o Ministério Público Federal e ao fundo o Ministério Público Estadual. 2020.....	159
Figura 21: Uberlândia-MG: Sede do Procon no bairro Tibery no setor leste. 2020.....	160
Figura 22: Uberlândia-MG: Sede do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) no bairro Tibery no setor leste. 2020.....	161
Figura 23: Uberlândia-MG: Parte externa do Teatro Municipal. 2020.....	163
Figura 24: Uberlândia-MG: Bairro Integrado Santa Mônica e Segismundo Pereira e seus loteamentos. 2020.....	166
Figura 25: Uberlândia- MG: Loteamentos Irregulares no setor leste. 2020.....	176
Figura 26: Uberlândia-MG: Acesso Principal do Condomínio Village Paradiso 1. 2020.....	182

Figura 27: Uberlândia-MG: Acesso Principal do Condomínio Village Paradiso 2. 2020.....	183
Figura 28: Uberlândia-MG: Portaria do Condomínio Girassol. 2020.....	184
Figura 29: Uberlândia-MG: Entrada do Paradiso Condomínio Ecológico. 2020.....	185
Figura 30: Uberlândia-MG: Padrão das Residenciais do Condomínio Terra Nova. 2020.....	187
Figura 31: Uberlândia-MG: Entrada Principal Condomínio Alphaville Uberlândia 1. 2020.....	188
Figura 32: Uberlândia-MG: Entrada Principal Condomínio Alphaville Uberlândia 2. 2020.....	189
Figura 33: Uberlândia-MG: Acúmulo de Lixo nas vias no Jardim Prosperidade. 2020.....	196
Figura 34: Uberlândia-MG: Estruturas Urbanas e moradias no Assentamento Santa Clara. 2020.....	198
Figura 35: Uberlândia-MG: Acúmulo de Lixo e Entulho nas ruas do Assentamento Santa Clara. 2020.....	199
Figura 36: Uberlândia-MG: Condições de circulação nas ruas do Assentamento Maná. 2020.....	200
Figura 37: Uberlândia-MG: Numeração das casas no Assentamento Maná. 2020.....	201
Figura 38: Uberlândia-MG: Acúmulo de lixo e resto de materiais da construção civil nas ruas do Assentamento Maná. 2020.....	202
Figura 39: Uberlândia-MG: Placa de entrada ao Assentamento Fidel Castro. 2020.....	203
Figura 40: Uberlândia-MG: Centro Comunitário no Assentamento Fidel Castro. 2020.....	204
Figura 41: Uberlândia-MG: Fiação Clandestina de Energia Elétrica no Assentamento Fidel Castro. 2020.....	204
Figura 42: Estruturas das Moradias no Assentamento Fidel Castro. Uberlândia-MG.....	205
Figura 43: Uberlândia – MG: Mapa Conceitual – Fragmentação Socioespacial e suas implicações. 2020.....	208
Figura 44: Brasil: Taxa de ocupação (%) de leitos de UTI Covid-19 para adultos. 2021.....	223
Figura 45: Uberlândia-MG: Estabelecimentos Comerciais no bairro Alvorada. 2021.....	252
Figura 46: Uberlândia-MG: Fluxo de automóveis, pessoas e transporte público no bairro Alvorada. 2021.....	252
Figura 47: Uberlândia-MG: Indústria - Uberlândia Refrescos no bairro Custódio Pereira. 2021.....	253
Figura 48: Uberlândia-MG: Presença de casas noturnas no Bairro Custódio Pereira. 2021.....	254
Figura 49: Uberlândia-MG: Estabelecimentos Comerciais abandonados no bairro Custódio Pereira. 2021.....	255
Figura 50: Uberlândia-MG: Bares no bairro Tibery. 2021.....	256
Figura 51: Uberlândia-MG: Intermediações do Posto da “Matinha” no bairro Tibery. 2021.....	256
Figura 52: Uberlândia-MG: Padrão de Apartamentos avaliados. 2019.....	261
Figura 53: Uberlândia-MG: Oferta de Apartamentos por padrão. 2019.....	263
Figura 54: Uberlândia-MG: Empreendimentos Verticais lançados nos setores urbanos. 2019.....	264
Figura 55: Uberlândia-MG: Empreendimentos lançados no setor leste. 2019.....	264

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características da escala urbano-regional e intraurbana.....	60
Quadro 2: Uberlândia – MG: Dados Populacionais do Setor Leste. 2010.....	141
Quadro 3: Uberlândia – MG: Equipamentos Públicos de Saúde no Setor Leste. 2020.....	143
Quadro 4: Uberlândia-MG: Estruturas Urbanas em Condomínios Horizontais Fechados no setor leste. 2020.....	179
Quadro 5: Uberlândia-MG: Estruturas Urbanas em Loteamentos Irregulares e Assentamentos no setor leste. 2020.....	190

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Uberlândia-MG: Localização do Município e Perímetro Urbano. 2021.....	98
Mapa 2: Uberlândia – MG: Localização dos Setores. 2021.....	107
Mapa 3: Uberlândia-MG: Localização dos bairros do Setor Leste. 2021.....	140
Mapa 4: Uberlândia -MG Principais Equipamentos Urbanos no Setor Leste. 2021.....	147
Mapa 5: Uberlândia-MG: Localização dos Condomínios Fechados Horizontais Fechados no Setor Leste. 2021.....	181
Mapa 6: Uberlândia-MG: Localização dos Loteamentos Irregulares e Assentamentos no Setor Leste. 2021.....	192
Mapa 7: Uberlândia-MG: Casos Confirmados de COVID-19 por Bairros. Maio – 2021.....	232
Mapa 8: Uberlândia – MG: Óbitos Confirmados por COVID-19 nos Bairros. Maio – 2021.....	239
Mapa 9: Uberlândia-MG: Casos Confirmados de COVI-19 por Bairros no setor Leste. Maio – 2021.....	244
Mapa 10: Uberlândia-MG: Óbitos Confirmados de COVI-19 por Bairros no setor Leste. Maio – 2021.....	247
Mapa 11: Uberlândia-MG: Letalidade por COVID-19 por Bairros no setor Leste. Maio – 2021.....	250

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Uberlândia – MG: Número de casos confirmados de COVID-19. 2020 a 2021.....	227
Gráfico 2: Uberlândia – MG: Número de óbitos de COVID-19. 2020 a 2021.....	234
Gráfico 3: Uberlândia – MG: Tempo de atuação no mercado imobiliário. 2021.....	258
Gráfico 4: Uberlândia-MG: Mercado de investimento imobiliário durante a pandemia no ano de 2020.....	259
Gráfico 5: Uberlândia – MG: Empreendimentos em construção e entregues no ano de 2021.....	260
Gráfico 6: Uberlândia – MG: Padrão de construção que a incorporadora mais atua em investimentos imobiliários nos últimos anos.2021.....	262
Gráfico 7: Uberlândia – MG: Principal Público de compra de imóveis. 2021.....	262
Gráfico 8: Uberlândia-MG: A crise econômica causada pela pandemia da COVID-19 afetou de alguma maneira o setor imobiliário de construção e venda de imóveis. 2021.....	265
Gráfico 9: Uberlândia-MG: Projeções do mercado imobiliário na cidade para os próximos anos. 2021.....	266
Gráfico 10: Uberlândia-MG: Idade dos Entrevistados. 2021.....	269
Gráfico 11: Uberlândia-MG: Gênero dos Entrevistados. 2021.....	270
Gráfico 12: Uberlândia-MG: Profissão e Ocupação dos Entrevistados. 2021.....	270
Gráfico 13: Uberlândia-MG: As Experiências no trabalho durante a pandemia de COVID-19 no ano de 2020 e 2021.....	271
Gráfico 14: Uberlândia-MG: Principais desafios de confinamento durante o período de isolamento social. 2021.....	273
Gráfico 15: Uberlândia-MG: As dificuldades enfrentadas com o risco de contaminação do vírus da COVID-19 na cidade. 2021.....	275
Gráfico 16: Uberlândia-MG: Pandemia de COVID-19 e desigualdades sociais na cidade de Uberlândia. 2021.....	276

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Uberlândia-MG: Evolução populacional. 1960 – 2020.....	103
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Arcom – Armazém do Comércio

BRT – *Bus Rapid Transit*

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais

Cepes – Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos- sociais

Cohab – Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais

Covid-19 – Coronavírus Disease 19

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

Dmae – Departamento Municipal de Água e Esgoto

Dnit – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EUA – Estados Unidos da América

Eseba – Escola de Educação Básica

Faepu – Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia

Futel – Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer

HCU – Hospital de Clínicas de Uberlândia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Infraero – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MBA – *Master in Business Administration*

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

Paih – Programa de Ação Imediata em Habitação

Peac – Programa Escola Água Cidadã

PIB – Produto Interno Bruto

PMU – Prefeitura Municipal de Uberlândia

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNSB – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico

SES – Secretária Estadual de Saúde

Snic – Sistema Nacional de Informações das Cidades

SRAG – Síndrome Respiratória Aguda Grave

SIT – Sistema de Transporte Integrado
SUS – Sistema Único de Saúde
UAI – Unidade de Atendimento Integrado
UBS – Unidade Básica de Saúde
UBSF – Unidade Básica de Saúde da Família
UBT – *Uberlândia Business Tower*
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UnU – Universidade de Uberlândia
UTI – Unidade de Terapia Intensiva
Zeis – Zonas Especiais de Interesse Social
ZR – Zona Residencial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – A PRODUÇÃO DA CIDADE E A CRISE SANITÁRIA	28
1.1 Novas perspectivas das cidades no século XXI	28
1.2 Fragmentação e segregação socioespacial: uma análise conceitual	35
1.3 A contribuição da Geografia na fragmentação e na segregação socioespacial em tecidos urbanos	51
1.4 O papel do Estado, suas articulações no planejamento urbano das cidades e implicações na fragmentação socioespacial	61
1.5 Pandemia e cidades	72
1.5.1 Planejamento urbano e crises sanitárias.....	74
CAPÍTULO 2 – FRAGMENTAÇÃO, SEGREGAÇÃO E DINÂMICA URBANA: LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO DOS SETORES DE UBERLÂNDIA	81
2.1 Fragmentação e segregação urbana em cidades médias brasileiras	81
2.1.1 Fragmentação e segregação urbana em Feira de Santana-BA.....	83
2.1.2 Fragmentação e segregação urbana em Ribeirão Preto-SP	86
2.1.3 Fragmentação e segregação urbana em Londrina-PR.....	91
2.2 Fragmentos urbanos em Uberlândia: considerações iniciais.....	96
2.3 Gênese e evolução dos setores urbanos da cidade de Uberlândia	106
2.3.1 Setor Central.....	108
2.3.2 Setor Sul.....	110
2.3.3 Setor Norte	113
2.3.4 Setor Oeste.....	115
2.4 Legislação urbanística: políticas públicas nas últimas três décadas de Uberlândia-MG.....	117
2.4.1 Plano Diretor de Uberlândia (1994).....	118
2.4.2 Sistema Integrado de Transportes de Uberlândia – SIT (1997).....	120
2.4.3 Plano Diretor de Uberlândia (2006).....	124
2.4.4 Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana de Uberlândia (2010)	128
2.4.5 Lei de Parcelamento do Solo do município de Uberlândia (2011)	132
2.4.6 Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do município de Uberlândia (2011).....	135
CAPÍTULO 3 – A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL NO SETOR LESTE DE UBERLÂNDIA	138
3.1 Setor Leste de Uberlândia-MG: caracterização socioespacial	138
SEÇÃO A – EQUIPAMENTOS URBANOS NO SETOR LESTE	144
3.2 Setor Leste em Uberlândia-MG: principais equipamentos urbanos	145

3.2.1 Universidade Federal de Uberlândia	148
3.2.2 Complexo Esportivo Parque do Sabiá.....	151
3.2.3 Centro Administrativo Virgílio Galassi	154
3.2.4 Complexo Center Shopping	156
3.2.5 Setor Jurídico, Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae) e Teatro Municipal	158
SEÇÃO B – Principais loteamentos do Setor Leste de Uberlândia-MG	164
3.3 Setor Leste e a sua expansão urbana: análise dos principais loteamentos dos últimos anos	164
3.3.1 Bairro Santa Mônica: antigas e recentes dinâmicas urbanas	164
3.3.2 Bairro Tibery: evolução e valorização urbana	168
3.3.3 Bairros Morumbi e Alvorada: a periferação urbana do Setor Leste.....	170
3.3.4 Residencial Integração: análise dos loteamentos irregulares no Setor Leste ...	173
3.3.5 Condomínios fechados	177
3.4 Estruturas urbanas em condomínios horizontais fechados no Setor Leste em Uberlândia	179
3.4.1 Condomínio Village Paradiso 1 e 2/ Condomínio Girassol	182
3.4.2 Paradiso Condomínio Ecológico	184
3.4.3 Terra Nova I, II e III	186
3.4.4 Alphaville 1 e 2.....	188
3.5 Estruturas urbanas no Residencial Integração e nos assentamentos do Setor Leste de Uberlândia	190
3.5.1 Residencial Integração – loteamentos irregulares: Dom Almir, Jardim Prosperidade, Joana D’Arc e São Francisco.....	193
3.5.2 Assentamento Santa Clara	197
3.5.4 Assentamento Fidel Castro	202
3.6 O Setor Leste em Uberlândia-MG e a fragmentação socioespacial	206
CAPÍTULO 4 – A COVID-19 E A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM UBERLÂNDIA-MG	211
4.1 A Covid-19 e a fragmentação socioespacial	211
4.1.1 Vulnerabilidade social e pandemia.....	214
4.2 O contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil	218
4.3 Análise dos dados de Covid-19 em Uberlândia-MG.....	224
4.3.1 Casos confirmados de Covid-19 em Uberlândia-MG	226
4.3.2 Óbitos confirmados de Covid-19 em Uberlândia-MG	234
4.4 Caracterização socioespacial da Covid-19 no Setor Leste de Uberlândia-MG....	240
4.5 O mercado imobiliário na cidade de Uberlândia durante a pandemia de Covid-19.....	257

4.6 Vivências da população da cidade em tempos de pandemia	268
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	278
REFERÊNCIAS	283
ANEXO 1.....	294
ANEXO 2.....	297

As cidades são consideradas a grande expressão geográfica deste século, ou seja, elas representam a consolidação das sociedades, sendo o seu crescimento determinado pelas suas relações econômicas, políticas e sociais.

O espaço urbano é configurado por meio das inter-relações e conexões entre suas especificidades, que influenciam a organização espacial, configurando uma paisagem urbana em constante transformação, com diferentes funções, identidades e contradições.

Segundo Corrêa (2005, p. 37), o espaço urbano visto como expressão dos processos sociais e econômicos apresenta formas, movimentos e conteúdos nos distintos usos articulados entre si. Compreender os processos espaciais – centralização, descentralização, coesão, fragmentação, segregação, invasão-sucessão e inércia – permite o entendimento do que ocorre no espaço em relação aos processos de (re)estruturação espacial.

Neste século, as cidades tornaram-se cenário de graves problemas sociais, políticos e ambientais expressos por conflitos, desequilíbrios e desigualdades presentes na exclusão que ocorre através da fragmentação espacial.

O processo de urbanização disperso das cidades contribuiu para o agravamento dos principais problemas socioambientais urbanos na contemporaneidade. Eles se expressam através das discontinuidades territoriais do tecido urbano, com a produção de vazios e a valorização do solo urbano em diferentes níveis hierárquicos nos setores citadinos.

A ocupação de áreas de risco e a exposição dos habitantes a perigos naturais ou antrópicos são exemplos da precarização, em vários aspectos, na oferta de serviços essenciais que visam ao atendimento adequado à parcela mais vulnerável da população.

De acordo com o IBGE (2010), cerca de 85,1% da população brasileira residem em áreas urbanas. Neste contexto, o espaço urbano constitui um conjunto indissociável e complexo de diferentes usos e funções, que configura e é reconfigurado pelas ações ou omissões de planejamento e ordenamento político-econômico da sociedade.

O dinamismo do espaço urbano é causa e efeito das ações e reações empreendidas nele e com ele, e este se apresenta em sua dimensão histórica e social como locus das ações da sociedade (FREITAS; FERREIRA; 2011, p. 3).

A cidade de Uberlândia está localizada em uma posição geográfica estratégica, ou seja, entre os eixos de ligação das macrorregiões Sudeste/Sul e Centro-Oeste, favorecida ainda por uma grande malha rodo-ferroviária, fazendo com que a região atue como ponto de passagem e ligação entre grandes centros urbanos como São Paulo, Goiânia, Belo Horizonte, Brasília, dentre outros.

Segundo Soares (1995, p.70):

Uberlândia cresceu e desenvolveu-se sob o signo das estradas de rodagem. E, nesse processo, é preciso destacar o papel exercido pelos comerciantes locais, pelos motoristas de caminhão, conhecidos, então, como *chauffeurs*, e pelas transportadoras de cargas, que diversificaram a atividade comercial da cidade, a partir dos anos 30, devido à intensificação das relações entre os estados de Mato Grosso e Goiás, fundamentalmente.

Assim, o desenvolvimento dos transportes, principalmente o terrestre, foi fundamental no ordenamento e na modelagem urbana, pois determinou o

predomínio das linhas geométricas na arquitetura de seus componentes, com morfologias mais retilíneas, práticas e objetivas, que propiciam uma melhor circulação de automóveis, bens, produtos e serviços.

De acordo com a Fundação João Pinheiro (2017, p. 14), no ano de 2015, a cidade de Uberlândia participou com 5,69% do PIB do estado, ficando na 2ª colocação entre os municípios mineiros, perdendo apenas para a capital do estado, Belo Horizonte. Em relação à sua participação no cenário nacional, a cidade subiu da 26ª para a 22ª colocação entre 2010 e 2015.

A fragmentação dos espaços urbanos é um processo extremamente importante no contexto das dinâmicas urbanas contemporâneas das cidades brasileiras. A fragmentação urbana “permite considerar esse fenômeno tão ou até mesmo mais importante para o urbanismo que as questões relacionadas à cidade compacta” (COELHO, 2015, p.17).

Para Salgueiro (1998, p.11), ainda que de modo implícito, a definição de fragmentação urbana, considerada como característica da cidade fragmentada, “é a existência de enclaves, o caráter pontual de implantações que introduzem uma diferença brusca em relação ao tecido que as cerca, seja de um centro comercial numa periferia rural ou um condomínio de luxo no meio de um bairro popular”.

O presente trabalho foi desenvolvido em um momento ímpar do século XXI, em que a disseminação do Sars-CoV-2 atinge nossa sociedade, o sentido da vida, e as nossas relações sociais passam por um processo de transformação e resignificação. À medida que o vírus se propaga, o distanciamento social torna-se uma recomendação primordial para o controle do novo coronavírus.

As desigualdades socioespaciais nas cidades tornaram-se mais evidentes com o avanço da pandemia. Os habitantes das áreas periféricas e mais vulneráveis sentem os efeitos catastróficos do coronavírus. As pesquisas realizadas apontam que as regiões periféricas são as áreas com a maior taxa de óbitos nos centros urbanos.

A justificativa deste trabalho é baseada na dinâmica do tema em estudos investigativos que fomentam a literatura sobre a temática, principalmente referente aos trabalhos que se propõem a investigar o Setor Leste da cidade de Uberlândia em relação ao processo de urbanização, levando-se em conta a reprodução do capital e suas contradições, os investimentos de diferentes segmentos sociais na valorização do uso da terra e as novas funcionalidades propostas ao setor na atual tendência da urbanização das cidades neste século XXI.

Além disso, é importante destacar como a pandemia de Covid-19 acentua e potencializa os processos de fragmentação socioespacial nas cidades, com a população de baixa renda mais exposta e susceptível ao contágio da doença.

Faz-se necessário ainda salientar as dificuldades da pesquisa em virtude do momento que vivemos, a ausência de dados quantitativos e qualitativos pela inexecução do Censo IBGE (2020) em função da pandemia e as limitações colocadas para a realização da pesquisa de campo e das entrevistas.

O recorte temporal, entre os anos 1990 e 2020, analisa as características do comportamento dos investidores urbanísticos nas últimas décadas para entendê-las e ampliar o conhecimento acerca da realidade

urbana da área de estudo. E com a pandemia da COVID-19 foram coletados dados até meados de maio de 2021, com informações do contexto mundial, no Brasil e na cidade de Uberlândia para subsidiar a análise e a elaboração dos mapas.

Os estudos sobre espaço urbano devem considerar as relações sociais que produzem novas formas, funções, arranjos e estruturas espaciais de acordo com os diferentes contextos, criando novas organizações espaciais. Afinal, cada tempo histórico imprime diferentes estruturas decorrentes das transformações socioespaciais, as quais devem ser consideradas para a compreensão da realidade atual.

A hipótese desta pesquisa pode ser compreendida considerando-se que o processo de fragmentação socioespacial é inerente à produção das cidades contemporâneas. Entretanto, a cada recorte espacial, observa-se o papel dos atores sociais, das vivências e dos significados específicos de cada urbe, fundamentais para a compreensão das dinâmicas urbanas recentes.

Apesar do discurso de cidade moderna, empreendedora, referência em logística de transportes e uma das melhores cidades do interior do país, Uberlândia, apresenta desigualdades sociais latentes, intensificando a fragmentação social e particularmente em tempos de pandemia, a exclusão e a vulnerabilidade social são acentuadas nas franjas urbanas da cidade.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo compreender as alterações da configuração espacial do Setor Leste de Uberlândia-MG, tendo em conta a implantação de empreendimentos privados, de loteamentos irregulares e de assentamentos, acirrando os processos de fragmentação

socioespacial no contexto da urbanização da cidade entre os anos 1990 e 2020 e o aumento das desigualdades sociais em tempos da pandemia da COVID-19.

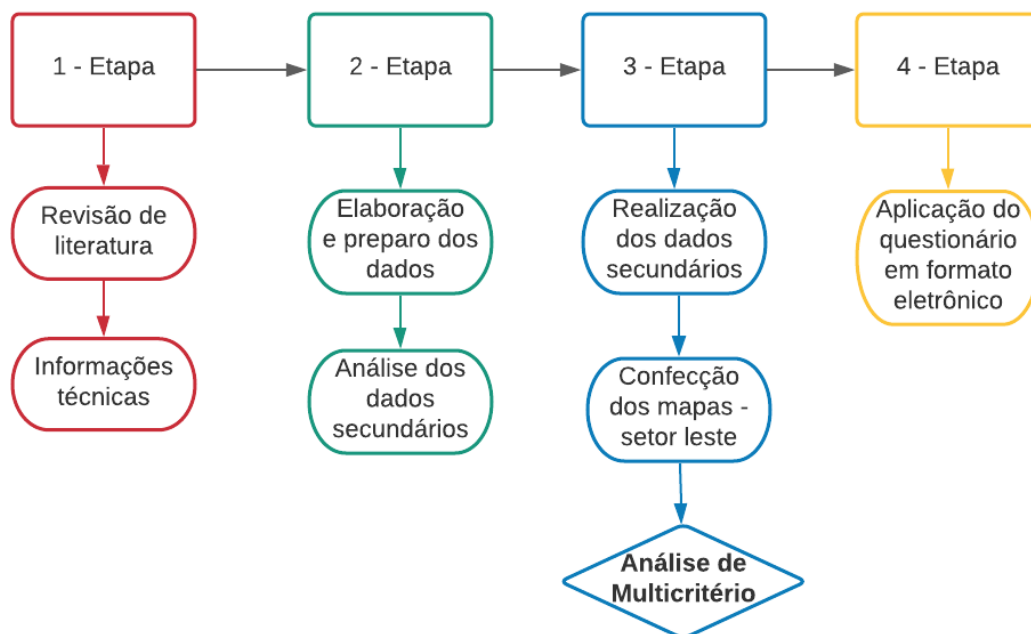
Nesta perspectiva, delimitamos alguns objetivos específicos, a saber:

- 1) compreender a produção da cidade e a fragmentação urbana do século XXI, as novas configurações urbanas, seus conceitos, papéis e a literatura especializada;
- 2) fazer uma reflexão sobre o conceito de fragmentação e segregação urbana e sobre novas centralidades, crises sanitárias e cidades, tendo por base as contribuições da literatura, entendendo como esses conceitos são trabalhados no mundo contemporâneo;
- 3) analisar o processo de fragmentação socioespacial no Setor Leste de Uberlândia a partir de sua expansão no tecido urbano, compreendendo as desigualdades socioespaciais e suas formas e dinâmicas urbanas;
- 4) apreender as consequências da Covid-19 nas cidades que acentuaram os processos de fragmentação socioespacial, destacando os dados do Setor Leste e da cidade de Uberlândia.

A metodologia empregada para a realização deste trabalho consiste em quatro etapas sistêmicas, conforme destaca a Figura 1: a primeira corresponde à revisão da literatura e de informações técnicas sobre os assuntos abordados; a segunda sugere a elaboração e as análises dos dados secundários; a terceira consiste na realização das análises e na confecção de mapas para o

Setor Leste da cidade; e a quarta, na aplicação de questionários em formato eletrônico às incorporadoras imobiliárias.

Figura 1: Esquema da Estrutura Metodológica da Tese.



Elaborado por: SILVA, F.F.B. (2021)

Na primeira etapa, foi feita a elaboração dos subsídios teórico-metodológicos da pesquisa e a revisão da literatura referente aos assuntos abordados, de fundamental importância para as análises e considerações realizadas durante a execução da pesquisa. Assim, nessa fase foram realizadas ações visando realizar o levantamento bibliográfico e documental, buscar informações por meio de anuários estatísticos e relatórios dos principais órgãos internacionais, federais e estaduais, tornando a pesquisa mais enriquecedora e sustentando as afirmações apresentados no decorrer do trabalho.

As informações retiradas das instituições governamentais foram fundamentais para quantificar os dados apresentados no trabalho. Os dados

recolhidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contribuíram para as análises econômicas, políticas e urbanas da cidade, assim como os dados dos órgãos municipais serviram para elucidar as diferenças entre os setores da cidade.

Os órgãos governamentais, como o Ministério das Cidades, com a plataforma Sistema Nacional de Informações das Cidades (Snic); a Secretaria das Cidades e o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com as informações referentes à infraestrutura social e urbana, foram os responsáveis pelos dados referentes às infraestruturas urbanas, à urbanização, à legislação, à habitação, ao saneamento, à mobilidade urbana e ao desenvolvimento urbano. Foram utilizados ainda dados de estudos publicados no periódico da Capes e de outras instituições de pesquisa e ensino.

A segunda etapa aborda a coleta e a análise de dados secundários das instituições internacionais, nacionais e municipais, apresentando e caracterizando as cidades, bem como fornece informações relativas à qualidade urbana de algumas cidades brasileiras e, principalmente, do município de Uberlândia-MG.

Para Martins e Theóphilo (2007, p. 83), os dados secundários são aqueles já coletados que se encontram organizados em arquivos, bancos de dados, anuários estatísticos, relatórios etc. Já para Lakatos e Marconi (2002, p. 175), eles são coletados de forma bruta, por isso é necessário um tratamento estatístico para a sua organização, análise, compreensão e representação.

Para a realização da terceira etapa, foram compilados os dados primários do Setor Leste da cidade, bem como dos demais setores de Uberlândia, e organizados em tabelas em planilha Excel, do pacote Microsoft

Office, que permitiram a confecção de mapas temáticos, sendo utilizado o software *Arcgis* 9.3, com cartogramas capazes de espacializar os aspectos urbanos relativos ao desenvolvimento do trabalho.

Além disso, essa etapa conta com a análise da tabela de atributos de estruturas urbanas presentes no Setor Leste para sustentar o conceito de fragmentação socioespacial, e com registros fotográficos que materializam as dinâmicas e os processos ocorridos no espaço urbano.

O método de multicritério utilizado estabelece atributos que podem mensurar em que grau os objetivos foram alcançados. A cada critério foram associados atributos, que são um conjunto de parâmetros ou medidas com a função de medir os níveis de satisfação desses mesmos critérios.

As estruturas urbanas selecionadas para medir a qualidade dos cidadãos e a presença de sistemas de infraestrutura urbana que atendam aos serviços básicos da população foram: vias urbanas, drenagem pluvial, abastecimento de água, esgoto sanitário, energia, comunicações, coleta de lixo e transporte público (ALVES, 2016, p. 330).

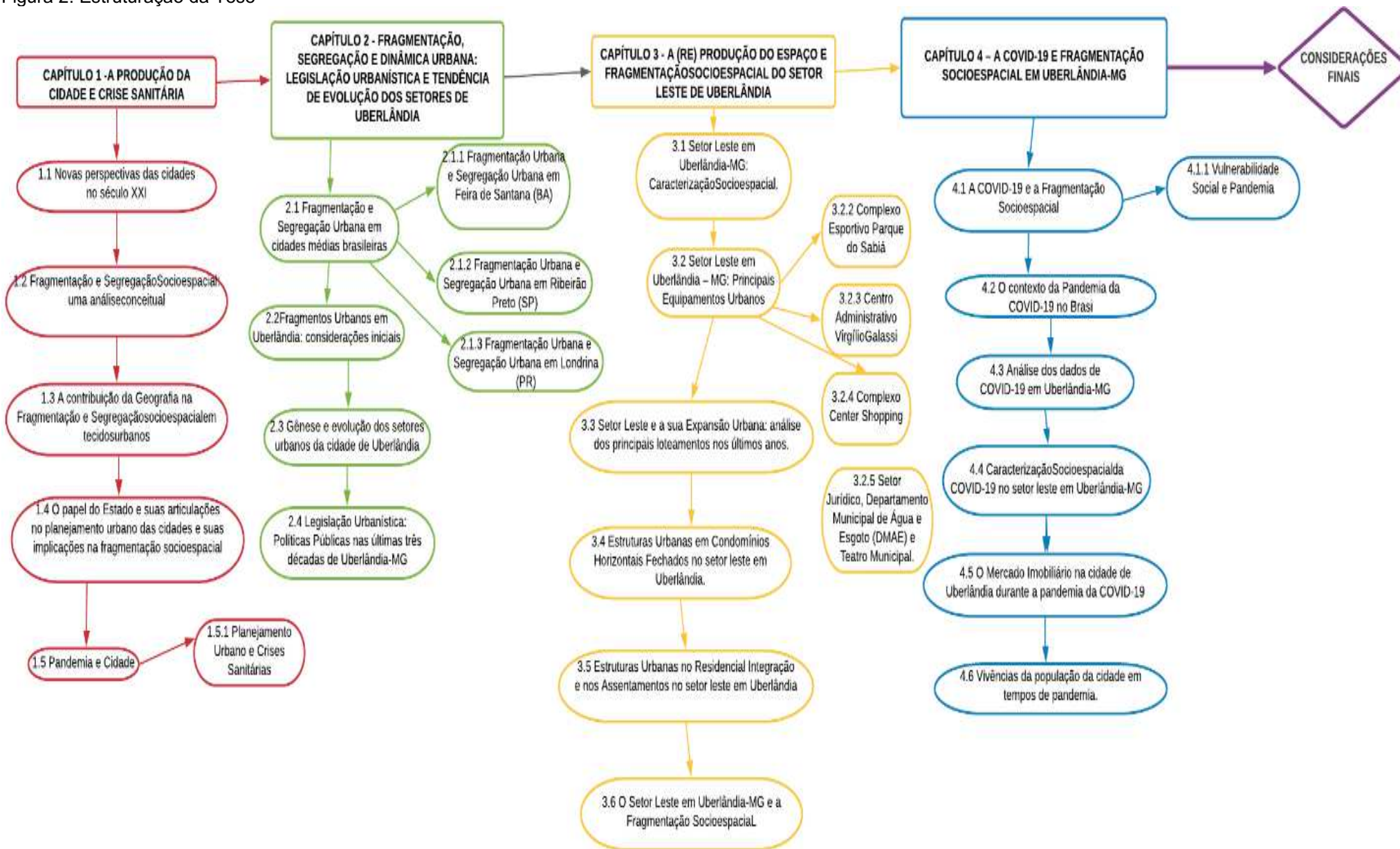
Já a quarta etapa metodológica fundamentou-se na aplicação de questionários em formato eletrônico disponibilizados nas mídias sociais através da ferramenta gratuita oferecida pelo Google Forms.

A aplicação dos questionários foi destinada às incorporadoras imobiliárias com o objetivo de compreender a dinâmica de investimento no setor para a população residente na cidade de Uberlândia em tempos de Covid-19, analisando sua experiência na cidade em meio à pandemia.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, conforme destaca a estruturação da Tese presente na Figura 2. O primeiro, intitulado “A produção

da cidade e a crise sanitária”, destaca a contribuição teórica, conceitual e histórica da pesquisa, e contém as principais análises e perspectivas sobre o conceito de fragmentação e segregação socioespacial. Posteriormente, procurou-se compreender a contribuição da Geografia na ampliação e construção do conceito de “fragmentação das cidades” e suas implicações. E, por fim, depreendeu-se o papel do Estado na esfera municipal, articulando as decisões de planejamento e ordenamento do espaço urbano e a produção das cidades a partir das crises sanitárias e do planejamento urbano.

Figura 2. Estruturação da Tese



Elaborado por: SILVA, F. F. B (2021)

O segundo capítulo, denominado “Fragmentação, segregação e dinâmica urbana: legislação urbanística e tendência de evolução dos setores de Uberlândia”, analisa essa fragmentação socioespacial em cidades médias brasileiras, considerando as dinâmicas urbanas sob a perspectiva das diversidades de usos e funções dos setores da cidade e ainda a legislação urbanística municipal para o ordenamento e planejamento do espaço urbano do município.

O terceiro capítulo, sob o título “A (Re)Produção do espaço e a fragmentação socioespacial do Setor Leste de Uberlândia”, apresenta a evolução dos principais loteamentos e bairros desse setor, bem como os principais equipamentos urbanos presentes na área de estudo.

Além disso, neste capítulo aborda-se o processo de fragmentação socioespacial presente no setor, com a análise dos principais condomínios horizontais fechados, dos loteamentos irregulares e dos assentamentos. Ele conta ainda com a evolução urbana das desigualdades socioespaciais e com a análise das dinâmicas urbanas das áreas de influência dos condomínios horizontais fechados e dos loteamentos irregulares.

O quarto e último capítulo, chamado de “Coronavírus e fragmentação socioespacial em Uberlândia-MG”, investiga as consequências da epidemia causada pelo vírus Sars-CoV-2 em áreas urbanas, acentuando o processo de fragmentação socioespacial nas periferias nas cidades. Faz-se também uma reflexão sobre os dados da Covid-19 em Uberlândia e a caracterização socioespacial do Setor Leste da cidade, examinando as aspirações do setor imobiliário para essa região e a vivência da população da cidade em tempos de pandemia.

1.1 Novas perspectivas das cidades no século XXI

A produção da cidade contemporânea perpassa pela ação de múltiplos agentes sociais, dotados de interesses e intenções diversas, com estratégias e práticas socioespaciais que, ao mesmo tempo, reproduzem contradições e promovem conflitos entre esses mesmos agentes e com outros setores sociais.

As questões urbanas passam a ser compreendidas através de seus processos históricos, que se materializam na paisagem em diferentes períodos de reprodução das relações sociais. As peculiaridades e especificidades de cada urbe são o corolário dos anseios dos atores locais, que articulam e produzem no espaço urbano suas estruturas, formas e escalas de uso e ocupação.

Quando pensamos na produção das cidades do século XXI, lembramos dos processos globalitários em que são reproduzidos “modelos” de cidades padronizadas em estruturas urbanas tecnológicas e econômicas, conhecidas pela capacidade de integrar suas características financeiras, políticas, sociais e culturais.

Entretanto, o globalitarismo¹, como processo econômico e social, traz em sua ideologia a fragmentação. Fragmentar é o ato de reduzir em segmentos os aspectos sociais e culturais. As contradições e as desigualdades socioespaciais perceptíveis nos países periféricos são condições de existência para a manutenção do modelo capitalista de produção.

¹ Segundo Milton Santos, o termo globalitarismo é utilizado para expressar o totalitarismo que as nações hegemônicas impõem às camadas populares, seja no âmbito econômico ou social (SANTOS, 2003, p. 46).

as relações de determinação entre globalização e urbanização são fundamentais, integrando um sistema socioespacial dinâmico cujos elementos estruturantes seriam a economia liberal globalizada e a cidade como modelo liberal hegemônico” (PEDRAZZINI, 2006, p. 76).

No bojo da produção das cidades no século XXI, os múltiplos fragmentos urbanos, as descontinuidades espaciais do tecido citadino e a complexidade de articulação e integração em diferentes níveis socioeconômicos é um dos múltiplos desafios das cidades contemporâneas fundamentadas no tempo e no espaço da globalização.

Sposito, Goés (2013, p. 7) afirmam que as novas formas de produção do espaço urbano, que contribuem para o processo de fragmentação socioespacial, geram novas práticas espaciais. Estas, por sua vez, alteram os conteúdos dos espaços públicos e as representações que sobre eles se elaboram.

Na clássica obra de Henri Lefebvre de 1968, o autor considera que “um dos direitos humanos básicos é o *direito à cidade*; isso significa que a vida na cidade é a experiência a que todos os seres humanos têm direito, quer saibam disso, quer não”.

No ano de 2001 no Brasil, após um importante movimento popular de reconhecimento do direito e acesso à cidade para as classes sociais mais vulneráveis, o Estado incluiu dois artigos na Constituição Federal de 1988 (artigos 182 e 183) relativos a essa questão.

Através de emenda popular, os artigos consideram a necessidade de uma política urbana pautada em diretrizes e atos regulatórios que considerem a cidade como um bem público, cuja gestão deve estar submetida aos interesses coletivos, garantido ainda o direito à participação popular.

A vida cidadina reflete a identidade e a sensibilidade de seus grupos sociais; o chamado “espaço vivido” pelos sujeitos passa a ser desenhado nas cidades, sendo o lócus do viver, do pertencer, do perceber, do imaginar e construir sua realidade.

O cerne das questões urbanas contemporâneas perpassa pela análise antropológica. A cidade não pode ser compreendida apenas como um produto das relações entre capital, poder e espaço urbano. Devemos pensar em uma urbe fundamentada na construção social, palco dos movimentos sociais, da construção simbólica e material a partir de múltiplos significados e da diversidade dos sujeitos.

O espaço como um produto social, que assume uma realidade própria, de acordo com o modo de produção e a sociedade presente. O espaço como produto serve como uma ferramenta para a ação e para o pensamento, funcionando como um meio de produção, de controle e de dominação (LEFEBVRE, 2008, p. 26).

Os conflitos sociais urbanos em torno das formas de uso e ocupação do espaço urbano da cidade que expõe outras formas de apropriação não alienada da cidade, outras temporalidades do espaço social que se encontram subordinadas ao tempo do capital e de seus ritmos e promessas de desenvolvimento, por exemplo, são expressões dos movimentos e dos momentos de “choque” entre as contradições da sociedade capitalista (CARDOSO, 2011, p. 6).

Após a década de 1970, surge, no Brasil, a Geografia renovada com base no materialismo histórico dialético proposto pelo pensamento marxista. A cidade passa a ser analisada sob a vertente crítica, elaborada principalmente por Lefebvre (1968), Harvey (1978), Castells (1983), Correa (1991), Santos (1993), Carlos (1994), Lojkin (1997), Villaça (2001), dentre outros.

Adota-se a concepção de cidade como construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza.

Expressão e significação da vida humana, a cidade a revela ao longo da história, como obra e produto que se efetiva como realidade espacial concreta em um movimento cumulativo, incorporando ações passadas ao mesmo tempo em que aponta as possibilidades futuras que se tecem no presente da vida cotidiana (CARLOS, 2007, p. 20).

Trilhando o caminho da pesquisa, é relevante destacar as reflexões sobre a cidade e o urbano no pensamento geográfico. A cidade é o “espaço” da materialização das relações, ou seja, uma unidade espacial que, através da forma e dos elementos ordenados, constitui as relações de poder. O espaço urbano é entendido como lócus da reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 2008).

A cidade revela o processo de generalização da troca, da constituição e ampliação do mundo da mercadoria, da concretização da ordem distante no lugar, influenciando na realização da vida enquanto prática socioespacial (CARLOS, 1994, 2007).

As definições de urbano são apreendidas como a expressão de ideias, dos elementos da vida coletiva, e constitui um sistema de pensamentos e ações, isto é, uma práxis cidadina através das atividades políticas, econômicas e culturais.

Santos (1994, p. 69) contrapõe a cidade (como "o particular, o concreto e o interno") ao urbano (que seria frequentemente "o abstrato, o geral e o externo").

O urbano é uma parte integrante e uma particularização da generalização contextual mais fundamental sobre a espacialidade da vida social. Em sua especificidade social, o urbano é permeado por relações de poder, relações de dominação e subordinação, que canalizam a diferenciação regional e o regionalismo, a territorialidade e o desenvolvimento desigual, e as rotinas e revoluções em muitas escalas diferentes (SOJA, 1993).

Assim, entendemos que as diferenças individuais não causam efetivamente a distinção socioespacial, o poder das relações vem do interesse econômico, que exalta as características que lhe são favoráveis.

Cabe ressaltar as tipologias dos agentes sociais na produção do espaço urbano, em que suas ações e processos são delimitados em suas estratégias, práticas e escalas de ações.

Corrêa (2011, p. 40) define os seguintes agentes: a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado; e e) os grupos sociais excluídos.

Os agentes sociais “estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista” e “são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano”, reiterando que agentes e processos “são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento” (CORRÊA, 2011, p. 43).

Atualmente, a reprodução do espaço urbano em função da técnica tem diminuído as relações espaço-temporais em diferentes escalas. O conceito de cidade não se limita ou se esgota na concepção de unidade espacial.

A cidade seria então o “centro de gestão do território”, ou seja, a própria cidade tem a capacidade administrativa para delimitar os investimentos e impor novas técnicas de mobilidade dentro e fora do espaço produzido (Souza, 2003 p. 24).

O arranjo das cidades é repensado para facilitar os fluxos e a mobilidade de circulação, tanto nas relações intra como nas interurbanas nas estruturas de transporte e comunicação em rede do âmbito local ao global, sob a tríade lefebvriana “homogeneização, fragmentação e hierarquização”.

Os pontos do espaço intra-urbano condicionam a participação do seu ocupante tanto na força produtiva social representada pela cidade como na absorção, através do consumo, das vantagens da aglomeração. É esse o valor de uso do ponto – sua capacidade de fazer com que se relacionem entre si os diversos elementos da cidade. Esse “relacionamento” se dá de diferentes formas e por meio de diversos fluxos – o transporte de mercadorias, de consumidores, de força de trabalho ou as comunicações (VILLAÇA, 2001, p. 78).

O crescimento das cidades reproduz desequilíbrios e desigualdades socioespaciais reconhecidas pelas desproporcionalidades e pela defasagem da expansão urbana.

Santos (2018, p.112) considera esse processo como “quebras técnicas” do espaço, acarretando alguns pontos privilegiados, indicando uma estagnação dos elementos de progresso econômico e de desenvolvimento urbano.

A heterogeneidade espacial acentuada amplia os conflitos, causados por interesses econômicos, pela reprodução do capital e da sociedade, promovendo a segregação e a fragmentação nas cidades.

Sposito (2019, p. 141) ressalta que

[...] nas cidades latino-americanas, à periferização dos mais pobres se justapõem, nas novas áreas urbanas que são incorporadas, de forma contínua ou descontínua ao espaço urbano, os ricos e pobres, tornando a desigualdade combinada com essa relativa proximidade geográfica um dos elementos essenciais da fragmentação socioespacial, quando se quer realçar sua dimensão espacial e não apenas compreendê-la como contraponto aos processos de globalização.

O espaço da cidade é produto social e as ações dos grupos e/ou indivíduos são elementos integrantes do processo de produção e apropriação do espaço. Uma das formas como essa apropriação se dá é através da interação entre os mais diversos locais no espaço urbano, ocorrendo o acesso aos diversos objetos espaciais através dos deslocamentos diários de pessoas (ORNAT; SILVA, 2007).

O crescimento dos centros urbanos através da apropriação do espaço geográfico acaba transformando os lugares, recriando novos espaços dentro das escalas temporais. Essa transformação, causada pela apropriação do espaço em si, muitas vezes se torna condicionada a um fator político-econômico que define as direções de crescimento, bem como norteia os

investimentos em infraestruturas que permitam a valorização e o desenvolvimento do lugar em questão.

Nesse processo de crescimento das cidades, a necessidade que se impõe aos agentes produtores do espaço geográfico é a criação de mecanismos que permitam a implantação de infraestruturas capazes de trazer à cidade a mobilidade necessária para que a operacionalidade do centro urbano seja possível de se realizar.

A ação do trabalho no espaço urbano resulta na formação das aglomerações, que, por vezes, se distanciam da área central das cidades, constituindo os bairros, formando uma periferia que é polarizada por um centro principal. Esse crescimento espacial da área urbana, em virtude das relações que se desenrolam no espaço, não é uniforme em todos os lugares, isto é, não atua com a mesma frequência e intensidade em todos os espaços. Essa diferenciação de produção urbana do espaço produz, nas cidades, a diferenciação dos lugares que são divergentes entre si por causa da forma como se comunicam e se relacionam com a cidade em geral. Nesse sentido, Villaça (2001, p. 74) propõe que a localização ou ponto é “o valor de uso produzido pelo trabalho coletivo despendido da construção da cidade”.

1.2 Fragmentação e segregação socioespacial: uma análise conceitual

É fundamental salientar no desenvolvimento deste trabalho a diferenciação entre as terminologias no que tange à fragmentação urbana e à segregação urbana.

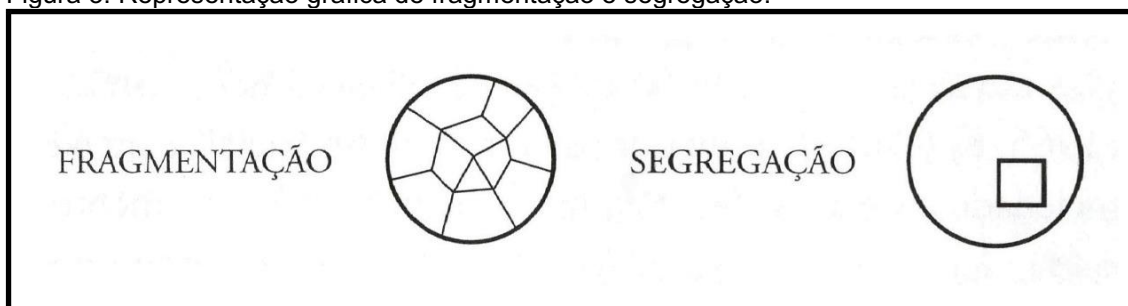
O primeiro termo remete a uma cidade descontínua e desconexa, produzindo novas centralidades e reproduzindo novos fragmentos no tecido urbano. A fragmentação é marcada pela existência de “enclaves sociais homogêneos, uniformes e dissonantes dos espaços contíguos”(Vasconcelos, 2018, p. 18).

Já o segundo termo faz referência à materialização espacial da divisão social em classes, à segmentação simbólica entre grupos sociais heterogêneos com forte estigmatização, gerando distanciamento físico entre grupos homogêneos (MOTTA, 2017, p. 3).

O termo fragmentação é mais recente nas pesquisas urbanas, atribuído às novas dinâmicas do espaço urbano, enquanto segregação é uma conceituação amplamente empregada desde a sua concepção, na década de 1920, pela Escola de Chicago.

A Figura 3 ilustra a representação visual dos conceitos de acordo com Vasconcelos (2018, p. 21;23), supostamente espacializados na morfologia urbana das cidades. É explícita a forma com que a fragmentação urbana é delimitada ao longo do tecido urbano, em “fragmentos”, “partes”, “segmentos”, enquanto o conceito de segregação traz a ideia de cercamento, de “desmembrar”, de “isolar” e de “marginalizar”.

Figura 3: Representação gráfica de fragmentação e segregação.



Fonte: Vasconcelos (2018)

Organizado por: Silva, F. F. B (2020)

Vasconcelos (2018, p. 21) considera que a *fragmentação*, noção mais recente, também é bastante interessante para descrever a heterogeneidade das cidades atuais, sobretudo nos países pobres e “emergentes”. Ela aparece também como um contraponto ao processo de globalização.

Para Souza (2012, p. 179),

a “fragmentação” é, porém, comumente utilizada de maneira predominantemente setorial, despida de espacial explícita. Da mesma forma como se pode fazer referência à segregação de grupos sociais sem se discutir diretamente a espacialidade dessa segregação, faz-se normalmente alusão à fragmentação sem concebê-la de modo espacializado.

Além disso, o autor reforça que essa espacialidade do processo está longe, contudo, de ser um epifenômeno, ou seja, um produto acidental: “uma visão suficientemente concreta e elaborada da crise metropolitana demanda uma percepção clara dos vínculos entre relações sociais excludentes e segregatórias, por um lado, e do espaço urbano, por outro”.

Souza (2012, p. 216) define a fragmentação urbana como “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial”, colocando em primeiro plano a dimensão política, vale dizer, a dimensão do poder, no sentido próprio do termo, como

território: um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

Ademais, Souza (2012) considera:

fragmentação tem a ver, obviamente, com fragmentos. E fragmentos são partes, frações de um todo que ou não se conectam mais, ou quase não se conectam mais umas com as outras; podem ainda “tocar-se”, mas não muito mais que isso. Claro está, ou deveria estar que se trata de muito mais que de um processo de “diferenciação”. Menos óbvio é que se trata de algo que vai além, até mesmo, de um processo de “segregação” (SOUZA, 2008, p. 56).

Para Sposito (2018, p. 83), a fragmentação e suas formas de uso nos países latino-americanos são vistas como estudo de políticas públicas e novos modos de governança nas metrópoles, como transformações associadas à globalização e às novas formas de ação empresarial, como análise das relações entre mudança social e evolução da estrutura urbana.

Já Souza (2012, p. 179) considera que

o termo fragmentação popularizou-se, desempenhando um papel de *pendant* do processo de Globalização, com isso indicando-se que, por trás de processos de relativa homogeneização cultural e de costuramento econômico e compreensão “espaço-temporal”, têm lugar também exclusão e segmentação sociais.

Não importa que a fragmentação não diga respeito a territórios estatais e sim a territórios cuja formação é conduzida no âmbito da sociedade civil, ou mesmo a territórios ou microterritórios ilegais, territorializando ostensivamente numerosos pontos do espaço intraurbano, notadamente espaços residenciais segregados, desafiando o controle territorial estatal (SOUZA, 2012, p. 216).

A fragmentação socioespacial, embora possa perspectivar-se como tendência para o tempo de média duração, é um processo construído e vivenciado cotidianamente pelos cidadãos e agentes de produção do espaço urbano. Há, portanto, uma sobreposição e

combinação de escalas envolvendo práticas espaciais e processos socioespaciais mais amplos (POZZO, 2015, p. 54).

Souza (2012, p. 217) enfatiza que o que está em jogo, na esteira da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial, é a própria cidade em seu sentido usual, ou seja, como uma unidade na diversidade, em que as contradições de classe, as tensões de fundo étnico e a segregação residencial daí decorrente não eliminam a percepção desta como uma entidade geográfica coerente. Reafirma ainda que a fragmentação, como o nome sugere, relativiza ainda mais e decisivamente uma unidade desde sempre já relativizável à luz da diversidade.

Uma das primeiras obras nacionais sobre o conceito de fragmentação foi utilizada por Milton Santos no livro *Metrópole corporativa fragmentada. O Caso de São Paulo*, de 1990.

Para Santos (1990, p. 90), a fragmentação não é meramente setorial, mas, por outro lado, também não é propriamente sociopolítico-espacial.

Ela deriva da relativa imobilidade espacial dos pobres residentes na periferia – o que é função das distâncias relativamente grandes e dos custos de deslocamento relativamente elevados –, levando “a cidade a se tornar um conjunto de guetos” e eventualmente desembocando, na verdade, em uma “fragmentação em desintegração”.

Prévot Schapira (1999, p.129) acredita que a fragmentação é o “resultado do desaparecimento do funcionamento global em benefício das pequenas unidades, a diluição das ligações orgânicas entre os pedaços da cidade [...], quarteirões de pobreza justapostos a partes isoladas de riqueza no seio dos arquipélagos urbanos”.

Paquot (2002, p. 113) considera que, se uma cidade é fragmentada, subentende-se que ela formava um todo homogêneo e que agora é constituída de territórios diferentes. Além disso, destaca que a fragmentação seria o resultado de uma organização territorial criada pela globalização e pelo sistema baseado no automóvel.

Navez-Bouchanine (2002) vai além e divide a fragmentação em quatro dimensões: (1) social, (2) da forma urbana, (3) socioespacial, (4) administrativa e política do território urbano. A fragmentação da forma urbana é examinada pela autora como uma “explosão”, como um mosaico urbano, e como um crescimento urbano “fractal”, multiplicando os cortes e as fronteiras internas. Ele define a fragmentação como um “processo de fechamento de territórios espacialmente delimitados e habitados por populações socialmente homogêneas”.

Vasconcelos (2018, p.22) considera a cidade fragmentada como

uma mistura de usos desconectados, mal articulados pelas infraestruturas de transporte. Ela é produzida em parte pela ação (ou inação) do Estado, do mercado imobiliário e, sobretudo, pela ação da população pobre. Essa noção é também usada como sinônimo de balcanização, arquipelização, fratura social e secessão”.

O espaço urbano caracteriza-se, em qualquer tipo de sociedade, por ser fragmentado, isto é, constituído por áreas distintas entre si no que diz respeito à gênese e à dinâmica, ao conteúdo econômico e social, à paisagem e ao arranjo espacial de suas formas. Essas áreas, por outro lado, são vivenciadas, percebidas e representadas de modo distinto por diferentes grupos sociais que vivem na cidade e fora dela (Corrêa, 2018, p. 39).

A segregação residencial é um dos mais expressivos processos espaciais que geram a fragmentação do espaço urbano (Corrêa, 1979).

A diversificação dos espaços de consumo, as novas práticas e percursos urbanos geram segmentações de outras ordens que incluem todas as esferas da vida urbana. Assim, podemos e devemos trabalhar na direção da adoção muito mais adequada da ideia de fragmentação socioespacial, o que inclui a segregação (Sposito, 2018, p. 80).

O conceito de segregação tem sua origem histórica na formação do *gueto* de Veneza (reclusão dos judeus numa ilha), ou seja, numa área segregada (Wirth, 1980). A palavra é originária do latim *segrego* e traz a ideia de cercamento. A sua aplicação acadêmica se iniciou em trabalhos precursores da Escola de Chicago.

Segundo Park e Burgess (1967), com a chegada de imigrantes e o crescimento das cidades, com os diferentes graus de integração e de assimilação dos imigrantes à sociedade, a segregação compulsória imposta às minorias negras levou à formação de diferentes “áreas sociais”.

Salgueiro (p. 2001, p. 116) considera que a “cidade fragmentada em construção” passa pelos seguintes processos:

- (1) “é um território policêntrico”;
- (2) “contém áreas mistas, com usos diferentes, que compõem megacomplexos imobiliários”;
- (3) “é composta por ‘enclaves socialmente dissonantes’, gerando ‘contiguidade sem continuidade’;
- (4) “indivíduos e atividades participam de redes de relações à distância”, gerando “dessolarização do entorno próximo”.

O termo “segregação socioespacial” foi empregado para investigar as desigualdades nas cidades europeias ou latino-americanas e utilizado até mesmo para as separações entre atividades econômicas (Vasconcelos, 2018, p.24).

A segregação residencial pensada para as moradias dos negros nos Estados Unidos é extensa, pois é uma segregação involuntária, ou melhor, um processo que coordena a formação de áreas análogas a guetos nas quais a população é obrigada a se domiciliar.

Para Castells (1983), a segregação residencial é compreendida, então, como intrinsecamente vinculada às classes sociais em seus espaços de existência e reprodução. Ela diz respeito, assim, à concentração no espaço urbano de classes sociais, gerando áreas com tendência à homogeneidade interna e à heterogeneidade entre elas.

A segregação residencial da cidade capitalista emerge a partir da localização diferenciada no espaço urbano das distintas classes sociais e de suas frações. Admite-se, assim, que quanto mais intensa a fragmentação social, mais complexa será a segregação residencial (Corrêa, 2018, p. 42).

A espacialidade da segregação residencial pode adquirir nova configuração, via de regra, mais complexa, quando mudanças na estrutura econômica, social e política são introduzidas, alterando a aparente estabilidade da configuração preexistente. A nova configuração, contudo, depende em grande parte da intensidade e duração de forças de transformação, assim como dos interesses locais em permanecer ou alterar a configuração espacial (Corrêa, 2018, p.49).

A segregação é o terceiro fator básico de diferenciação da sociedade, vinculada à tendência à concentração espacial de grupos étnicos diferentes, resultado do processo de complexificação social (Correa, 2018, p .55).

Sposito (2018, p. 63) considera que a segregação é complexa e pode implicar ou incluir ou ter interfaces com várias dinâmicas, mas não pode ser confundida com elas: diferenciação espacial, discriminação social, marginalização, estigmatização territorial, dentre outras.

Para Sposito (2018, p. 64), o conceito de segregação pode ser compreendido através de cinco dimensões:

- (1) “nem todas as formas de diferenciação e de desigualdades são, necessariamente, formas de segregação”;
- (2) “a segregação está nas múltiplas formas de adjetivá-la”;
- (3) “a segregação é sempre de natureza espacial”;
- (4) “na essência, um processo”;
- (5) “a segregação se estabelece com uma mescla de condicionantes e expressões objetivas e subjetivas”;
- (6) “a segregação vincula-se aos sujeitos sociais”.

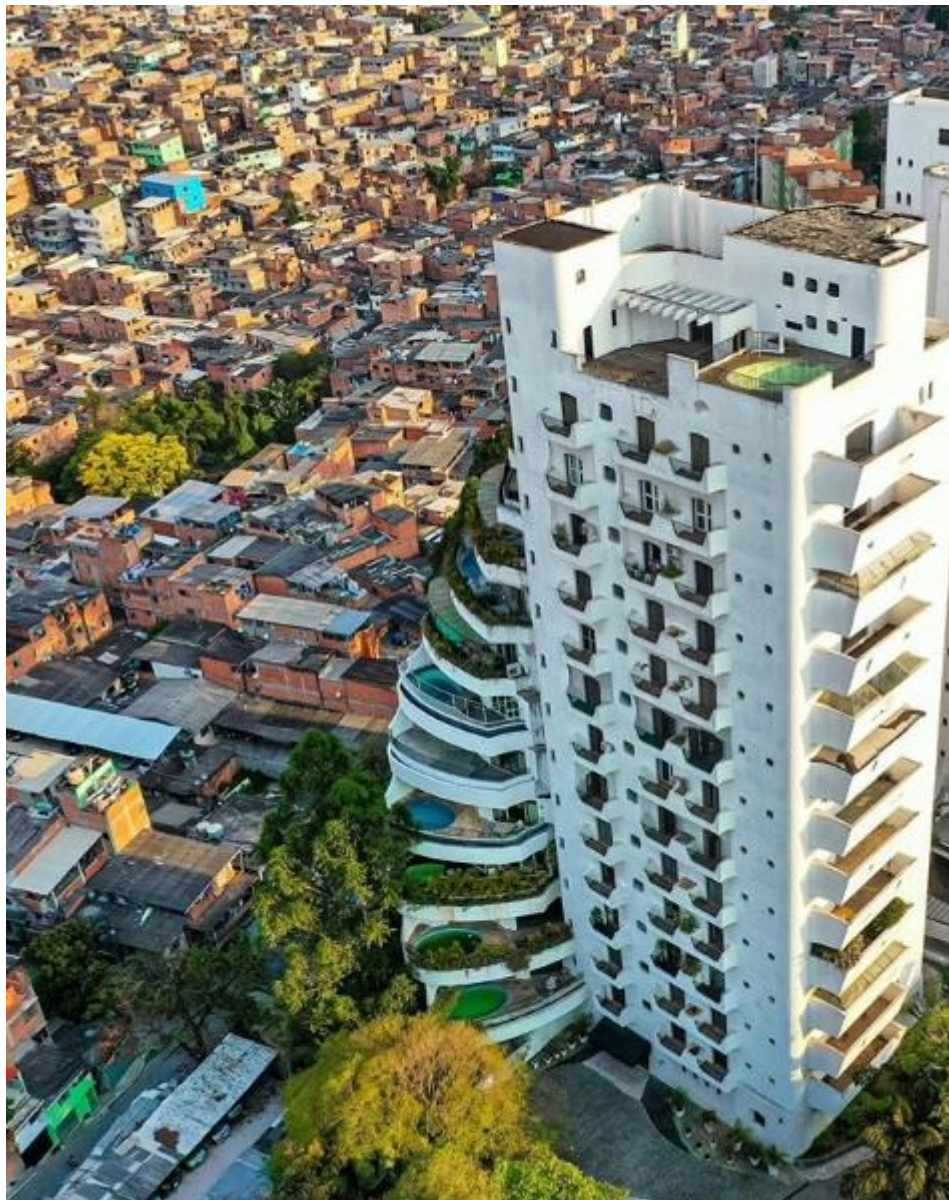
Analisar as ideias da autora nos faz refletir sobre a concepção de que a segregação é marcada por um processo apoiado em uma forte homogeneidade interna, mas, ao mesmo tempo, essa homogeneidade não é a explicação desse processo.

Sposito considera ainda que a segregação agrega uma diversidade de conceitos – social, espacial, socioespacial, urbano, residencial, étnico, com inúmeras e profundas incertezas que são mobilizadas nos discursos e nas ações, revelando os sistemas de representação.

A segregação socioespacial contrasta com a discriminação, com a estigmatização, com a marginalização, com a exclusão, com a expropriação e

com a pobreza urbana. A segregação é que trata das dinâmicas de segmentação socioespacial nas cidades, com maior grau de determinação no plano espacial (Sposito, 2018, p. 66), conforme observamos na Figura 4.

Figura 4: São Paulo – SP: Representação de Segregação Socioespacial, a favela Paraisópolis e o bairro Morumbi. 2020



Fonte: Instagram: geografiageral; Drone: Leo Campos (2020).

Não obstante ela seja espacial, sua ocorrência não é intrínseca às formas espaciais ou explicada por elas, é adversa como todo processo, e tem

forte relação com as ações que a constituem e que abarcam diferentes visões de mundo e de sociedade.

A constituição e a existência da segregação revelam a presença do campo de ações e conflitos que movem a sociedade – com uma face cada vez mais perversa – e, ao mesmo tempo, a marcante indissociabilidade entre o objetivo e o subjetivo na composição da segregação.

Para Sposito (2018, p. 79), o processo de segregação é mais intenso e mais complexo pela relação entre o espaço multi(poli)cêntrico e as formas de circulação urbanas. Este não é o único movimento, porque se combina com muitos outros: as condições políticas, os interesses culturais, as possibilidades socioeconômicas, as representações sociais ancoradas em velhas discriminações e as novas apoiadas em fatos reais ou impostas pela mídia, como a própria associação entre cidade e violência.

Pensar em segregação é refletir sobre um processo que é conectado aos atores sociais, que se segregam, e os que estão segregados. As dinâmicas do espaço urbano inerentes à segregação são resultantes do conflito entre diferentes interesses pelo uso do espaço.

A cidade explica, apenas na medida em que revela os modos como, no âmbito de uma sociedade, as forças se estabelecem, as alianças se realizam, os conflitos emergem e se aprofundam, nos planos político, econômico e ideológico, conforme classes e segmentos de classes sociais. Ela denota, também, contradições mais amplas, as de natureza cultural, étnica e religiosa (Sposito, 2018, p. 67).

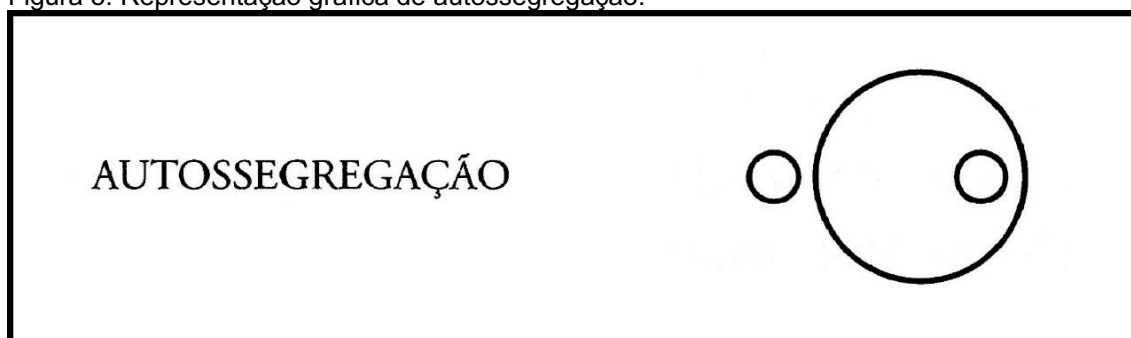
Nessa perspectiva da temática, surge a necessidade da elucidação do conceito de *autossegregação* como resultado de uma decisão voluntária da reunião de grupos socialmente homogêneos cujo melhor exemplo é o dos loteamentos e condomínios fechados com suas entradas restritas, muros e sistemas de segurança. É uma forma radical de agrupamento residencial

defensivo que procura juntar os semelhantes e excluir os diferentes e impedir o acesso dos indesejáveis (Vasconcelos, 2018, p. 27).

Este processo é comum em cidades médias e pequenas e, inclusive, em diferentes classes sociais, como no caso da construção de muros e portões em conjuntos habitacionais. Pode ocorrer no interior da cidade densa, como também no entorno das cidades. Ela caracteriza a anticidade na medida em que cria rupturas no “tecido urbano” e causa obstáculos ou impedimentos à livre circulação (Vasconcelos, 2018, p. 27).

Na Figura 5, o autor identifica o processo de autosegregação, a exemplo dos espaços residenciais fechados, onde é possível identificar uma delimitação física do recorte territorial urbano por um grupo social que se autosegrega em uma realidade paralela à externa, promovendo uma vida integrada apenas aos seus pares.

Figura 5: Representação gráfica de autosegregação.



Fonte: Vasconcelos (2018)

Organizado por: Silva, F. F. B. (2020)

Grupo esse que nega a própria concepção de cidade, visto que a diversidade e suas múltiplas identidades se refletem na construção do espaço urbano contemporâneo a partir de suas ressignificações e das reproduções dos dessemelhantes, que são sujeitos imprescindíveis para a afirmação das áreas públicas das cidades.

Carlos (2007, p. 141) afirma que

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Seu fundamento é a existência da propriedade privada do solo urbano, que diferencia o

acesso do cidadão à moradia, produzindo a fragmentação dos elementos da prática sócio-espacial urbana separando os lugares da vida enquanto elementos autônomos: neste nível a existência da propriedade privada da terra realiza desigualdades que estão na base do desenvolvimento da sociedade capitalista.

A autosegregação é a reprodução dos espaços residenciais murados ou cercados, servidos ou não por sistemas de segurança e controle. Desde a década de 1980, nas cidades brasileiras, é possível observar esse fenômeno nas novas formas de segregação socioespacial observadas nos processos de estruturação do espaço urbano.

Para Sposito (2018, p. 68), as novas lógicas contemporâneas de produção do espaço urbano

têm ampliado o tecido urbano promovendo uma cidade dispersa e uma urbanização difusa e de outro, aumentado as desigualdades socioespaciais, seja pela distribuição pouco equitativa dos meios de consumo coletivo, seja pelo baixo grau de mobilidade urbana no país, sobretudo para aqueles que não dispõem de transporte individual, ainda que não somente para estes, visto que os problemas de tráfego têm se avolumado para todos.

A complexidade das dinâmicas que compõem a segregação socioespacial gera múltiplas condicionantes de reprodução social na morfologia urbana, configurando um cenário de afastamento, de segmentação, de discriminação e, até mesmo, de isolamento socioespacial – marcas das histórias das classes mais vulneráveis nas cidades brasileiras.

Segregação e autosegregação socioespacial podem ser compreendidas como movimentos que incentivam um ao outro, quando se consideram as atuações dos sujeitos sociais envolvidos nas ações e condições para segregar. Embora sejam movimentos com agentes distintos e inúmeras

razões, geram dinâmicas e representações sociais dos espaços, bem como condutas espaciais que se conciliam.

deve-se asseverar que a fragmentação socioespacial não se trata de um processo que supera ou substitui a diferenciação e/ou a segregação socioespacial, mas, por outro lado, contribui – por meio do afastamento socioespacial entre as diferenças, no que tange às práticas de habitar e consumir a cidade – para modificar seus respectivos conteúdos, desvalorizando a diferenciação e sobrevalorizando a segregação socioespacial (DAL POZZO, 2015, p. 54).

A segregação socioespacial e a fragmentação socioespacial contradizem os processos que negam e redefinem a centralidade, tornando essa centralidade fragmentada social e funcionalmente, esparsa no território e disseminada na representação que criamos sobre a própria cidade e sobre a rede urbana.

As novas centralidades surgem nas cidades na medida em que existe a atuação de diferentes grupos econômicos capazes de investir na criação de atividades tipicamente centrais, gerando modificações nas funções urbanas.

A expansão dos sistemas de transporte urbano e o aumento no grau da mobilidade dos indivíduos nas urbes promoveram condições técnicas e funcionais para uma cidade mais expansiva. As múltiplas práticas socioespaciais (habitação, consumo, lazer, atividades esportivas, trabalho e educação) dos indivíduos levou a uma dispersão do tecido urbano.

Essas práticas colaboram para que haja um movimento de reestruturação do espaço urbano, acompanhado da necessidade do surgimento de novas áreas comerciais e de serviços, gerando novas morfologias urbanas mais complexas.

As novas centralidades surgem nas cidades com a atuação de diferentes grupos econômicos, capazes de investirem na criação de atividades tipicamente centrais, causando modificações nas funções urbanas.

Para compreender as dinâmicas urbanas nas cidades, as múltiplas e complexas relações existentes entre a sociedade, o capital e o espaço, tem sido usada a técnica de “parcelar”, de “fragmentar” o espaço urbano. No entanto, essa técnica traz dificuldades para reconhecer as representações sociais mais abrangentes, impossibilitando a constituição coletiva de noções de compartilhamento territorial quando se analisa o conjunto das relações entre diferentes segmentos sociais.

Para Sposito (2019, p.140), a centralidade também se segmenta porque não há níveis significativos e circunstâncias frequentes em que haja coincidência territorial entre as práticas socioespaciais de segmentos com diferente poder aquisitivo.

Neste sentido, a cidade dispersa não é apenas forma, mas se apresenta como condição de novos conteúdos e práticas, o que justificaria ampliar a noção de compreensão dessa nova realidade urbana a partir da ideia de urbanização difusa (Dematteis, 1998).

A centralidade se enfraquece em diferentes níveis com as novas reproduções socioespaciais, e pode efetivamente fragmentar-se, visto que ela não coincide mais na esfera social, posto que não há mais o que é central, tanto para uns como para outros.

De acordo com Corrêa (2005, p. 35):

O processo de descentralização é favorecido por dois vieses, de um lado as deseconomias de aglomeração geradas pela excessiva centralização, em consequência do aumento dos preços de impostos e alugueis e

custos da terra; congestionamentos; ausência de espaços para a expansão das atividades; restrições legais e perdas de amenidades. E, por outro lado, por fatores atrativos como: terras não ocupadas a baixos preços e custos de impostos; infra-estrutura implantada; facilidade de transportes; qualidades atrativas do sítio urbano como a topografia; controle de uso da terra e amenidades físicas e sociais nas áreas não centrais.

Para Sposito (2001, p. 238), o que é central é redefinido em escalas temporais de médio e longo prazo pela mudança na localização territorial das atividades. A centralidade é redefinida continuamente, inclusive em escalas temporais de curto prazo, pelos fluxos que se desenham através da circulação das pessoas, das mercadorias, das informações, das ideias e dos valores.

A dispersão do tecido urbano pela combinação de novas áreas residenciais e de novas instalações comerciais e de serviços nos anéis em que antes predominava a “periferia” dos mais pobres amplia as distâncias que todos têm de percorrer nas cidades, agora mais difusas, mais esparsas e menos espessas.

Segundo Capron (2006, p. 15), a cidade não seria mais somente segregada, mas igualmente fragmentada, porque está dividida por fronteiras de todos os gêneros, visto que seus “enclaves” se ignoram mutuamente.

As relações existentes entre segregação e fragmentação revelam que as cidades não são mais somente segregadas, mas igualmente fragmentadas, considerando-se que a fragmentação não anula ou substitui a segregação.

Os processos de fragmentação socioespacial são fenômenos atuais e mais complexos, posto que são resultado de excessivas dinâmicas que abarcam diversas formas de uso e apropriação do espaço.

É possível tratar tanto da segregação socioespacial como da fragmentação socioespacial nas cidades atuais, reservando-se essa última expressão para analisar o conjunto das formas de diferenciação e segmentação socioespacial presentes nos espaços urbanos contemporâneos, incluindo-se entre elas o par segregação/autossegregação, este muito mais atinente ao uso residencial do solo.

Esses processos ocorrem de forma simultânea, tanto a segregação (sobrepondo e mesclando padrões difusos do espaço urbano) quanto a fragmentação (proporções físicas, sociopolíticas e funcionais) no espaço urbano, isto é, eles se sobrepõem e se articulam nas dinâmicas socioespaciais.

De modo geral, a fragmentação urbana ocorre de forma mais abrangente, pois abarca um conjunto de cidades e só pode ser compreendida pelo conjunto das suas relações – as executadas e as não executadas. De modo mais profundo, o dualismo segregação/autossegregação é mais profundo, porque relaciona as formas materiais e imateriais de separação.

Hoje ocorre um duplo movimento que fundamenta a fragmentação socioespacial, pois ele exige o entrecruzamento das dimensões espacial e temporal para ser compreendido. O afastamento socioespacial dos cidadãos, gerando ou não segregação, resulta em desigualdade dos direitos de acesso à cidade, no sentido de dela se apropriar e de participar completamente, como compartilhamento de territórios e experiências comuns. Os tempos desiguais dos cidadãos, sobretudo em termos de mobilidade, tornam-se, deste modo, mais um plano que condiciona e orienta o processo de fragmentação socioespacial (Sposito, 2018, p. 85).

A fragmentação urbana é inerente ao atual período da produção das cidades contemporâneas, mas não substitui a segregação, pois a distinção socioespacial persiste nos dias atuais. Entretanto ela vem sendo reforçada e acentuada pela existência de impasses estruturais e sociais através de novos

empreendimentos imobiliários e de espaços residenciais fechados, bem como de equipamentos terciários fortemente privatizados e controlados.

1.3 A contribuição da Geografia na fragmentação e na segregação socioespacial em tecidos urbanos

Para a ciência geográfica, a compreensão de alguns conceitos basilares como espaço e território possibilita a construção de alguns pressupostos teóricos e metodológicos que permitem a formulação de referenciais passíveis de análise para o tratamento da produção das cidades e da fragmentação urbana.

Como categorias científicas, espaço e território são fundamentais para discussões que permeiam as análises geográficas. O primeiro é compreendido como espaço geográfico, lócus das relações existentes entre a sociedade e a natureza, incluindo as inúmeras variáveis (sociais, econômicas, políticas e ambientais) que compõem sua interação. O homem é o responsável pelo espaço geográfico, isto é, o espaço somente passa a existir quando se verifica uma interação entre o homem e o meio em que ele vive.

Para Santos (2008, p. 145),

O espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia.

Além disso, ele considera que

o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS 2008, p. 63).

Já para Castells (1983, p. 146),

O espaço é estruturado, quer dizer, ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social.

O segundo conceito é considerado para muitos autores o que possui uma abordagem jurídico-política, culturalista e econômica, sendo possível compreender as múltiplas considerações que a sociedade estabelece em relação à natureza, mediadas por mecanismos de apropriação, dominação, ocupação ou posse de uma fração do espaço.

De acordo com Haesbaert; Limonad (1999, p.8), existem basicamente três abordagens conceituais de território:

1. abordagem jurídico-política (majoritária na Geografia) – considera o território no âmbito do Estado-Nação e as diversas organizações políticas envolvidas;
2. abordagem culturalista – considera o lugar, o cotidiano e a identidade dos atores em relação com o território;
3. abordagem econômica – trata da divisão territorial do trabalho, das classes sociais e das relações de produção no território.

Para Haesbaert (2004, p. 57),

O território traz uma dimensão espacial que se revela em processos de dominação mais concretos, tanto pela produção material quanto em termos jurídico-políticos. É também um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar. O território também assume um viés multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista) e os movimentos dos agentes e grupos entrando e saindo de territórios (tidos como seus e de outros) manifesta os processos de desterritorializações e (re)territorializações.

Nessa perspectiva, o mesmo autor considera que o território pode ser entendido como uma forma de apropriação social do ambiente; é o ambiente construído, em que há múltiplas variáveis e relações recíprocas e unitárias. O homem age no território, no espaço (natural e social) de seu habitat, para produzir, para viver (objetiva e subjetivamente) (SAQUET, 2006, p. 81).

Ao analisarmos os conceitos norteadores para o desenvolvimento deste trabalho, recorreremos ao de espaço urbano sob a perspectiva das relações entre a sociedade e a natureza, ou seja, é “a marca da sociedade que o produz, sendo constantemente transformado”, representando um “produto de contradições emergentes do conflito entre as necessidades da reprodução do capital e as necessidades da sociedade como um todo” (CARLOS, 2004, p. 14).

Sposito (1991, p. 1) afirma que

A Geografia Urbana vem utilizando o termo estrutura urbana para designar o arranjo dos diferentes usos de solo no interior das cidades; a estrutura seria então como o mosaico-resultado deste processo de alocação/relocação das atividades econômicas e das funções residencial e de lazer nas cidades.

A cidade é, ao mesmo tempo, o lugar da produção e do consumo, e os espaços serão consumidos tanto para a produção de bens e serviços, como para a reprodução da força de trabalho, e para a circulação, permitindo que a troca se realize.

Santos (2012, p. 50) destaca ainda que,

Para estudar a organização espacial e, portanto, para compreender a dinâmica espacial, é preciso de um ponto de vista holístico em que sejam considerados como “ingredientes analíticos” os conceitos de forma, função, estrutura e processo, considerados categorias de análise da Geografia Urbana e que, ao contrário de possuir diferentes nuances de sentidos, interagem inseparavelmente.

É importante o papel da ciência geográfica de pensar as múltiplas relações existentes entre os sujeitos e o espaço urbano, de compreender que os indivíduos são atores que reproduzem suas identidades e trazem seus significados a esse espaço.

Carlos (2007, p.45-47): que a diferenciação espacial sempre foi um tema central da Geografia, mas que o adjetivo socioespacial “introduz uma ‘qualidade’ ao tema da diferenciação provocando um deslocamento da análise, configurando uma essência e uma orientação para a compreensão do processo espacial: o social.”

Nessa perspectiva, o homem conduz o cerne da discussão sobre sociedade e natureza, o que implica o conhecimento de várias relações: sociais, políticas, ideológicas, jurídicas, culturais, constituindo diferentes níveis da realidade acerca de suas práticas de produzir, refletir e reconhecer, afinal, a sua vivência em seu cotidiano.

A reprodução do espaço enquanto produto social é produto histórico e, ao mesmo tempo, realidade presente e imediata. Esta se realiza no cotidiano social e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar, num momento específico – revelando a dimensão do lugar como espaço-tempo da prática sócio-espacial (Carlos, 2019, p. 68).

A reprodução do poder e do capital no espaço urbano não deve ser considerada em primeiro plano, ou seja, a apropriação do espaço pelo capital privado intensifica as contradições, as desigualdades e os desequilíbrios produzindo conflitos, provocados por uma sociedade hierarquizada em classes.

Com a expansão da mancha urbana e a ocupação de antigas áreas rurais, o espaço passa a ser considerado “raridade”, em outras palavras, o espaço é produzido socialmente como mercadoria (capital) por meio de seu processo histórico com limitações à sua própria gênese. Ao longo desse processo, o espaço é o produto da reprodução social, com contradições inerentes ao seu progresso.

A Geografia pode contribuir, neste momento, subsidiando estudos espaciais que consigam desenvolver um olhar crítico no que se refere à reprodução ampliada da riqueza, percebendo a importância do Estado na criação das desigualdades interurbanas e as novas dinâmicas de urbanização.

Só assim poderíamos entender como as configurações territoriais e as alianças de classe são formadas e reformadas, como os territórios ganham e perdem poder econômico, político e militar, como o poder do Estado pode ser uma barreira para a acumulação livre do capital. (Harvey, 2005, p. 144)

Ainda assim, o autor considera que a reprodução exigiria a extensão dos limites espaciais, o que contribuiria para construir uma nova teoria para o imperialismo – a teoria do “ajuste espacial” para suprir as necessidades da acumulação.

Cada cidade carrega em sua memória um espaço que revela suas múltiplas possibilidades e identidades, com níveis da realidade com momentos diferenciados da reprodução social, ou seja, o da hegemonia política, o da reprodução ampliada da riqueza e o da realização da vivência humana.

Nesse sentido, o espaço contempla uma dupla dimensão, de um lado, a materialidade objetiva, e, de outro, um conteúdo social dado pelas relações sociais que se realizam num espaço-tempo determinado, aquele da sua reprodução da sociedade. Desloca-se o enfoque da localização das atividades no espaço para a análise do conteúdo da prática sócio-espacial como movimento de produção/apropriação/reprodução da sociedade em suas contradições e virtualidades – que escapa à realidade presentificada (Carlos, 2019, p.70).

Assim, a construção de um espaço urbano é a combinação da esfera abstrata e da esfera concreta: a primeira corresponde à criação do conhecimento, produzindo uma prática socioespacial, enquanto a segunda é a materialização das relações sociais criadoras dos lugares, capaz de ser vista, sentida e vivida.

A análise geográfica do mundo é, portanto, aquela que caminha no desvendamento dos processos constitutivos do espaço social, revelando plenamente os sujeitos e suas ações e enfocando a reprodução do espaço como momento de superação da crise de acumulação (Carlos, 2019, p. 71).

Para Carlos (2019, p. 67),

À Geografia está posto o desafio de pensar a cidade em sua perspectiva espacial, isto é, a necessidade da produção de um conhecimento que dê conta da construção de uma teoria da prática sócio-espacial urbana para desvendar a realidade urbana em sua totalidade e as possibilidades que se desenham no horizonte para a vida cotidiana na cidade. Significa pensar o processo de reprodução do espaço urbano em suas várias dimensões.

É necessário destacar as divisões interurbanas do trabalho que se estabelecem no âmbito de diferentes redes urbanas, com a conformação de diferentes sistemas urbanos, compostos por relações entre várias redes urbanas, sistemas esses estruturados e articulados em escalas geográficas (e não cartográficas) de diversas dimensões e importâncias.

Corrêa (2019, p. 41) destaca que é de suma importância para os geógrafos compreenderem a escala conceitual e a escala espacial. A primeira corresponde às relações entre o objeto de pesquisa, os problemas e os conceitos relevantes e sua representação cartográfica, enquanto a segunda representa a área de abrangência de um processo ou fenômeno (local, regional, nacional ou global).

O autor faz um convite para que pesquisadores investiguem estudos empíricos e reflexões teóricas por meio de uma análise que contenha as relações entre agentes sociais, escala e produção de espaço sob o viés temporal, acompanhada de suas transformações.

Numa análise geográfica sobre as dinâmicas de produção das cidades apoiada em determinados fatores e na direção do movimento destes, é indispensável uma perspectiva integrada, isto é, uma dimensão espacial do todo, a constatação de que é preciso olhar o regional, o nacional ou o global para entender o local.

Na escala da cidade, a economia política estabelece, a partir de estruturas espaciais mais complexas e possibilitando o acesso à cidade pela propriedade. Assim, revela as desigualdades socioespaciais e a busca de formas de apropriação de seus espaços, mostrando, em práticas socioespaciais, como se conformam as diferenças (Sposito, 2019, p. 132).

Para entender o processo de fragmentação, é necessário, de um lado, a perspectiva do tempo e, de outro, a observação das articulações entre escalas. Por fim, e o mais importante, deve-se frisar que os aspectos observados podem resultar em redefinição das ações econômicas e sociais, das práticas espaciais, bem como dos valores sobre o urbano.

As discontinuidades, tanto espaciais como temporais, não são apenas observadas no plano das relações espaciais, mas também no das formas espaciais, uma vez que a cidade perde progressivamente sua unidade espacial e os conteúdos que lhes são designativos.

As discontinuidades territoriais do tecido urbano se estabelecem mesmo em áreas urbanas que não vivem dinâmicas de aglomeração, porque as condições de circulação assim possibilitam e, sobretudo, porque os interesses fundiários e imobiliários assim as promovem.

É inevitável pensar através da ciência geográfica a morfologia urbana como conceito que precisa ser revalorizado e repensado a partir das relações

entre espaço e tempo, colocando em dúvida a ideia de centro e de periferia na escala de rede e na escala da cidade.

Segundo Savy (1995), tratar de morfologias e redes oferece elementos para se articular escalas e se ampliar perspectivas, comparativamente ao que o paradigma de área oferecia, tradicionalmente, à Geografia.

Lefebvre (1983, p. 124) afirma que

a forma urbana é *cumulativa* de todos os conteúdos, seres da natureza. Resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, dos modos de viver, das situações, das modulações ou rupturas do cotidiano. Mas é algo mais e algo distinto de somente acumulação. Os conteúdos (casas, objetos, indivíduos, situações) excluem-se enquanto diversos, incluem-se e se supõem enquanto congregados. Pode-se dizer do urbano que é forma e receptáculo, vazio e plenitude, superobjeto e não objeto, supraconsciência e totalidade das consciências. De uma parte, vincula-se à *lógica da forma e*, de outra parte, à *dialética dos conteúdos*”.

A morfologia urbana é pensada no sentido da articulação entre as formas, os processos e as lógicas que viabilizam as dinâmicas de estruturação e suas relações urbanas.

Sposito (2018, p. 63) considera que, ao conceito de segregação, como a tantos outros de natureza geográfica, deve se associar uma escala geográfica de análise, sem a qual sua compreensão fica vaga. A segregação se refere à relação entre uma parte e o conjunto da cidade.

A escala geográfica não é somente a escala de tamanho ou cartográfica, ao mesmo tempo, ela possui uma dimensão espacial, social e histórica. É relevante identificar a escolha de uma determinada escala para a análise que possibilite maior percepção da investigação proposta.

Para tanto, o Quadro 1 considera em estudos urbanos a escala urbano-regional e a escala intraurbana. A escala urbano-regional pondera que é

imprescindível uma análise macrossistêmica dos processos de globalização e das transformações no modo capitalista de produção que viabilizem alterações nas estruturas socioespaciais da cidade.

Soja (1993, p. 126) argumenta que:

Como resultado de outra rodada de reestruturação, o capital financeiro tornou-se ainda mais significativo na modelagem do espaço urbano em conjunção não apenas com o capital industrial, mas também, cada vez mais, com o outro agente de regulação e de reestruturação espacial, o Estado. Essa coalizão entre o capital e o Estado funcionou eficazmente, replanejando a cidade como uma máquina de consumo durável. O crescimento dessa "fronteira de grama" das casas suburbanas também intensificou a segregação residencial, a fragmentação social e a segmentação ocupacional da classe trabalhadora.

Uma visão integrada dos fenômenos da reprodução ampliada da riqueza gera mudanças no modo de vida dos cidadãos. Além disso, a técnica, o consumo, o trabalho e a informação condicionam o novo pensar e ampliam as contradições e os movimentos intraurbanos.

É necessário considerar que a cidade está inserida em um contexto regional, nacional e global, de forma que sua expansão e dinâmica urbana são reconhecidas pela diversidade política, econômica e cultural amparada pelo processo do capitalismo.

Santos (1996, p. 157) disserta sobre a escala da cidade-região, destacando que os processos de urbanização no mundo atual trazem à tona fortes desafios, que são capturados dependendo da escala de análise escolhida. Prender-se somente a uma única perspectiva é limitar as múltiplas dimensões do espaço urbano.

Quadro 1: Características da escala urbano-regional e intraurbana.

Escala urbano-regional	Escala intra-urbana
- No espaço urbano-regional os deslocamentos de mercadorias, energia e comunicação têm poder estruturante;	- No espaço intraurbano o que impacta na sua estrutura ou reestruturação são os transportes e a mobilidade de pessoas, enquanto portadores de mercadoria força de trabalho ou como consumidores do espaço;
- Na escala urbano-regional os modelos de desenvolvimento são fundamentais e determinantes para a articulação da organização espacial;	- Na escala intraurbana os modelos de desenvolvimento e intervenção regional não influem decisivamente na sua estrutura;
- Os temas da escala urbano-regional enfocam a reestruturação produtiva, o mundo do trabalho, a desconcentração industrial, etc.	- Os temas da escala intraurbana se dedicam a explicar a descentralização, a polinucleação, os subcentros, a reestruturação intra-urbana, etc;

Fonte: Adaptado de: VILLAÇA (1998).
Organizado por: Pinto (2010).

Entretanto, a escala intraurbana destaca as relações socioespaciais no ambiente das urbes, isto é, o deslocamento de pessoas, bens, serviços e capitais a partir das estruturas, formas, funcionalidades e contradições de cada área urbana, perpassando pela ideia da reprodução da vida social no espaço interno das cidades.

De acordo com Villaça (2001, p. 22), “o espaço intraurbano passa então a ser definido em termos dos efeitos particulares da intensidade das interações entre o social e o espacial, provocadas pela forma específica de articulação espacial da produção, da circulação do consumo, na formação social”.

No entanto, a Geografia deve estar preparada para uma postura crítica diante dos novos movimentos e momentos da realidade, em razão do dinamismo que configura o processo de produção do conhecimento do espaço e implica profundas transformações do pensamento geográfico.

O cenário atual obriga a uma constante superação da ciência geográfica para desvelar novos caminhos teórico-metodológicos na elaboração de novos

conceitos e fundamentos que expliquem a prática social integrada à realidade, revelando o dinamismo espaço-temporal das transformações urbanas.

1.4 O papel do Estado, suas articulações no planejamento urbano das cidades e implicações na fragmentação socioespacial

A literatura científica, a partir da década de 1970, aborda uma análise crítica e uma interdisciplinaridade epistemológica para a construção dos diferentes conceitos e definições sobre o espaço urbano à luz das transformações da urbanização, conforme o avanço da reprodução ampliada e da reestruturação da globalização.

A extensão do capitalismo realizou a generalização do espaço como propriedade privada, criando a contradição entre o espaço produzido como valor de uso e como valor de troca, com a separação radical entre espaço público e privado e o aprofundamento da segregação, bem como a relação entre o Estado que domina o espaço, produzindo-o de forma homogênea, e o modo de apropriação que se quer diferencial (Carlos, 2018 p. 68).

Neste sentido, a cidade é o lócus, o espaço de reprodução da força de trabalho, da troca e do consumo. Assim, o planejamento urbano é criticado por ser considerado um instrumento de coerção e normatização do espaço pelo Estado.

O Estado, neste contexto, subsidia e fomenta mecanismos para as demandas da reprodução do capital nas urbes. Ele é o principal responsável pela criação de estruturas urbanas, incluindo serviços e equipamentos coletivos, infraestruturas (transporte, saneamento, energia), habitação e a produção e circulação de mercadorias.

Na obra *O estado capitalista e a questão urbana*, de Lojkine (1997), o autor afirma as contradições que o Estado reforça com suas políticas urbanas voltadas para o agravamento do estágio monopolista do capital.

Longe de suprimir a contradição entre meios de reprodução do capital e meios de reprodução da força de trabalho, a política urbana vai exacerbá-la, tornando-se um instrumento de seleção e de dissociação sistemática dos diferentes tipos de equipamento urbano, de acordo com seu grau de rentabilidade e de utilidade imediata para o capital. Contradição reforçada no estágio monopolista pelo fracionamento da classe capitalista e refletida no nível estatal pela constituição do que chamamos uma política "monopolista", ou seja, a instauração de instrumentos jurídicos, ideológicos e financeiros a serviço da fração monopolista do capital. Agente principal da distribuição social e espacial dos equipamentos urbanos para as diferentes classes e frações de classes, o Estado monopolista vai portanto refletir ativamente as contradições e as lutas de classe geradas pela segregação social dos valores de uso urbanos. Longe de unificar o aparelho de Estado, a subordinação de sua política à fração monopolista do capital vai, pelo contrário, agravar as fissuras, as contradições entre segmentos estatais, suportes de funções sociais contraditórias (Lojkine, 1997, p. 193).

O Estado é reconhecido, portanto, como órgão de uma sociedade constituída em classes, entretanto suas ações são direcionadas no sentido de assegurar e fortalecer os interesses da classe que detém a hegemonia sobre o conjunto da sociedade.

Para Santos (2018, p.121),

o poder público é chamado, nos últimos trinta anos, a exercer um papel extremamente ativo na produção da cidade. Seguindo o movimento geral do sistema capitalista que consagra concentrações e centralizações, a cidade do capital concorrencial cede lugar à cidade do capital monopolista ou oligopolista.

Lorena (2012, p. 98) afirma ainda que

A novidade da intervenção estatal capitalista é que ela se dá na forma abstrata de uma representação dos interesses de todo o conjunto da sociedade, quando, na verdade, expressa em última instância os interesses da classe dominante. A intervenção estatal tem também como uma de suas metas criar mecanismos que deem conta de regular e controlar as contradições que se acumulam no urbano, mantendo os pilares da ordem vigente.

As estruturas urbanas atendem, mesmo que em critérios ínfimos, as necessidades que surgem do processo de reprodução da força de trabalho. Dessa forma, o fornecimento dessas estruturas urbanas será feito de modo a atender prioritariamente os interesses do capital, ao mesmo tempo criando um ambiente de condições básicas para a sobrevivência da sociedade, o que Limonad (1999, p. 78) considera como “apaziguar a inquietação social”.

As ações do Estado na cidade teriam como objetivo viabilizar a reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, do capital, bem como reduzir o preço da força de trabalho (habitação, transportes, etc.) e aumentar a possibilidade de extração do excedente. O planejamento urbano e as políticas estatais na cidade corresponderiam, então, a ações no campo do consumo para viabilizar a produção da mais-valia (Castells, 1983, p. 67).

Limonad (1999, p. 79) pondera que o Estado desempenhou um papel chave no (re)planejamento das cidades e em sua adequação às novas necessidades que se antepunham ao desenvolvimento do capitalismo.

O poder político institucional regulariza, através do planejamento urbano, os desejos e anseios do capital, baseado na expansão e no crescimento do tecido urbano, para a reprodução ampliada e a reestruturação do capitalismo na produção do espaço urbano.

O Estado ressalta três linhas de orientação de investimentos públicos urbanos: a) aquela orientada pelos interesses do mercado imobiliário, cujo motor é a valorização imobiliária; b) aquela definida pelo marketing urbano, cujo motor é a visibilidade; e c) aquela definida pela relação clientelista, que responde a interesses eleitorais (Maricato, 2015, p. 81).

Ao mesmo tempo, é possível analisar diversos estudos sobre os movimentos sociais urbanos objetivados com as novas formas de luta política e com a reprodução da força de trabalho e o consumo coletivo.

Lojkine (1997, p. 193) afirma que as políticas urbanas no capitalismo, no processo de desenvolvimento das condições gerais de produção, são de caráter contraditório. Segundo o autor: “[...] à necessidade de desenvolver a socialização das forças produtivas materiais e humanas responde à necessidade oposta, que o capitalismo tem, de subordinar o crescimento econômico unicamente à valorização do capital.”

Salgueiro destaca entre suas obras os poderes e agentes da produção do espaço: Estado como um “ator privilegiado”; os proprietários do solo; os promotores; os construtores; os financiadores; os mediadores; e os utilizadores. Ela ainda menciona três tipos de promotores-construtores: o Estado e as autarquias; as empresas imobiliárias e os pequenos e médios promotores (Salgueiro, 2001, p. 69 apud Vasconcelos, 2019, p. 89).

Camargo, Lamparelli, George (2019, p. 40) consideram as seguintes hipóteses relativas à intervenção do Estado no urbano ao longo do processo histórico de consolidação das cidades brasileiras:

- **1ª hipótese**

O Estado cria o urbano, isto é, lócus de sua administração, intervém no urbano, sobretudo através da instância municipal, para cuidar das condições urbanas. “O município toma a seu cargo as poucas condições gerais urbanas para o consumo da classe dominante”.

- **2ª hipótese**

O Estado intervém apenas nas relações econômicas gerais, não obstante, a sua atuação tem reflexos significativos nas cidades: “O Estado direciona o excedente gerado pela atividade cafeeira, do setor agrícola para o setor industrial nascente”. Ele regulamenta as relações capital/trabalho, define o salário mínimo das indústrias, cria a legislação trabalhista, incentiva a mão de obra nas cidades.

- **3ª hipótese**

Neste momento, o Estado cria condições para a acumulação. Sua atuação é voltada para as classes dominantes, para as infraestruturas urbanas (transportes, energia elétrica, saneamento, insumos básicos para as indústrias), com demandas necessárias para a reprodução do capital. Ao mesmo tempo, atua solucionando problemas pontuais no espaço urbano, omitindo as questões urbanas mais graves, que afetam a crescente classe trabalhadora.

- **4ª hipótese**

A abertura do capital estrangeiro nos países periféricos exige que o Estado tenha uma ação inteiramente voltada para a criação de condições gerais de acumulação, o que passa pela necessidade da reprodução do consumo para as classes médias nas cidades. Porém, o agravamento das questões urbanas das classes trabalhadoras começa atingir a própria dinâmica de acumulação, assim como a estabilidade do sistema econômico como um todo.

- **5ª hipótese**

Por fim, neste momento, o Estado executa suas ações voltadas aos problemas urbanos para o retorno das condições gerais para a reprodução da força de trabalho.

O urbano, atualmente, aparece como uma crescente preocupação do Estado para que se mantenham as condições de reprodução da força de trabalho, e atende preferencialmente as necessidades das classes média e alta.

Corrêa (1997, p. 65) acrescenta ainda que a atuação das corporações por meio do Estado impregna seus próprios interesses, cria infraestruturas

viárias e energéticas que lhe são benéficas, ainda que possa servir a muitos outros agentes sociais e indivíduos.

No Brasil, o Estado, em seu primeiro ciclo, foi o principal agente a facilitar, permitir e articular para que ocorresse o desenvolvimento das atividades econômicas, mesmo que à custa das forças das classes trabalhadoras.

Ao abrir o mercado para o capital internacional, o Estado passou a possibilitar a concentração de capitais e a constituição dos monopólios nacionais, atuando ele próprio na esfera da produção. Os mecanismos regulatórios promovidos pelo Estado para a manutenção dos interesses das classes dominantes passam pelas práticas dos subsídios ao custo da reprodução da força de trabalho, pela manutenção do “exército industrial” (abundância de mão de obra barata e de condições mínimas trabalhistas) e pela baixa adesão às demandas sociais.

Além disso, o Estado se apresenta em organismos estatais como empresas público-privadas que operam como empresas privadas, buscando a maximização dos lucros e sendo favorecidas por créditos com baixa taxa de juros, socializando boa parte dos seus custos para a sociedade através da forma de financiamento.

Maricato (2015, p. 73) acrescenta ainda:

As suspeitas ações de privatização de empresas públicas no Brasil, largamente financiadas pelo próprio Estado no início dos anos 1990, foram precedidas de uma ampla campanha na mídia envolvendo inclusive os comunicadores mais populares encarregados de desmoralizar o Estado e exaltar a capacidade da iniciativa privada.

Segundo Camargo, Lamparelli, George (2019, p. 22):

O Estado, como guardião de certos interesses das classes dominantes e da coesão do todo social, sua intervenção, no fundo,

possui um critério multifacetado, isto é, implanta um conjunto de ações ou políticas para beneficiar, ao mesmo tempo, interesses divergentes.

Com o agravamento dos problemas urbanos, a sociedade civil passa a exigir do Estado providências na gestão e prestação de serviços originários das demandas sociais nos espaços urbanos. No seio da sociedade, surgem lutas e movimentos sociais que questionam a própria existência do Estado. Com as evidências das contradições nas urbes, o Estado passa a ser obrigado a interferir como normalizador, regulador e muitas vezes produtor do próprio espaço urbano.

Para Camargo, Lamparelli, George (2019, p. 44):

é evidente que há relações diretas e estreitas entre o urbano e a acumulação, bem como com a política em geral, mas é difícil detectar nelas a intervenção do Estado. Portanto, o Estado e o urbano possuem inter-relações enquanto sujeito e objeto da reprodução social nas cidades.

Para os autores, os planos de urbanização, as leis de zoneamento e as obras pontuais, bem como o planejamento urbano, aparecem como atividades que organizam e operacionalizam (racionalidade técnica) as intervenções do Estado e minimizam suas contradições como gestor das políticas públicas urbanas, concomitantemente facilitando a hegemonia das classes dominantes.

Maricato (2015, p. 87) considera ainda

que o planejamento urbano modernista funcionalista, importante instrumento de dominação ideológica, contribuiu para a consolidação de sociedades desiguais ao ocultar a cidade real e preservar condições para a formação de um mercado imobiliário especulativo e restrito a uma minoria.

A flexibilização da força de trabalho é pensada como uma estratégia de diversos agentes sociais, entre eles o Estado e as empresas, para a reprodução da livre circulação de capitais nos espaços urbanos.

Harvey (1985, p. 32) acrescenta:

A livre mobilidade espacial da força de trabalho e sua fácil adequação constitui-se em condição necessária à circulação do capital no espaço. Paradoxalmente, por preferirem uma parcela da força de trabalho estável num território delimitado, os capitalistas individuais tendem a apoiar ações estatais que restrinjam a livre mobilidade da força de trabalho.

Nas cidades contemporâneas, são constantemente adotadas ações estratégicas de reprodução ampliada da riqueza, denominadas por Harvey (1996, p. 140) de acumulação flexível, que alteram o papel do Estado como agente atuante no planejamento e ordenamento do espaço urbano.

A instituição estatal é omissa na elaboração de políticas públicas dirigidas à promoção de direitos e proteção social, sejam as regulamentações de trabalho ou o direito à cidade.

Os resultados são o desemprego, a precarização dos vínculos empregatícios, a flexibilização das leis trabalhistas, a desvinculação dos processos produtivos e da participação de lucros nas empresas – o que Georges Benko chama de “uma modalidade de aprofundamento das relações capitalistas” (Benko, 1996 p. 20) –, bem como a ausência de direitos vinculados ao uso e à função dos espaços urbanos, a diminuição no grau de mobilidade, a precarização na oferta de serviços básicos e a baixa interatividade das classes sociais mais vulneráveis com os espaços públicos.

As consequências sociais na produção do espaço urbano são igualmente trágicas, na medida em que a ausência seletiva de regulamentação, regulação e promoção de políticas públicas deixa a cidade à mercê de interesses dos agentes mais vorazes, como o capital imobiliário; empresas que operam as concessões públicas, como transportes, saúde, educação, segurança etc. Disso resulta a cidade como espaço exclusivamente do capital e a instituição de um novo dinamismo em termos de novas tendências da urbanização, que se expressa tanto em termos da intensificação da expansão metropolitana como na constituição de redes urbanas e novas perspectivas do interior, particularmente, na redefinição dos papéis das cidades médias na rede urbana (CAMARGO, LAMPARELLI, GEORGE, 2019. p. 44).

Vale ressaltar as atribuições do Estado em relação aos problemas urbanos e às ações voltadas ao enfrentamento das desigualdades de acesso e permanência. A instituição deve adotar medidas, entre elas políticas voltadas para a coesão social, traduzidas em instrumentos democráticos de gestão da cidade.

Resgatando seus múltiplos papéis na concepção capitalista de produção, essa complexidade perpassa pelo fato de que o Estado consiste em ser o palco de diferentes interesses e embates políticos, econômicos e sociais, de acordo com cada momento histórico e com a dinâmica socioespacial. Samson (1980) apud Corrêa (2019, p.45) considera um leque de possibilidades de ação do Estado, que inclui, entre outras, as seguintes:

- estabelecer o marco jurídico (leis, regras, normas, posturas) de produção e uso do espaço;
- taxar a propriedade fundiária, as edificações, o uso da terra e as atividades produtivas: diferenciais espaciais dessa taxaço refletem e condicionam a diferenciação socioespacial no espaço urbano;
- produzir as condições de produção para outros agentes sociais, como vias de tráfego, sistemas de energia, água e esgotamento sanitário, assim como o próprio espaço físico da cidade, por meio de obras de drenagem, desmonte e aterramento;
- controlar o mercado fundiário, tornando-se, sob certas condições, proprietário de glebas que poderão ser permutadas com outros agentes sociais;
- tornar-se promotor imobiliário, investindo na produção de imóveis residenciais em determinados locais do espaço intraurbano para

determinados grupos sociais – essa ação tende, via de regra, a reforçar a diferenciação interna da cidade no que diz respeito à segregação residencial;

- tornar-se produtor industrial, interferindo assim na produção do espaço por meio da implantação de unidades fabris e de impactos em outras áreas, próximas ou distantes de suas instalações industriais: conjuntos habitacionais, loteamentos populares e favelas são criados, em parte, em decorrência das indústrias do Estado, cuja ação interfere na divisão econômica do espaço e na divisão social do espaço da cidade.

Para Corrêa (2019, p. 46), o Estado envolve múltiplos papéis com pesos distintos no tempo e no espaço, tornando-se necessário que novos estudos sejam realizados, tanto na esfera federal quanto na estadual e na municipal.

Um planejamento urbano adequado é um importante instrumento de políticas públicas comprometido com a inclusão social e exige uma abordagem sistêmica quando se pensa nas dinâmicas urbanas (problemas econômicos, sociais, ambientais e urbanísticos). O Estado deve executar suas ações voltadas para solucionar as demandas socioespaciais.

Maricato (2015, p. 86) critica o papel do Estado em seus atos regulatórios, pois, para a autora,

num país onde as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias, o chamado Plano Diretor está desvinculado da gestão urbana. Discurso pleno de boas intenções, mas distante da prática. Conceitos reificados, reafirmados em seminários internacionais, ignoram a maioria da população. A habitação social, o transporte público, o saneamento e a drenagem não têm o status de temas importantes (ou centrais, como deveria ser) para tal urbanismo.

A redução do papel do Estado é um dos fatores que modifica os processos e as formas socioespaciais nas cidades, criando um cenário de

novas desigualdades e desequilíbrios, sem excluir os conflitos raciais, religiosos e políticos presentes.

O Estado legitima e regulariza através de seus atos legislativos as complexas relações existentes entre capital e sociedade, fruto de uma demanda da agenda financiada pelos atores hegemônicos da ordem capitalista de produção.

A atual fase da globalização, cuja essência é a integração econômica, política e social, traz controvérsias, visto que a fragmentação acompanha esse processo. As desigualdades de acesso às técnicas capitais e à informação nos países periféricos contribuem para a nova ordem mundial.

Na produção do espaço urbano não é diferente, a acumulação do capital delimita a expansão e o desenvolvimento das cidades. Entre as suas ações, ocorre a criação de áreas fragmentadas em que, de um lado, observam-se áreas residenciais planejadas e pensadas em estruturas urbanas sofisticadas representando qualidade de vida para seus cidadãos, e, de outro, a ocupação de áreas irregulares pela população mais vulnerável, ou até mesmo a criação de bairros periféricos de baixa renda para estimular a valorização das terras fundiárias das elites locais das urbes.

A fragmentação da terra urbana permite que os proprietários fundiários exerçam enorme poder sobre um meio imprescindível para o investimento público na infraestrutura urbanística, encarecendo o preço dos terrenos. A especulação fundiária tem sido combatida com instrumentos jurídicos, como o direito de preempção; estes, no entanto, têm-se mostrado insuficientes diante do mercado de terras, pois os proprietários antecipam a valorização no preço da terra que tenha sido declarada do interesse do poder público (SANTOS, 2016, p. 94).

Após as discussões e os aportes da literatura apresentados, é inegável a participação do Estado na produção e reprodução do espaço urbano como ator principal e definidor das práticas socioespaciais das cidades. A instituição

estatal contribui para os novos arranjos urbanos, entre eles a fragmentação e a segregação urbana.

A delimitação de novos fragmentos, isto é, de mosaicos urbanos com recortes baseados nos desequilíbrios, nas desigualdades e na separação de acesso a infraestruturas e serviços urbanos, é um processo recorrente na produção das cidades contemporâneas.

O espaço urbano é o retrato das contradições – com diferentes estruturas, formas e agentes sociais conectados pela sua história –, atribuídas, em seu conjunto, à ordem global e à sua práxis.

1.5 Pandemia e cidades

A história das cidades está diretamente relacionada à evolução dos processos médico-sanitários alcançados nos últimos séculos. As questões de saúde pública estão associadas historicamente ao espaço urbano e a suas características estruturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais.

O espaço urbano e as epidemias possuem uma relação amalgamada, tendo se adaptado às condições sanitárias de cada período histórico, havendo alteração das relações entre o homem e o espaço e suas múltiplas variáveis.

Ao longo da consolidação das cidades, criou-se um ambiente propício à disseminação de doenças e ciclos pandêmicos. O planejamento urbano e o desenvolvimento das cidades pensado com a criação de parques e jardins, de ruas largas, espaços e casas ventiladas, além do saneamento básico, foram respostas imprescindíveis para sanar as crises sanitárias no espaço urbano.

O diálogo entre cidade e saúde não é recente. Desde o século V a.C., já se pensava nas investigações da medicina a partir das questões ambientais. Para o médico e filósofo grego Hipócrates, chamado “pai da medicina”, a saúde era expressa pelas condições sanitárias do habitat. A medicina hipocrática dos séculos V e IV a.C. valorizava a prática clínica e a observação da natureza, à qual atribuía grande importância na causa das doenças, nela podendo ser encontradas as origens da corrente ecológica moderna (BARATA,1990). Os discípulos de Hipócrates pensavam nas questões ambientais para condicionar a existência de cidades saudáveis.

A principal pauta mundial no ano de 2020 foram os efeitos devastadores do novo coronavírus, o Sars-CoV-2, causador da Covid-19. Seus impactos ainda estão sendo compreendidos por diferentes especialistas e áreas do conhecimento à medida que a pandemia se propaga em uma escala global e que se tenta conter os efeitos da pandemia. A Covid-19 deixará traços espaciais e sociais nas cidades que irão reverberar por diferentes gerações.

A Geografia tem papel fundamental em pensar as cidades sob a perspectiva da saúde global, visto que cerca de 55% da população mundial vivem em espaços urbanos (ONU,2019). Além disso, a atual sociedade reproduz suas práticas sociais orientada em uma concentração da população nos grandes centros urbanos, bem como no uso e no consumo em diferentes espaços urbanos públicos e privados conduzidos pelos costumes do mundo globalizado.

A atual pandemia difere das demais ocorridas em séculos anteriores e conter sua propagação se torna complexo, na medida em que o mundo

contemporâneo é organizado em múltiplas escalas, e que a circulação e conectividade entre diferentes lugares subsidiam a difusão espacial do vírus.

Para Smith, os vírus Sars-CoV-2 “saltam em escalas geográficas”, isto é, são transportados para vários territórios, atravessando continentes e oceanos em um curto período, interligando áreas que são beneficiadas por infraestruturas urbanas como aeroportos e portos (SPÓSITO; GUIMARÃES, 2020).

1.5.1 Planejamento urbano e crises sanitárias

Não há dúvida de que os aspectos sanitaristas de maneira geral sempre estiveram presentes na história da humanidade. Em Roma (século V d.C.), as estruturas urbanas eram pensadas para atender as necessidades sanitárias da população. Segundo Munford (1998, p. 237), os romanos eram notáveis pelo calçamento das ruas, pelo suprimento de água e pelos esgotos. As águas chegavam por meio de aquedutos para alimentar os banhos públicos e as pandemias eram mais raras.

Na Idade Média, com o crescimento das cidades, as práticas sanitaristas não acompanharam o incremento populacional, originando graves problemas relativos à ausência de saneamento básico com o surgimento de pandemias.

As mudanças ocorridas no papel das cidades durante o período da Revolução Industrial transformaram significativamente a dinâmica de uso destas e as funções do espaço urbano. O aumento exponencial no crescimento demográfico e no número de surgimento de cidades em todo o continente europeu trouxe impactos higiênicos aos tecidos urbanos.

O adensamento e extensão sem precedentes dos bairros operários tornam quase impossível o escoamento dos detritos; ao longo das ruas correm águas servidas e esgotos a descoberto, e qualquer recanto está cheio de amontoados de lixo e imundices. Os bairros residenciais são construídos preferencialmente próximos dos locais de trabalho, pelo que as casas e as oficinas ficam amiúde em contato, alternando-se sem qualquer ordem e perturbando-se mutuamente. (ABIKO et al., 1995, p. 39).

A cidade industrial neste período é caracterizada pelo congestionamento e pela insalubridade; sem um sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário e sem coleta de lixo atendendo à população de operários, surgem epidemias difíceis de serem controladas, além de doenças que prejudicam a população como um todo (ABIKO et al., 1995, p. 40).

As preocupações com o planejamento urbano e os aspectos sanitários surgem, havendo uma busca substancial para promover melhorias nas condições de salubridade dos cidadãos e trabalhadores das grandes indústrias.

Nos anos seguintes, os problemas urbanos relacionados às questões sanitárias não são sanados, surgindo, então, no final do século XVIII e início do século XIX, a corrente de pensamento conhecida como higienismo, doutrina preocupada com a saúde e a qualidade do ar nas cidades.

Cinco séculos antes de Cristo, Hipócrates, no tratado *Água, ares e lugares*, já havia relacionado as condições atmosféricas, a variação das estações e a localização das cidades com a origem de algumas doenças. Com a retomada da tradição hipocrática, dava-se novamente ênfase à ação dos fatores ambientais sobre o organismo humano. Desenvolve-se a partir de então uma medicina que punha acento nas relações entre o homem doente, a natureza e a sociedade (COSTA, 2013, p. 52).

Até então, era a concepção miasmática que prevalecia na medicina. Dito de outro modo, até o fim do século XIX, as causas das doenças eram procuradas no ar malsão das cidades (miasmas). Os odores pestilenciais, que circulavam no ar da cidade, eram considerados como um fator de risco para a saúde das populações (CHASLES, 2016, p. 69).

Engenheiros e médicos planejavam as cidades com o objetivo de conter os surtos epidêmicos e de combater a difusão dos miasmas. Tais ações foram realizadas no desenvolvimento do saneamento básico (construção de esgoto e tratamento dos resíduos), no alargamento de ruas, no aumento do número de praças e áreas verdes favorecendo a circulação do ar. Além disso, foi realizada a abertura de grandes avenidas, feita a pavimentação de ruas, a construção de passeios e aumentou-se o número das fontes de água.

O engenheiro e o médico, em especial o médico-sanitarista, aparecem como personagens de uma elite que propiciará as intervenções necessárias ao estabelecimento da nova ordem higienista; ações sanitárias serão desenvolvidas com vistas a combater epidemias, um ideal de limpeza e, ao mesmo tempo, desejo utópico do progresso (SOBRINHO, 2013, p. 215).

No Brasil, o movimento sanitarista esteve ligado às articulações das elites econômicas e intelectuais, e ocorreu no período de mudança de um país colonial para um país republicano. Com a chegada da família real ao país, era necessário implementar medidas sanitárias, o que obrigou o capital a “civilizar” as cidades, isto é, a “europeizar, ocidentalizar, higienizar” para receber a corte portuguesa.

Assim, no século XIX, foram criadas diversas medidas relativas à higiene pública e políticas de reforma sanitaristas em grande parte do território brasileiro. As respostas e soluções para os problemas sanitários urbanos significaram, para a burguesia, a execução de um trabalho de higienização nos grandes centros urbanos, entre eles na cidade de São Paulo e no Rio de Janeiro.

As epidemias foram as grandes responsáveis pelo surgimento de uma consciência da interdependência sanitária entre as elites. O número de mortes, em função de epidemias como a febre amarela e a varíola, fez com que cidades como o Rio de Janeiro e São

Paulo dessem início a uma série de projetos, leis e códigos de saúde pública (HOCHMAN, 1998, p. 45).

Na cidade de São Paulo, as concepções higienistas foram reveladas com a construção de grandes avenidas e a criação de bairros como Campos Elíseos, Higienópolis e Bela Vista, visando seguir os hábitos europeus em razão do interesse de elites e autoridades.

Já na cidade do Rio de Janeiro, a ação do Estado, juntamente com as elites burguesas, conduziam ao discurso de extinção dos cortiços da área central da urbe, considerados ambientes insalubres em que os hábitos de higiene corporal dos moradores inexistiam. Além da presença de pobres e proletários em becos e ruelas da cidade, as práticas de roubos, assaltos e homicídios, assim como a prostituição, eram tidos como os responsáveis pela situação de insalubridade da capital carioca.

O controle sobre o pobre e a habitação popular se baseava na crença generalizada de que a “casa imunda” e o cortiço eram os focos de origem dos surtos epidêmicos e dos vícios. Dessa forma, os cortiços eram vistos tanto como um problema para o controle social dos pobres quanto como uma ameaça para as condições higiênicas da cidade (MACHADO, 2011, p. 12).

No passado, grandes pandemias assolaram a humanidade em diversas nações, dizimando povos e limitando o crescimento demográfico mundial, deixando marcas na história das sociedades, gerando efeitos devastadores para diferentes gerações.

A peste bubônica, também chamada de peste negra, ocorreu entre os anos de 1343 a 1353. Tendo sido considerada a maior pandemia da Idade Média, é uma doença causada por pulgas hospedeiras de bactérias que infectaram inúmeros ratos pretos que, ao entrarem em contato com os humanos, transmitiam a doença.

Os sintomas da doença consistiam em febre, dores de cabeça e vômitos. A doença atingia o sistema linfático, circulatório, respiratório e sanguíneo, aumentando drasticamente a letalidade em poucos dias. Ela atingiu proporções continentais, espalhando-se por toda a Europa, China, Oriente Médio, Rússia e Escócia. O número de mortes aproximou-se de 50 milhões de pessoas, e a ausência de saneamento básico, higiene e recursos científicos impossibilitaram o controle da doença.

Entre 1917 a 1919, a gripe espanhola devastou a população mundial, atingindo cerca de 100 milhões de mortos. O vírus Influenza (normalmente associado às gripes recorrentes e ao H1N1) teve sua primeira transmissão entre soldados nos Estados Unidos durante a preparação para a Primeira Guerra Mundial. Porém, com o avanço da guerra, a disseminação da doença atingiu o continente europeu, acarretando sucessivas mortes, sendo esta considerada a maior pandemia da história da humanidade.

A origem geográfica da mutação do vírus é desconhecida, o grau de letalidade variou de 6% a 8% durante o surto, infectando 27% da população mundial, conhecida como gripe pneumónica ou peste pneumónica. O número de mortes representou 5% da população mundial.

A cólera, doença ainda não erradicada, matou, entre os anos 1817 a 1824, milhares de pessoas. Foi a primeira pandemia que alcançou todos os continentes, e ao longo de sua história oito surtos pandêmicos atingiram a humanidade. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a principal forma de infecção por cólera é por meio de água e alimentos infectados. O vírus mata até hoje de 100 a 120 mil pessoas por ano no mundo todo. A melhor forma de combate a essa doença é pelo investimento do poder

público em vacinas e na prevenção — esta inclui higienização correta de alimentos e saneamento básico adequado.

A varíola, que causava verrugas no corpo das pessoas infectadas, arruinou durante anos a humanidade, e, até a sua erradicação, em 1980, matou cerca de 300 milhões de pessoas. Apesar da capacidade das campanhas de vacinação, ainda assim 30% da população mundial sucumbiu à doença até 1980.

Por fim, temos a tuberculose, conhecida como “mal do século”. Entre os anos 1850 a 1950, ocorreu o principal surto da doença, que ataca o sistema respiratório e é causada por uma bactéria (bacilo de Koch). Atualmente, é considerada controlada, tratada com antibiótico (penicilina) e atinge normalmente regiões mais pobres e pessoas portadoras do HIV.

O planejamento territorial no início do século XIX tinha como objetivo construir, ampliar, ordenar, embelezar e sanear as cidades, proporcionando melhor qualidade de vida para seus habitantes. O objetivo era ordenar o espaço por meio de traçados viários, proporcionando condições sanitárias eficientes.

[...] na transição do século XIX para o século XX, foi introduzido nos planos urbanos a variável “saneamento”, em consequência dos inúmeros surtos epidêmicos ocorridos nas cidades, advindos principalmente das condições precárias de higiene. Mas foi em meados de 1930 que os arquitetos denominados modernistas acadêmicos se reuniram e determinaram que as três funções fundamentais do urbanismo seriam: habitar, trabalhar e recrear, com o escopo de delimitar a ocupação do solo, organizar a circulação e a legislação (SOUZA, 2018, p. 60).

No Brasil, as mudanças atingiram a estrutura física das cidades por meio de grandes obras de requalificação das áreas centrais, da implantação de rede

de água e de esgoto e da criação de espaços destinados à recreação e a práticas de lazer, considerando-se o ponto de vista estético e a salubridade.

Pouco a pouco, os projetos e as realizações da engenharia sanitária – e a abordagem abrangente da cidade por ela propagada – materializaram e firmaram, no Brasil, não só o debate sobre a urbanização, como também a conseqüente ideia de planejamento urbano (ANDRADE,1992).

Neste contexto, o urbanismo sanitário brasileiro tem como principal personalidade o engenheiro Saturnino de Brito, que com suas obras e ideais possibilitou a criação da morfologia urbana tendo como elemento norteador o saneamento básico.

A problemática do saneamento nortearia toda a atuação do engenheiro, ao considerar a influência de todos os elementos que compõem o meio físico – quais fossem o ar atmosférico, os solos e as águas, as edificações públicas e particulares, as ruas, praças, parques e jardins, o lixo, e as redes de abastecimento d'água e de esgotamento sanitário –, sobre a saúde da população e sobre a salubridade dos centros urbanos, justificando, assim, seus planos gerais (DANTAS, 2003, p. 55).

As crises sanitárias no mundo desencadearam o desenvolvimento de pesquisas e práticas urbanas capazes de conter os surtos das grandes pandemias. O planejamento urbano e o urbanismo sanitário propõem solucionar, através de técnicas e leis urbanísticas, os problemas urbanos relativos às questões sanitárias.

No capítulo seguinte abordamos o contexto da fragmentação socioespacial em cidades médias, quais são as principais implicações e conseqüências na dinâmica urbana das cidades. Para tanto, destacamos três cidades médias em diferentes estados brasileiros, aproximando-se ao processo de fragmentação socioespacial na cidade de Uberlândia-MG.

CAPÍTULO 2 – FRAGMENTAÇÃO, SEGREGAÇÃO E DINÂMICA URBANA: LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO DOS SETORES DE UBERLÂNDIA

2.1 Fragmentação e segregação urbana em cidades médias brasileiras

É importante esclarecer que existem distintas terminologias constantemente utilizadas na literatura para conceituar cidades médias. Na década de 1970, surgem no Brasil as primeiras tentativas de abordagem e definição teórica das cidades médias. Em um primeiro momento, a dimensão de escala da cidade, isto é, o seu tamanho, considerado de “porte médio”, contaria como uma dimensão intermediária.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “a cidade média é aquela que possui população entre 100.000 e 500.000 habitantes”. Já para Organização das Nações Unidas (ONU), “as cidades médias são aquelas com aglomerações entre 100.000 e 1.000.000 de habitantes”.

Entretanto, não se considera o critério populacional como determinante para definir uma cidade como média. O entendimento da cidade média perpassa pelas funções que ela desempenha na rede urbana, na intermediação regional. O conceito de cidade média deve ser articulado em diferentes escalas de análise, a partir de combinações particulares que levam em conta o tamanho demográfico, o plano morfológico e as funções e usos urbanos que as colocam em diferentes papéis e posições/situações (não hierarquicamente rígidas) na rede urbana (SPOSITO, 2006).

Sposito acredita que as cidades médias

[...] são aquelas que desempenham papéis de ligação, de intermediação entre as pequenas e as maiores cidades, sem desprezar o tamanho populacional como primeiro nível da análise,

pois, como já destacado, existe a estreita relação entre quantidade e qualidade das dinâmicas e processos (SPOSITO, 2010, p. 6).

Soares (2005, p. 274) afirma que mesmo identificada como média, cada cidade possui sua singularidade, com diferentes formas de relações na rede urbana e, principalmente, com seu entorno regional, especialmente com as cidades pequena e com o campo. Contudo, “cada cidade é um todo complexo e contraditório, pois as variáveis necessárias à sua reprodução abarcam o sistema produtivo e a rede de consumo em uma relação estreita com a região”.

Corrêa (2007, p. 24) “considera a cidade média um tipo de cidade caracterizado por uma particular combinação de tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intraurbano. Elementos que influenciam em uma cidade média: a presença de uma elite empreendedora, a localização relativa e as interações espaciais”.

As cidades médias comandam o essencial dos aspectos técnicos da produção regional, deixando o essencial dos aspectos políticos para aglomerações maiores, no país ou no estrangeiro, em virtude do papel dessas metrópoles na condução direta ou indireta do chamado mercado global. Mas isso constitui uma fonte permanente de indagações, já que a cidade regional, relé políticos subordinados, é também um espelho de contradições entre as preocupações ligadas à produção propriamente dita (seu lado técnico) e as ligadas à realização (seu lado político) (SANTOS e SILVEIRA, 2004, p. 283).

A literatura é vasta na conceituação de cidades médias, entretanto não é objetivo principal aqui discutir as inúmeras vertentes existentes acerca da concepção e das dinâmicas das cidades médias, cabe apenas embasar o conceito, visto que a cidade de estudo do trabalho é considerada uma cidade média.

Sendo assim, é válido elucidar alguns exemplos de fragmentação e segregação urbana em cidades médias brasileiras, para que possamos demonstrar como decorrem os processos de produção das cidades

contemporâneas brasileiras e suas múltiplas formas e dinâmicas urbanas por intermédio do seu processo histórico e de como atores hegemônicos locais direcionam os investimentos urbanos e definem as estratégias de expansão urbana.

2.1.1 Fragmentação e segregação urbana em Feira de Santana-BA

A primeira urbe em análise é o município de Feira de Santana, localizado no centro-norte da Bahia, segundo município mais populoso do estado e o maior do interior da Bahia. Segundo o IBGE (2010), possui uma população de cerca de 556.642 habitantes, com estimativa para o ano de 2019 de 614.872 pessoas.

Feira de Santana é considerada a cidade mais industrializada do estado da Bahia, sua diversidade econômica é demonstrada pela sua participação expressiva no setor de serviços, responsável por cerca de 64,0% do PIB do município. O setor industrial representa 20,2% do PIB, enquanto o setor primário, a agropecuária, tem uma participação de 0,9% (IBGE, Censo 2010).

O município tem influência na rede urbana regional, sendo a principal cidade média baiana, tendo atuação também na macrorregião industrial de Salvador como centro de deslocamento de serviços e capitais que interligam o centro-sul à Bahia e ao sertão ao litoral baiano.

De acordo com Macario (2016, p.154), até o final do ano de 2012, a cidade de Feira de Santana apresentava 109 espaços residenciais fechados, localizados no interior do perímetro urbano, relativamente próximos à área central da cidade. O autor acrescenta várias justificativas para o número elevado de empreendimentos: “segundo o discurso dos entrevistados, justifica-

se a segurança, a comodidade, a facilidade de compra, modismo, custo-benefício, status social, ampla infraestrutura de lazer e serviços e valorização imobiliária”.

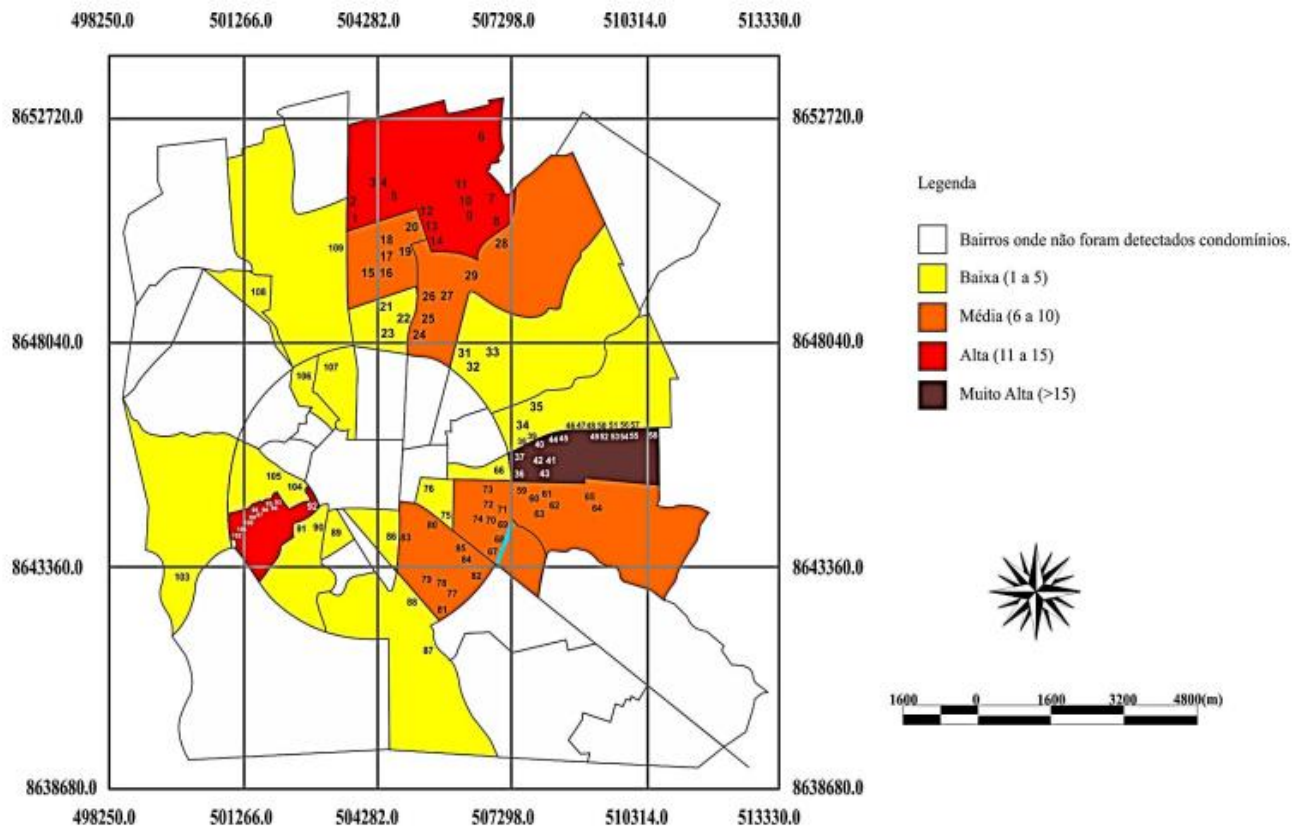
Podemos ainda afirmar, que, de acordo com as observações feitas sobre os empreendimentos construídos na cidade, nenhum deles oferece uma gama de serviços ou mesmo uma infraestrutura comparada aos condomínios/loteamentos fechados de cidades maiores. São benefícios ainda limitados e que servem como explicação para que seus moradores ainda dependam, em grande parte, dos serviços e equipamentos extramuros, fato que não permite um isolamento maior por parte destes grupos (Macario, 2016, p.168).

Na cidade, cerca de 88% dos condomínios fechados são caracterizados por empreendimentos pequenos e loteamentos de pequeno e médio porte. Além disso, 36,70% desses condomínios estão localizados dentro do anel de contorno, possuindo área de menos de 20.000 m², ou seja, são considerados áreas de loteamento reduzido.

Entretanto, 63,30% dos espaços residenciais fechados estão situados fora do anel de contorno e possuem dimensões variáveis (áreas de loteamentos pequenos a áreas de loteamento com maiores extensões).

A Figura 6 destaca a distribuição dos loteamentos fechados na cidade, sob a perspectiva de sua concentração e distribuição ao longo do tecido urbano da urbe. Nota-se uma maior concentração dos empreendimentos na direção norte e leste-sudeste da cidade, com área afastada de espaços residenciais fechados no sentido sudoeste.

Figura 6. Feira de Santana – BA: Concentração de loteamentos e condomínios fechados. 2012



Fonte: Maricario (2016)

A partir dos anos 2000, o mercado imobiliário da cidade adotou novas estratégias, ocorrendo um aumento de 10% ao ano no setor imobiliário. A estabilidade econômica do país e a redução dos juros, com as políticas de financiamento e subsídios voltados ao setor habitacional e à melhoria do poder aquisitivo da população, produziram um contexto de aquecimento do mercado imobiliário na cidade.

No que tange à produção dos condomínios/loteamentos fechados nos últimos anos em Feira de Santana, interessa-nos discutir os sobrelucros (lucros acima da média) de conjuntura, localização, inovação e antecipação. Estes ganhos ora são captados de forma articulada (aumentando ainda mais o lucro), ora se apresentam “isolados” no tempo (MACARIO, 2016, p.168).

A existência de segregação urbana em Feira de Santana retrata como o capital direciona os investimentos e norteia os vetores de expansão urbana na cidade. O estado regulamenta e, ao mesmo tempo, cria mecanismos para o aumento da reprodução do capital por atores hegemônicos locais na cidade.

Na maioria das vezes, as relações entre o capital imobiliário e o Poder Público Municipal no que tange à produção/comercialização e à regulamentação/fiscalização dos condomínios/loteamentos fechados na cidade vêm ocorrendo sem grandes contradições. Em muitos casos existe uma parceria direta entre a Prefeitura e os agentes imobiliários nas melhorias da infraestrutura urbana (MACARIO, 2016, p.190).

Os empreendimentos instalados na cidade estão representados por quatro empresas e são responsáveis por 72,7% da construção e comercialização dos condomínios fechados. Contudo, essas empresas são originárias do capital local e sua atuação abrange uma escala regional. Nos últimos anos, é perceptível a vinda de empreendimentos nacionais com futuras instalações imobiliárias na cidade.

2.1.2 Fragmentação e segregação urbana em Ribeirão Preto-SP

O município de Ribeirão Preto está localizado na região noroeste do estado de São Paulo, sendo considerado uma capital regional. Recebeu, no ano de 2016, a denominação de primeira Região Metropolitana de Ribeirão Preto do estado de São Paulo, abrangendo 34 municípios fora da macrometrópole, inseridas as demais regiões metropolitanas do estado (São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Sorocaba).

Ribeirão Preto é considerado polo na região, exercendo atração sobre outros municípios do interior do estado, especialmente em função da ampla gama de serviços que oferece. Segundo o IBGE (2010), possui uma população

de 604.682 habitantes, com estimativa para o ano de 2019 de 703.293, apresentando uma densidade demográfica de 928,92 hab/km².

A região de Ribeirão Preto dispõe de uma localização estratégica, próxima às regiões metropolitanas da capital São Paulo e de Campinas, funcionando como entroncamento para o interior paulista, para o Sul do país e para os estados de Minas Gerais e Goiás. O comportamento do PIB de Ribeirão Preto é definido pela dinâmica da indústria e do setor de serviços, entretanto a cidade é destaque na produção de açúcar e álcool, com empresas voltadas ao ramo do agronegócio, fortalecendo o complexo regional.

Quando se trata de analisar a fragmentação e a segregação urbana na cidade, temos como referência o trabalho de Dal Pozzo (2011, 2015), que estuda as recentes transformações e dinâmicas do espaço urbano das cidades médias no estado de São Paulo, principalmente em Ribeirão Preto e Presidente Prudente.

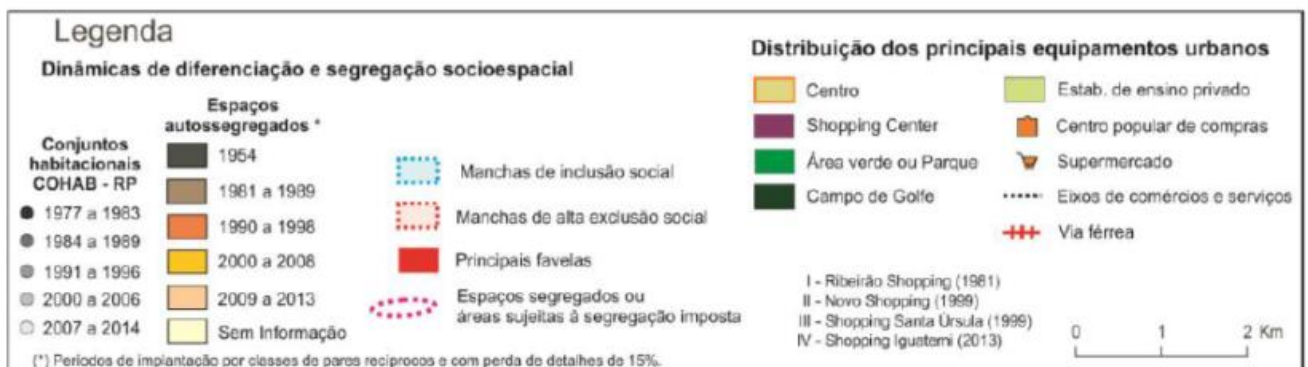
A partir da década de 1980, ocorreram em Ribeirão Preto grandes investimentos de expansão do tecido urbano da cidade, principalmente novos loteamentos e infraestruturas urbanas voltadas para as classes sociais mais ricas no setor sul da cidade, isto é, próximo ao Anel Viário Contorno Sul. Por outro lado, o setor norte voltou-se para atender as demandas sociais dos mais pobres, com moradias financiadas pelos programas habitacionais do governo. Tal situação foi “Acompanhada da proliferação de descontinuidades territoriais, com a intencionalidade de inserir o mercado de novas habitações aos processos de especulação imobiliária” (ELIAS apud DAL POZZO, 2003).

Diante dessa lógica de produção de moradias, cresceu, ao menos por um determinado período de tempo, o nível de segregação socioespacial (nesse

caso, uma segregação imposta) a que esses moradores foram submetidos (LAURENTIIS apud DAL POZZO, 2010).

Com o processo de urbanização e a reprodução das práticas do mercado imobiliário, aumentou o nível de segregação urbana na cidade, com o agravamento dos níveis de desigualdade de acesso entre os moradores.

Figura 7. Ribeirão Preto – SP: Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial. 2015.



Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: SPGP - Ribeirão Preto, 2012.
Fonte dos dados: IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010; PMRP, 2013; COHAB - RP, 2014; Pesquisa de campo, 2012-2015
Apoio: FAPESP

Autor: Dal Pozzo (2015)

Na Figura 7, podemos observar, ao longo do processo histórico da cidade de Ribeirão Preto (entre os anos de 1954 a 2013), manchas de alta exclusão social localizadas no setor norte e espaços residenciais fechados situados no setor sul. Esses últimos executados por empreendimentos e incorporadoras imobiliárias destinadas a classes sociais com alto poder aquisitivo.

[...]uma tendência de segmentação socioespacial desse tipo de habitat urbano no eixo sul de expansão urbana: em primeiro lugar, trata-se do grupo de espaços autossegregados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo, que se polariza por meio dos referenciais: Vila do Golfe (inclusive, o Shopping Iguatemi), Ribeirão Shopping, Avenidas Presidente Vargas e João Fiusa. Em contiguidade a uma parcela desses espaços autossegregados, também há uma expressiva presença de espaços integrados, além de condomínios verticais, voltados aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo (DAL POZZO, 2015, p. 138).

Além disso, observa-se a presença de favelas localizadas no setor norte, bem como de manchas de inclusão social situadas no setor central e uma diversidade de estruturas urbanas e equipamentos sociais oferecidos à população.

No contexto de aumento da importância do setor agroindustrial e, sobretudo, do setor terciário em nível local e regional de Ribeirão Preto ao longo das décadas de 1980 e 1990 (ELIAS, 2003), se, de um lado, difundiram-se, no eixo norte de expansão, maiores níveis de descontinuidade territorial e de segregação socioespacial imputados à produção de conjuntos habitacionais e áreas de favelização, por outro lado, ampliou-se expressivamente a lógica da produção vertical de moradias voltadas aos segmentos de mais alto poder aquisitivo (em especial, no Jardim Higienópolis), e no que tange aos desdobramentos da área central, a partir do estabelecimento de eixos comerciais e de serviços com algum grau de especialização e com características que potencializavam um maior nível de segmentação socioeconômica (SPOSITO, 1991 apud DAL POZZO, 2015).

Entre os anos 2000 a 2008, registrou-se um acentuado crescimento de espaços residenciais fechados, atingindo um total de 45 novos

empreendimentos. No período anterior (1990 a 1998), foram registrados apenas 13 novos empreendimentos.

[...]Foram destinados cerca de 1.200.000 m² para cerca de 3.400 lotes ou unidades habitacionais, perfazendo uma média de 350 m² de área privativa, o que, em grande medida, também indica que a ampliação da área ocupada pelo total de espaços autossegregados também veio acompanhada de uma redução da área privativa ou do tamanho médio do lote (DAL POZZO, 2015, p. 137).

Um dos fenômenos que ocorrem em processos de fragmentação e segregação urbana em diferentes escalas urbanas (cidades metropolitanas e cidades médias) é a instalação de espaços residenciais fechados destinados a segmentos de médio poder aquisitivo.

Os espaços autossegregados desse período distribuíram-se por todo o setor sul, mas apresentaram tendência de concentração a leste do Jardim Canadá e da Avenida João Fiusa. Já aqueles potencialmente voltados aos segmentos médios, tenderam a se concentrar mais a sudeste, nas proximidades da Rodovia Antonio Machado Sant'Anna, uma das vias que dá acesso ao Novo Shopping (DAL POZZO, 2015, p. 137)

2.1.3 Fragmentação e segregação urbana em Londrina-PR

O município de Londrina está localizado no norte do estado do Paraná, exercendo grande influência no desenvolvimento regional, sendo considerado uma dos quatro mais importantes da região Sul do Brasil. Segundo dados do IBGE (2010), possui uma população de 506.701 habitantes, com estimativa, para o ano de 2019, de 569.733.

Londrina é a segunda maior cidade do estado, conhecida como a “capital” do norte do Paraná. Além disso, no ano de 1998, foi criada a Região

Metropolitana de Londrina, formada por 25 municípios e abrangendo uma população de 1.101.595 habitantes (IBGE, 2019).

Em relação aos indicadores econômicos, a cidade apresenta uma maior participação no setor terciário. O setor de serviços demonstrou, no ano de 2015, um dinamismo de 80% na participação do PIB do município, representando um importante centro de oferta de bens e prestação de serviços, além de um mercado de trabalho diversificado para a população de sua região de influência.

Logo em seguida, o PIB do município é representado pelo setor industrial, com uma participação de 18,3%, enquanto a do setor primário é de 1,5%. Londrina é um centro regional que se tornou base comercial em função de sua escala.

O processo de produção da cidade de Londrina é marcado por diferentes agentes sociais que comandaram o direcionamento da extensão do tecido urbano. A atuação decisiva do estado foi fundamental para desencadear as recentes dinâmicas urbanas do município, tendo como consequência a segregação socioespacial da cidade.

Em 1990, foi construído o Shopping Center Catuaí, no setor sudoeste da cidade. A área não possuía ocupação populacional e era destituída de infraestruturas urbanas, o que demandou do poder público a implantação dessas infraestruturas para atender as necessidades dos promotores imobiliários.

Este empreendimento expressa uma centralidade que extrapola os limites municipais, atraindo população de várias cidades da região, exercendo, portanto, uma centralidade inter-urbana. Atualmente há uma intensa valorização do solo na região do shopping e a implantação de vários condomínios residenciais horizontais de alto padrão (SILVA, 2001, p. 7)

Com a inauguração do shopping, este tornou-se um fator atrativo à expansão da área urbana na porção sudoeste da cidade, implicando forte valorização das terras no seu entorno, de forma que construtoras e loteadoras direcionaram a construção de espaços residenciais fechados no setor sudoeste destinados a uma população de alto poder aquisitivo.

Na direção antagonista desse processo, ocorreu a implantação de loteamentos e conjuntos habitacionais no setor norte da cidade, espraiando a mancha urbana com empreendimentos voltados para a população de baixo poder aquisitivo, intensificando os processos de fragmentação urbana, com tecido urbano espacialmente fragmentado e socialmente segregado.

[...] Os chamados 'cinco conjuntos' na Zona Norte foram criados nos anos 70 por uma política de construção de conjuntos habitacionais para a população de menores rendimentos, em área bastante distante do centro da cidade, e que não possuía ligação através de linhas de ônibus ou de vias rápidas. [...] temos uma área habitada por uma grande população de baixos rendimentos que não recebeu de imediato a implantação de infra-estrutura suficiente, a qual somente foi parcialmente implantada por reivindicações populares (SILVA, 2001, p. 7).

Com a construção do aeroporto e a consolidação da BR-369 na porção norte da cidade de Londrina, ocorreu uma ocupação dispersa e a influência da fragmentação no sistema urbano.

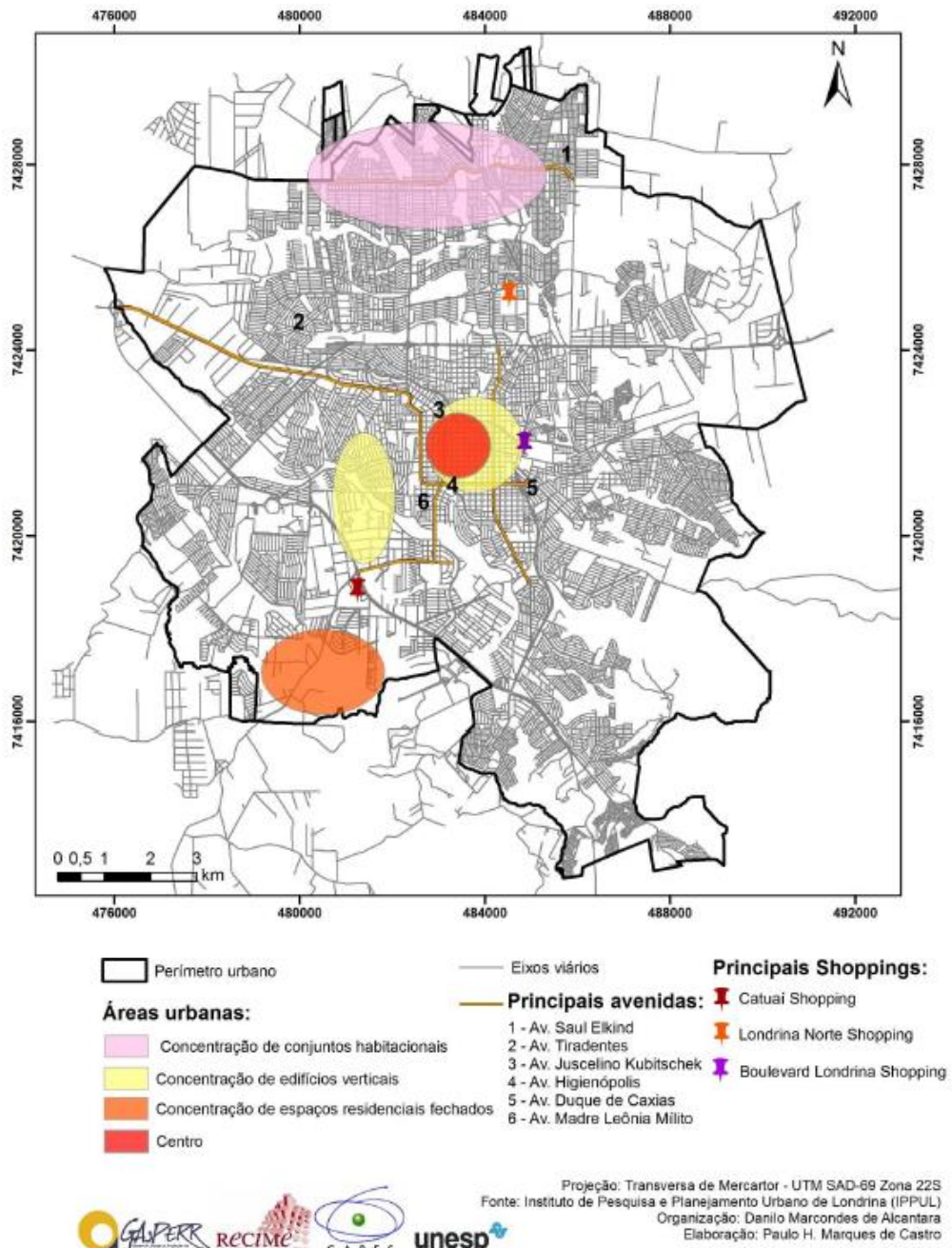
As indústrias foram alocadas em áreas periféricas ao norte da cidade, nas imediações da BR-369, abandonando as localizações da área central. Quanto às zonas residenciais, o plano perpetuou a segregação sócio-espacial, sustentando as áreas populares à periferia e, em contraproposta, privilegiando as áreas destinadas à população de médio e alto poder aquisitivo aos espaços com melhores equipamentos urbanos (CASARIL, 2009, p. 76).

Entretanto, no setor sudeste de Londrina, a partir da década de 1990, ocorreu a construção de edifícios elevados no vetor da expansão imobiliária, concentrando-se às margens do lago Igapó e nas imediações dos bairros mais elitizados da cidade.

A área passou por forte verticalização, sendo altamente valorizada pelo lago e com equipamentos urbanos utilizados para práticas de lazer, para atividades esportivas e eventos, afirmando os impactos de uma urbanização fragmentada no complexo urbano.

Em Londrina, o processo de urbanização “[...] é tanto um resultado como um fator de exacerbação da segregação sócio-espacial e do processo de valorização-especulação do solo urbano”, segundo Fresca e Oliveira (2002, p. 58).

Figura 8. Londrina – PR: Principais elementos urbanos de Londrina. 2013



Autor: Alcântara (2013).

A Figura 8 aborda elementos urbanos da cidade de Londrina, e nela podemos observar espacialmente os principais componentes para a consolidação da fragmentação e segregação do solo urbano da cidade. A zona norte é destinada à concentração de conjuntos habitacionais designados para

classes sociais de menor poder aquisitivo, definindo uma nova centralidade na cidade. Polos industriais e a oferta de serviços são características do setor.

Todavia, os espaços residenciais fechados, isto é, os espaços autossegregados, estão localizados no setor sudoeste da cidade, compostos por infraestrutura urbana e pela prestação de serviços sofisticados, destinados às classes sociais de alto poder aquisitivo. A porção central da urbe visivelmente atentou para a concentração de edifícios verticais.

Assim, é possível afirmar uma bipolarização socioeconômica da ocupação residencial em Londrina, com diferentes padrões residenciais formados de acordo com a valorização do solo urbano, submetida a diretrizes definidas pelos interesses imobiliários.

O processo de fragmentação urbana, assim como nas demais cidades médias ou metropolitanas, obedece às mesmas propensões da reprodução da acumulação de capital em terras urbanas.

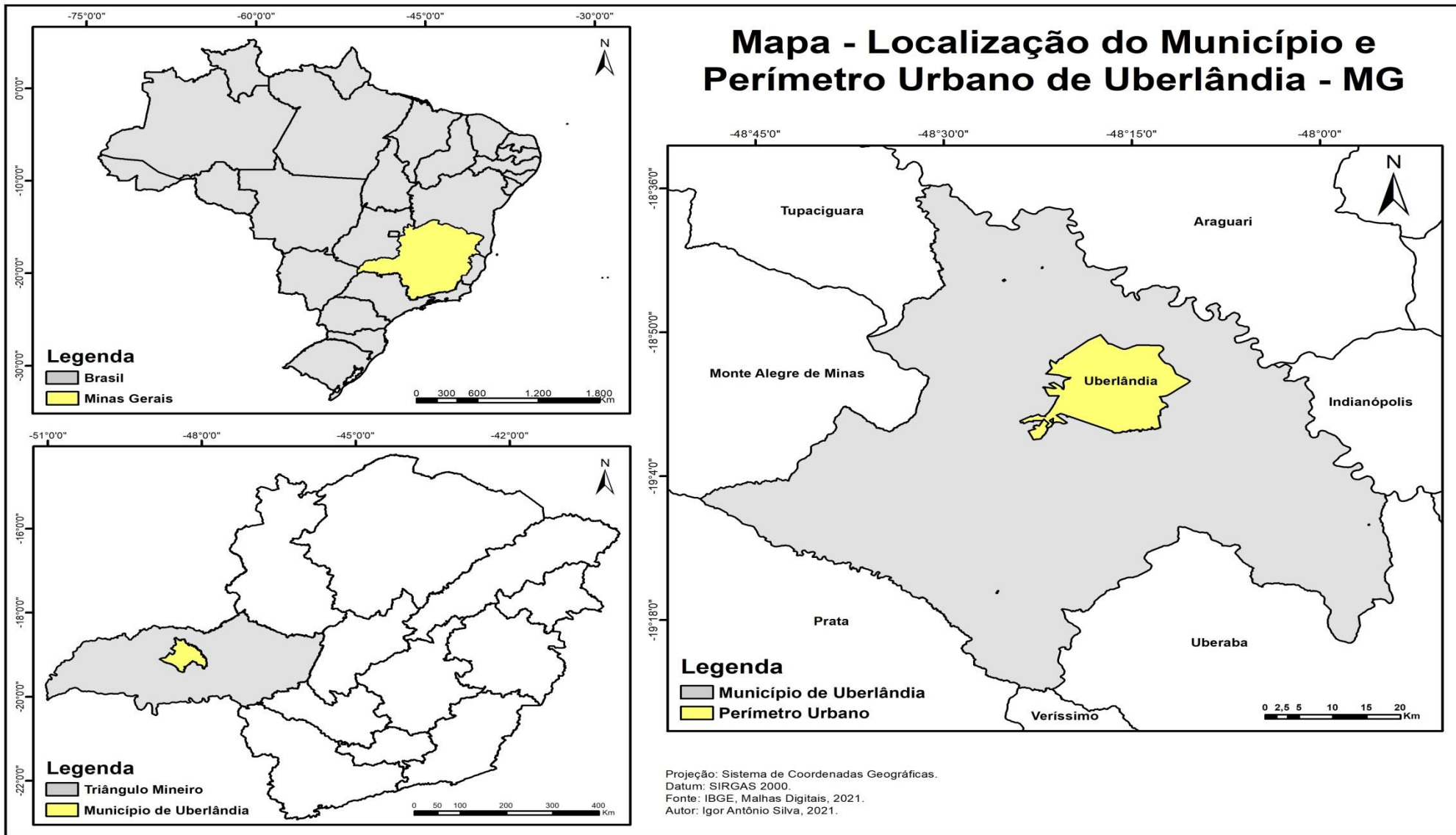
2.2 Fragmentos urbanos em Uberlândia: considerações iniciais

O município de Uberlândia está localizado na mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, na porção oeste do estado de Minas Gerais (Mapa 3), entre as coordenadas geográficas 18° 55'07" S e 48° 16'38" W.

A área total do município é de 4.115,82 km², sendo 3.896,82 km² de área rural e 219 km² de área urbana. A cidade está posicionada a 560 km de distância de Belo Horizonte (IBGE, 2008). Os municípios limítrofes são:

Araguari, Indianópolis, Monte Alegre de Minas, Prata, Tupaciguara, Uberaba e Veríssimo (PLANO DIRETOR DE UBERLÂNDIA, 2011).

Mapa 1: Uberlândia-MG: Localização do Município e Perímetro Urbano. 2021



Autor: SILVA (2021)

O desenvolvimento da cidade de Uberlândia teve seu início ainda no século XVII, com as expedições de bandeirantes para a região Centro-Oeste brasileira. Logo após, no século XVIII, houve a formação do arraial, condicionada à passagem dos mineradores e tropeiros com destino a Goiás e Mato Grosso.

O processo histórico de constituição da estrutura econômica e política triangulina principia-se no início do século XVII, quando essa região era apenas um ponto de passagem de mineradores e tropeiros. Entretanto, sua efetiva ocupação somente ocorreu no final do século XVIII, quando a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva cruzou as terras entre os rios Grande e Paranaíba rumo a Goiás. A descoberta de ouro e diamantes no interior de Goiás e Mato Grosso provocou a formação de alguns arraiais nas terras do chamado Sertão da Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro), em decorrência do afluxo de pessoas em direção ao Brasil Central em busca de riquezas. Assim, desde aquele momento, essa região se constituiria em um ponto de passagem entre o litoral e o sertão (SOARES, 1995, p. 61).

Com o término do período da mineração, efetuou-se a divisão das terras do Triângulo Mineiro com a distribuição das sesmarias, permitindo-se, assim, o estabelecimento de famílias na região e estimulando o seu crescimento através das práticas da agropecuária e da agricultura.

Os principais fatores a favorecer a inserção do Triângulo Mineiro na economia nacional, segundo BRANDÃO (1989), foram a situação geográfica, visto que a região estava localizada a meio caminho das rotas mercantis, tanto no sentido Norte/Sul como Leste/Oeste; potencialidade de recursos naturais disponíveis – solo/subsolo, clima, topografia e hidrografia; ausência de resistências culturais e a existência de força de trabalho familiar. Estes fatores também contribuíram para tornar essa região um entreposto comercial na distribuição de produtos agropecuários do Centro Oeste e Norte do Brasil e, ao mesmo tempo, intercambiar para esses os produtos industrializados provenientes do Estado de São Paulo (SOARES, 1995, p. 65).

Em 31 de agosto de 1888, Uberlândia, denominada São Pedro do Uberabinha, foi efetivada como município. Nesse mesmo ano, ocorreu a construção da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro na região do

Triângulo Mineiro, beneficiado pela infraestrutura de linha férrea, operando como entreposto comercial na distribuição de produtos agropecuários.

No final do século XIX e início do século XX, após a instalação da ferrovia e a construção de estradas de rodagem, a região foi cimentada com uma infraestrutura sólida de transportes.

Em 1910, a construção da ponte Afonso Pena sob o rio Paranaíba, interligando os estados de Minas Gerais e Goiás, possibilitou que Uberlândia assumisse o papel de entreposto comercial entre a região Centro-Oeste e Sudeste brasileira. A cidade destacou-se com investimentos relativos à comercialização e distribuição, bem como no que se refere à armazenagem, à rede de telecomunicações e aos grupos econômicos articulados na produção agroindustrial.

Entre os anos de 1940 e 1950, a cidade apontava como um importante centro atacadista da região, com melhorias estruturais em transportes e seus segmentos, destacando-se a industrialização e a diversificação das atividades de comércio e de serviços.

Com a construção de Brasília e a modernização da economia brasileira, observa-se um novo ímpeto de desenvolvimento da cidade, com a ampliação da malha rodoviária, reafirmando, assim, sua condição de entreposto comercial e favorecendo seu crescimento econômico e demográfico.

Na década de 1970, uma infraestrutura já consolidada possibilitou que Uberlândia apresentasse formas e conteúdos inerentes ao processo técnico-científico-informacional, fundamentalmente representados pela expansão das atividades de comércio e serviços, voltadas tanto para o atacado como para o

varejo, possibilitando o desenvolvimento econômico com novas e diversas formas de comércio e serviços na cidade.

Uberlândia dispõe de uma posição geográfica estratégica entre o eixo de ligação Sudeste/Sul e Centro-Oeste brasileiro, favorecendo uma grande malha rodo-ferroviária, fazendo com que a cidade atue como ponto de passagem e influencie grandes centros urbanos, como São Paulo, Goiânia, Belo Horizonte, Brasília, dentre outros.

Existem diferentes tipos de modais de transporte na mesoregião que atendem as necessidades da mobilidade urbana. Entre eles, podem ser destacados:

- TRANSPORTE RODOVIÁRIO (cinco rodovias federais de acesso ao município):
 - ✓ BR-050: Brasília – Cristalina – **Uberlândia** – Uberaba – Ribeirão Preto – Campinas – São Paulo – Santos
 - ✓ BR-365: Montes Claros – Pirapora – Patos de Minas – Patrocínio – **Uberlândia** – Ituiutaba – São Simão
 - ✓ BR-452: Rio Verde – Itumbiara – Tupaciguara – **Uberlândia** – Araxá
 - ✓ BR-455: **Uberlândia** – Campo Florido – Planura
 - ✓ BR-497: **Uberlândia** – Campina Verde – Iturama – Porto Alencastro – entroncamento com a BR-158;
- TRANSPORTE FERROVIÁRIO
 - ✓ FCA (Ferrovia Centro-Atlântica): **Uberlândia** – Uberaba – Araguari – Araxá – Monte Carmelo – Ibiá
- TRANSPORTE AÉREO
 - ✓ **Aeroporto de Uberlândia**: Tenente Coronel Aviador César Bombonato
 - ✓ Terminal de Logística de Cargas
- TRANSPORTE HIDROVIÁRIO
 - ✓ Facilidade de acesso à Hidrovia Tietê-Paraná

- PORTO SECO DO CERRADO – Terminal Intermodal de Cargas
- ENTREPOSTO DA ZONA DE FRANCA DE MANAUS

O segundo maior PIB do estado foi registrado no município de Uberlândia; em sete anos, sua participação aumentou de 5,40% para 5,94% no PIB estadual no ano de 2017, e, no ranking brasileiro, está na 22ª posição no PIB nacional.

O setor de serviços tem destaque, com a participação em 47,1% do PIB, principalmente no que se refere ao setor atacadista e varejista e à armazenagem e distribuição de produtos, bem como na intermediação financeira, nas atividades imobiliárias, profissionais/científicas/técnicas e na administração pública.

O setor industrial teve a participação de 18,7% do PIB municipal, possuindo uma produção diversificada. Uberlândia conta com empresas de desenvolvimento agrícola e de biotecnologia, indústrias de cigarros, alimentícia, têxtil, química, metalúrgica e agroindustrial.

Por fim, o setor primário representa 1,5% do PIB no município com a agropecuária, com uma ínfima redução comparada aos anos anteriores do PIB local.

De acordo com o Censo de 2010, a população é de 604.013 habitantes, sendo que a população urbana conta com 587.266 pessoas, e a população residente rural com 16.747, representando uma densidade populacional de 146.78 hab/km².

Em relação à distribuição da população por sexo, as mulheres representam o maior percentual, com 51,17%, enquanto os homens correspondem a 48,83% dos habitantes. Já a faixa etária com maior percentual foi a de 20 a 24 anos, com 9,9% do sexo masculino do total populacional do município.

Segundo estimativa realizada pelo IBGE para o ano de 2019, a população do município é de 691.305 habitantes. Esse número coloca a cidade como a segunda maior em população do estado de Minas Gerais.

A Tabela 1 apresenta os dados populacionais do município de Uberlândia desde a década de 1960 até 2020. É notório o crescimento populacional entre as décadas de 1970 a 2000; em trinta anos, houve um crescimento demográfico de aproximadamente 301,3%. Já entre as décadas de 2010 e 2015, houve um aumento de 58.349 habitantes.

De acordo com dados da estimativa populacional do IBGE, nos últimos quatro anos (2015-2019), houve um aumento de 28.943 habitantes, representando 4,36% de acréscimo de domiciliados no município. Já no ano de 2019, houve um crescimento populacional de 1,18% em relação ao ano anterior. E no ano de 2020, a estimativa populacional para cidade é de 699.097 habitantes.

Tabela 1: Uberlândia-MG: Evolução populacional. 1960 – 2020

ANO	POPULAÇÃO
1960	88.282
1970	124.706
1980	240.961
1990	367.061
2000	501.214
2010	604.013

2011	611.904*
2012	619.536*
2013	646.673*
2014	654.681*
2015	662.362*
2016	669.672*
2017	676.613*
2018	683.247*
2019	691.305*
2020	699.097*

*Estimativa populacional do IBGE
 Fonte: IBGE e PMU (2019).

O processo histórico de produção do espaço urbano da cidade de Uberlândia pautou-se em uma combinação entre o setor imobiliário e o poder público. Os proprietários rurais tornaram-se empreendedores e ordenadores da urbe, e, à medida que o tecido urbano era expandido, as antigas áreas rurais transformaram-se em áreas loteadas e incorporadas ao perímetro urbano da cidade.

De acordo com o Correio de Uberlândia (5/8/2001),

O crescimento de Uberlândia cruzou-se, em muitos pontos, com a força de grandes empreendedores imobiliários que tinham relação direta ou indireta com o poder administrativo municipal. A forma geográfica que a cidade foi ganhando, muitas vezes, foi fruto de loteamento desordenado, que acabou por beneficiar este ou aquele grupo, por uma série de fatores, entre eles a falta de legislação que regulasse as relações do mercado de imóveis e o uso e ocupação devida do solo. Um processo de desenvolvimento que não escapou à atuação de especuladores imobiliários.

A especulação imobiliária por meio da valorização da terra foi fundamental para o aumento da lucratividade, com lotes que eram vendidos em conformidade com os interesses dos proprietários, de grupos políticos e de famílias tradicionais da cidade.

Sob os ditames da lógica imobiliária, a morfologia urbana de Uberlândia estruturou-se em um mosaico complexo e contraditório, com recortes espaciais fortalecidos pela dinamismo dos investimentos do capital e pela consolidação de infraestruturas urbanas que atendessem as necessidades de práticas socioespaciais.

Já outras áreas urbanas da urbe reproduziram as práticas perversas do capital: desvalorização da terra e vazios urbanos, alinhados à ausência de investimentos públicos que fomentassem as infraestruturas urbanas e as demandas sociais. A dinâmica de produção do espaço acentuou a expansão fragmentada do tecido urbano.

Para Soares (1988, p. 46), o acelerado crescimento urbano de Uberlândia acarretou uma expansão para todas as regiões da cidade, ocasionando a ocupação periférica, que originou “novas maneiras de morar”, como favelas, conjuntos habitacionais, cortiços etc.

A classe dominante manteve suas residências na região central, dotada de diversos equipamentos urbanos, enquanto a população de baixa renda passou a se localizar nas periferias da cidade, onde a infraestrutura era praticamente inexistente (SILVA, 2012, p. 60).

O crescimento horizontal da cidade, obedecendo a critérios sócio-econômicos segregacionistas, resultou em uma fragmentação do espaço que se expressa no seu arranjo territorial. A área Sul da cidade, às margens do rio Uberabinha e Córrego São Pedro, ficou reservada aos loteamentos de luxo e clubes campestres, e as áreas leste/oeste para loteamentos periféricos e conjuntos habitacionais, onde se concentra uma parcela significativa da população assalariada uberlandense. Ao norte, para o Distrito Industrial, o futuro Porto Seco, as distribuidoras de petróleo, as cerealistas (SOARES, 1995, p. 234).

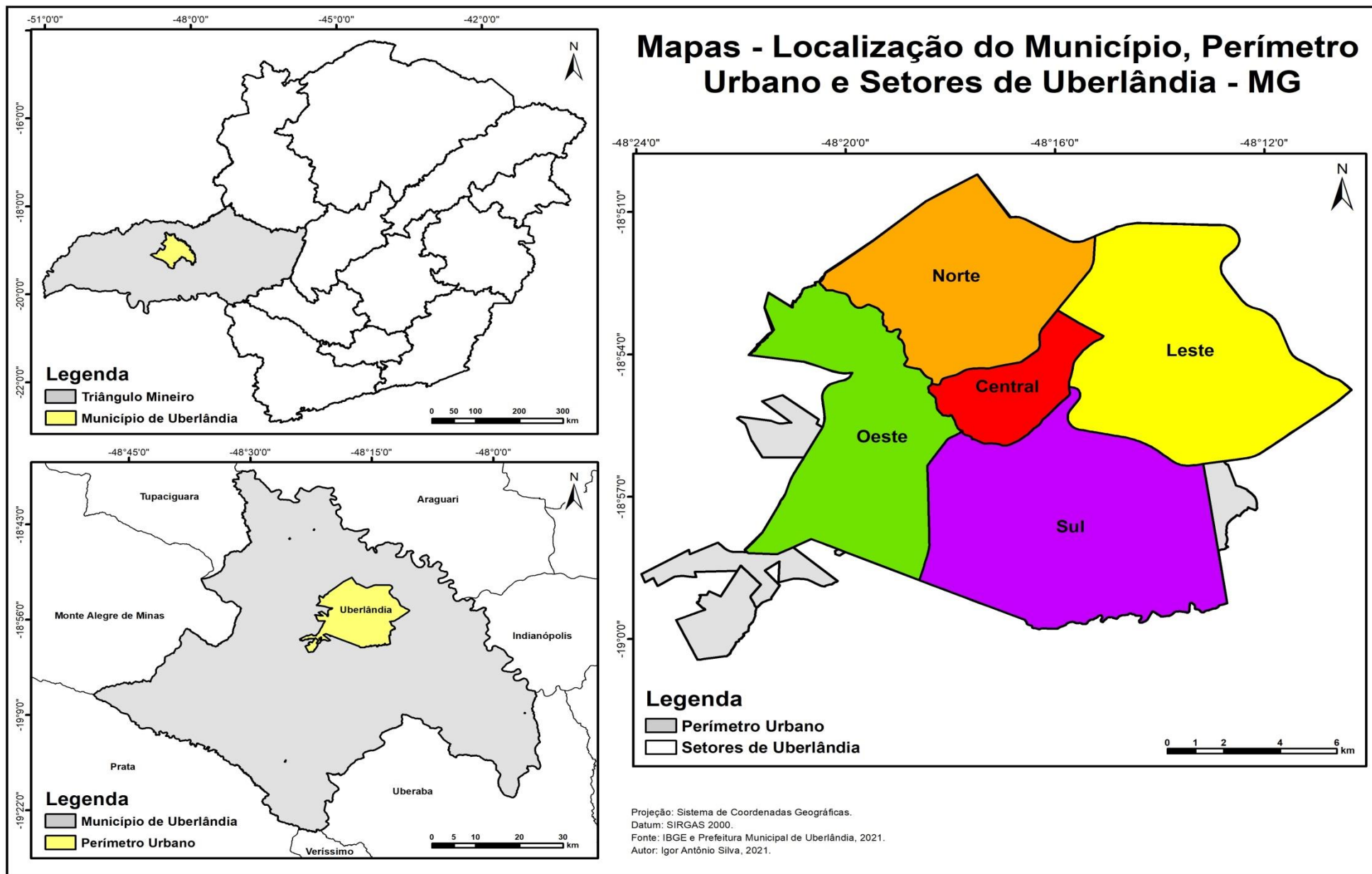
Uberlândia identifica-se atualmente como um espaço urbano fragmentado, espraído em sua diferenciação socioespacial. As dinâmicas urbanas recentes da cidade, diferentemente do passado, em especial as áreas periféricas, possuem diferentes tipos de uso do solo, acompanhadas com espaços residenciais fechados próximos às instalações de moradias da população de baixa renda, que ocupa áreas ausentes de estruturas urbanas.

2.3 Gênese e evolução dos setores urbanos da cidade de Uberlândia

Na década de 1980, a Prefeitura Municipal de Uberlândia criou o “Projeto Bairros Integrados” (PBI), através da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, que passou pela primeira aprovação na década de 1990, com a criação do bairro Segismundo Pereira.

O projeto determinava a integração de 57 bairros, distribuídos em cinco setores: Setor Central, Setor Sul, Setor Norte, Setor Leste e Setor Oeste, conforme mostra o Mapa 2. Os critérios definidos para o agrupamento respaldaram-se em homogeneidades específicas, como limites naturais, características geográficas de uso e de ocupação do solo e sistema viário.

Para cada setor foi elaborado um eixo de estruturação para direcionar a expansão urbana. Em 2000, o projeto passa a ser coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Atualmente, a cidade dispõe de 74 bairros, constituídos por leis e decretos, tendo como principal objetivo criar condições para um estudo mais detalhado da atual malha urbana e, também, de direcionar a localização dos bairros para a população na cidade.



A definição de bairros integrados é fundamental para a gestão e o ordenamento do espaço urbano da cidade, e o IBGE utiliza os limites desses bairros para a execução dos trabalhos censitários, oferecendo informações detalhadas das áreas da cidade.

Destacamos, em seguida, a dinâmica urbana dos setores da urbe de Uberlândia, tendo por base suas diversidades de usos e funções e suas principais características. O Setor Leste será tratado especificamente no terceiro capítulo, onde é salientado o seu processo histórico de ocupação, suas características socioespaciais e os principais equipamentos urbanos e loteamentos.

2.3.1 Setor Central

O Setor Central da cidade de Uberlândia originalmente possuía 29 bairros, mas, após a instituição do projeto de lei de bairros integrados, foi reduzido, passando a conter 11 bairros. Entre eles, destacamos: Tabajaras, Osvaldo Resende, Nossa Senhora Aparecida, Martins, Lídice, Fundinho, Daniel Fonseca, Centro, Cazeca, Brasil e Bom Jesus.

O bairro Fundinho retrata a valorização dos elementos históricos, culturais e econômicos, reconhecido como centro histórico e cultural, elucidando seu valor simbólico pela quantidade de edifícios e estruturas urbanas tombadas no município, como a Casa da Cultura, a Oficina Cultural, o Conjunto Praça Clarimundo Carneiro e a Biblioteca Municipal.

A consolidação do espaço urbano de Uberlândia perpassa pelos meandros do Setor Central. Seu desenvolvimento econômico e social foi

acompanhado pelas transformações ocorridas em amplos setores da cidade. Em específico no Setor Central, houve perda do monopólio das atividades terciárias e de serviços, acompanhada pela descentralização das atividades econômicas e pelo surgimento de subcentros, ações marcantes na reestruturação urbana da região central da cidade.

O Setor Central reinventa suas formas de atração para o desenvolvimento de atividades econômicas, entre elas, o comércio popular e de serviços especializados, que ainda se mantêm na área. Além disso, carrega marcas da história da cidade, que outrora ordenava o avanço econômico e o adensamento populacional.

O hipercentro, atualmente, possui suas atividades econômicas traduzidas pelo predomínio e pela concentração de lojas varejistas de vestuários e calçados, clínicas médicas, consultórios odontológicos, escritórios de profissionais liberais, restaurantes tradicionais, clínicas oftalmológicas e “ópticas”.

Os demais bairros refletem a dinâmica urbana de transição para os demais setores, sobretudo para usos residenciais, havendo, ainda, usos em diferentes categorias. Os bairros Martins, Tabajaras, Nossa Senhora Aparecida e fragmentos do bairro Brasil podem ser reconhecidos como um centro expandido e não apenas como bairros limítrofes ao hipercentro, em razão de seu dinamismo urbano.

Já os bairros Bom Jesus, Osvaldo Resende e Cazeca, são identificados como áreas periféricas do centro. Para o Plano Diretor (2006) e a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (2000), o Setor Central constitui-se pelas seguintes áreas: a Zona Especial de Revitalização (Fundinho ou Centro

Histórico) e a Zona Central, subdividida em Zona Central 1 e Zona Central 2. A primeira está incluída no Centro de Negócios e abrange porções da Zona Residencial 2.

Segundo a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e o IBGE (2010), os bairros que apresentam o maior número populacional no Setor Central são o bairro Osvaldo Rezende, com 18.578 habitantes, e, em segundo lugar, o bairro Brasil, com 12.701 moradores. O terceiro bairro mais populoso do setor é o bairro Nossa Senhora Aparecida, com 11.390 moradores.

Todavia, o centro apresenta um perfil etário com a presença de uma população acima de 60 anos bastante expressiva. Cerca de 1.790 moradores são idosos, representando 24% do total de habitantes do setor, comparado com outros bairros da região central da cidade. A existência de idosos nessa região pode ser explicada pela presença histórica de famílias tradicionais, que, apesar de receberem a posse do imóvel de forma hereditária, possuem vínculo afetivo com o lugar. Além disso, o centro dispõe de infraestrutura consolidada de atividades comerciais, incluindo alimentação e serviços hospitalares.

2.3.2 Setor Sul

Assim como qualquer “zona sul” característica de cidades brasileiras, o Setor Sul da cidade de Uberlândia apresenta bairros luxuosos, com residências confortáveis, equipamentos urbanos modernos e estruturas residenciais e comerciais inteligentes e sofisticadas.

O Setor Sul é caracterizado pela concentração de condomínios horizontais e verticais de alto padrão, além de conter edifícios comerciais e

corporativos com salas privativas, espaços compartilhados e instalações que se adequam a diferentes ramos empresariais.

A região dispõe de dois shoppings centers, hospitais da rede privada e pública, supermercado e hipermercado, instituições de ensino superior, clubes, casa de eventos e shows.

De acordo com a Lei Complementar nº 525, de 2011, em seu artigo 4º, que trata do Zoneamento do Uso do Solo Urbano, o Setor Sul de Uberlândia está inserido na Zona Residencial 1 (ZR1), “que acomoda a função habitacional de menor densidade que as demais e atividades de pequeno porte, compatíveis com este uso”. Conforme destaca a lei, a edificação nesse setor privilegia o uso habitacional unifamiliar (edificações correspondentes a uma única habitação por lote) e multifamiliar horizontal (edificações correspondentes a mais de uma habitação por lote).

Um dos principais eixos estruturais urbanos no setor perpassa pela consolidação do sistema viário da avenida Nicomedes Alves dos Santos e, mais recentemente, da avenida dos Vinhedos, da avenida Francisco Galassi, da avenida Presidente Médici e da rua Rafael Marino Neto, vias que apresentam vários tipos de comércios e serviços especializados.

Entretanto, vale destacar que no espaço urbano do Setor Sul da cidade de Uberlândia existem outras modalidades habitacionais, com a presença, por exemplo, de programas habitacionais como o “Minha Casa, Minha Vida”, no bairro Shopping Park, inseridos em Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis). De acordo com o art. 80 do Plano Diretor de Uberlândia, a instituição de Zeis objetiva:

I- permitir a inclusão urbana de parcelas da população que se encontram à margem do mercado legal de terras;

II - possibilitar a extensão dos serviços e da infra-estrutura urbana nas regiões não atendidas; e

III - garantir a qualidade de vida e a equidade social entre as ocupações urbanas.

Neste sentido, observa-se a fragmentação urbana do Setor Sul, com uma maior concentração de população de baixa renda comparada com a população de alto poder aquisitivo, dado que 73% da população residente nesse setor é domiciliada em bairros populares de baixa renda (São Jorge, Shopping Park, Laranjeiras, Granada). Já 22,5% moram em bairros de classe média (Vigilato Pereira, Saraiva, Cidade Jardim e Patrimônio), e apenas 4,5% residem em bairros de elevado padrão (Jardim Karaíba, Morada da Colina e Jardim Inconfidência) (SILVA, p. 72).

De acordo com a Prefeitura Municipal de Uberlândia e o IBGE (2010), o bairro que apresenta o maior número de habitantes do setor é o bairro São Jorge, com 26.564 habitantes; seguido do bairro Laranjeiras, com 19.403 moradores, e do bairro Granada, com 3.118.

A produção do espaço urbano do Setor Sul da cidade evidencia o processo de diferenciação socioespacial, ao passo que a atuação do capital reproduz seus investimentos na criação de instalações modernas sob a lógica imobiliária.

O poder público direciona a implantação de conjuntos habitacionais voltados para a construção de moradias populares adjacentes a condomínios fechados de alto padrão, subsidiando as múltiplas facetas entre capital, espaço

urbano e sociedade, fundamentais para a compreensão das dinâmicas urbanas recentes.

2.3.3 Setor Norte

O Setor Norte contém uma menor dinâmica de expansão urbana e concentra o menor número populacional da urbe, o que se justifica pela proximidade com o Distrito Industrial e pelo entroncamento de importantes rodovias (BR-050 e BR-365), expondo diversas barreiras físicas para o uso e a ocupação do solo nesse setor.

Ele é formado pelo Distrito Industrial, pelo Polo Moveleiro e por mais dez bairros integrados: Jardim Brasília, São José, Marta Helena, Pacaembu, Santa Rosa, Residencial Gramado, Nossa Senhora das Graças, Minas Gerais e Maravilha.

No Setor Norte está localizado o Parque Natural Municipal Victorio Siquierolli, importante área urbana de preservação do cerrado com vegetação nativa e atividades voltadas para a educação ambiental da unidade.

O bairro Presidente Roosevelt possui o maior número populacional do setor, com mais de 21.297 habitantes, destacando-se na prestação de serviços e na oferta de diversas atividades comerciais.

Ele foi criado em 1960, às margens da rodovia, quando ainda constituía periferia da cidade, mas, atualmente, pode ser considerado constituinte da porção central do município, estando localizado a cerca de 2 km de distância do hipercentro da cidade, com vias importantes de acesso à região central. O traçado urbano do bairro acompanha uma organização urbanística complexa,

com desenho de forma radial, inspirado no Plano Haussmann, em que os principais eixos viários convergem para a porção central do bairro, onde está localizada a praça Lincoln e a Igreja São Judas Tadeu.

O bairro Jardim Brasília é constituído por um total de 14.439 moradores; já o bairro Santa Rosa, ocupa a terceira colocação em número de habitantes do setor, contando com 11.357 cidadãos.

O subcentro do bairro Presidente Roosevelt atende principalmente à população dos bairros adjacentes, Jardim América, Jardim Brasília, Liberdade, Pacaembu e Santa Rosa. Assim, exibe significativa importância no atendimento da população residente nesse setor da cidade.

Segundo o art. 8º do Plano Diretor de Uberlândia de 1994, a expansão do centro urbano e o crescimento da cidade deverão se orientar de acordo com os quatro eixos de estruturação urbana.

O Eixo Estrutural Norte tem por suporte as avenidas Monsenhor Eduardo e Três de Outubro.

As atividades comerciais estão concentradas nas avenidas Cesário Crosara, Comendador Alexandrino Garcia e na rua Constelação (no bairro Jardim Brasília), antagônico aos demais setores urbanos. A Zona Norte não contém shoppings centers nem sequer grandes investimentos ou empreendimentos imobiliários.

A avenida Monsenhor Eduardo integra o Setor Norte à porção central da cidade. A via possui seis pistas, sendo quatro faixas destinadas à circulação de carros e duas exclusivas para o tráfego de ônibus. Além disso, a avenida conta

com o suporte de atividades comerciais e de serviços, bem como com a tradicional Feira Livre de domingo no período matutino.

Em 2014, foi anunciada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) a construção do novo viaduto da avenida Monsenhor Eduardo, localizado sobre a BR-365. No ano de 2019, ocorreu a autorização para a realização da obra, e, em março de 2020, iniciou-se a construção do novo viaduto. A estrutura liga os bairros Aparecida e Bom Jesus ao bairro Presidente Roosevelt.

2.3.4 Setor Oeste

O Setor Oeste da cidade de Uberlândia apresenta loteamentos periféricos e conjuntos habitacionais em sua maioria, onde se concentra uma parcela significativa da população assalariada da cidade. Nas últimas décadas, foram destinados novos loteamentos voltados para o atendimento das demandas do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, do governo federal, sob a faixa de renda familiar de um a três salários mínimos.

Pela Lei nº 070/2013, que estabelece a ampliação do perímetro urbano de Uberlândia, observou-se a expansão da zona urbana que se restringe ao Setor Oeste da cidade. A escolha dessa área, exclusivamente, definiu a implantação de projetos de habitação de interesse social.

Em outro projeto de lei homólogo sobre o assunto, foram aprovadas e estabelecidas as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) e implantados diversos conjuntos habitacionais. Entre eles, destacamos: Jardim Célia, Residencial Pequis, Residencial Monte Hebron, Residencial Lago Azul,

Residencial Fruta do Conde 1, Residencial Fruta do Conde 2, Residencial Fruta do Conde 3 e regularização do Jardim Maanaim.

O principal bairro do Setor Oeste, Luizote de Freitas, possui a segunda maior concentração populacional da cidade, representada por 19.168 habitantes (IBGE, 2010).

A história do bairro está intrinsecamente relacionada ao contexto de programas habitacionais da década de 1970. A Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab) implementou o conjunto habitacional que mais tarde daria nome ao bairro. A proposta de construção do bairro em áreas periféricas à área central da cidade reporta a tendência de antigas práticas de especulação imobiliária de empreendedores e proprietários da terra urbana na cidade.

O bairro Luizote de Freitas tornou-se um dos principais subcentros da cidade de Uberlândia. O Plano Diretor de 1994, no art. 8º, recomenda que “a expansão do centro urbano e o crescimento da cidade deverá se orientar de acordo com os quatro eixos de estruturação urbana.

O Eixo Estrutural Oeste é constituído pelas avenidas Getúlio Vargas e Imbaúbas, ligando o centro à região dos bairros Luizote de Freitas e Mansur.

O subcentro do bairro Luizote de Freitas tem sua estruturação urbana ao longo da avenida José Fonseca e Silva, principal via de acesso ao bairro, que integra o setor ao restante da cidade. As atividades econômicas voltadas para comércio e serviços são fundamentais para o dinamismo econômico do setor.

As principais atividades comerciais e de serviços são categorias ligadas a serviços hospitalares e estéticos, alimentação, educação, práticas de lazer e

atividades esportivas, utilizados pela população do bairro e pelos moradores que residem nos bairros limítrofes da avenida.

O Setor Oeste de Uberlândia é o segundo mais populoso da cidade, com a presença de inúmeros loteamentos habitacionais que atendem a população de classe média e baixa. Para Moura (2003, p. 108), esse setor pode ser agrupado em quatro grupos: conjuntos habitacionais, autoconstrução, chácaras e bairros nobres.

Entretanto, observa-se uma escassez de equipamentos urbanos públicos localizados nessa área. Em sua grande maioria, os principais equipamentos urbanos estão localizados nos Setor Leste e no Setor Sul da cidade.

Todavia, o Setor Oeste apresenta inúmeras atividades econômicas, expressas por comércios e serviços, parques municipais e lineares, cemitério, centro de distribuição de mercadorias e pela presença da Delegacia de Trânsito e Acidente e da Regional Integrada de Segurança Pública.

Para muitos cidadãos do Setor Oeste, as demandas de realização de determinadas atividades cotidianas fazem com que seja necessário o deslocamento para outros setores da cidade, como o Centro Administrativo Municipal, shoppings centers, instituições de ensino, equipamentos jurídicos e tributários, teatros, complexo hospitalar, aeroporto e rodoviária.

2.4 Legislação urbanística: políticas públicas nas últimas três décadas de Uberlândia-MG

2.4.1 Plano Diretor de Uberlândia (1994)

O Plano Diretor é o documento regulatório de planejamento e ordenamento do espaço urbano de um município, tendo por função estabelecer os atos referenciais espaciais de uso e as atividades do solo urbano, representados pelos aspectos físico-territoriais (rede urbana, sistema viário, sistema de transportes, equipamentos urbanos, captação, sistema de telecomunicações, abastecimento de água, saneamento básico, dentre outros).

A elaboração dos Planos Diretores tornou-se obrigatória a partir da Constituição Federal de 1988, que incluiu em seus artigos 182 e 183 os princípios fundamentais da política urbana, estabelecendo no § 1º do artigo 182 que o plano diretor “é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana; deve ser aprovado pela Câmara Municipal.” Já o § 2º define que o plano diretor deve “definir as exigências fundamentais de ordenação da cidade que delineiam o cumprimento da função social da propriedade urbana.”

Por sua vez, o “direito à cidade”, definido pelo Estatuto da Cidade, aprovado em 2001 pelo governo federal, prevê a elaboração de Planos Diretores obrigatórios, sob pena de improbidade administrativa para gestores municipais para cidades com mais de 20 mil habitantes, dentre outros casos.

No início da década de 1990, a versão preliminar do Plano Diretor começou a ser elaborada pela equipe técnica da Secretária Municipal de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Uberlândia, juntamente com a equipe técnica do escritório do arquiteto e urbanista Jaime Lerner, do Planejamento Urbano da cidade de Curitiba. No ano de 1994, ele foi aprovado pela Lei Complementar 078, na gestão do prefeito Paulo Ferolla da Silva.

Na década de 1990, com as políticas de planejamento urbano, havia uma preocupação por parte do poder público local de orientar os vetores de expansão e crescimento da cidade através dos principais eixos viários que delimitam o perímetro urbano e que conectam a área central aos bairros que apresentam os maiores adensamentos populacionais.

O Plano Diretor de Uberlândia foi elaborado à luz das diretrizes abarcadas no Movimento Nacional de Reforma Urbana, que refletiam a necessidade de identificar e alcançar diferentes setores da cidade, com ênfase nos aspectos sociais como norteadores de políticas públicas urbanas.

É possível observar, no documento, uma preocupação por parte do órgão municipal de reparar as contradições do crescimento urbano da cidade, visto que o modelo excludente de desenvolvimento desconsiderava as demandas sociais de seus habitantes e a necessidade de propostas para minimizar os impactos socioambientais na cidade.

Segundo Soares (1995, p. 245),

O Plano Diretor de Uberlândia foi dividido em duas partes: a primeira apresentando um diagnóstico contendo dados em relação aos aspectos históricos, físico-ambientais, demográficos, infraestrutura, sociais e econômicos e na segunda proposta, diretrizes e ações que norteariam as ações para o planejamento municipal.

Além disso, foram instituídas propostas de reestruturação urbana inseridas no Plano Diretor, entre elas, a implantação do Sistema Integrado de Transportes de Uberlândia-SIT; a elaboração e aprovação da Lei de Parcelamento e Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo (Lei n. 245/00); a implantação parcial do Eixo Estrutural Sudeste, que coincide com a avenida João Naves de Ávila, ligando o centro à região dos bairros Santa Mônica,

Segismundo Pereira, Santa Luzia, São Jorge e Laranjeiras; a implantação do Eixo Estrutural Oeste, formado pelas avenidas Getúlio Vargas e Imbaúbas, ligando o centro à região dos bairros Luizote de Freitas e Mansur; a despoluição e recuperação de trechos do rio Uberabinha e a implantação do Projeto do Parque Linear em suas margens; além da implantação do geoprocessamento que auxilia no tráfego viário (Junqueira, 2012, p. 8).

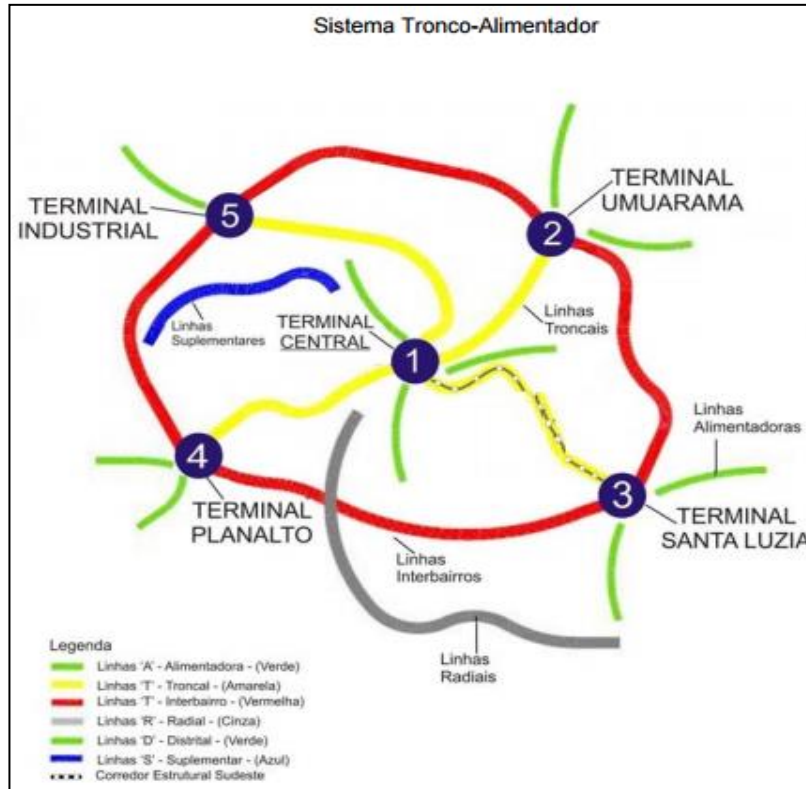
Vale ressaltar que esse documento não atingiu efetivamente os objetivos de ordenamento da cidade e do município, pois considera propostas e atos regulatórios para a expansão do sistema viário e de transporte público.

Os encaminhamentos do exposto plano, por parte de pesquisadores e do grupo de especialistas da Universidade Federal de Uberlândia, indicam a necessidade de atribuir ações voltadas para a realidade e para as singularidades da cidade, bem como para uma maior integração entre diversos setores econômicos e sociais de Uberlândia, com efetiva participação popular nas decisões voltadas para as políticas públicas urbanas do município.

2.4.2 Sistema Integrado de Transportes de Uberlândia – SIT (1997)

Em 27 de abril de 1994, a Lei nº 078 determinou a criação do sistema de transporte coletivo, tendo como base o sistema de integração físico-tarifária fechada. Já em 1997, a cidade de Uberlândia implantou o Sistema Integrado de Transportes – (SIT), objetivando a estruturação urbana e a racionalização de sua rede de transporte e como consequência das diretrizes norteadoras do Plano Diretor de 1994.

Figura 9: Uberlândia-MG: SIT-Uberlândia: Sistema tronco-alimentador. 2010



Fonte: Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana de Uberlândia (2010).

Desde a sua implantação, em 1997, o SIT apresenta uma crescente demanda de passageiros. Em julho desse ano, teve 29.198.996 passageiros transportados e, no ano seguinte, 58.173.095.

Entretanto, nos últimos quatro anos, observou-se uma redução relevante no número de passageiros transportados pelo sistema. O ano de 2016 registrou 59.949.499 passageiros, enquanto o ano de 2018 indicou o número total de 54.633.749, representando uma redução de 8,5% de passageiros.

O sistema é operado por um sistema tronco-alimentador com eixos estruturais que interligam os quatro terminais periféricos ao terminal central. Isso significa que o usuário do SIT, pagando somente uma tarifa, pode se deslocar entre os cinco terminais utilizando linhas troncais, linhas alimentadoras, linhas interbairros e linhas distritais (BERNARDES, 2016, p. 110).

De acordo com Rodrigues e Soares (2004, p. 165), as linhas são definidas como:

- **troncais** – as que formam a estrutura do sistema, tendo sido implantadas nos eixos estruturais, ou seja, nas vias mais rápidas, ligando os terminais de ponta ao Terminal Central. Essas linhas operam com grande capacidade de demanda e deslocamento e são destinadas a dar suporte à demanda captada nos terminais de bairro e originária das linhas alimentadoras e interbairros. Essas linhas podem ser “paradoras”, “semiexpressas” ou “expressas”, sendo seus veículos identificados pela cor amarela.

- **alimentadoras** – as que têm a função de atender à demanda de passageiros de bairros próximos aos terminais de bairro, alimentando o sistema, trazendo os passageiros que residem nos bairros próximos para os terminais de ponta, onde, mediante transbordo, poderão se transferir para as linhas troncais ou interbairros. Os veículos dessas linhas são identificados pela cor verde.

- **interbairros** – as que têm a função de fazer a ligação de um terminal de ponta para outro terminal de ponta, proporcionando o movimento dos passageiros de um terminal de bairro para outro, sem a necessidade de passar pelos corredores estruturais e pelo centro. Os veículos dessa linha são identificados pela cor vermelha.

- **distritais** – as que fazem a ligação entre a zona rural, principalmente os distritos, e a zona urbana, integrando-se nos terminais de ponta, com a tarifa cobrada igual à da zona urbana.

Uma das peculiaridades das linhas presentes no SIT são as Linhas Convencionais, linhas específicas e especializadas em diferentes setores da cidade, e que integram diferentes bairros ao centro e apresentam uma grande demanda de passageiros, uma vez que os bairros contemplados por elas possuem grande número populacional. Entretanto a oferta dessas linhas não atende ao usuário de forma satisfatória (BERNARDES, 2016, p. 115).

O SIT possui cinco terminais:

O Terminal Central – Terminal Paulo Ferolla da Silva, fica localizado na praça Sérgio Pacheco e é o maior em área construída, ocupando 23,9 mil metros quadrados, contando com 61 lojas, praça de alimentação e outras atividades.

O Terminal Santa Luzia – Genésio Pereira de Melo, na região sul de Uberlândia, possui 23 lojas e 11 plataformas de embarque e desembarque.

O Terminal Umuarama – José Rodrigues da Cunha, situado na região leste, possui a segunda maior demanda de transporte público na cidade em razão de sua proximidade com a Universidade Federal de Uberlândia, com o Campus Umuarama e com grandes empresas do ramo de telemarketing.

O Terminal Planalto – Brás Cardoso de Oliveira Filho, atende a região oeste da cidade, dispõe de oito lojas e lanchonete, além de oito plataformas de embarque e desembarque.

Por fim, mas não menos importante, há o Terminal Industrial – Fábio Pereira, que atende exclusivamente ao setor industrial da cidade.

2.4.3 Plano Diretor de Uberlândia (2006)

O Plano Diretor de Uberlândia foi aprovado pela Lei Complementar nº 432, de 19 de outubro de 2006, como uma substituição do Plano Diretor de 1994. Passados seis anos, o novo plano faz uma revisão do plano então existente. A equipe técnica da Prefeitura, juntamente com a empresa Tese Tecnologia em Sistemas Especiais, com sede em Curitiba, se integrou ao Núcleo Gestor para a revisão do Plano Diretor.

A revisão do Plano Diretor de Uberlândia teve como premissa as bases teóricas do Planejamento Estratégico, utilizando uma metodologia baseada na elaboração do diagnóstico integrado; na avaliação das diretrizes do plano vigente; na identificação de condicionantes, deficiências e potencialidades; na contextualização de cenários; na formulação de propostas; na definição do Sistema Participativo de Gestão Municipal e na Implantação do Sistema Georreferenciado de Gestão Municipal.

É importante destacar a metodologia de participação da sociedade na elaboração do Plano Diretor como uma das determinações do Estatuto da Cidade. Mas, mesmo com o anseios da gestão democrática das cidades, ocorreram falhas na execução dessa etapa de revisão do documento, não sendo oferecida à sociedade a capacitação dos participantes para que pudessem intervir de forma mais qualificada nos debates realizados.

Para Silva (2014, p. 104):

[...] as maiores contribuições da comunidade deram-se na elaboração de um “cenário desejado” de importância secundária, que se tornou distante do cenário proposto, aquele elaborado a partir da junção de critérios técnicos e anseios sociais. A própria ideologia do planejamento estratégico, explicitada no plano, é oriunda de um processo baseado em uma série de análises

técnicas e de centralização de dados e informações, o que por si só afasta o modelo adotado dos ideais democráticos e de ampla participação em todo o processo.

Embora tenham ocorrido problemas na execução da participação popular como uma das etapas metodológicas da revisão do Plano Diretor, houve avanços significativos na elaboração do documento. Entre eles, destacamos a criação de um banco de dados mais consistente, com informações importantes, destacando as potencialidades e fragilidades da cidade, pensando o espaço urbano além dos aspectos viários, do sistema de transporte público e da expansão do sítio urbano.

O Plano Diretor é o principal instrumento da política de desenvolvimento urbano e ambiental de Uberlândia, tendo por objetivo orientar a atuação do Poder Público e da iniciativa privada, bem como atender às aspirações da comunidade, constituindo-se na principal referência normativa das relações entre o cidadão, as instituições e o meio físico. Nesta perspectiva, sugere que sua consecução se dará pela implementação de políticas e diretrizes setoriais integradas, que atendam aos eixos territorial, institucional, ambiental, social, econômico e de infraestrutura e serviços, nas escalas municipal e regional (PLANO DIRETOR DE UBERLÂNDIA, 2006).

Em seu artigo 18, o Plano Diretor indica que a política de uso e ocupação do solo no município de Uberlândia deverá garantir a justa distribuição dos benefícios e dos ônus decorrentes do processo de urbanização, além de recuperar e transferir para a coletividade a valorização imobiliária decorrente da ação do poder público (Plano Diretor de Uberlândia, 2006).

Entre as diretrizes e ações para o uso e a ocupação do solo contempladas no documento, indica-se a elaboração de projetos urbanísticos para os subcentros dos bairros Luizote de Freitas, Tibery, Planalto, São Jorge, Santa Mônica, Santa Luzia, Tubalina e Presidente Roosevelt; de um projeto de

requalificação da área central; e de um projeto de requalificação do bairro Fundinho, tendo como referência seu Inventário de Diretrizes Especiais de Uso e Ocupação do Solo.

As diretrizes e ações voltadas para as propostas de mobilidade urbana e habitação no Plano Diretor ainda não foram efetivadas por parte do órgão gestor municipal. Os atrasos em execuções de obras direcionadas ao transporte público e as velhas práticas voltadas para a especulação imobiliária ainda norteiam as políticas públicas urbanas da cidade.

No que tange aos projetos de mobilidade urbana direcionada aos usuários de transporte público, embora os projetos de intervenção tenham sido concluídos, além da submissão aos órgãos superiores e da aprovação de recursos, as obras ainda não foram finalizadas.

Em relação às diretrizes da política habitacional do município no documento, nota-se a preocupação em viabilizar a construção de moradias destinadas às populações mais vulneráveis, inseridas nos critérios socioeconômicos dos programas habitacionais. Há ainda a proposta da manutenção de parcerias com órgãos e entidades governamentais para o subsídio dos empreendimentos habitacionais.

Entretanto, é sabido que as políticas governamentais do município ainda favorecem a prática da valorização da terra urbana, com a manutenção de grandes vazios urbanos, a construção de conjuntos habitacionais em áreas mais distantes do centro, em áreas limítrofes ao perímetro urbano, ou, até mesmo, em áreas em que o perímetro urbano foi alterado para a implantação de tais empreendimentos para a população de baixa renda.

A permanência da política fundiária agrava os problemas da produção do espaço urbano da cidade, acentuando a fragmentação socioespacial. A população mais vulnerável tende a residir em áreas distantes da área central, aumentando o custo na ampliação da rede de infraestrutura urbana (transporte público, energia, saneamento básico e extensão da malha urbana), os deslocamentos diários, longos e caros, e reduzindo a qualidade de vida na cidade.

O Plano Diretor de 2006 proposto para a cidade de Uberlândia é, portanto, um documento mais coeso e com grandes avanços teórico-conceituais em direção a uma gestão mais integrada e coerente. Entretanto, omite propostas efetivas de garantia de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática. O direito à cidade por diferentes estratos sociais ainda é utópico, fomentado pelas velhas e conhecidas políticas locais de expansão e produção do espaço urbano.

No ano de 2016, iniciou-se o processo de revisão do Plano Diretor, criando-se o Projeto de Lei Complementar nº 023/2017, que dispõe as principais alterações do Plano Diretor de 2006. Todavia, até no ano de 2018 ainda não havia sido aprovado pela Câmara Legislativa Municipal, em decorrência da não existência de quórum necessário da maioria absoluta dos vereadores para a aprovação do projeto.

Com a reprovação do projeto de lei, até o presente momento não ocorreu o retorno das discussões acerca da revisão do Plano Diretor de Uberlândia. Nota-se uma preterição por parte do poder público municipal no que se refere a solucionar os entraves do projeto de lei.

Atualmente, os Planos Diretores Municipais estão mais distantes da realidade urbana das cidades, não sendo prioridade para os gestores municipais sua aprovação. Em muitos casos, são aprovadas leis específicas que atendem as demandas urbanas e aos interesses peculiares de determinados atores sociais. A ausência da participação popular se torna cada vez mais recorrente, e o Estado articula suas ações e decisões para que não ocorra o engajamento da população nas propostas e diretrizes dos Planos Diretores Municipais.

2.4.4 Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana de Uberlândia (2010)

O Plano de Transporte e Mobilidade Urbana foi criado como exigência do Estatuto da Cidade, expresso no art. 41. Em seu § 2º, considera que “caso de cidades com mais de quinhentos mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor”. Em consonância com as diretrizes do art. 25 do Plano Diretor de Uberlândia de 2006 (Lei Complementar nº432/06), ele prevê a elaboração de um “Plano de Mobilidade Urbana e Rural que dê prioridade aos transportes não motorizados e coletivos”.

O Plano de Transporte e Mobilidade Urbana de Uberlândia

busca a promoção de políticas de mobilidade sustentável, contemplando uma rede integrada de transporte e um plano para requalificação da área central com prioridade para os deslocamentos por meio do transporte coletivo e meio não motorizado de transporte por bicicleta e a pé (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2010, p. 2).

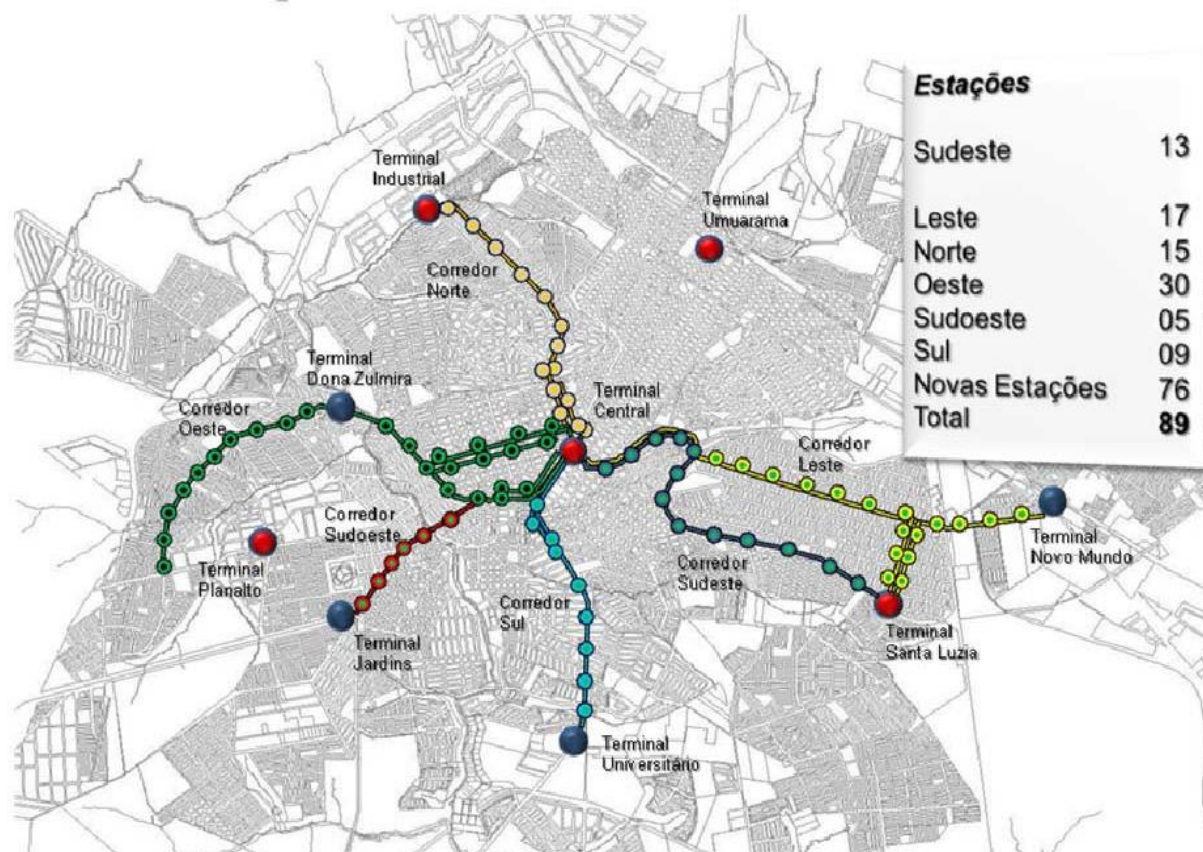
Uma das principais propostas para a mobilidade urbana na cidade de Uberlândia, abordada no Plano Diretor e detalhada no Plano Diretor de Transporte e Mobilidade de 2010, estabelece a construção de uma nova rede de transporte baseada no sistema BRT – *Bus Rapid Transit*², isto é, o corredor exclusivo para circulação de ônibus.

Ainda em 2013, foi aprovado o projeto dos Novos Corredores Estruturais (BRTs) pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) do governo federal, momento em que o órgão gestor municipal apresentou os projetos executivos e os estudos técnicos para ampliação da rede integrada de transporte público em Uberlândia.

Em fevereiro de 2014, foi assinada pela Prefeitura Municipal a operação de crédito da Caixa Econômica Federal para a implantação dos novos corredores estruturais, tendo R\$ 125,6 milhões de financiamento e mais R\$ 6,6 milhões de subsídio do município a serem investidos na obra. A Figura 10 representa a proposta da nova rede de transporte público em Uberlândia, com a ampliação dos novos Corredores Estruturais.

² De acordo com o National BRT Institute (2014), o sistema BRT usa ônibus em faixas exclusivas dotadas de estações de embarque/transferência com o objetivo de fornecer de forma rápida e eficiente o transporte de passageiros aos seus destinos, oferecendo a flexibilidade necessária para atender a demanda do trânsito. Os sistemas BRT podem ser adequados às necessidades de cada localidade e são capazes de incorporar tecnologias de baixo custo, que resultam em aumento do número de passageiros e na redução de congestionamentos.

Figura 10: Uberlândia-MG: Rede de transportes em Uberlândia/MG com a implantação dos novos Corredores Estruturais. 2013



Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia – PMU (2013)

No projeto estão previstos cinco novos Corredores Estruturais (Leste, Norte, Oeste, Sudoeste, Sul), quatro novos terminais e três viadutos gerando a ampliação do sistema de transportes, representando 52,9 km de corredores, 89 estações fechadas e ao todo nove terminais de integração.

Em 2018, foi inaugurado o Corredor Leste (Avenida Segismundo Pereira) e o Terminal Novo Mundo, com a extensão de 6 km por meio de 11 estações. O Corredor Leste é considerado um dos principais eixos de integração entre o Setor Leste e o Setor Central, contemplando os bairros Santa Mônica, Segismundo Pereira, Vida Nova, Bem Viver, Reserva dos Ipês, Novo Mundo, Alvorada, Morumbi e Dom Almir.

O Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana aborda a proposta de expansão da rede cicloviária, em conjunto com a requalificação da área central e com a implantação de infraestruturas de apoio, como bicicletários e pontos de aluguel de bicicletas. De acordo com o plano, a cidade dispõe de 32 km de ciclovias, e a proposta para o ano de 2020 seria de 323 km.

Conforme o Plano de Transporte e Mobilidade Urbana de Uberlândia (2010, p.6):

As ciclovias devem ser inseridas no sistema urbano em 3 etapas. A primeira de 24,81 km, a segunda, de 20,70 km, a terceira, de 119,20 km. Os trechos adicionais, dando continuidade aos parques lineares, somam 47,00 km. Destaca-se, inserido na proposta de requalificação da área central a construção de mais 106,45 km.

Todavia, findos dez anos da regulamentação do Plano de Transporte e Mobilidade, a cidade dispõe de apenas 95 km de vias exclusivas para ciclistas, representando apenas 3,2% da malha viária urbana. Não existe na cidade uma rede cicloviária; as ciclovias e ciclofaixas são desconectadas e descontínuas, não possuem integração entre si e apresentam várias limitações. A maior ciclovia está localizada na avenida Rondon Pacheco, correspondendo a 15,5 km de extensão.

Observou-se ainda a necessidade de regulamentar e elaborar políticas públicas voltadas para a mobilidade urbana na cidade de Uberlândia. Contudo, fica evidente a maneira com que o documento é construído: fragmentos de antigos atos regulatórios e estudos já realizados para a organização do Plano de Mobilidade Urbana.

Além disso, a burocratização e o aparelhamento estatal não acompanham a dinâmica de crescimento do espaço urbano. Os planos e as

políticas urbanas devem propor soluções mais efetivas e transparentes entre diferentes instâncias e agentes sociais.

Ao fazermos uma leitura das leis municipais voltadas para o espaço urbano de Uberlândia, é perceptível o descumprimento de ações e prazos estabelecidos por parte dos gestores públicos.

2.4.5 Lei de Parcelamento do Solo do município de Uberlândia (2011)

Conforme determina o artigo 4º do Plano Diretor de 2006, os instrumentos legais complementares essenciais para a implantação das diretrizes inseridas no plano devem ser revistos e atualizados no prazo máximo de quatro anos.

Assim, foram criadas as Leis de Parcelamento e Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, a Lei do Sistema Viário, o Código de Postura, o Código de Obras, o Código Tributário, a Lei de Meio Ambiente e o Código de Saúde.

A Lei de Parcelamento do Solo foi revisada pela Lei Complementar nº 523/2011, e tem como objetivo disciplinar os critérios de parcelamento do solo integrados à política de uso e ocupação do solo urbano e ao sistema viário. Entretanto, a referida lei já sofreu diversas alterações desde que foi sancionada.

A legislação urbanística de Uberlândia contribui para a dispersão e os vazios urbanos, como também para a produção de uma urbe fragmentada. O inciso VII do art. 7º da Lei nº 523 estabelece que “não será permitido o parcelamento do solo: em novas áreas, quando não contíguas à mancha

urbana já parcelada, salvo para estabelecimento, pelo Poder Público, de Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, autorizadas em leis específicas”.

Esse dispositivo confirma uma lógica perversa: é possível identificar na cidade, desde os primeiros programas habitacionais, a localização das moradias destinadas para a população de baixa renda em áreas longínquas, com ausência de serviços urbanos, enquanto ocorre a valorização das terras urbanas em áreas intersticiais, isto é, em áreas situadas entre a área central e as áreas dos novos loteamentos habitacionais.

A Lei de Parcelamento do Solo do município detalha as disposições referentes à modalidade “loteamento fechado habitacional” e inclui outras modalidades de parcelamento. De acordo com a lei (art. 10 ao art. 29), são apresentados oito diferentes modalidades de parcelamento do solo urbano. Entre elas, destacamos:

- ✓ loteamento convencional;
- ✓ loteamento fechado habitacional;
- ✓ condomínio urbanístico;
- ✓ reloteamento de chácaras e sítios de recreio;
- ✓ desmembramento e remanejamento;
- ✓ loteamento para fins empresariais;
- ✓ condomínio urbanístico empresarial;
- ✓ implantação de indústrias, de empresas comerciais, de prestação de serviços e de equipamentos sociais e comunitários.

Lembremos que loteamento fechado habitacional e condomínio urbanístico são análogos, isto é, são condomínios fechados (“enclaves habitacionais fortificados”) com acesso restrito, porém o segundo tem imóveis

padronizados no momento da compra e possui ruas e terrenos de tamanho reduzido.

Por sua vez, o poder municipal condiciona a produção do espaço urbano com altos indicadores de segregação social e agrava a dinâmica da fragmentação socioespacial.

O loteamento fechado habitacional define “o parcelamento do solo com utilização privativa das áreas de recreação pública e das vias públicas” (Art. 16). Compete ao município a criação de áreas para o sistema viário, para recreação, áreas públicas institucionais e dominiais calculadas sobre o total da área loteável, que podem ser dispostas em outra localidade, em áreas externas ao empreendimento. Em relação às áreas de recreação, uma parte deve ser localizada em áreas externas ao empreendimento e outra em áreas internas.

A expansão do tecido urbano implica a expansão da rede de infraestrutura e serviços urbanos. O crescimento de condomínios horizontais impõe um maior custo de operacionalização e manutenção de serviços essenciais, incluindo o aumento da demanda por investimentos públicos.

Os empreendedores imobiliários, junto com o poder público municipal, produzem e parcelam o solo urbano a partir de suas próprias necessidades. Para Melazzo (2013), mais que um agente particular, o capital incorporador atua sobre a transformação dos usos do solo urbano, buscando internalizar sob a forma de lucros de incorporação aquela parcela excedente que seria, de outra maneira, apropriada pelos proprietários fundiários.

Portanto, a lei de parcelamento do solo urbano regulamenta e define parâmetros para parcelamento do solo inseridos nas políticas de uso e

ocupação do tecido urbano, em uma tentativa de redução de custos por parte do poder público municipal, embora as relações entre capital e Estado estejam articuladas no incremento de lucros e na produção das desigualdades socioespaciais, sobretudo pelos diversos níveis de acesso da população a serviços e ao consumo.

2.4.6 Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do município de Uberlândia (2011)

A Lei Complementar nº 525, de abril de 2011, dispõe sobre a Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, alterada no ano de 2014, e tem como objetivo exposto em seu art. 1º que

o ordenamento territorial, no Município de Uberlândia, tem como objetivo a gestão eficiente e sustentável do uso do território, segundo o macrozoneamento municipal, que considere a inter-relação entre fatores naturais e antrópicos e zoneamento urbano que defina e delimite zonas urbanas, de acordo com o grau de urbanização e características de uso e ocupação do solo.

As principais alterações constatadas no zoneamento foram observadas no Setor Sul, área nobre da cidade, fortemente valorizada pelos agentes imobiliários locais. A atuação dos agentes sociais na gestão do zoneamento permitiu significativas mudanças no perímetro urbano e diferenciações de usos em relação aos demais setores da cidade.

Além disso, foram identificadas alterações na classificação de Zonas Mistas, por exemplo, nos bairros Santa Mônica, Segismundo Pereira, Nossa Senhora Aparecida, Brasil e Umuarama, conforme mostra o Mapa 4, em função da dinâmica urbana recente, caracterizada pelas atividades comerciais e de

serviços em vias coletoras com fluxos significativos para acesso aos bairros destacados.

As áreas próximas ao bairro Shopping Park, caracterizadas como Zona de Preservação Parcial, foram transformadas em Zonas Especiais de Interesse Social e em Zonas Residenciais. A expansão do perímetro urbano na direção oeste também foi uma importante alteração, destinada à implantação de conjuntos habitacionais voltados para a população de baixa renda. O aumento de novas áreas é justificado pelo valor baixo dos imóveis nesse setor. Entretanto, é possível observar a presença de grandes vazios urbanos e estimular a valorização urbana, para reduzir as políticas de expansão do tecido urbano a fim de aumentar o nível de ocupação de áreas já existentes.

Uns dos elementos indispensáveis para a análise do zoneamento e ocupação do solo urbano de Uberlândia pode ser pensado pela formação de subcentros no Setor Sul e Leste da cidade. O adensamento populacional nos setores é estimulado com loteamentos habitacionais e empreendimentos imobiliários com a perspectiva de instalação de uma infraestrutura urbana moderna, acessível, segura e sustentável.

A reprodução do discurso “morar, viver e trabalhar” é um dos mecanismos utilizados pelos agentes sociais para promover a valorização do solo urbano e direcionar os investimentos públicos e privados nesses setores da cidade. Os incorporadores imobiliários, muitas vezes, utilizam critérios de implantação de seus empreendimentos fora da legislação urbanística municipal.

Dessa maneira, raramente as normas de zoneamento, parcelamento e uso do solo serão capazes de acompanhar os anseios da reprodução do

capital e da valorização da terra urbana, impedindo a ampliação do mercado imobiliário direcionado às camadas de baixa renda.

CAPÍTULO 3 – A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL NO SETOR LESTE DE UBERLÂNDIA

3.1 Setor Leste de Uberlândia-MG: caracterização socioespacial

Em 1953, foi fundada a formação espacial do Setor Leste, com o loteamento “Fábio Felice”, área hoje conhecida como um dos principais bairros do setor e da cidade, Santa Mônica, localizado próximo às avenidas João Naves de Ávila e Anselmo Alves dos Santos e limítrofe às rodovias BR-050, BR-365 e BR-452.

O Setor Leste destaca-se por sua extensão territorial e populacional, bem como pela sua importância na dinâmica recente e na diversidade de reprodução do capital e social do espaço urbano na cidade. As definições de uso, forma e funcionalidade são heterogêneas dentro do setor, pelos seus diferentes agentes que alteram o tecido urbano. A valorização da terra urbana é favorecida pelos elementos naturais, como a topografia plana, a inexistência de barreiras físicas e o acesso fácil.

Em meio ao contexto de expansão da cidade de Uberlândia, o Setor Leste atinge constantemente níveis elevados de adensamento populacional, não somente pela saturação da área central ou pela valorização do Setor Sul, mas também pela opulência de investimentos e infraestrutura urbana, como a localização privilegiada de inúmeros serviços (públicos e privados) e atividades comerciais que o setor representa para a cidade.

Embora o setor seja adensado, sua ocupação ocorre de forma dispersa, ainda apresentando vários vazios urbanos, como a recente ocupação dos bairros Novo Mundo, Nova Alvorada e Gran Ville.

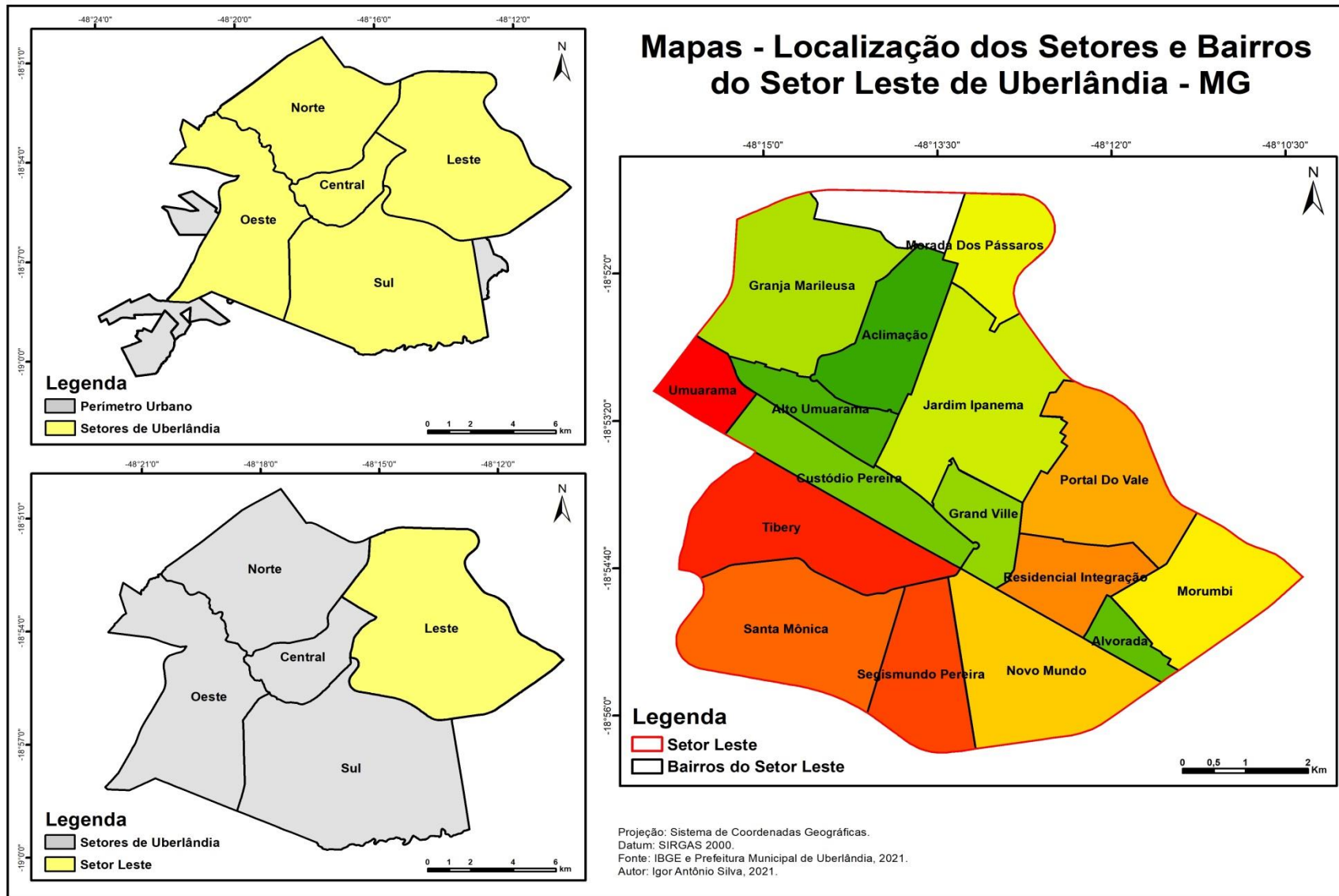
Novas formas de reprodução social urbana são reportadas nos direcionamentos de investimentos imobiliários e comerciais no setor, seja pelas exigências do capital, com um discurso de modelos de novas moradias, ou pelas necessidades de sobrevivência das minorias ou grupos sociais.

As rodovias BR050/453/365 e a ferrovia são grandes divisores sócio-econômicos no Setor Leste, pois elas separam os bairros bem adensados dos menos adensados (loteamentos destinados aos grupos de menor poder aquisitivo, as ocupações e os loteamentos irregulares), com infra-estruturas precárias e instalação de equipamentos públicos que desfavorecem a valorização dos bairros do entorno, como é o caso do presídio Prof. Jacy de Assis. No entanto, é preciso excluir os bairros Umuarama e Alto Umuarama, que apesar de se situarem após as rodovias, são bairros mais elitizados, onde foram e continuam sendo fixados os condomínios horizontais/loteamentos fechados do Setor Leste (MOURA, 2008, p.184).

Ao longo de sua estruturação urbana, os setores Leste e Sul da cidade receberam do poder público e da iniciativa privada diversos recursos e investimentos habitacionais, comerciais e de infraestrutura urbana. O adensamento populacional ocorreu em ritmo acelerado, e, em muitos bairros, já havia loteamentos ocupados antes de sua aprovação por parte do poder público.

Os bairros constituintes do Setor Leste são: Aclimação, Alto Umuarama, Alvorada, Custódio Pereira, Grand Ville, Granja Marileusa, Jardim Ipanema, Morada dos Pássaros, Morumbi, Novo Mundo, Portal do Vale, Residencial Integração, Santa Mônica, Segismundo Pereira, Tibery e Umuarama, conforme mostra o Mapa 3.

Mapa 3: Uberlândia-MG: Localização dos bairros do Setor Leste. 2021.



Autor: Silva (2021)

Os dados demográficos apontam que o Setor Leste apresenta a segunda maior concentração populacional da cidade. Conforme mostra o Quadro 2, cerca de 137.000 habitantes residem nessa área. Os dados são impulsionados pelo adensamento populacional do bairro Santa Mônica, com 35.737 habitantes, o mais populoso da cidade, representado por 26% da população do setor, seguido pelos bairros Tibery, com 18.631 moradores, e pelo bairro Segismundo Pereira, com 18.537 cidadãos.

Quadro 2: Uberlândia – MG: Dados Populacionais do Setor Leste. 2010.

BAIRRO	População por bairro	Área (Km²)	Nº de domicílios	População sexo masculino	População sexo feminino
Tibery	18.631	3.37	6.788	9.052	9.579
Santa Mônica	35.737	5.74	14.456	17.270	18.467
Segismundo Pereira	18.537	3.18	6.273	8.994	9.543
Umuarama	3.736	1.33	1.754	1.727	2.009
Custódio Pereira	9.551	2.82	3.395	4.660	4.891
Residencial Integração	14.374	-	4.953	7.401	6.990
Demais Bairros do Setor Leste	18.430	-	6.656	9.307	9.123
Morumbi	18.004	3.83	5.677	8.968	9.036
TOTAL	137.000	20.27	49.952	67.379	69.638

Fonte: IBGE (2010). PMU (2019).

Adaptado: SILVA, F. F. B. (2020)

O setor de estudo apresenta uma área total de aproximadamente de 20 km², com destaque para o bairro Santa Mônica, com área superior a 5 km², seguido do Jardim Ipanema, com 4 km², e dos bairros Tibery, Segismundo Pereira e Morumbi, que possuem acima de 3 km² cada. Além disso, nota-se

que a população do sexo feminino é superior à do sexo masculino, apresentando 2.259 mulheres a mais em relação ao grupo masculino no setor.

Vale ressaltar que o Residencial Integração possui bairros que ainda não foram aprovados em leis específicas do município, e os demais bairros do setor são denominados de Alto Umuarama, Jardim Ipanema, Morada dos Pássaros e Mansões Aeroporto, sobre os quais não se dispõe de informações sobre os dados populacionais, pois alguns estão agregados a outros.

No Plano Diretor de 2006, no quinto capítulo de uso e ocupação do solo, nas seções sobre diretrizes e ações, propõe-se a valorização dos subcentros no Setor Leste, prevalecendo os bairros Santa Mônica, Morumbi e Tibery. Nas últimas décadas, houve a instalação de novos vetores de expansão, com a finalização do Anel Viário Contorno Leste, elevando o crescimento e a valorização imobiliária do setor.

Os equipamentos públicos destinados à área da saúde estão discriminados no Quadro 3. A Zona Leste conta com duas UAIs (Tibery e Morumbi), dez UBSFs (quatro no bairro Morumbi, duas no bairro Residencial Integração, duas no bairro Jardim Ipanema e uma nos bairros Aclimação e Alvorada), e ainda com duas UBSs: no bairro Custódio Pereira e no bairro Tibery.

Outro equipamento de atendimento hospitalar de destaque é o principal hospital da cidade e da região do Triângulo Mineiro, o Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia.

Quadro 3: Uberlândia – MG: Equipamentos Públicos de Saúde no Setor Leste. 2020

Unidade de Atendimento à Saúde	Endereço	Bairro
Hospital de Clínicas – UFU	Av. Pará, 1720	Umuarama
UAI Morumbi	Av. Felipe Calixto Milken, 47	Morumbi
UAI Tibery	Av. Benjamim Magalhães, 1115	Tibery
UBSF Aclimação	Rua: Irmão Marista, 644	Aclimação
UBSF Alvorada	Rua Edézio Fernandes de Moraes, 121	Alvorada
UBSF Dom Almir	Rua Cireneu A. Azevedo, 100	Residencial Integração
UBSF Ipanema I	Rua Antônio Martins Lima, 310	Jardim Ipanema
UBSF Ipanema II	Rua Adoniro Alves Pinto, 281	Jardim Ipanema
UBSF Joana D'Arc	Rua João Carlos de Souza, 40	Residencial Integração
UBSF Morumbi I	Rua Espigão, 871	Morumbi
UBSF Morumbi III	Rua Cabanas, 39	Morumbi
UBSF Morumbi IV – Dr. Délio Menecucci	Rua Videira, 260	Morumbi
UBSF Morumbi V	Rua das Emas, 28	Morumbi
UBS Custódio Pereira	Av. Tito Teixeira, 1236	Custódio Pereira
UBS Tibery	Rua Venezuela, S/N	Tibery

Fonte: PMU (2019)

Elaborado: SILVA, F. F. B. (2020)

Constata-se que os equipamentos públicos voltados para a área da saúde estão localizados na franja urbana do Setor Leste, exceto os atendimentos de saúde situados no bairro Tibery. O bairro possui uma centralidade no setor e é próximo à área central da cidade. A localização desses equipamentos nos bairros é analisada a partir da demanda de atendimento para a população de média e baixa renda que necessita de assistência à saúde pública.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2015, cerca de 54 instituições de ensino estavam localizadas no Setor Leste,

contempladas em Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Técnico.

Entre elas, estão presentes no setor 18 escolas municipais com Ensino Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental e Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Além disso, a área dispõe de 12 instituições da Rede Estadual de Ensino, abrangendo Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

Por fim, existem 23 escolas da rede privada no Setor Leste que abrangem todos os níveis de ensino e uma Escola Técnica de Saúde (Estes) de nível federal vinculada à Universidade Federal de Uberlândia.

SEÇÃO A – EQUIPAMENTOS URBANOS NO SETOR LESTE

A dinâmica urbana do Setor Leste fundamenta-se pela presença de importantes equipamentos urbanos. Sua complexidade e diversidade de usos e funções causa fortes impactos na cidade, não só no transporte público e privado, como também na mobilidade de pessoas, serviços e capitais do setor.

Na década de 1960, iniciou-se a implantação dos primeiros equipamentos urbanos e loteamentos, alargando grandes avenidas e ordenando o solo urbano para a ampliação de infraestruturas urbanas.

3.2 Setor Leste em Uberlândia-MG: principais equipamentos urbanos

O Mapa 4 apresenta os principais equipamentos urbanos presente no Setor Leste da cidade de Uberlândia, observando-se concentração destes no bairro Tibery e no Santa Mônica.

Atualmente, o Setor Leste recebe investimentos públicos e privados para a instalação de equipamentos de diferentes usos e funções. Isso faz com que ocorra maior fluxo de pessoas e serviços no setor. Entre esses equipamentos, destaca-se o Center Shopping Uberlândia, a Universidade Federal de Uberlândia, o Centro Administrativo Virgílio Galassi, a Unidade de Atendimento Integrado (UAI – documentos) e o Setor Judiciário.

No que tange a equipamentos urbanos voltados para o transporte, o setor apresenta dois terminais de integração de transporte público, o Terminal Umuarama e o Terminal Novo Mundo, inseridos ao Sistema Integrado de Transportes e considerados importantes equipamentos voltados para atender as demandas operacionais de passageiros dos bairros adensados do setor.

A Ferrovia Centro Atlântica (FCA) também tem seu traçado estabelecido no Setor Leste. Ela é operada pela empresa VLI Logística, e está presente nos bairros Novo Mundo, Custódio Pereira e Umuarama.

Próximo aos trilhos da ferrovia está localizado o Aeroporto Tenente Coronel Aviador César Bombonato. Segundo dados da Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária), ele apresenta fluxo diário de 3.629 pessoas e tem capacidade de atender a 2,4 milhões de passageiros ao ano.

O aeroporto trouxe novas transformações no uso e na ocupação das áreas lindeiras ao complexo de transporte aéreo, com atividades comerciais e

de serviços instaladas para atender as demandas dos passageiros e as necessidades geradas pelas atividades do transporte aéreo. Vias estruturais também foram criadas no sistema viário próximo ao aeroporto para facilitar o acesso de passageiros ao equipamento.

Mapa - Equipamentos Urbanos do Setor Leste de Uberlândia - MG

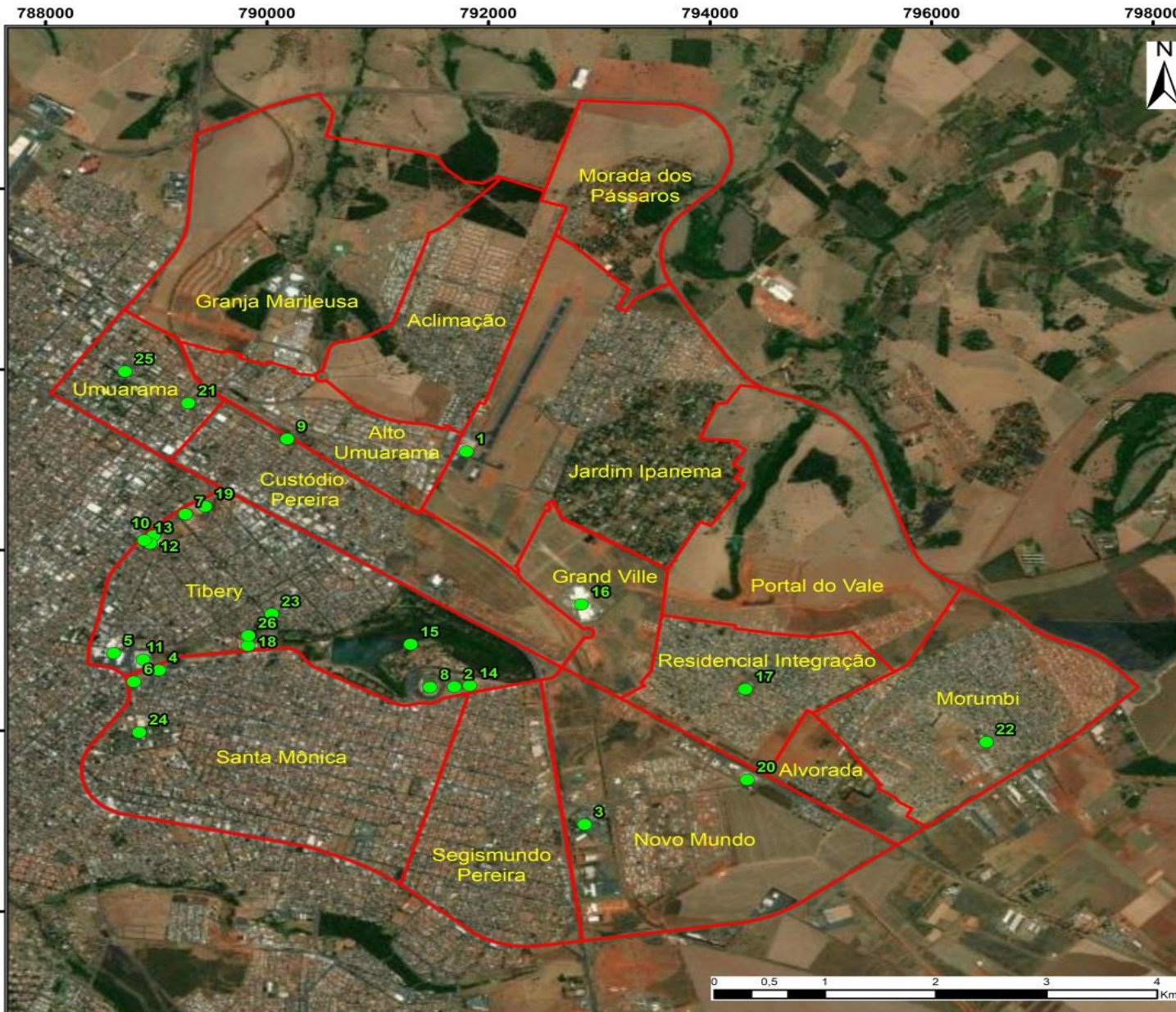
Legenda

Bairros do Setor Leste

Equipamentos Urbanos

- 1, Aeroporto
- 2, Arena Sabiazinho
- 3, Central de Abastecimento - CEASAMINAS
- 4, Centro Administrativo Municipal
- 5, Complexo Center Shopping
- 6, Câmara Legislativa de Uberlândia
- 7, Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE
- 8, Estádio Municipal Parque do Sabiá
- 9, Estação Ferroviária
- 10, Fórum de Uberlândia
- 11, Hipermercado Carrefour
- 12, Ministério Público Estadual
- 13, Ministério Público Federal
- 14, Parque Aquático Municipal
- 15, Parque do Sabiá
- 16, Praça Shopping
- 17, Presídio Professor Jacy de Assis
- 18, Pátio Sabiá
- 19, Teatro Municipal
- 20, Terminal Novo Mundo
- 21, Terminal Umuarama
- 22, UAI - Morumbi
- 23, UAI - Tibery
- 24, UFU - Campus Santa Mônica
- 25, UFU/HCU - Campus Umuarama
- 26, Unidade de Atendimento Integrado - UAI

Projeção: Universal Transversa de Mercator UTM.
 Datum: SIRGAS; 2000, Zona 22 Sul.
 Fontes: IBGE; 2020; Google Earth Pro; 2020; PMU; 2020.
 Autor: Igor Antônio Silva.



Autor: SILVA (2021)

3.2.1 Universidade Federal de Uberlândia

A instituição, quando ainda era denominada Universidade de Uberlândia (UnU), foi autorizada a funcionar através do Decreto-Lei nº 762, de 14 de agosto de 1969, e federalizada pela Lei nº 6.532, de 24 de maio de 1978, quando passou a se chamar Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente, a universidade dispõe de sete *campi* distribuídos nas cidades de Uberlândia, Ituiutaba, Patos de Minas e Monte Carmelo.

Segundo Soares (1995, p. 196),

A Universidade de Uberlândia – UFU foi criada no final dos anos 1960, em plena ditadura, a partir da junção de nove escolas superiores, que tinham dinâmicas acadêmicas e financeiras diversificadas, pois algumas eram particulares e/ou fundacionais; outras autarquias federal e estadual. Para que fosse viabilizada foi então criada uma fundação, com objetivo de *aparar as arestas existentes* e efetivar sua federalização.

Figura 11: Uberlândia –MG: Fachada da Universidade Federal de Uberlândia. Campus Santa Mônica. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

A Universidade Federal de Uberlândia possui quatro *campi* em Uberlândia. Entre eles, dois estão localizados no Setor Leste: o *Campus* Santa

Mônica e o *Campus* Umuarama, com um número total de estudantes de 22.453, distribuídos em diferentes níveis de ensino; cerca de 1.913 docentes; e 3.201 funcionários técnico-administrativos. A instituição possui graduação com 67 cursos de bacharelado e 26 cursos de licenciatura.

A UFU tem 49 programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado, mestrado profissional e doutorado) e sete *lato sensu* (especialização e MBA).

Além disso, tem cursos (graduação, especialização, extensão e aperfeiçoamento) ofertados na modalidade Educação a Distância, além da Escola de Educação Básica (Eseba), com Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos; e a Escola Técnica de Saúde (Estes).

A UFU é o principal centro de referência de ensino, tecnologia, pesquisa e extensão da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e desenvolve pesquisas sob diferentes áreas do conhecimento fundamentais para a produção científica e a inovação tecnológica.

Figura 12: Uberlândia-MG: Entrada Principal da Universidade Federal de Uberlândia. Campus Santa Mônica. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

O Hospital de Clínicas de Uberlândia – HCU está vinculado à UFU e fica localizado no bairro Umuarama, no Setor Leste da cidade, sendo considerado um importante equipamento urbano público de atendimento de média e alta complexidade hospitalar para moradores de Uberlândia e para 66 municípios da micro e macrorregião do Triângulo Mineiro Norte.

O HCU/UFU foi inaugurado em 1970, com atendimento vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS), e está integrado ao Hospital do Câncer. Atualmente, as estruturas físicas do complexo hospitalar contam com 528 leitos e mais de 50.000 m² de área construída.

A gestão do hospital é feita pela Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia (Faepu), que possui aproximadamente 1.800 funcionários e é administrada pela Universidade Federal de Uberlândia. Mais recentemente, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) passou a administrar o hospital e a prestar serviços para ele.

3.2.2 Complexo Esportivo Parque do Sabiá

O Complexo Virgílio Galassi foi criado pela Lei n° 1898, de 23 de março de 1971, na área da bacia do córrego Jataí (afluente do rio Uberabinha), com área de 1.850.000 m². Num primeiro momento, o parque era o único espaço público criado pela prefeitura de Uberlândia voltado para a prática de lazer e recreação de trabalhadores e da população uberlandense.

Em 1982, o Parque do Sabiá foi inaugurado pelo prefeito Virgílio Galassi como uma principal “ferramenta” política para a tentativa de sua reeleição, com a justificativa de “função social”, de oferecer práticas esportivas, qualidade de vida, descanso e pescaria para seus frequentadores. Atualmente, o Complexo abrange o Estádio Parque do Sabiá, a Arena Multiuso Tancredo Neves (Sabiázinho), o Parque do Sabiá e o Parque Aquático.

O parque está localizado na avenida Anselmo Alves dos Santos, no bairro Santa Mônica, e também na rua Haia, no bairro Tibery, no Setor Leste da cidade. É administrado pela Fundação Uberlandense de Turismo, Esporte e Lazer (Futel) vinculada à Prefeitura Municipal de Uberlândia, e é o maior parque urbano da região do Triângulo Mineiro, com 350.000 m² de área verde.

Segundo dados da Futel, cerca de 10 mil pessoas frequentam as dependências do Parque do Sabiá, fazendo a utilização da pista para caminhada e corrida, praticando ciclismo, aproveitando as piscinas, o parque infantil, os campos de futebol, as quadras de areia, de vôlei, de basquete, de handebol e de futebol de salão.

O parque conta ainda com o Zoológico Municipal de Uberlândia, subordinado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Urbanístico, abrigando cerca de 300 tipos de vegetação nativa do cerrado e exóticas e 250 espécies de animais. Há ainda o aquário municipal, que dispõe de 30 espécies de peixes.

O Estádio Municipal Parque do Sabiá foi inaugurado em 27 de maio de 1982, na gestão do prefeito Virgílio Galassi, com capacidade para 40 mil pessoas. No ano de 2015, ocorreu a mudança do nome do estádio graças ao projeto de lei da Câmara Municipal de Vereadores do município. Até então, ele era chamado de Estádio Municipal João Havelange.

Figura 13: Uberlândia-MG: Entrada ao Estádio Municipal Parque do Sabiá. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

O Complexo Virgílio Galassi inclui a Arena Multiuso Tancredo Neves, conhecida como Arena Sabiazinho, com capacidade para receber 6 mil pessoas. A arena recebe grandes eventos esportivos, eventos culturais e shows nacionais e internacionais.

Figura 14: Uberlândia-MG: Acesso Principal a Arena Presidente Tancredo Neves – Arena Sabiazinho. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

Mais recentemente, no ano de 2020, foi inaugurado o Parque Aquático Municipal Deputado João Bittar, localizado no Complexo Parque do Sabiá, com mais de 6 m² de área construída e com a disposição da piscina olímpica de acordo com as normas da Federação Internacional de Natação.

Figura 15: Uberlândia-MG: Parque Aquático Municipal Deputado João Bittar. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

3.2.3 Centro Administrativo Virgílio Galassi

O Centro Administrativo de Uberlândia, inaugurado em 1993, fica localizado na avenida Anselmo Alves dos Santos, no bairro Santa Mônica, no Setor Leste da cidade, abrigando a Câmara dos Vereadores, a Secretaria de Governo e demais funções administrativas do município.

Figura 16: Uberlândia – MG: Câmara Municipal. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

Figura 17: Uberlândia-MG: Centro Administrativo Virgílio Galassi localizado no bairro Santa Mônica. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

A área construída possui aproximadamente 26 mil m², e foi instituída num terreno cujas dimensões são de cerca de 38 mil m². Em 2019, a Prefeitura lançou edital de contratação de empresa para a realização da reforma dos dois prédios, que funcionam sem alvará. A obra possui um investimento de R\$ 4 milhões, que visa atender as normas de acessibilidade, prevenção e combate a incêndio, sanando as irregularidades documentais.

Em função da proximidade com a Universidade Federal de Uberlândia e com o Complexo Center Shopping, o Centro Administrativo direciona a expansão urbana para o Setor Leste da cidade, sendo um equipamento público urbano indutor de atividades institucionais e burocráticas na esfera municipal por parte de seus cidadãos.

As áreas adjacentes ao Centro Administrativo ofertam a prestação de serviços bancários, administrativos, jurídicos, arquitetônicos, dentre outros. Além disso, os restaurantes, as lanchonetes e os diversos serviços e comércios

no entorno atendem à demanda de funcionários públicos, trabalhadores, visitantes, professores e alunos que frequentam os arredores dos equipamentos públicos localizados no setor.

3.2.4 Complexo Center Shopping

Inaugurado em 27 de abril de 1992, o Center Shopping, com uma área inicial de 19 mil m², pertencente ao grupo atacadista Armazém do Comércio (Arcom) e, sob a administração dele, é considerado um dos shoppings mais tradicionais da cidade e da região do Triângulo Mineiro.

No início da década de 1990, o empreendimento foi planejado com base nas informações recebidas de antemão a respeito da futura instalação do Centro Administrativo Municipal, na área adjacente e de propriedade do grupo empresarial. As informações foram fornecidas por parte do poder público municipal, antes de sua publicação no Plano Diretor de 1994, no sentido de atender aos anseios do grupo e de valorização da área urbana.

A venda fracionada do terreno para a rede francesa de hipermercados *Carrefour*, em meados de 1980, possibilitou o aumento do fluxo de pessoas tornando o lugar atrativo para a população da cidade, havendo o fretamento de ônibus por parte da população das cidades vizinhas para a realização de compras no hipermercado.

Em 1996, foi inaugurado o hotel Plaza Inn, que passou a ser denominado pela rede Mercure de Uberlândia de Plaza Shopping no ano de 2014. No ano de 2010, foi implantado o Centro de Convenções (Center Convention). As ampliações e as modificações nas dependências do

empreendimento ocorreram de forma acelerada, de forma que, em oito anos, o equipamento já havia sido completamente alterado em relação à sua configuração original.

Assim, sua nomenclatura foi alterada de shopping para Grande Complexo Empresarial, incluindo heliponto, duas torres de serviços hoteleiros e um complexo empresarial denominada de Uberlândia Business Tower (UBT).

Figura 18: Uberlândia – MG: Acesso ao Center Shopping pela Avenida Rondon Pacheco e o Complexo Empresarial Business Tower. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

O complexo localizado no bairro Tibery inclui área de lazer, cinema, cultura, negócios, eventos, duas praças de alimentação, restaurantes, supermercado, lojas diversificadas e serviços, espaço integrado conhecido pelas grandes metrópoles como “mixed use”.

O grupo atacadista Armazém do Comércio (Arcom) possui, nas áreas próximas ao Complexo Center Shopping, a empresa *Callink*, instituição privada que realiza a prestação de serviços para grupo empresariais.

Isso propiciou o aumento significativo no fluxo de trabalhadores na região próxima ao complexo, na utilização das dependências do Center Shopping para a realização de suas atividades de alimentação e consumo, bem como na promoção de transformações urbanas de usos e funções nas áreas próximas ao complexo, em especial no bairro Tibery.

3.2.5 Setor Jurídico, Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae) e Teatro Municipal

Nos últimos anos, às margens da avenida Rondon Pacheco, no bairro Tibery, no Setor Leste da cidade, ocorreu a instalação de inúmeros equipamentos urbanos públicos, fundamentais para as transformações urbanas e para as novas dinâmicas sociais na cidade.

A implantação do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, da Delegacia da Receita Federal, do Juizado Especial, do Fórum de Uberlândia – Palácio da Justiça Rondon Pacheco, do Tribunal de Justiça Estadual e do Procon de Uberlândia subsidiaram uma nova dinâmica de expansão e atração de pessoas para a área.

Figura 19: Uberlândia-MG: Fórum de Uberlândia – Palácio da Justiça Rondon Pacheco. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

Figura 20: Uberlândia-MG: Em primeiro plano o Ministério Público Federal e ao fundo o Ministério Público Estadual. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

Novos usos e funções passaram a ser estabelecidos para o bairro Tibery, como a necessidade de instalações de escritórios de advocacia direcionados a atender as demandas jurídicas, com a inauguração das instituições judiciárias no setor. Novos imóveis foram construídos e modernizados próximos à avenida Rondon Pacheco, preservando a infraestrutura urbana presente na via e se adequando às exigências de obras de acessibilidade.

Figura 21: Uberlândia-MG: Sede do Procon no bairro Tibery no setor leste. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

Na avenida Rondon Pacheco (sentido nordeste, próximo à BR-050), encontra-se o Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae), autarquia do município responsável pela gestão, planejamento e execução do abastecimento de água potável, esgotos sanitários e do saneamento de cursos d'água do município. O Dmae também executa obras de construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de água e esgoto.

No ano de 2017, a autarquia assumiu a Divisão de Limpeza Urbana, responsável pela administração da coleta regular de lixo e pela coleta seletiva, além de fazer a gestão do sistema de redes pluviais da cidade.

Figura 22: Uberlândia-MG: Sede do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) no bairro Tibery no setor leste. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

A nova sede da autarquia no Setor Leste foi inaugurada em dezembro de 2016. O espaço conta com uma área construída de 8.073 m², cujo projeto arquitetônico foi feito pelo arquiteto Zied Sabbagh. Em seu interior, há um espaço destinado para o Museu da Água. O local é composto por peças históricas, linha do tempo e acervo histórico, abarcando os principais acontecimentos no tratamento de água em Uberlândia.

Entre os principais acontecimentos estão o início da canalização do rego d'água dos córregos São Pedro e Cajubá em 1908, a inauguração do primeiro reservatório de água em 1940, a criação do DMAE em 1967, a eleição da cidade como primeira do país em saneamento no ranking Trata Brasil e o início da obra do Sistema de Captação e Tratamento de Água Capim Branco (DMAE, 2020).

A autarquia municipal também realiza programas de educação ambiental e de proteção e recuperação de nascentes do rio Uberabinha, do ribeirão Bom Jardim e do rio Araguari. Entre eles, destacamos o Programa Escola Água Cidadã (Peac) e o Programa Buriti.

O Programa Escola Água Cidadã do DMAE (PEAC), como é conhecido, tem como principal objetivo educar a comunidade para o uso responsável da água. Escolas públicas e privadas, da pré-escola ao ensino universitário, associações de moradores, empresas e muitas outras instituições podem expandir o seu conhecimento em saneamento e em ações de sustentabilidade ambiental (DMAE, 2020).

O Programa Buriti foi criado em 2008 com o objetivo de proteger, recuperar nascentes e fazer o plantio de matas ciliares, garantindo que não falte água suficiente e de qualidade para abastecer as cidades e atividades rurais (DMAE, 2020).

Ao lado do Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae) está localizado o Teatro Municipal de Uberlândia, importante equipamento urbano destinado a atividades culturais, apresentações de dança e teatro, eventos e shows.

O Teatro Municipal de Uberlândia foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer em 1989, entretanto sua inauguração ocorreu somente no ano de 2012, em função de alguns impasses para a liberação de verbas e a captação de recursos para a evolução da obra. Em 2005, foi utilizada a parte externa do teatro para a realização de vários espetáculos e shows. No ano de 2012, a obra da parte inferior do teatro foi terminada, com aquisição de mobiliário e estruturas para o funcionamento do equipamento.

O teatro foi construído em uma área cujo terreno possui 66 mil m² e cerca de 5 mil m² de área construída. O local conta com 781 poltronas,

espaços para montagem de espetáculos, camarins, rouparia, depósito, sala de ensaios, área administrativa, refeitório, banheiros e estacionamento.

O palco tem duas possibilidades, interna e externa. Quando aberto para a parte externa, abre a possibilidade de atender cerca de 20 mil pessoas em uma espécie de anfiteatro ao ar livre. Trata-se de uma função vanguardista para espetáculos populares como shows, apresentações de dança, música, circenses, entre outras (Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2020).

Figura 23: Uberlândia-MG: Parte externa do Teatro Municipal. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

Na parte externa do teatro, a área é utilizada para atividades de lazer, para a prática de atividades físicas e como espaço de socialização durante os finais de semana. Além disso, eventos culturais, feiras, festivais musicais são realizados no local. Nos últimos anos, Uberlândia entrou no circuito de apresentações de grandes espetáculos, promovendo peças teatrais de renome nacional e internacional.

SEÇÃO B – Principais loteamentos do Setor Leste de Uberlândia-MG

O Setor Leste expressa sua complexidade e sua dinâmica por meio de agentes produtores do espaço urbano. Os principais loteamentos envolvem bairros pensados para uma elite, bairros de usos mistos de moradia e atividades comerciais, e até mesmo bairros altamente fragmentados e excluídos de infraestrutura urbana, com fortes limitações de usos e existência de “fronteiras simbólicas” que exibem as diferenças entre os estratos sociais da cidade.

3.3 Setor Leste e a sua expansão urbana: análise dos principais loteamentos dos últimos anos

De acordo com Batista (2018, p. 87), o Setor Leste é formado por 90 loteamentos aprovados, regulamentados e documentados pela esfera municipal. Entre as décadas de 1950 a 1979, foram aprovados 18 loteamentos; entre 1980 e 2000, mais 20. Nos anos de 2001 a 2010, registraram-se dez novos loteamentos, e entre as décadas 2011 a 2016, 15 novos loteamentos e 27 outros sem o registro pela Prefeitura Municipal.

3.3.1 Bairro Santa Mônica: antigas e recentes dinâmicas urbanas

A produção do espaço urbano do Setor Leste iniciou-se no ano de 1953, com o primeiro loteamento localizado hoje no bairro integrado Santa Mônica. O loteamento foi chamado de “Fábio Felice”; logo após, ocorreram os loteamentos Santa Mônica – Setor “A”, em 1963; Santa Mônica – Setor “B”,

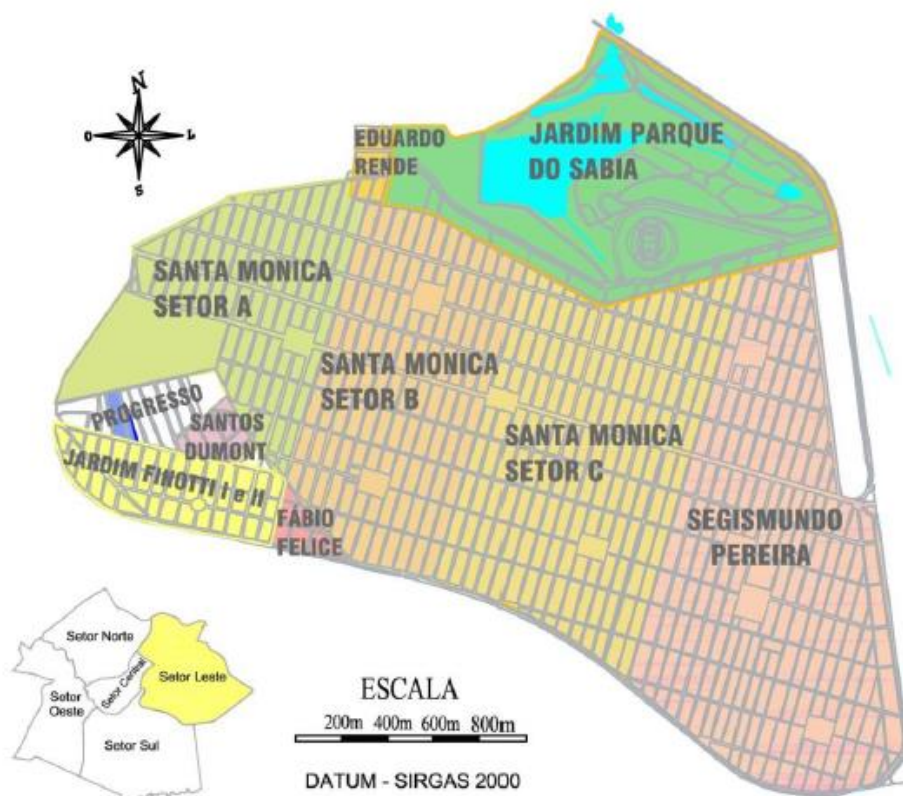
Santa Mônica – Setor “C” e Santa Mônica – Setor “D”, em 1966. Em 1996, o poder público municipal estabeleceu a criação do bairro Santa Mônica, que hoje conta com mais de 14 loteamentos.

Os primeiros loteamentos denominados Santa Monica (A, B e C) datam da década de 1960, sendo que as primeiras casas surgiram próximas ao cruzamento da estrada de Ferro Mogiana, atual Avenida João Naves de Ávila, com o Córrego Jataí (atual Avenida Anselmo Alves dos Santos). O adensamento deste bairro foi intensificado na década de 1970, favorecido pela consolidação do Campus da UFU. Duas décadas mais tarde, a instalação do Center Shopping e Centro Administrativo também contribuíram para a dinamização e valorização deste bairro (ALVES, 2016. p. 69).

Vale ressaltar que o parcelamento dos loteamentos do bairro Santa Mônica teve um papel fundamental na valorização da terra urbana no setor. O loteamento Santa Mônica – Setor “D” (hoje bairro Segismundo Pereira) ocorreu como consequência da especulação imobiliária, facilitado pela administração pública, que favorecia grandes lucros para os proprietários da terra e empreendedores imobiliários, fazendo com que a população de menor poder aquisitivo fosse obrigada a residir mais distante da área central da cidade naquele período.

A figura 24 ilustra os limites dos loteamentos que constituíram os bairros Santa Mônica e Segismundo Pereira. Observam-se os traçados urbanos com eixos viários de importante hierarquia (vias estruturais, vias coletoras e vias arteriais) que estruturam e definem o adensamento populacional dos bairros ao longo do tempo.

Figura 24: Uberlândia-MG: Bairro Integrado Santa Mônica e Segismundo Pereira e seus loteamentos. 2020



Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2006).
Retirado: Batista (2018)

De acordo com a Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do município, os bairros Santa Mônica e Segismundo Pereira são considerados Zonas Mistas, em função da sua dinâmica urbana. São bairros que impulsionaram a desconcentração espacial das atividades comerciais e de serviços da porção central da cidade.

Especificamente, o bairro Santa Mônica potencializa a atração de investimentos públicos e privados na produção do espaço urbano da cidade. Como um dos principais e mais populosos bairros da cidade, reestabelece novos usos e funções do solo a partir dos investimentos nele instalados.

A presença da Universidade Federal de Uberlândia impulsiona seu crescimento nas áreas próximas ao *Campus* Santa Mônica. Inúmeras atividades comerciais de serviços são estruturadas para atender a demanda de consumo e as necessidades de seus cidadãos. Em sua grande maioria, os universitários recriam novas práticas sociais, atividades de lazer, socialização e alimentação.

Ao longo das avenidas Belarmino Cotta Pacheco, Segismundo Pereira, Ana Godoy de Sousa e Dr. Laerte Vieira Gonçalves foram instalados gradativamente bares, restaurantes, supermercados, padarias, lojas de conveniência, bancos, farmácias, academias e outras atividades comerciais e serviços que atendem a população flutuante e aos moradores já estabelecidos no bairro.

Nas quadras próximas ao Centro Administrativo Virgílio Galassi e à Universidade Federal de Uberlândia, ocorreu o processo de verticalização, inicialmente com prédios até quatro pavimentos e mais recente com torres residenciais contendo acima de dez pavimentos expandindo-se por diferentes áreas do bairro e da cidade, viabilizando o adensamento populacional do bairro.

Em 2018, foi inaugurado o Corredor Estrutural Segismundo Pereira, com extensão de 6 km e 11 estações de embarque e desembarque, integrando o Terminal Central ao Terminal Novo Mundo. O sistema BRT (*Bus Rapid Transit*), com faixas exclusivas para a circulação de ônibus, está localizado ao longo da avenida Segismundo Pereira e contempla o Sistema Integrado de Transportes (SIT).

3.3.2 Bairro Tibery: evolução e valorização urbana

O bairro Tibery é limítrofe ao bairro Santa Mônica; a avenida Anselmo Alves dos Santos conduz a divisão contígua dos bairros. A presença do Complexo Center Shopping, do hipermercado Carrefour e mais recentemente do Setor Jurídico reproduz antigas e recentes transformações urbanas no bairro.

Os primeiros loteamentos registrados são datados da década de 1950: Vila Ana Angélica (1954), Vila Corrêa (1962), Eduardo Rende (1974), Jardim Parque do Sabiá (1979) e o loteamento do próprio bairro Tibery, sem datação registrada pela administração municipal (BATISTA, 2018, p. 99).

O bairro Tibery é o segundo mais populoso do setor, com 18.631 habitantes e uma área territorial de 3,37 km² (IBGE/PMU, 2010). Na década de 1980, antes da construção do Complexo Center Shopping, o bairro não era isento das práticas de valorização da terra urbana, dispunha de áreas propícias à especulação imobiliária e à implantação de novos empreendimentos. A área era formada por ampla quantidade de terrenos vazios e ocupada por uma população de baixa renda.

Entretanto, após a implantação do Complexo Center Shopping, alterações significativas foram produzidas nas áreas adjacentes ao empreendimento. A instalação do shopping promoveu a ressignificação de usos, valores e práticas sociais. A valorização imobiliária, a construção de serviços hoteleiros, supermercados, serviços bancários, lojas de locação de veículos e concessionárias configuram profundas transformações urbanas próximas ao complexo.

Ao mesmo tempo, é possível observar a fragilidade da legislação municipal diante dos interesses do empreendedor. A venda de via pública local por parte da administração municipal para o Complexo Center Shopping foi imprescindível para definir a produção do espaço urbano do bairro a partir dos anseios e das estratégias de expansão empresarial.

A dinâmica urbana do bairro é reconfigurada com a implantação do complexo. As áreas revalorizadas estão próximas ao Center Shopping, e as de menor valor no sentido nordeste do bairro, próximas à BR-365, caracterizadas pela oferta de serviços voltados para o transporte rodoviário, possuindo postos de combustíveis, armazéns de estocagem, distribuição, além de serviços de manutenção de veículos de grande porte. É, portanto, uma área marginalizada do ponto de vista imobiliário, que possui bares, restaurantes e, em algumas localidades, práticas ilícitas, como tráfico de drogas e atividades não regulamentadas como a prostituição, como ocorre em áreas marginais às rodovias que cortam o tecido urbano.

Com a implantação do setor jurídico, já mencionado anteriormente no texto, visivelmente se observou uma revalorização do capital especulativo imobiliário que acompanha as instalações dos equipamentos públicos jurídicos.

Ainda é possível observar terrenos vazios urbanos e moradias ocupadas pela população de baixa renda, constantemente impulsionada pelo mercado imobiliário para a comercialização do terreno para a construção de novos empreendimentos comerciais e residenciais.

No ano de 2018, foi inaugurada a UAI (Unidade de Atendimento Integrado) e o Shopping Pátio Sabiá, dois equipamentos urbanos que direcionam o aumento de fluxos de pessoas para das dependências do bairro.

O primeiro equipamento realiza a prestação de serviços, como a obtenção de Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, Passaporte, Atestado de Antecedentes Criminais, Carteira de Nacional de Habilitação e documentos de venda de veículos vinculados ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais.

Já o Pátio Sabiá, localizado na avenida Anselmo Alves dos Santos, próximo ao Centro Administrativo Virgílio Galassi, ao Complexo Center Shopping e ao Complexo Esportivo Parque do Sabiá, possui diversos segmentos de atividades comerciais, com lojas, restaurantes, academias, clínicas de saúde e estética e praça de alimentação, com estabelecimentos que fazem a releitura dos mercados populares das grandes cidades, além de escolas de idiomas.

3.3.3 Bairros Morumbi e Alvorada: a periferização urbana do Setor Leste

Apesar da formação de subcentros na porção leste da cidade de Uberlândia, a reprodução do espaço urbano da urbe é direcionada pelos agentes reprodutores do capital urbano. Um dos mecanismos da reprodução ampliada da riqueza é o direcionamento para o estabelecimento de moradias das classes mais pobres em áreas mais distantes do centro.

Esse fenômeno é subsidiado pelo poder público municipal em função dos arranjos políticos estabelecidos com os proprietários de terra urbana e da facilidade de aprovação e regulação dos loteamentos em áreas periféricas, produzindo uma cidade desigual, fragmentada e aumentando significativamente os gastos públicos com infraestruturas urbanas (transporte

público, saneamento básico, energia, entre outros) para atender as demandas e serviços essenciais para a população periférica.

Os loteamentos do Conjunto Alvorada (1980) e o bairro Morumbi (1991) reportam a consolidação da periferia no Setor Leste da cidade. O bairro Morumbi, antiga área dos proprietários e empreendedores Morum José Lopes Bernardino e Bádue Morum Bernardino, foi financiada pelo Programa de Ação Imediata em Habitação (Paih) do governo federal.

A construção do loteamento ocorreu na década de 1990, e, de acordo com a escritura pública alterada e aprovada, estabelece como obrigatoriedade do empreendedor a execução de obras básicas de infraestrutura urbana nas vias públicas pavimentadas utilizadas pelo transporte público.

Para Rodrigues (2008, p. 45),

A implantação e conclusão das obras referentes à infra-estrutura, que consiste em rede de esgoto, rede de água potável, rede de água pluvial, somente nas vias que forem asfaltadas, rede de água potável, rede de energia elétrica, pavimentação de todas as vias públicas que fazem parte do roteiro do transporte coletivo e meio-fio.

Entretanto, havia poucas vias pavimentadas no loteamento, tendo sido dispensado o empreendimento de qualquer responsabilidade de executar obras de infraestrutura básica no bairro, que, além disso, está localizado em uma área de topo de chapada, apresentando baixa declividade, inviabilizando o escoamento superficial da água pluvial.

O relevo do bairro, situado na borda do topo de chapada, possui uma declividade inferior a 2%, não permitindo que ocorra de forma natural o escoamento das águas pluviais para as tubulações. Dessa forma, é necessário o bombeamento para lagoas ou caixas de retenção que, devido à intensidade das chuvas, podem estourar poluindo cursos d'água e erodindo os solos das proximidades (PACHECO, 2015, p. 116).

Dessa forma, nos períodos de maior volume de chuva, ocorrem graves problemas de infraestrutura gerados pelas enchentes, com o alagamento de vias e doenças provocadas pela ausência de saneamento básico. No ano de 2012, foram realizadas obras de pavimentação em vias públicas e obras de drenagem para a captação da água da chuva.

No ano de 2002, foi instaurado pelo Poder Legislativo Municipal uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para a investigação e apuração de supostas irregularidades no processo de loteamento do bairro.

No relatório final da CPI, foram constatados os erros cometidos pela loteadora Santa Mônica Empreendimentos e pelos ex-prefeitos Virgílio Galassi e Paulo Ferolla da Silva. Dessa forma, houve uma Ação Civil Pública permitindo a realização de acordos judiciais que atingiu todos os moradores que financiaram suas casas pelo PAIH e demais programas habitacionais, reduzindo os valores das prestações dos imóveis (PACHECO, 2015, p. 118).

Com a consolidação do bairro Morumbi, houve a produção de inúmeras áreas vazias entre o bairro Santa Mônica e a parte inicial do loteamento Morumbi, reafirmando as condições de especulação imobiliária, tendo como consequência ganhos financeiros com a valorização da área para futuras instalações de novos loteamentos e para a instalação de infraestrutura urbana subsidiada pela administração municipal.

Nos últimos cinco anos, no bairro Morumbi, verificou-se o processo de verticalização, tendência na produção do espaço urbano das cidades pelos agentes reprodutores do capital. A concentração de edificações e condomínios com torres residenciais promove novos adensamentos populacionais na periferia do Setor Leste.

3.3.4 Residencial Integração: análise dos loteamentos irregulares no Setor Leste

A formação do bairro iniciou a sua trajetória na década de 1990, com o deslocamento da população sem-teto oriunda do bairro São Jorge, no setor Sul da cidade. A área para a qual foi transferida a população sem moradia foi grilada³ e repartida por vários agentes influentes na produção do espaço urbano da cidade.

[...] é um assentamento urbano que se organizou como bairro em 1991, a partir do Projeto de Desfavelamento e Urbanização de Favelas, elaborado pela Prefeitura Municipal. A Favela Dom Almir foi, então, urbanizada, dando origem ao bairro com o mesmo nome. A urbanização, bem como o assentamento das famílias faveladas na área do bairro, foi fruto da pressão social exercida pela população local, em que representantes políticos simpatizantes da causa e instituições não governamentais, como a igreja, intervieram juntamente com os moradores na busca dessa conquista (RAMIRES, SANTOS, 2001, p. 79).

A primeira ocupação resultou no loteamento Dom Almir. Em 1991, a administração municipal regularizou o bairro, e, em 1999, inseriu infraestruturas urbanas essenciais para a população de baixa renda (saneamento básico, pavimentação, água, escola, posto de saúde e energia).

Contudo, o bairro tinha características marcantes, com problemas sociais de diversas origens em função do conteúdo social de baixa renda representado pelos moradores da área – desemprego, criminalidade, violência e falta de regulamentação de lotes e casas definiram a reprodução socioespacial no bairro.

³ Consiste na venda ilegal de terrenos que pertencem ao poder público ou de propriedades particulares com falsificação de documentos de propriedade da área (INCRA, 2014, p. 2).

Entretanto, em 1993, devido a impasses judiciais entre proprietários da terra e o poder público municipal, foi suspenso o projeto de loteamento do bairro, mas se mantiveram os equipamentos públicos já instalados pela prefeitura.

Nas áreas lindeiras ao loteamento Dom Almir, ocorreram inúmeras ocupações irregulares: acampamentos Joana D'Arc, São Francisco, Celebridade, Prosperidade e Zaire Rezende. Em 2013, ocorreram as ocupações Maná e Santa Clara. E mais recentemente, no ano de 2016, a ocupação Fidel Castro, com cerca de 700 famílias do Movimento Trabalhadores Sem-Teto do Brasil (MTST).

Até meados de 1999, a prefeitura não reconhecia as ocupações Prosperidade, Joana D'Arc e São Francisco ocorridas no Setor Leste, assumindo um papel de neutralidade e desconsiderando as aglomerações irregulares.

As condições dos moradores da área eram precárias. Eles tinham dificuldade de acesso à água potável, a saneamento básico, asfalto e energia elétrica. Em 2001, foi instalado um tanque de água pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae) para o consumo da população e a extensão ilegal de captação de energia elétrica do loteamento Dom Almir, através da técnica ilícita chamada de "gato".

No ano de 2001, a Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Divisão de Assistência e Promoção Social, realizou um levantamento socioeconômico das famílias residentes no entorno do loteamento Dom Almir e Prosperidade, detectando naturalidade, origem, renda e nível de escolaridade dos moradores das ocupações irregulares.

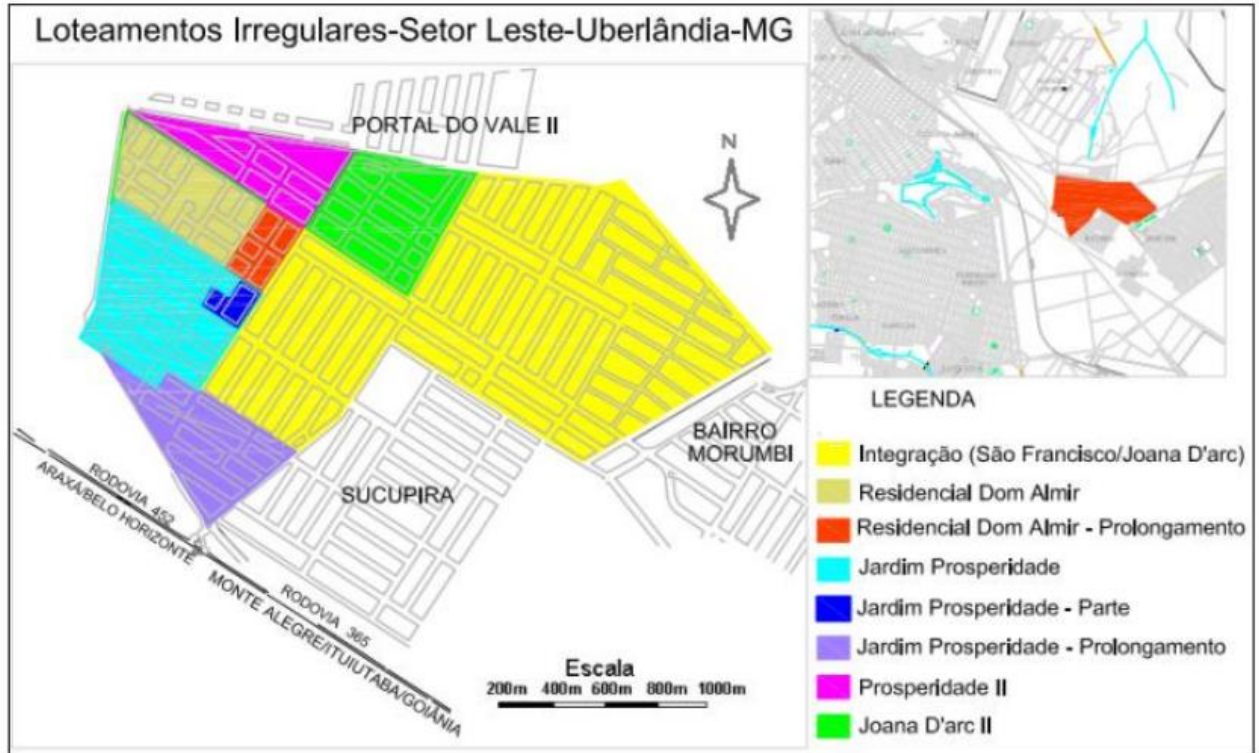
A partir desse levantamento, observou-se um elevado número de imigrantes oriundos de outras localidades de Minas Gerais e de outros estados brasileiros (São Paulo, Goiás, Bahia, Rio Grande do Norte, dentre outros). Além disso, em relação ao nível de escolaridade, a maioria dos moradores não havia concluído o Ensino Fundamental e a principal renda familiar era de um a dois salários mínimos, provenientes de atividades do setor terciário.

Segundo Batista (2018, p. 107), a área tem problemas para resolver os problemas do processo de espólio de João Costa Azevedo, inviabilizando assim a legalização dos loteamentos.

No ano de 2014, foi regularizado pelo poder público municipal o Residencial Integração. O bairro é composto por apenas dois loteamentos regulares, Jardim Sucupira e Portal do Vale II (parte); o último é o mais recente loteamento regularizado no bairro. No ano de 2017, a WV Empreendimentos iniciou a venda dos lotes e a construção dos imóveis no local.

Os loteamentos irregulares foram denominados de Residencial Integração, formados pelos loteamentos Jardim Prosperidade, Prosperidade II, Residencial Dom Almir, Joana D'Arc II e Integração (São Francisco e Joana D'Arc), conforme apresenta a Figura 25.

Figura 25: Uberlândia- MG: Loteamentos Irregulares no setor leste. 2020



Fonte: Batista (2018)

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), os loteamentos irregulares instalados nas franjas urbanas do Setor Leste são considerados “aglomerações subnormais”, identificados pela ausência de infraestrutura urbana, por ocupações e assentamentos irregulares, pela periferização populacional, com áreas conhecidas como favelas, comunidades ou morros nas grandes cidades brasileiras:

Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes, como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros. Enquanto referência básica para o conhecimento da condição de vida da população brasileira em todos os municípios e nos recortes territoriais intramunicipais – distritos, subdistritos, bairros e localidades –, o Censo Demográfico aprimora a identificação dos aglomerados subnormais (IBGE, 2019, s/p).

Este setor é composto por apenas dois loteamentos regulares, Jardim Sucupira e Portal do Vale II (parte), o último é mais recente loteamento regularizado no bairro, no ano de 2017, a WV Empreendimentos iniciou-se a venda dos lotes e a construção dos imóveis.

Para a aplicação do conceito de fragmentação socioespacial foram definidos dois recortes do espaço urbano no setor leste, uma área de concentração de condomínios horizontais fechados e uma área intitulada de “Residencial Integração”, com a presença de loteamentos irregulares e áreas de assentamentos irregulares.

3.3.5 Condomínios fechados

A produção do espaço urbano no Setor Leste em Uberlândia não ocorre de forma homogênea, havendo diferenciações socioespaciais com a instalação de infraestruturas urbanas e de equipamentos públicos visivelmente observadas nas franjas do setor.

A expansão dos condomínios horizontais fechados tem seu início nos anos 2000, localizados nos bairros: Alto Umuarama – Condomínio Girassol (2003), Granja Marileusa e Condomínio Paradiso Ecológico (2004) – e Aclimação – Condomínio Residencial Terra Nova (2008).

Os condomínios construídos inicialmente nesse setor foram direcionados para diferentes classes sociais, entre elas grupos com poder aquisitivo elevado (Condomínio Paradiso Ecológico), grupos de classe média (Condomínio

Girassol) e uma parcela de população de renda baixa (Condomínio Residencial Terra Nova).

Entretanto, em 2012, o Grupo Algar, empresa de telecomunicações, juntamente com a Prefeitura Municipal de Uberlândia, aprovou o loteamento denominado Granja Marileusa.

O investimento inicial é da ordem de 85 milhões de reais, destinados para abertura de vias pavimentadas, rede de água e esgoto, energia elétrica subterrânea, internet banda larga, câmeras de segurança, em uma área de 750 mil m². A área comportará, além de moradias (previsão de 1.5 mil), prédios comerciais, hotéis, escolas, faculdades, áreas verdes, espaços de convívio, ciclovias, dentre outros. Essa concepção de bairro tem a finalidade de integrar o local de moradia com o trabalho e lazer (MICHELOTTO, 2014, p.130).

A construção do complexo, realizado em parceria com a Urban Solutions, da cidade de São Paulo, abrange uma de área de 750 mil m², que envolve loteamentos residenciais (horizontais, verticais, uso mistos), além da instalação diversos empreendimentos comerciais e culturais.

Embora seja conhecido como um empreendimento aberto aos cidadãos, as características do complexo são de um espaço fechado, com a presença de câmeras e sistema de monitoramento executado por funcionários contratados pelos moradores e empresários. Além disso, nota-se prestação de serviços, atividades comerciais e práticas de lazer voltadas para a classe social de alto poder aquisitivo.

O acesso às dependências dos condomínios fechados no bairro é restrito aos moradores e convidados dos domiciliados, e o empreendimento conta com os seguintes condomínios: Alphaville Uberlândia 1 e Alphaville Uberlândia 2, construído pela empresa Alphaville Urbanismo de São Paulo; e o

Village Paradiso 1 e Village Paradiso 2, pertencente à incorporadora local Realiza Construtora.

Ainda no ano de 2018, foi lançado o terceiro projeto de condomínio fechado da incorporadora Alphaville Urbanismo em parceria com a Imobiliária Tubal Vilela (ITV), Alphaville Terras Alpha, localizado ao norte do Setor Leste, próximo ao Anel Viário Ayrton Senna, com previsão de entrega no final de 2021.

3.4 Estruturas urbanas em condomínios horizontais fechados no Setor Leste em Uberlândia

O Quadro 4 destaca as infraestruturas urbanas presentes em condomínios fechados. Substancialmente, todos os elementos estão instalados nas dependências internas do empreendimento, com os elementos estruturais fundamentais para seu êxito e valorização no tecido urbano subsidiados pelo poder público municipal.

Quadro 4: Uberlândia-MG: Estruturas Urbanas em Condomínios Horizontais Fechados no setor leste. 2020

INFRAESTRUTURA URBANA	CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS				
	Village Paradiso 1 e 2	Paradiso Condomínio Ecológico	Terra Nova I, II e III	Alphaville 1 e 2	Girassol
Vias urbanas					
Drenagem pluvial					
Abastecimento de água					
Esgoto sanitário					
Energia					
Comunicações					
Coleta de lixo					
Transporte público					

SIM

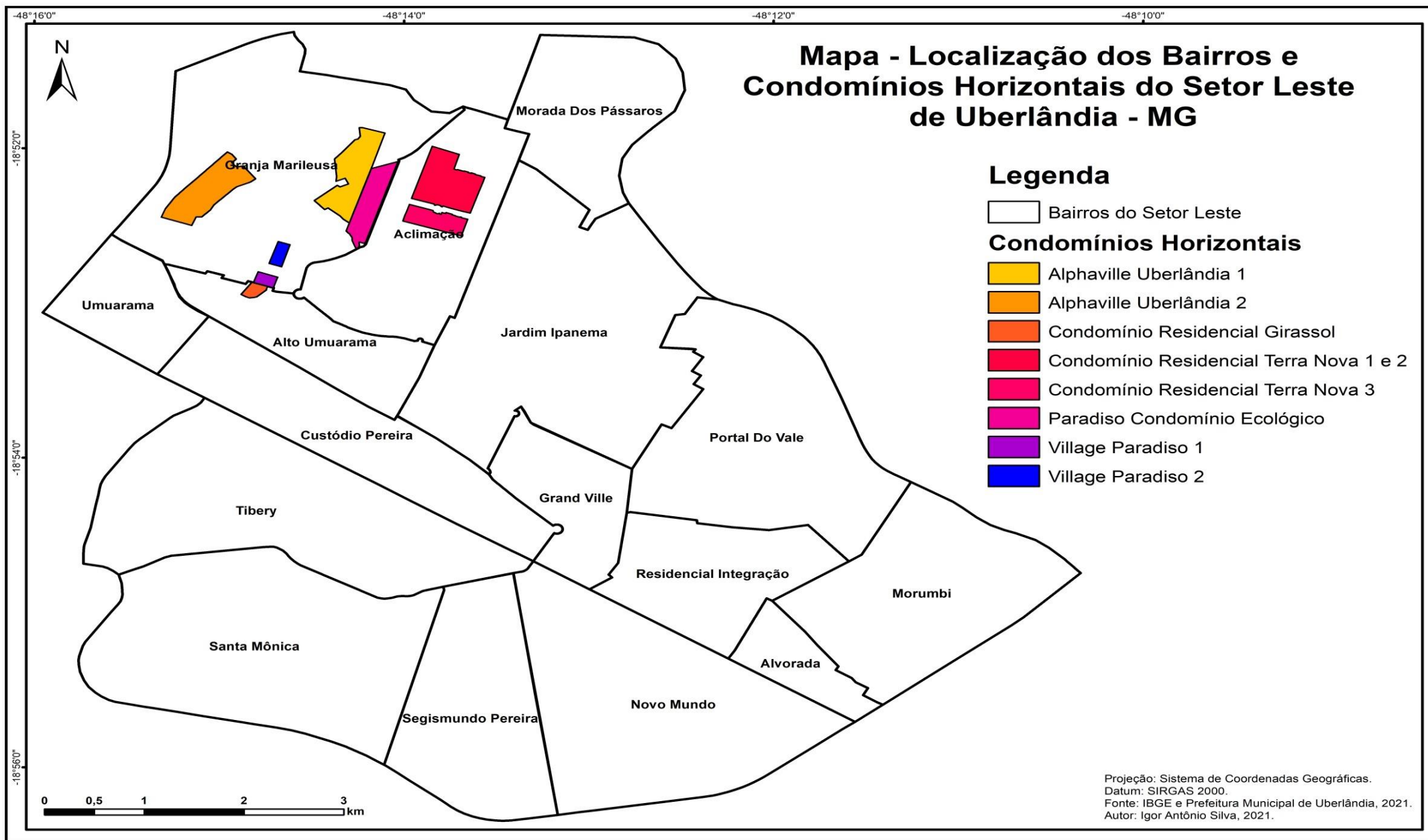
NÃO

Elaborado por: SILVA, F. F. B. (2020)

Entre os elementos estruturais construídos pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, destacamos vias urbanas largas, pavimentadas e arborizadas nas áreas adjacentes aos condomínios fechados; disponibilidade de transporte público ofertada pelo Sistema de Transporte Integrado (SIT); sistema de coleta de resíduos, saneamento básico, comunicação, abastecimento de água, drenagem pluvial e energia elétrica.

As incorporadoras imobiliárias apresentam à sociedade empreendimentos com espaços sofisticados, modernos, seguros e confortáveis. No entanto, o Estado, por meio de um discurso assertivo, se ausenta de garantir à sua população o direito à cidade. Entre esses direitos, segurança, espaços públicos de lazer e práticas esportivas.

O Mapa 5 aborda a localização de oito condomínios horizontais fechados localizados no Setor Leste, destinados à classe média e à classe alta da cidade. Observa-se que há o predomínio desses empreendimentos nos bairros Granja Marileusa, Alto Umuarama e Aclimação.



Assim, os condomínios horizontais fechados tornam-se um produto do sistema de reprodução ampliada da riqueza, ofertados para diferentes classes sociais e reproduzidos em diversos níveis sociais, funcionando como indicador de status social e qualidade de vida urbana.

3.4.1 Condomínio Village Paradiso 1 e 2/ Condomínio Girassol

O Condomínio Village Paradiso – Unidades 1 e 2 – foi inaugurado no ano de 2012. No mesmo ano, foi lançado o bairro Granja Marileusa, com o objetivo de propor a instalação de um loteamento onde fosse possível morar, trabalhar, viver e desfrutar de espaços de lazer e serviços.

Figura 26: Uberlândia-MG: Acesso Principal do Condomínio Village Paradiso 1. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

Figura 27: Uberlândia-MG: Acesso Principal do Condomínio Village Paradiso 2. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

O empreendimento foi construído pela incorporadora Realiza Construtora, indicado para a classe alta e contando com casas de alto padrão, área de lazer, academia, espaço gourmet, piscina, espaço kids, áreas verdes, salão de festas, quadras poliesportivas e espaço de conveniência.

Já o Condomínio Girassol, aprovado em 2003, destinado a grupos de renda média, possui 59 lotes com uma área média 300 m², com padrões mínimos exigidos pela construtora. Além disso, o empreendimento não possui área verde, tampouco estruturas de lazer e para a prática de esportes instaladas em suas dependências.

Figura 28: Uberlândia-MG: Portaria do Condomínio Girassol. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

3.4.2 Paradiso Condomínio Ecológico

Em 2004, foi implantado o Paradiso Condomínio Ecológico, localizado no bairro Granja Marileusa, um dos pioneiros empreendimentos de condomínio horizontal fechado no Setor Leste da cidade de Uberlândia.

O condomínio horizontal de alto padrão, destinado à classe de alto poder aquisitivo, possui 296 unidades residenciais, com área média de 400 m². As estruturas e equipamentos internos instalados no empreendimento compreendem área de lazer, áreas verdes, piscinas, quadras de esportes, fazendinha (com baias para cavalo e animais de pequeno porte), pista de equitação, lago, ciclovia, pista para caminhada, sauna, academia, espaço de recreação para crianças, cinema etc.

Figura 29: Uberlândia-MG: Entrada do Paradiso Condomínio Ecológico. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

A comercialização dos imóveis e lotes é praticada pela Realiza Construtora. Os proprietários realizam a compra do imóvel ou a aquisição de lotes, entretanto devem definir as opções dos projetos residenciais presentes no empreendimento. O financiamento é realizado pela própria incorporadora imobiliária ou por instituições financeiras.

Segundo Moura (2008, p. 191), "para contribuir ainda mais para a valorização do empreendimento, foram construídas vias de acesso rápido ao condomínio, duplicadas e arborizadas, que facilitam o deslocamento dos moradores para a área central".

No ano de 2007, nas áreas lindeiras ao Paradiso Condomínio Ecológico, ocorreu o loteamento Bosque dos Buritis, com área de 317.600 m², dividido em 683 lotes. Para Moura (2008, p.193), "na verdade servirá como uma faixa de segurança para o condomínio, já que fará limite com o condomínio Terra Nova

e com o bairro Aclimação (loteamento popular com altos índices de criminalidade e violência).

3.4.3 Terra Nova I, II e III

O condomínio horizontal Terra Nova, localizado no bairro Aclimação, no Setor Leste da cidade de Uberlândia, foi o primeiro loteamento inaugurado no ano de 2009 pela incorporadora Rodobens Negócios Imobiliários, com 1.888 imóveis que variavam de R\$ 75.000,00 a R\$ 150.000,00. Atualmente, a incorporadora possui três condomínios horizontais fechados, intitulados: Terra Nova I, Terra Nova II e Terra Nova III, localizados no mesmo bairro e setor da cidade.

A faixa de renda mensal que abrange o público-alvo do empreendimento é de cinco salários mínimos, e os imóveis são financiados em até 240 meses por diferentes instituições financeiras. No condomínio, foram construídos diferentes imóveis, com plantas que variam de 46 m² a 67 m², com casas geminadas e fachadas variáveis para a valorização do empreendimento.

Figura 30: Uberlândia-MG: Padrão das Residenciais do Condomínio Terra Nova. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

Nas dependências internas no condomínio há salão de festas, área de lazer com piscinas e quadras, quiosques com churrasqueira e playground.

Entretanto, esses equipamentos são insuficientes para atender a demanda dos moradores do condomínio, pois, apesar da tentativa de reprodução dos modelos de condomínios horizontais de alto padrão, torna-se inviável sua utilização, uma vez que o número de moradores em seus empreendimentos é elevado.

A tendência de reeditar empreendimentos com estruturas e padrão de vida de condomínios horizontais é estimulada por incorporadores imobiliários, com o intuito de que as classes de menor poder aquisitivo se tornem consumidoras desse modo de morar e viver nas cidades.

3.4.4 Alphaville 1 e 2

Os condomínios horizontais fechados, Alphaville, chamados de Uberlândia e Uberlândia 2, estão localizados na Granja Marileusa, construídos pela Alphaville Urbanismo, empresa com sede na cidade de São Paulo. O discurso de morar, contemplar a natureza, desfrutar de segurança, privacidade e praticidade são os principais argumentos para atrair os desejos e as aspirações da elite.

Os condomínios “Alphaville” são realizados no Brasil desde o início de 1970, quando os primeiros empreendimentos foram inaugurados na grande São Paulo, na cidade de Barueri, reproduzindo modelos de cidades norte-americanas em que a expansão urbana se torna mais complexa e dispersa e impulsiona a fragmentação e segregação socioespacial, ultrapassando os limites do marcos construídos nas cidades.

Figura 31: Uberlândia-MG: Entrada Principal Condomínio Alphaville Uberlândia 1. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

Os dados técnicos do empreendimento Alphaville Uberlândia compreendem uma área de 500.000 m², com 388 lotes e área de lazer de 19.000 m². A área de lazer possui churrasqueira, bar, sala de ginástica, solarium, deck molhado, piscina adulta com raia, estacionamento, quadra de tênis, salão de festas, terraço de jogos, piscina infantil, deck seco, piscina para adultos (recreação), playground, quadra poliesportiva e campo de futebol. (Alphaville Urbanismo, 2020).

Já o Alphaville Uberlândia 2 apresenta padrões similares ao primeiro empreendimento. Lançado no ano de 2015, o segundo condomínio fechado, localizado também no bairro Granja Marileusa, possui uma área de 361.000 m², com 401 unidades residenciais (área de 450 m²), além de dispor de 46.817 m² de área verde e 15.000 m² de área de lazer (Alphaville Urbanismo, 2020).

Figura 32: Uberlândia-MG: Entrada Principal Condomínio Alphaville Uberlândia 2. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

3.5 Estruturas urbanas no Residencial Integração e nos assentamentos do Setor Leste de Uberlândia

O Quadro 5 apresenta atributos que subsidiam a instalação de infraestruturas urbanas fundamentais para a qualidade de vida dos cidadãos. Entretanto, nas áreas urbanas analisadas abaixo, observa-se a ausência dessas estruturas, o que provoca problemas sanitários e sociais.

Quadro 5: Uberlândia-MG: Estruturas Urbanas em Loteamentos Irregulares e Assentamentos no setor leste. 2020.

INFRAESTRUTURA URBANA	LOTEAMENTOS IRREGULARES							
	RESIDENCIAL INTEGRAÇÃO					ASSENTAMENTO		
	Residencial Dom Almir	Jardim Prosperidade	Prosperidade II	Joana D'Arc	São Francisco	Maná	Santa Clara	"Fidel Castro"
Vias urbanas								
Drenagem pluvial								
Abastecimento de água								
Esgoto sanitário								
Energia								
Comunicações								
Coleta de lixo								
Transporte público								
SIM	NÃO							

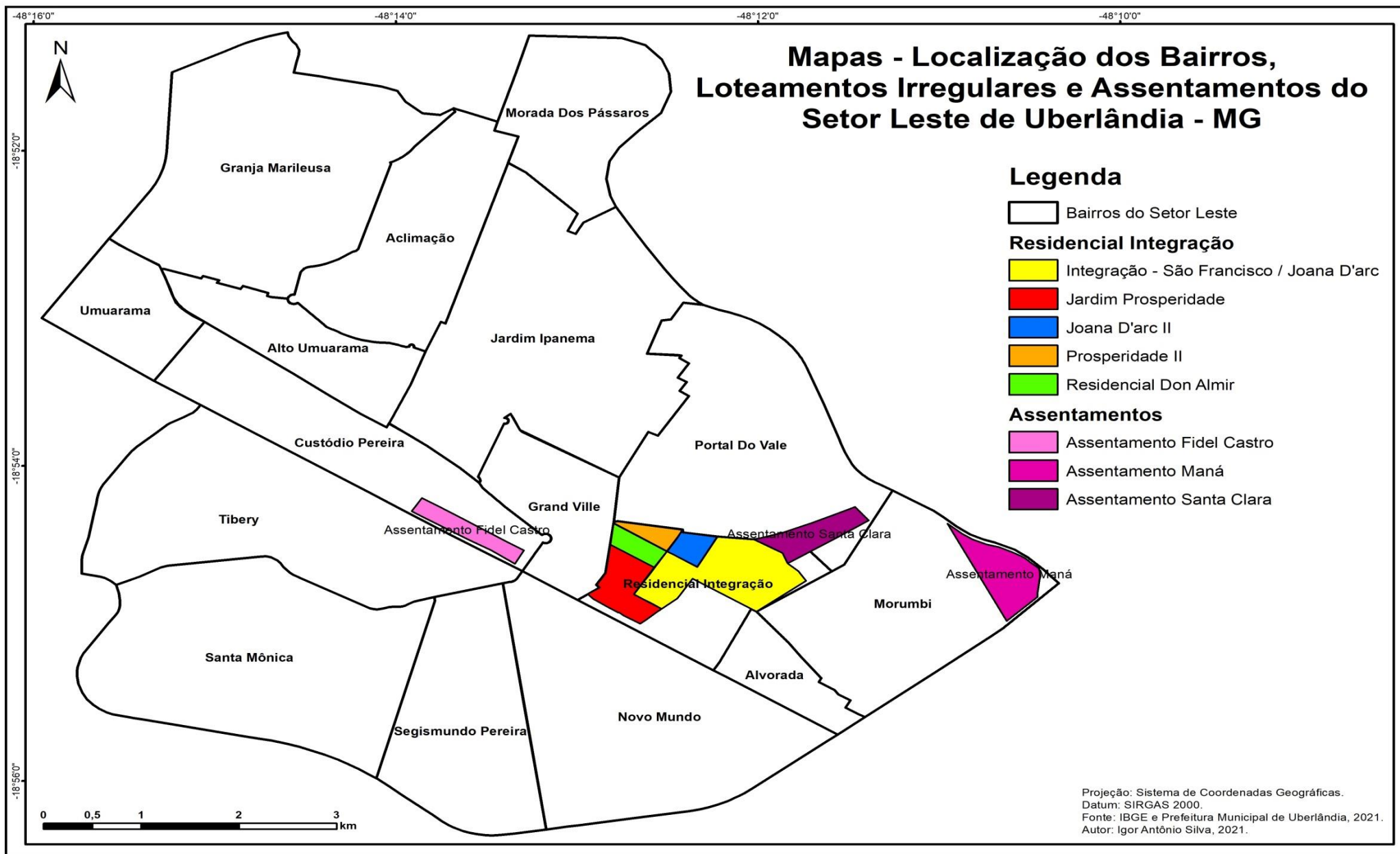
Elaborado por: SILVA, F. F. B. (2020)

Entre as áreas urbanas escolhidas no Setor Leste, estão presentes o Residencial Integração, espaço urbano marcado historicamente por ocupações, áreas irregulares e ações jurídicas entre proprietários, poder público municipal e posseiros.

A terminologia utilizada pelo poder público municipal, “residencial”, não retrata a realidade referida da área urbana, uma vez que são inúmeros os entraves jurídicos, sociais e ambientais vividos pelos moradores dos loteamentos presentes no bairro.

Além disso, há a presença de áreas ocupadas por assentados (Assentamento Maná, Assentamento Santa Clara e Assentamento Fidel Castro) presentes no Setor Leste que ainda não possuem nenhuma regularização fundiária e estão em tramitação jurídica para a definição de sua posse.

O Mapa 6 destaca a localização dos loteamentos irregulares e dos assentamentos no Setor Leste, já mencionados anteriormente. O Residencial Integração possui loteamentos irregulares, entre eles: São Francisco/Joana D’Arc, Jardim Prosperidade, Joana D’Arc II, Prosperidade, Residencial Dom Almir. São destacados também três assentamentos: Assentamento Santa Clara, Assentamento Maná e Assentamento Fidel Castro.



Autor: SILVA (2021)

Quando se trata de questões econômicas e sociais, os residentes dessas áreas ocupam camadas sociais mais baixas e mais vulneráveis, não possuem serviços básicos urbanos e são excluídos da construção simbólica da cidade.

3.5.1 Residencial Integração – loteamentos irregulares: Dom Almir, Jardim Prosperidade, Joana D’Arc e São Francisco

No que tange ao marcos históricos de regulação fundiária da área do Residencial Integração, inúmeros entraves sinalizam a problemática em questão.

A área que corresponde hoje ao Residencial Integração era de posse de João da Costa Azevedo, falecido no ano de 1962, sem herdeiro, que deixou seu espólio para o sobrinho, João Costa Silva, e para Etelvino Carrijo.

[...] João Costa Azevedo e João Costa Silva faleceram solteiros e sem filhos. Isso fez com que a grande quantidade de terras que possuíam saísse do controle e fossem parar nos domínios de ex-prefeitos, advogados e outras pessoas sem relação com eles. O que restou foram apenas as terras citadas anteriormente, referentes aos bairros irregulares de Uberlândia [...] (SILVA et al, 2018, p. 8).

No caso das terras de Etelvino Carrijo, não houve problemas de transcrição, a regularização de suas propriedades foi obtida sem nenhuma intervenção externa. Entretanto o mesmo não ocorreu com as terras de João Costa Silva.

Em fevereiro de 1954, foi feita uma permuta entre a Imobiliária Tubal Vilela, Virgílio Galassi, Segismundo Pereira, Ruy de Castro e outros, que muito possivelmente foi mais uma fraude para grilar terras de João Costa Azevedo. Por esta permuta, as autoridades da cidade realizaram um esquema de “criação” de transcrições que sobrepunha os direitos da família Costa, justamente para que

os irmãos de João Costa Azevedo e João Costa Silva não tivessem fácil acesso às terras.

No decorrer da aplicação desse esquema, foram criando documentos que aumentavam ainda mais as áreas em relação ao seu tamanho real. As terras que na matrícula original contavam com 253 hectares, na matrícula feita após as divisões entre o grupo de pessoas contavam com 588 hectares (SILVA et al, 2018, p. 9).

O restante da provável partilha dos herdeiros da família Costa, justaposta a outras matrículas de imóveis de terceiros, hoje está localizado nos bairros irregulares de Uberlândia: São Francisco, Dom Almir, Joana D'Arc e Prosperidade.

Os bairros irregulares, ao que tudo indica, por serem terras de um inventário mal resolvido, fizeram com que os movimentos sociais relacionados às ocupações escolhessem essas áreas para permanecer. Visto que são terras de difícil identificação dos donos (por conta das fraudes com os herdeiros da família Costa), as lideranças locais as escolheram como terras a serem ocupadas (SILVA et al, 2018, p. 7).

A recente dinâmica urbana no Residencial Integração é estruturada pela presença de atividades comerciais, serviços e equipamentos urbanos que subsidiam as necessidades e demandas da população. As alterações são perceptíveis no bairro Dom Almir e em suas imediações.

Nos últimos anos, ocorreram significativas transformações de uso e consumo da população local do bairro, assim como melhorias significativas nas estruturas das moradias. O aumento de consumo e a transferência de estratos sociais pelos moradores do bairro são características marcantes nas últimas décadas.

Na avenida Solidariedade, no bairro Dom Almir, observa-se a presença de inúmeras lojas de diversos segmentos, tais como: farmácia, lojas de

calçados e vestuários, restaurantes, lanchonetes, supermercados, padarias, barbearias, dentre outras.

Além disso, no período noturno, festas alternativas e eventos clandestinos são realizadas nas intermediações da via, com a presença de som automotivo, com o uso indiscriminado de bebidas e drogas por parte de alguns frequentadores.

O Residencial Integração conta quatro instituições de ensino. Dentre elas, duas escolas de Ensino Infantil, a Emei do Bairro Dom Almir e a Emei Hipólita Teresa Eranci; uma escola de Ensino Fundamental e de Educação de Jovens e Adultos, a Escola Municipal Dr. Joel Cupertino Rodrigues; e a Escola Estadual Professor Paulo Freire, que possui Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Além disso, no bairro Jardim Sucupira está localizado o CSEUB (Centro Socioeducativo de Uberlândia), unidade de atendimento destinada a adolescentes do sexo masculino em situação de conflito com a lei, responsável pelo cumprimento de medidas protetivas e socioeducativas do adolescente. Há, ainda, a Colônia Penal Professor Jacy de Assis, localizada no bairro Dom Almir.

Na área da saúde, estão presentes duas unidades de atendimento primário, as UBSFs (Unidades Básicas de Saúde da Família) localizadas no bairro Joana D'Arc e no bairro Dom Almir.

Vale destacar que, no interior do Residencial Integração, o loteamento Jardim Prosperidade e o Prosperidade II não dispõem de infraestrutura urbana, como vias asfaltadas, coleta de lixo, transporte público,

drenagem pluvial, saneamento básico, energia elétrica, abastecimento de água e comunicações.

Figura 33: Uberlândia-MG: Acúmulo de Lixo nas vias no Jardim Prosperidade. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

Conforme demonstra o Quadro 5, os loteamentos Dom Almir, Joana D'Arc e São Francisco apresentam infraestrutura urbana básica para as necessidades da população. Todavia, observa-se a ausência de marcação viária com placas de sinalização, e algumas vias não possuem calçadas para o deslocamento de pedestres.

Por estar localizado em uma área plana, existem problemas ligados ao escoamento da água pluvial, o que é agravado pela ausência de sistema de drenagem pluvial, pois, em períodos chuvosos, ocorre o alagamento de algumas vias e domicílios. Para sanar esse problema, são instalados bolsões de retenção de água pluvial.

3.5.2 Assentamento Santa Clara

O assentamento Santa Clara está localizado nas bordas do Setor Leste, na direção nordeste do Residencial Integração, limítrofe a vazios urbanos dos bairros Portal do Vale e Morumbi.

Em 2014, iniciou-se na área o processo de ocupação de cerca de 850 famílias oriundas do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). O nome da área foi escolhido por meio de uma votação popular entre membros do movimento. Santa Clara remete à companheira de São Francisco de Assis, segundo a religião católica.

De acordo com lideranças da ocupação, os terrenos são padronizados em áreas de 10x25 metros, com sorteio dos lotes para os assentados, e as ruas foram construídas por membros da ocupação. Ainda segundo relatos dos líderes, cerca de 400 famílias estão inscritas e aguardam seu lote no assentamento.

A área ocupada pertence a quatro proprietários distintos que possuem o registro da área e a matrícula do imóvel. Sendo assim, há um impasse jurídico na ação de reintegração de posse e não existe ação para a desapropriação da área.

O acesso à água encanada e energia elétrica ocorre por meio de ligações clandestinas e distribuídas entre os moradores. A água é retirada diretamente da canalização do Dmae (Departamento Municipal de Água e Esgoto) através de vias confrontantes da área e distribuída por meio de mangueiras enterradas nas ruas dos loteamentos clandestinos, e em seguida distribuída aos moradores.

Figura 34: Uberlândia-MG: Estruturas Urbanas e moradias no Assentamento Santa Clara. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

A energia elétrica é fornecida pela prática do “gato”, ligação elétrica clandestina destinada a furtar energia, repartindo-a entre os moradores da ocupação. A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), para não ter prejuízo com a energia extraída da rede, distribui “quilowatts” extraviados para toda a população da cidade.

Conforme se observa no Quadro 5, a ocupação Santa Clara não possui nenhuma infraestrutura urbana, como pavimentação das ruas, sinalização viária, sistema de drenagem pluvial, abastecimento de água e esgoto sanitário, energia elétrica, comunicação, coleta de lixo, bem como transporte público.

O lixo produzido pelos moradores é direcionado aos contentores de resíduos abrigados nas ruas do loteamento Joana D’Arc, mas a maior parte se acumula nas próprias ruas da ocupação. As estruturas de algumas casas são de alvenaria sem reboco, enquanto outras são produzidas com material reaproveitado de entulho de construções.

Figura 35: Uberlândia-MG: Acúmulo de Lixo e Entulho nas ruas do Assentamento Santa Clara. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

A sinalização e a numeração dos lotes são realizadas pelos próprios moradores nos muros das casas. Além disso, há o acúmulo de água contaminada nas ruas e a construção de fossa séptica na parte externa das casas.

3.5.3 Assentamento Maná

No ano de 2013, surgiu a ocupação Maná, situada no Setor Leste de Uberlândia, às margens da BR-365 e limítrofe ao bairro Morumbi.

A área possui cerca de 300.000 m² e é de propriedade de Francisco Moya Neto, de sua esposa, Dirce Fróes Moya, e da empresa Uberlândia Refresco. Em 2014, o poder público municipal desapropriou a área, e no ano de 2016 foi aprovado pela Câmara dos Vereadores um decreto-lei municipal

que autorizou a doação e o pagamento de outros terrenos no município ao ex-proprietário da fazenda pela área desapropriada.

Assim, a lei permitiu a troca de terrenos do município por dois terços da área ocupada pelos moradores. Entretanto, há uma ação judicial do Ministério Público Federal contestando a permuta entre os terrenos do município e a área da família Moya.

Atualmente, cerca de 1.200 famílias residem na área, representando cerca de 5.000 pessoas, que reivindicam infraestrutura e equipamentos urbanos, tais como saneamento básico, energia elétrica, vias pavimentadas, bem como postos de saúde e instituições de ensino que atendam a demanda dos ocupados.

Figura 36: Uberlândia-MG: Condições de circulação nas ruas do Assentamento Maná. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

Os moradores da área utilizam serviços e atendimento de saúde e escola oferecidos no bairro Morumbi. Entre eles, Unidade Básica de Saúde,

Unidade de Atendimento Integrado e escolas em diferentes níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

No Assentamento Maná, é possível observar que a padronização das estruturas urbanas é feita pelos moradores da área, como a delimitação das vias, numeração das ruas, lotes e casas.

Figura 37: Uberlândia-MG: Numeração das casas no Assentamento Maná. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

Ademais, a distribuição de energia é executada através de ligações clandestinas conhecidas como “gato”, e o fornecimento de água tratada ocorre por meio captação de água do Dmae nas proximidades do assentamento, prática decorrente em outras ocupações da cidade.

Conforme mostra o Quadro 5, a ocupação Maná é ausente de qualquer infraestrutura básica urbana fornecida pelo poder público municipal. Entre elas, destacamos: vias urbanas pavimentadas, sinalização viária, sistema de drenagem pluvial, abastecimento de água e esgoto sanitário, energia elétrica, comunicação, coleta de lixo e, também, transporte público.

Figura 38: Uberlândia-MG: Acúmulo de lixo e resto de materiais da construção civil nas ruas do Assentamento Maná. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

É significativa a presença de lixo e o acúmulo de restos de construções, entulhos e água nas ruas do assentamento. Algumas casas são construídas em alvenaria e outras com materiais reaproveitados de construções. Há a presença de fossa séptica na parte externa das casas para o acúmulo de dejetos produzidos pelos moradores.

3.5.4 Assentamento Fidel Castro

No dia 25 de novembro de 2016, ocorreu a invasão de 700 famílias em uma área 16.000 m² localizada às margens do perímetro urbano das BRs 050, 365 e 452, próximo ao Complexo Parque do Sabiá e ao bairro Custódio Pereira, chamada de ocupação Fidel Castro. O nome da ocupação faz referência ao líder da Revolução Cubana, cuja data de falecimento remete ao início do movimento na área.

Figura 39: Uberlândia-MG: Placa de entrada ao Assentamento Fidel Castro. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

A área pertence à Construtora Centro-Oeste, que possui dívidas penhoradas com a União. No ano de 2017, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais suspendeu a liminar de reintegração de posse da área ocupada, com a justificativa de que a dívida da empresa representa um valor superior ao da área invadida.

A ocupação foi organizada pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) e atualmente conta com 1.200 famílias. A estrutura do assentamento é subdividida em três ruas: Zumbi dos Palmares, Che Guevara e Nelson Mandela.

A área foi dividida em lotes destinados à moradia, possuindo um Centro Comunitário, espaço que oferece reuniões e assembleias para os moradores e líderes comunitários. Há ainda uma praça e uma quadra de esportes destinada a atividades de lazer, práticas esportivas e à realização de trabalhos sociais para a comunidade.

Figura 40: Uberlândia-MG: Centro Comunitário no Assentamento Fidel Castro. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

Assim como em outras ocupações urbanas, não há a presença de infraestrutura urbana que atenda às necessidades e demandas dos moradores. As vias não possuem asfalto, a fiação de energia elétrica foi realizada pelos próprios moradores e o abastecimento de água foi feito a partir de canos e ligações clandestinas com bairros vizinhos à área.

Figura 41: Uberlândia-MG: Fiação Clandestina de Energia Elétrica no Assentamento Fidel Castro. 2020



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

O Quadro 5 mostra que a ocupação Fidel Castro não possui sistema de drenagem pluvial, saneamento básico, comunicação, coleta de lixo nem transporte público.

As casas são feitas com restos de materiais aproveitados da construção civil e entulhos. Em relação a outras ocupações da cidade de Uberlândia, a ocupação Fidel Castro apresenta condições precárias significativas de moradia, com famílias morando em casas feitas de lona, pedaços de madeira e palites.

Figura 42: Estruturas das Moradias no Assentamento Fidel Castro. Uberlândia-MG



Fonte: SILVA, F. F. B. (2020)

Para os moradores da ocupação, o acesso à saúde, à educação e ao transporte público é um dos principais desafios enfrentados pela escassez dos serviços prestados pelo poder público municipal.

3.6 O Setor Leste em Uberlândia-MG e a fragmentação socioespacial

A materialização da fragmentação socioespacial ocorre quando, visivelmente, é observada delimitação física das diferenças/desigualdades sociais nos espaços urbanos na cidade. E, mais do que isso, quando se propaga o não reconhecimento daqueles que habitam as mesmas cidades.

As formas mais profundas de separação socioespacial se estabelecem no momento em que indivíduos não integram todos os espaços da cidade, sobretudo os espaços destinados ao uso, ao consumo e à circulação.

No plano socioespacial, a instalação de condomínios horizontais fechados e a expansão de áreas periféricas ocupadas e vulneráveis separam sujeitos, não reconhecendo no outro suas práxis sociais. As relações sociais são rompidas e desconectadas quando cidadãos não identificam ambientes distantes da sua realidade nem pertencem a ele.

O processo de fragmentação socioespacial independe da presença ou ausência de barreiras físicas em áreas urbanas sofisticadas, monitoradas e planejadas pelo especulador imobiliário. Os grupos sociais excluídos não compartilham e não cultuam esses espaços. Pelo contrário, sentem-se marginalizados e perseguidos ao frequentar tais lugares.

As articulações entre capital imobiliário e poder público municipal também tornam esse processo mais profundo em áreas urbanas. Os inúmeros instrumentos jurídicos propostos pelo Estado subsidiam a construção de áreas urbanas mais valorizadas sob o investimento do capital e a concepção

ideológica de segurança e conforto em espaços urbanos em que residem as elites.

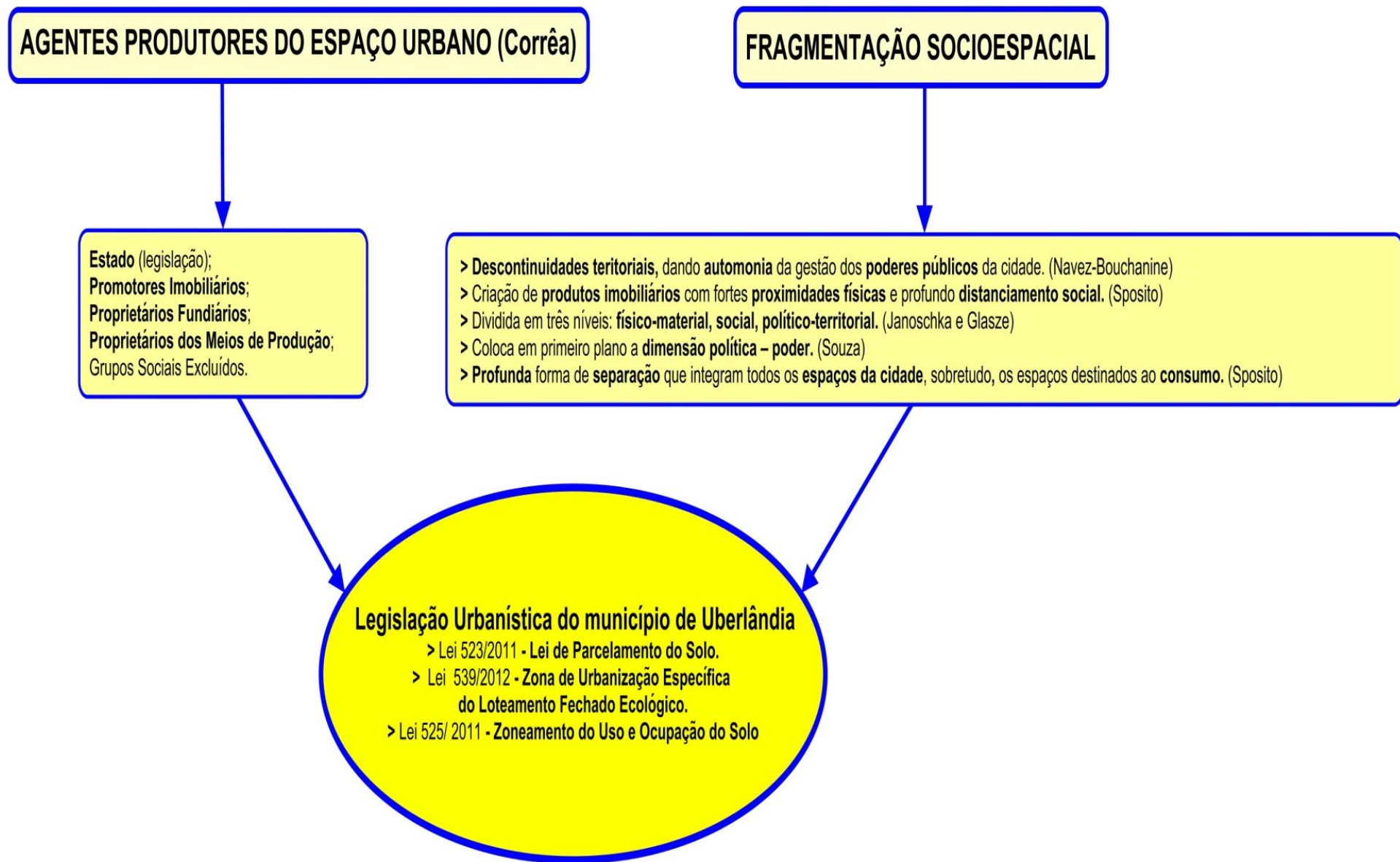
A Figura 43 indica, com base na literatura e considerações, como são pensados os processos de fragmentação socioespacial sob as aspirações políticas.

Na cidade de Uberlândia, por meio do Poder Executivo e Judiciário municipal, são sancionadas leis municipais que regulamentam a criação de condomínios horizontais fechados no tecido urbano da cidade.

Segundo Corrêa (1989, p. 12), os principais agentes produtores do espaço urbano são: os proprietários dos meios de produção, os produtores fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Assim, observa-se como os produtores fundiários, os promotores imobiliários e o Estado coordenam seus interesses econômicos e políticos para definir a criação de condomínios fechados em Uberlândia.

Tais leis, como a Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo Urbano e a Lei de Parcelamento do Solo Urbano de Uberlândia, indicam diretrizes e normas que regulamentam as ações de planejamento e ordenamento em solo urbano.

Figura 43: Uberlândia – MG: Mapa Conceitual – Fragmentação Socioespacial e suas implicações. 2020



Elaborado por: SILVA, F. F. B. (2020)

Entretanto, o capital e o poder público municipal se beneficiam desses instrumentos jurídicos que padronizam a definição de “loteamento fechado habitacional” e “condomínio urbanístico”. O primeiro é definido como “enclaves habitacionais de acesso restrito”, e o segundo como “condomínio e loteamento em área não parcelada” (Uberlândia, 2011, art. 5º).

Além disso, define as exigências mínimas de metragem dos lotes dentro de área de condomínios; destina áreas internas ao loteamento e a diretrizes viárias; determina as dimensões dos lotes em áreas de condomínio fechado; dentre outras regulações técnicas e urbanísticas para a instalação de condomínios na cidade.

Fica claro que o Estado, como gestor público municipal, delibera e regulamenta normas e leis específicas para a criação de loteamentos de condomínios fechados. Além disso, estabelece planos e ações de ordenamento do espaço urbano nas áreas próximas aos condomínios.

Entretanto, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários, em alguns casos, não cumprem as medidas e as recomendações indicadas pela prefeitura para a construção de condomínios. O condomínio horizontal Alphaville, em Uberlândia, foi quem determinou os índices urbanísticos da construção, os padrões de regulamento de uso e ocupação do solo do próprio empreendimento, sem se basear em normas determinadas na legislação urbanística municipal.

Não há sanções e penas pecuniárias para tais situações por parte do poder público municipal em relação aos empreendedores imobiliários. Em alguns casos, ocorrem ajustes e adaptações na execução das obras do

empreendimento ou os promotores imobiliários se ausentam de qualquer responsabilidade no cumprimento das normas e leis municipais.

Na Figura 43, tem-se o conceito de fragmentação socioespacial pensado por diferentes autores e perspectivas. Os aspectos sociais, políticos e econômicos tornam o processo de fragmentação perverso e desigual, distanciando grupos sociais e impondo padrões de uso, consumo e vivência nas cidades.

No Setor Leste da cidade de Uberlândia, o processo de fragmentação ocorre nas franjas urbanas do perímetro urbano da cidade, em áreas de loteamentos recentes e em áreas ocupadas pelas classes sociais de baixa renda.

A realidade urbana antagônica no Setor Leste se expressa a partir da imposição dos promotores imobiliários sobre o solo urbano, com o suporte do Estado e a construção de barreiras físico-territoriais que dão materialidade às desigualdades socioespaciais.

Diante da realidade apresentada no setor Leste de Uberlândia e a ocorrência do vírus Sars-CoV-2 que foi identificado em março de 2019 causando uma enfermidade desconhecida e denominada Covid- 19, consideramos que seria necessário enfrentar o desafio de identificar a evolução da Pandemia, suas vulnerabilidades e a relação com áreas urbanas de Uberlândia tão desiguais, que acirra ainda mais o processo de fragmentação no espaço urbano.

4.1 A Covid-19 e a fragmentação socioespacial

O vírus denominado Sars-CoV-2 causa a doença infecciosa chamada de Covid-19, que vem provocando alterações nas múltiplas relações entre os indivíduos no espaço urbano, no sentido da vida e na realização de nossas atividades cotidianas, deixando marcas expressivas e inúmeras reflexões no que tange a questões estruturais e/ou ao uso dos espaços públicos nas cidades.

Entretanto, uma das principais consequências da pandemia de Covid-19 pode ser considerada o agravamento das desigualdades sociais nas cidades. A ausência da oferta de serviços básicos (água, habitação, saneamento básico, saúde, transporte público e infraestrutura urbana) em regiões periféricas, favelas, áreas ocupadas e assentamentos informais para a população em situação de rua e outros grupos sociais vulneráveis torna ainda mais precária a qualidade de vida de grande parte dos cidadãos.

Segundo estudo realizado em julho de 2020 pela Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 40% dos municípios brasileiros não contam com nenhuma coleta de esgoto. Além disso, apenas 53% da população brasileira possuem a coleta de esgoto e 46% dispõem do tratamento de esgoto.

A prevenção é uma das medidas essenciais para conter a disseminação do vírus. A Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca que, para evitar a

doença, é necessário manter bons hábitos de higienização e limpeza, entre eles, lavar as mãos com água e sabão com frequência e usar álcool em gel. Nesse contexto, nota-se a disparidade de grande parte da população no acesso aos serviços básicos.

Nas cidades brasileiras, as desigualdades sociais são expressas na medida em que o não cumprimento do isolamento social pela população de baixa renda ocorre em razão da busca por alimentos, por oportunidades de trabalho e principalmente pelo saque do auxílio emergencial⁴.

No mês de setembro de 2020, o Brasil bateu recorde de desemprego. Segundo dados do IBGE, cerca de 13,5 milhões de brasileiros estavam fora do mercado de trabalho, representando uma taxa de 14% de desemprego. E o número de trabalhadores informais era representado por 28,3 milhões de brasileiros, correspondendo a uma alta de 1,7% em relação ao mês anterior.

Destaca-se que atividades sem registro profissional têm sido a única possibilidade de renda, fazendo com que os trabalhadores que dependem delas permaneçam vulneráveis ao risco epidêmico, uma vez que a circunstância de não se expor ao vírus não é uma questão de escolha, mas sim de sobrevivência.

⁴ O auxílio emergencial é um benefício financeiro concedido pelo governo federal destinado aos trabalhadores informais e de baixa renda, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do coronavírus – Covid-19.

De acordo com a Nota Técnica da Rede de Políticas Públicas e Sociedade levantada pelos pesquisadores Barbosa e Prates (2020, p.1), aproximadamente 81% da força de trabalho (75,5 milhões de pessoas) experimentam algum tipo de vulnerabilidade em virtude dos efeitos da pandemia de Covid-19.

Nesse contexto, observa-se que as desigualdades sociais tornam-se mais evidentes nas “franjas urbanas”, isto é, nas áreas periféricas densamente ocupadas.

De acordo com pesquisa realizada pelo Data Favela e pelo Instituto Locomotiva (2020), cerca de 13,6 milhões de pessoas (97% da população que mora nas periferias) sofreram com transformações diretas em suas condições de vida com o agravamento da pandemia da Covid-19 no Brasil. Aproximadamente sete em cada dez famílias sentiram a redução da renda familiar devido à interrupção das atividades econômicas.

O principal impacto é na geração de renda. Como tem um grupo grande de trabalhadores informais, e você teve uma dificuldade no período inicial de chegar o auxílio emergencial lá dentro, o impacto na renda foi gigantesco, e isso trouxe a fome. Mas a fome é consequência da ausência de renda (MEIRELLES, 2021).

Nas áreas periféricas das principais cidades brasileiras, as habitações são construídas em áreas irregulares, sem infraestrutura urbana (saneamento básico, água tratada e rede de esgoto) e sem condições mínimas de salubridade, propiciando condições favoráveis para a disseminação de doenças infectocontagiosas.

Além disso, as moradias são produzidas com apenas um cômodo em áreas pequenas, sem ventilação e compartilhadas por vários integrantes da mesma família, condicionando a propagação de infecções respiratórias.

Neste sentido, a vulnerabilidade social é expressa na medida em que as condições socioeconômicas de pessoas com baixos recursos financeiros, de moradia, de saúde, de saneamento, de educação e de acesso estão susceptíveis à exposição ao vírus, definindo o quadro socioeconômico da pandemia em nosso país.

4.1.1 Vulnerabilidade social e pandemia

O conceito de vulnerabilidade social é representado pelo nível de fragilidade de uma população e/ou área, "assim como a sua possível capacidade de resposta diante da materialização de um acontecimento danoso" (CHAVES, 2009, p. 52).

As pessoas consideradas "vulneráveis" são definidas pela perda de sua representatividade na sociedade, necessitando de auxílio e proteção para a garantia de seus direitos de cidadãos.

Para Castel (1998, p. 26), "É um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária em sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional".

O conceito de vulnerabilidade social, portanto, está associado à ideia de precarização das condições de vida de um grupo de menor influência social.

Além disso, o termo vulnerabilidade assume diferentes conotações, entre elas, refere-se às pessoas fragilizadas social, econômica e politicamente.

O vulnerável carrega, neste sentido, a ideia do mais fraco, isto é, daquele que está em desvantagem quanto ao critério de distribuição (renda, serviços, qualidade de vida, educação e saúde) e que é alvo de políticas públicas específicas de auxílio e de garantia de direitos (Ayres et al., 2009; Figueiredo & Noronha, 2008).

Pedersen e Silva (2013) afirmam que atualmente o conceito de vulnerabilidade social tem sido usado para caracterizar uma parcela da população cada vez maior, que se encontra em uma situação desfavorável em relação a outros grupos populacionais.

Esse conceito surge no final do século XX e início do século XXI com as reformas neoliberais, com a flexibilização e precarização do trabalho, reduzindo fortemente os direitos e proteções garantidos aos indivíduos pelo seguro social desde o início da industrialização.

Assim, o conceito de vulnerabilidade social está diretamente relacionado aos desempregados e também aos indivíduos que se encontram em situações desfavoráveis de emprego e geração de renda.

Já entre as décadas de 1980 a 1990, o conceito foi associado à marginalidade, à susceptibilidade, à resiliência, à fragilidade, ao risco e à adaptabilidade. A vulnerabilidade era vista num viés principalmente social. Além disso, o conceito está relacionado ao nível socioeconômico de determinados grupos e classes sociais.

É importante destacar que o conceito de vulnerabilidade social está associado a fatores externos que relacionam a vivência do indivíduo à comunidade ou ao lugar em que vive. Dentre esses fatores, destacamos: habitação, saúde, escolaridade, acessibilidade, renda, entre outros que estabelecem uma realidade social mais ou menos excludente.

As desigualdades sociais estão associadas ao território, marcando os territórios de vulnerabilidade, que apresentam os piores indicadores sociais, baixa cobertura de acesso aos serviços públicos de saúde e educação, saneamento, segurança, transporte, etc. Assim, temos que reconhecer o contexto territorial que define as vulnerabilidades das populações, não excluindo as características do local (MARANDOLA; HOGAN, 2005, p. 23).

Há que se precisar a diferença entre vulnerabilidade social e risco social. O último conceito é compreendido a partir do momento em que esse risco se agrava, tornando complexas as situações de vulnerabilidade.

Para Lima (2016, p. 25), "o risco social pode ser entendido como a probabilidade de ocorrência de um fenômeno que fragilize algum indivíduo ou comunidade. O ponto fundamental para a compreensão de risco social e a sua diferenciação de Vulnerabilidade Social está na palavra fenômeno."

Gamba (2011, p. 63) afirma que a "análise dos riscos e da vulnerabilidade está estreitamente associada às características socioeconômicas dos alvos afetados". Assim, "cada grupo social apresenta diferentes níveis de vulnerabilidade, correspondentes a sua capacidade de adaptação". De tal modo, considera-se que, na análise da vulnerabilidade, existem a incapacidade e a exposição.

Percebe-se que o risco e a vulnerabilidade são conceitos complementares. Todavia, a diferença está basicamente nas suas competências de avaliação. O risco tem como foco apenas os perigos

que são introduzidos na sociedade, logo sua análise é imediata. Já a vulnerabilidade engloba escalas de tempo mais longas. Tem como foco múltiplas dimensões (econômica, social, cultural, institucional, etc.) e inclui, em sua análise, múltiplas tensões e a capacidade do indivíduo, do domicílio ou da comunidade em lidar com essas tensões (ALCÂNTARA, 2012, p. 37).

O conceito de vulnerabilidade social nas cidades reforça o papel do espaço urbano na materialização, produção e reprodução das desigualdades sociais. Entre as variáveis da pobreza, a ausência de acesso a serviços básicos, à saúde e à geração de renda são fatores determinantes para a disseminação da pandemia da Covid-19 nas áreas periféricas urbanas.

pobreza e alta densidade habitacional são fatores que, combinados, fazem da COVID-19 uma doença da pobreza, provocando mortes em massa. Combinar pobreza e território qualifica as formas da desigualdade, os grupos atingidos num território e, ao mesmo tempo, permite localizá-los em relação à distribuição da riqueza e do acesso aos direitos sociais (BEGA, SOUZA, 2021, p. 36).

Para Haesbaert (2004, p. 134), o conceito de território pode ser entendido a partir da concepção do espaço como um híbrido entre sociedade, natureza, política, economia, cultura, materialidade e idealidade, em que as relações formadas em meio a esses fatores são, muitas vezes, produtoras de desigualdades sociais que resultam em situações de vulnerabilidade.

A configuração das vulnerabilidades nos territórios, segundo Santos (2005, 139), teórico e militante contrário à exclusão socioespacial, decorre da ocupação desigual do solo. Ele afirma que os mais poderosos delimitam a posse e o uso dos espaços, produzindo desigualdades sociais.

A população em vulnerabilidade social vivencia os impactos desta em razão da ausência e insuficiência de recursos, de estratégias de prevenção e de tratamento da doença, bem como do menor acesso à saúde e ao

saneamento básico, associadas à dificuldade de realizar o isolamento social devido à necessidade da manutenção do emprego e da renda.

Novos cenários de risco e exposição à pandemia ocorrem no Brasil, e as condições de vida e de saúde da população mais pobre tornam-se ainda mais precárias nos cenários já existentes. Amplia-se a vulnerabilidade social e se evidenciam as disparidades econômicas e conseqüentemente médico-sanitárias do país.

4.2 O contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil

Os dados da disseminação do vírus Sars-Cov-2 no Brasil mostram a maior letalidade da doença entre a população negra do que em relação à população branca. Assim, eles expressam o maior grau de vulnerabilidade social da primeira e escancaram as desigualdades estruturais localizadas nas periferias das áreas urbanas brasileiras.

Para Harvey (2020, p. 21), “o progresso da COVID-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça”, em que os problemas sociais e econômicos estão localizados nas franjas urbanas, com grande número de casos confirmados e registros de óbitos em virtude da doença.

O perfil socioeconômico dos indivíduos contaminados pelo vírus Sars-CoV-2, no Brasil, possui raça, sexo, nível de escolaridade e classe social. De acordo com um estudo realizado pelas pesquisadoras Ligia Bahia e Jéssica Pronestino, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e com os dados da Pnad, no segundo semestre de 2020 no Brasil, a letalidade da Covid-

19 em pacientes negros internados na UTI em hospitais chegou a 79%, enquanto em pacientes considerados brancos correspondia a 56%.

A taxa de letalidade varia de acordo com o nível de escolaridade dos doentes, entre os pacientes sem escolaridade, cerca de 71,3% vêm a óbito pela doença. Entre os pacientes que cursaram o Ensino Fundamental I, a taxa corresponde a 59,1% e é de 47,6% entre os pacientes que frequentaram até o Ensino Fundamental II. E já os pacientes que estudaram até o Ensino Médio e o Ensino Superior, a letalidade reduz, respectivamente, de 35% e 22,5% (BAHIA, PRONESTINO, 2021).

Entre os brasileiros que apresentaram sintomas da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Srag) e realizaram o teste sorológico para a Covid-19, 9,9% possuíam uma renda entre meio e um salário-mínimo; 14,4%, de um a dois salários mínimos; 19,4%, de dois a três salários mínimos; e 29,3%, de quatro ou mais salários mínimos.

O estudo aponta que entre os meses de julho a outubro de 2020, 13% dos brasileiros de cor/raça branca realizaram o teste para a Covid-19 e, no mesmo período, 11,4% das pessoas não brancas.

De acordo com um estudo realizado em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 75% dos indivíduos considerados mais pobres no país são negros. É a parcela da população que necessita de atendimento de saúde pública pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que enfrenta diversos desafios e a precarização de estruturas hospitalares.

E com a pandemia, agravou-se ainda mais a demanda de atendimentos, insumos, tratamentos, diagnósticos e testagem em massa para conter o avanço da doença entre a população mais pobre e vulnerável no Brasil.

Os primeiros casos confirmados de Covid-19 no país ocorreram em classes sociais mais elevadas, entre indivíduos de cidades brasileiras como

São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Belo Horizonte, recém-chegados de viagens ao exterior. Entretanto, rapidamente a doença atingiu os trabalhadores que tiveram contato direto com pessoas contaminadas.

Assim, as classes sociais mais pobres, sobretudo moradores das áreas periféricas das cidades, foram infectadas. Em seguida, a pandemia avançou para o interior do país, afetando populações com baixo acesso a serviços de saúde, sem saneamento e com condições de vida precárias.

Os casos confirmados de Covid-19 incluíram povos indígenas, populações ribeirinhas e comunidades quilombolas, com um índice de letalidade nesses grupos superior em relação à média nacional.

No momento em que escrevo esta tese, o Brasil é o terceiro maior país do mundo em casos confirmados de Covid-19, com cerca de 14,8 milhões de pessoas contaminadas pelos vírus, representando 7% do número total de habitantes do país. Os EUA lideram as estatísticas mundiais em número de novos casos, com cerca de 32,5 milhões de pessoas infectadas, e, na segunda colocação, está a Índia, com 20 milhões de pessoas contaminadas pela Covid-19.

Em relação aos números absolutos de óbitos provocados por complicações do vírus, o Brasil é o segundo maior país do mundo, com cerca de 411 mil que pessoas perderam a vida para a doença. Em primeiro lugar estão os EUA, com 577 mil vidas perdidas, e a Índia é a terceira colocada, com 222,4 mil pessoas mortas em todo o país em razão da pandemia.

Segundo dados do Ministério da Saúde (Coronavírus – Brasil, 2021), os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul apresentam os maiores indicadores de casos confirmados no Brasil.

O estado de São Paulo lidera as estatísticas e registra 2,9 milhões de pessoas contaminadas com Covid-19, com um total de 98.021 óbitos confirmados e com uma incidência de 6.406 casos para cada 100 mil/habitantes, uma vez que é o estado que apresenta o maior número populacional entre as unidades federativas do território brasileiro.

O estado de Minas Gerais está na segunda colocação, com 1,3 milhão de pessoas infectadas pelo coronavírus. Além disso, cerca de 34.396 pessoas perderam a vida no estado em função do agravamento da Covid-19, perfazendo uma incidência de casos de 6.512 pessoas para cada 100 mil/habitantes.

Na terceira colocação vem o Rio Grande do Sul, em que aproximadamente 986 mil pessoas foram diagnosticadas com Covid-19 no estado, representando uma incidência de casos de 8.402 pessoas para cada 100 mil/habitantes, tendo falecido em decorrência do coronavírus 22.991 pessoas.

A chamada segunda onda da Covid-19 no Brasil e no mundo apresentou características extremamente agressivas e letais, com uma maior incidência de Síndromes Respiratórias Agudas Graves (Srag) em pacientes infectados com o vírus e com a presença de casos mais graves da doença.

Com a descoberta de novas variantes do vírus da Covid-19, ocorreu um aumento significativo no grau de transmissibilidade da doença, promovendo a sua disseminação e conseqüentemente o colapso dos sistemas de saúde.

Essa segunda onda da pandemia já sinalizava que poderia ocorrer no Brasil devido à redução das taxas de isolamento social, ao relaxamento de medidas restritivas pelos governos estaduais e municipais, juntamente com a reabertura de instituições de ensino e as festividades de final de ano.

Simultaneamente a esses fatores, o governo federal estimulou a administração de medicamentos sem eficácia comprovada pela comunidade científica e pela OMS para o tratamento precoce em casos leves e moderados da doença, criando uma percepção de controle da pandemia por parte da população. Além disso, houve o fechamento de hospitais de campanha, estruturas fundamentais para atendimento à população na primeira onda da pandemia.

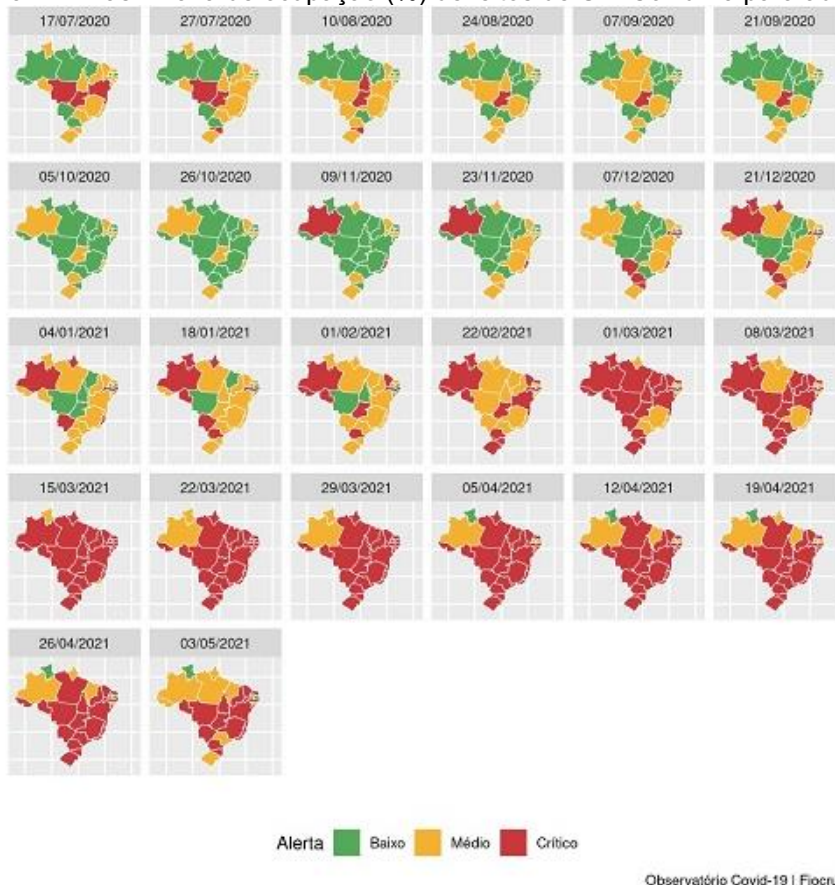
No início de 2021, foi confirmada uma nova variante do Sars-CoV-2 em Manaus, no estado do Amazonas, designada P.1, que apresenta 21 mutações que já circulavam em 21 das 27 unidades federativas brasileiras. A variante britânica, chamada de cepa B.1.1.7, foi encontrada em 13 estados brasileiros, além da variante da África do Sul, a B.1.351 ou 501.V2 (Fiocruz, 2021, p. 2).

A Imagem 42 analisa a taxa de ocupação dos leitos de UTI de Covid-19 para adultos entre o período de julho de 2020 a maio de 2021. Nos primeiros meses do ano, observou-se alta demanda de leitos de UTI adulto para o tratamento da doença.

Com a segunda onda da pandemia, o sistema de saúde brasileiro apresentou situação muito crítica, ao mesmo tempo delimitando um novo perfil

de pessoas contaminadas: jovens com faixa etária de 30 a 39 anos, pessoas de 40 a 49 anos e de 50 a 59 anos (Fiocruz, 2021, p. 7).

Figura 44: Brasil: Taxa de ocupação (%) de leitos de UTI Covid-19 para adultos. 2021



Fonte: Observatório Covid-19. Fiocruz

No mês de janeiro e no início do mês fevereiro, ocorreu uma ocupação média de leitos de UTI Covid-19 para adultos na grande maioria dos estados brasileiros, concentrados nos estados da região Sul, Sudeste e Nordeste. Já em meados do mês de fevereiro e nos meses de março e abril, cerca de 100% dos estados brasileiros concentravam a ocupação de seus leitos na situação média e crítica, sinalizando o colapso no sistema de saúde do país.

De acordo com dados da Fiocruz (2021, p. 2), no dia 15 de março de 2021, com exceção do estado de Roraima, todos os estados brasileiros

estavam em situação crítica com relação à taxa de ocupação de leitos para Covid-19.

O restante do mês de março e meados de abril sinalizaram uma alta ocupação de leitos de UTI Covid-19 em todo o país. Apenas no final do mês de abril e no início do mês de maio observou-se uma desaceleração da ocupação crítica de leitos, embora ainda distante de indicar normalidade e estabilidade na demanda de atendimento nos hospitais públicos e privados do país.

A investigação chama atenção para o deslocamento da incidência para faixas mais jovens e para a manutenção da mortalidade concentrada em faixas mais velhas. Esta mudança ainda é inicial e contribui para o cenário crítico da ocupação dos leitos hospitalares (Fiocruz, 2021, p. 8).

A média de pacientes internados vem diminuindo progressivamente. A idade média de pacientes confirmados com o vírus foi de 58 anos, e a média de idade dos óbitos registrados é de 66 anos, tendência observada em diferentes países do mundo na segunda onda da pandemia.

4.3 Análise dos dados de Covid-19 em Uberlândia-MG

O primeiro caso de Covid-19 confirmado pela Secretaria Municipal de Saúde em Uberlândia foi registrado no dia 17 de março de 2020. Era um homem com 39 anos de idade, que havia viajado com a família para a Argentina e o Uruguai.

A cidade de Uberlândia possui a segunda colocação em casos confirmados de Covid-19 no estado de Minas Gerais, ficando atrás apenas da capital mineira, Belo Horizonte, que soma, neste momento, mais de 199 mil

casos registrados da doença. Na terceira colocação está Montes Claros, com 34 mil pessoas infectadas pelo coronavírus (Coronavírus – SES/MG).

Com o início da pandemia de Covid-19 em Uberlândia, foram realizadas ações para conter o avanço da disseminação do vírus na cidade. Entre elas, foi criado, em março de 2020, o Núcleo Estratégico do Comitê Municipal de Enfrentamento à Covid-19, deliberando medidas, providências e instituindo o plano de funcionamento das atividades econômicas durante o período de pandemia com base nas informações disponíveis na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

Além disso, foi ampliada a estrutura hospitalar pública municipal para o atendimento de pacientes diagnosticados com o vírus Sars-CoV-2, com a desapropriação do Hospital Santa Catarina pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, a criação do Hospital de Campanha no Hospital Municipal Dr. Odelmo Leão Carneiro, e a criação do Centro de Internação Municipal para pacientes com grau baixo a moderado da doença que necessitavam de tratamento médico.

Segundo dados dos órgãos municipais, estaduais e federais de saúde, Uberlândia conta hoje com mais de 42 leitos de UTI adulto no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, destinados exclusivamente ao tratamento da doença. Já de acordo com dados da rede municipal de saúde, a prefeitura totaliza 610 leitos de Covid-19, entre eles 190 leitos de UTI adulto e 420 leitos de enfermaria. Já a rede privada hospitalar ampliou sua estrutura para 45 novos leitos para suprir a alta demanda de atendimento com o avanço da pandemia na cidade.

Após desacordos com o Governo do Estado de Minas Gerais, o poder público municipal se retirou do plano do estado, o Minas Consciente, que utiliza indicadores epidemiológicos para abertura das atividades econômicas em cada macrorregião do estado, e adotou o seu próprio plano de controle de abertura de atividades comerciais durante o enfrentamento da pandemia na cidade.

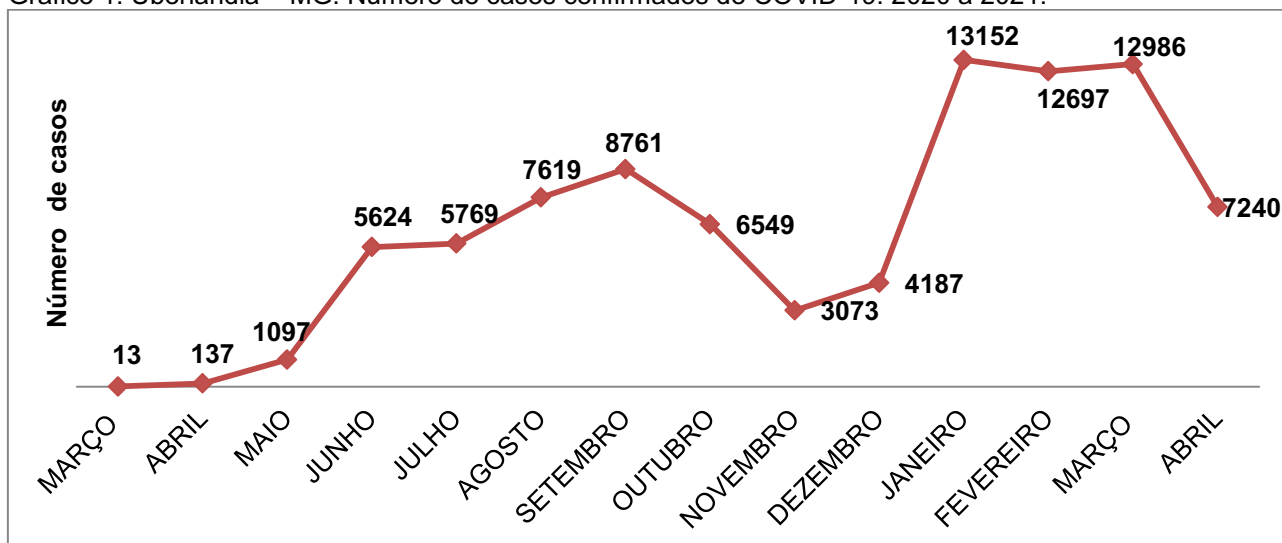
Em outubro de 2020, a Prefeitura Municipal de Uberlândia instaurou o Plano Municipal de Funcionamento das Atividades Econômicas, com três fases distintas: Fase Rígida, Fase Intermediária e Fase Flexível.

O Núcleo Estratégico do Comitê Municipal de Enfrentamento à Covid-19 realiza reuniões semanalmente para discutir os indicadores epidemiológicos, a ocupação de leitos de UTI e delibera medidas restritivas para estimular o isolamento social, a abertura ou fechamento de atividades comerciais, dentre outras ações que determinam a classificação da cidade para as próximas semanas.

4.3.1 Casos confirmados de Covid-19 em Uberlândia-MG

Segundo o Boletim Municipal Diário realizado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, entre o período de 21 de março de 2020 a 30 de abril de 2021, foram confirmados 88.904 casos de Covid-19 na cidade. O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos casos confirmados ao longo dos meses de março de 2020 a abril de 2021.

Gráfico 1: Uberlândia – MG: Número de casos confirmados de COVID-19. 2020 a 2021.



Fonte: Boletim Municipal Diário – Prefeitura Municipal de Uberlândia.
Autor: SILVA, F. F. B. (2021)

Enquanto ocorreu o fechamento das atividades econômicas nos meses de março, abril e maio de 2020, verificou-se uma redução da média móvel e da taxa de crescimento dos casos confirmados, com períodos de estabilização no número de casos.

Entretanto, observou-se a existência da primeira onda da doença entre os meses de maio a junho de 2020, em que houve um aumento de 6,33% do número de casos em relação ao mês anterior.

Entre os meses de julho, agosto e setembro, ocorreu um acréscimo significativo no número de casos confirmados para a Covid-19. Esse período coincidiu com a reabertura do comércio, dos shoppings e parques definida pelo Comitê Municipal de Enfrentamento a Covid-19 de Uberlândia⁵.

⁵ Em fevereiro de 2020, foi decretado o surgimento do Comitê Municipal de Enfrentamento à Covid-19 de Uberlândia, a fim de deliberar ações preventivas de combate ao coronavírus.

No mês de agosto de 2020, 100% dos leitos de UTI destinados ao tratamento de pacientes com Covid-19 do sistema público e privado municipal estavam ocupados. O mês de setembro apresentou o maior número de casos confirmados da doença no ano de 2020, representando 9,85% dos casos no período analisado.

Nos meses de outubro e novembro de 2020, houve uma redução nos casos confirmados, fato que acreditamos estar relacionado com o represamento dos dados, devido a questões políticas em período de eleições municipais, estabelecendo uma falsa sensação de estabilidade e controle da pandemia.

Contudo, no mês de dezembro de 2020, houve um novo aumento no número de casos confirmados de Covid-19 na cidade, justificado pela flexibilização das medidas de isolamento social orientadas pelo poder municipal.

Além disso, o mês de dezembro é representado pelo período de grandes festividades e datas comemorativas, em que as aglomerações e viagens com familiares e amigos simbolizam a festa de Natal e a passagem de ano. Nesse mês, ocorreram 4.187 registros de pessoas infectadas pelo coronavírus.

O segundo momento de alta da doença na cidade teve seu registro no mês de janeiro, marcado pela segunda onda da Covid-19, ápice da transmissão do vírus. As novas cepas em circulação, oriundas de Manaus e do Reino Unido, elevaram o grau de transmissibilidade e conseqüentemente a propagação da doença.

O mês de janeiro representou 14,79% dos casos confirmados da doença no período analisado, com 13.152 casos, isto é, com o maior registro de novos casos comprovados da doença, com uma taxa de transmissão acima de 1,25, o que significa que cada 100 pessoas contaminadas pelo coronavírus transmitiam a doença para outras 125 pessoas.

Nos meses seguintes, fevereiro e março, o percentual de contaminados se manteve acima de 14%, representados por 12.697 e 12.986 novos casos da doença, respectivamente. A taxa de positividade para o coronavírus era de 39,4%, o que significava que, de cada 100 suspeitos examinados, quase 40 pacientes testavam positivo.

Nesse cenário de caos instalado na cidade pelo descontrole da pandemia, o poder público municipal instituiu medidas mais severas para conter o avanço da pandemia e aumentar o índice de isolamento social. Entre essas ações, foi criado o toque de recolher (entre 20h e 5h), que proíbe a circulação de pessoas nos horários preestabelecidos; a lei seca, que impede a venda e o consumo de bebidas alcólicas no comércio; e a abertura apenas de serviços considerados essenciais⁶.

⁶ Deliberação nº 06, de 22 de fevereiro de 2021, criada pelo Núcleo Estratégico do Comitê Municipal de Enfrentamento à Covid-19.

Neste contexto, o colapso no sistema de saúde se instaurou na cidade, e a estrutura hospitalar pública e privada atingiu ocupação máxima de leitos de UTI e enfermaria adulta, tanto na rede privada quanto na pública, de forma que alguns pacientes diagnosticados com Covid-19 precisaram ser transferidos para outras cidades do estado de Minas Gerais.

Ao longo de semanas houve a necessidade de expansão e criação de novos leitos de UTI para pacientes, de forma que a estrutura hospitalar municipal, federal e privada ampliou sua capacidade de atendimento.

Durante 52 dias, a cidade de Uberlândia manteve 100% dos leitos ocupados por pacientes com Covid-19, enquanto centenas de pessoas aguardavam por vagas em UTI e enfermaria na cidade durante esse período.

Após dois meses de números alarmantes da pandemia na cidade, o mês de abril de 2021 apresentou uma desaceleração no número de infectados pela doença, resultado das medidas restritivas de circulação de pessoas e da redução da taxa de transmissão da Covid-19 na cidade.

O Mapa 7 apresenta a espacialização dos casos registrados de Covid-19 entre os bairros da cidade de Uberlândia, destacando oito intervalos de classes, representados pela variação de cores de tonalidade verde e vermelho.

A tonalidade verde destacou os bairros de menor intensidade de casos confirmados para a Covid-19. Entre eles estão: Granja Marileusa, Distrito Industrial, Morada do Sol, Morada dos Pássaros, Portal do Vale, Grand Ville, Alvorada, Jardim Sul e Gávea.

A homogeneidade para a ocorrência de casos confirmados entre os bairros deve-se à baixa densidade populacional, bem como à sua característica

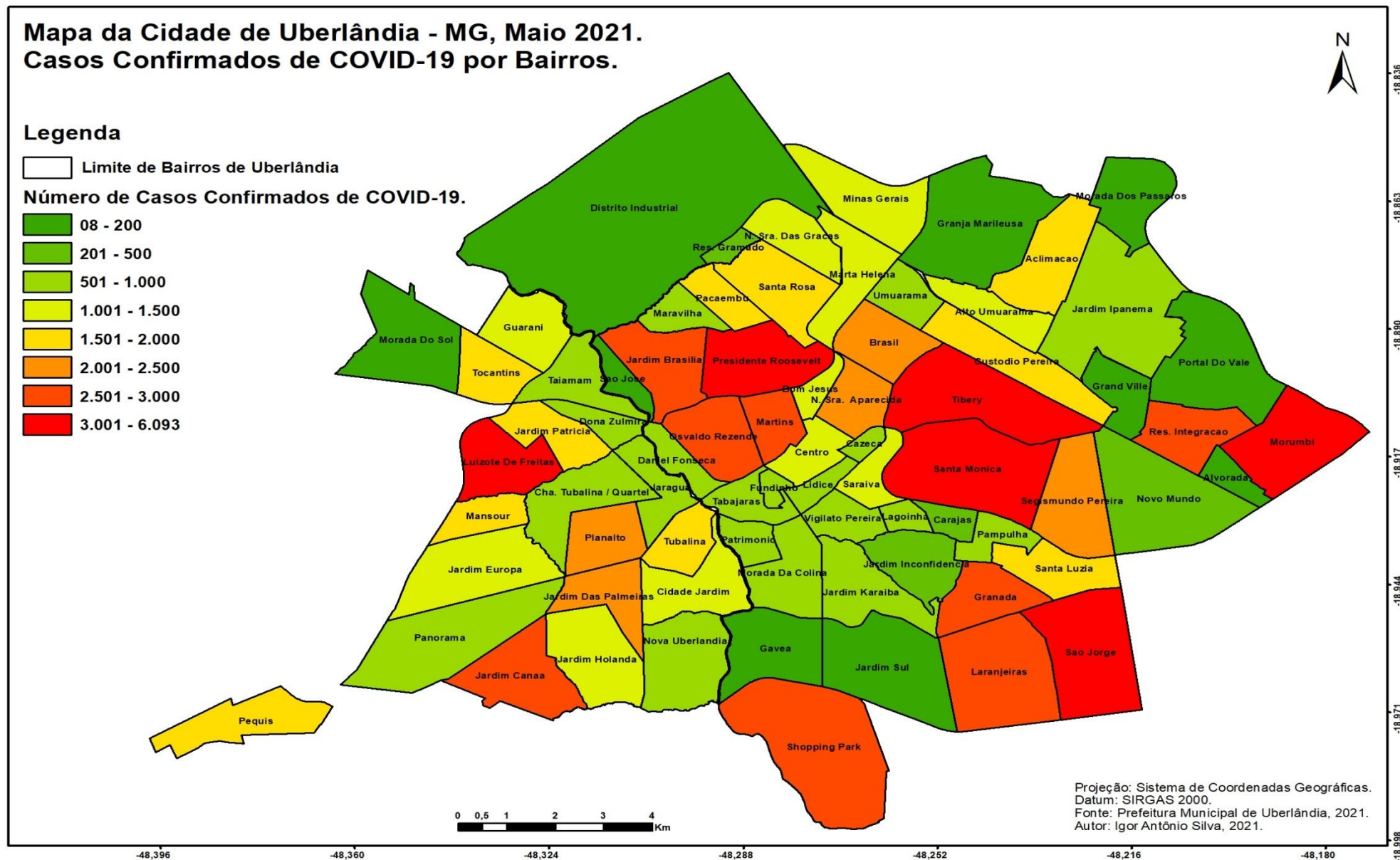
de uso, como bairros de chácaras, condomínios fechados e área industrial. O bairro Granja Marileusa, localizado no Setor Leste, apresentou a menor ocorrência de casos confirmados para a doença na cidade de Uberlândia, totalizando apenas oito casos registrados.

Além disso, vale destacar que os bairros Granja Marileusa, Gávea, Jardim Sul e Morada do Sol são ocupados por indivíduos considerados de classe média e classe alta, capazes de cumprir com mais facilidade o isolamento social, com recursos materiais e qualidade de acesso ao diagnóstico, tratamento e atendimento de saúde, permitindo que ocorresse o controle de casos nesses locais.

Os demais intervalos de classes de tonalidade, verde claro, amarelo e laranja, apresentam o crescimento no número de casos registrados de Covid-19 nos bairros da cidade de Uberlândia, salientando-se os bairros Brasil e Nossa Senhora Aparecida, localizados no Setor Central da cidade, com uma expressiva presença de idosos acima de 60 anos que, até a primeira onda da pandemia da Covid-19, foram os principais indivíduos acometidos com a infecção pelo vírus Sars-CoV-2.

Os dois intervalos de classe de maior ocorrência de casos confirmados para o novo coronavírus são de bairros com a maior densidade demográfica da cidade de Uberlândia, que apresentam diferentes dinâmicas e características urbanas.

Mapa 7: Uberlândia-MG: Casos Confirmados de COVID-19 por Bairros. Maio – 2021.



Autor: SILVA (2021)

Os bairros Martins e Osvaldo Rezende, na porção central da cidade, também são bairros com a presença marcante de pessoas acima de 60 anos, justificando o número elevado de casos confirmados de Covid-19.

Já os bairros Jardim Brasília (Setor Norte), Granada, Laranjeiras, Shopping Park (Setor Sul) e Jardim Canaã (Setor Oeste) dispõem de uma população de baixa renda e de classe média. Exceto no bairro Granada, nos demais bairros, a população depende majoritariamente do sistema público de saúde para a realização de suas atividades laborais, ocorrendo a necessidade de deslocamento até o local de trabalho e, em alguns casos, não possuindo recursos econômicos e materiais para a compra de máscaras, álcool em gel e produtos de higiene pessoal e coletiva.

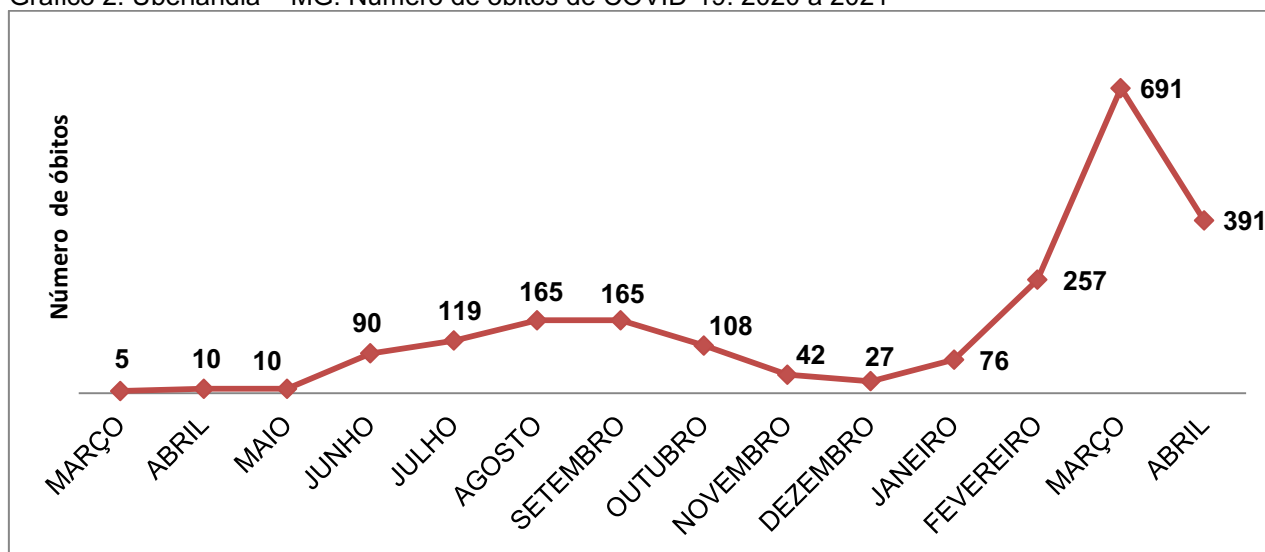
Os bairros Presidente Roosevelt (Setor Norte), Luizote de Freitas (Setor Oeste) e São Jorge (Setor Sul) são bairros extensos, populosos, heterogêneos, possuindo centralidade em relação aos bairros adjacentes e uma área comercial e de serviços que influencia em sua dinâmica urbana.

Assim, esses bairros apresentam uma grande concentração de casos confirmados de Covid-19 em Uberlândia, observando-se um fluxo maior de pessoas, estabelecimentos comerciais e a presença de vias de acesso para demais bairros e outras localidades da cidade, propiciando a aglomeração de pessoas.

4.3.2 Óbitos confirmados de Covid-19 em Uberlândia-MG

O Gráfico 2 aborda o número de óbitos em Uberlândia entre os meses de março de 2020 a abril de 2021, totalizando 2.156 mortes causadas pela infecção pelo coronavírus na cidade.

Gráfico 2: Uberlândia – MG: Número de óbitos de COVID-19. 2020 a 2021



Fonte: Boletim Municipal Diário – Prefeitura Municipal de Uberlândia.
Autor: SILVA, F. F. B. (2021)

A primeira morte confirmada pela Covid-19 na cidade ocorreu no dia 2 de abril de 2020, e foi de uma idosa de 61 anos que estava internada na rede pública municipal. Entre a primeira morte registrada e o óbito de número 1.000 foram cerca de dez meses.

O primeiro pico de casos confirmados da doença coincide com o aumento exponencial de óbitos registrados na cidade, entre os meses de maio e junho de 2020.

O intervalo entre maio e julho apresentou um crescimento de 900% em relação aos meses de março e abril, reflexo da abertura gradual do comércio e

da flexibilização das medidas de distanciamento social nos meses analisados. No mês de maio houve um aumento de 4,2% no número de óbitos em relação ao mês anterior.

Nos meses de agosto e setembro, registraram-se 165 óbitos, representando cerca de 7,7% do número total de mortes pela Covid-19. De acordo com estudos realizados pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (Cepes/UFU), até o mês de agosto de 2020, o perfil social dos óbitos registrados na cidade de Uberlândia era de homens com idade entre 65 e 80 anos, correspondendo a um percentual de 41,9% do total de mortes no período. Já as mulheres correspondiam a 25,7% do número total de óbitos da mesma idade.

Além disso, estudos apontam que as maiores incidências de óbitos de sexo masculino em adultos decorrem por comorbidades preexistentes, como: doenças cardiovasculares, respiratórias, degenerativas, diabetes, obesidade e doenças crônicas associadas a diferentes órgãos do corpo humano.

Para o estudo, a maior incidência de óbitos era de homens com idade acima de 80 anos, representando cerca de 63,6% da população relativa. No que tange ao número de óbitos para cada 100 mil habitantes, os homens entre 70 a 74 anos representavam 288 mortes/100 mil habitantes. Já os indivíduos do sexo masculino entre 75 a 79 anos correspondiam a 335 mortes/100 mil habitantes. Por fim, adultos do sexo masculino com idade mais avançada, acima de 80 anos, registravam 593 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes.

Nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020, ocorreu uma redução no registro de óbitos na cidade, 108, 42 e 27, respectivamente, foram os números de óbitos registrados nos três meses de 2020.

Entretanto, no mês de janeiro de 2021, recomeça a expansão no número de óbitos na cidade. Nesse mês, cerca de 76 vidas foram perdidas para a doença, caracterizando 3,5% do número total de óbitos na cidade.

Os próximos três meses, fevereiro março e abril, reproduzem o período de maior letalidade da doença em Uberlândia. No momento da segunda onda da Covid-19, diferentes idades foram atingidas e jovens e adultos tornaram-se vítimas irreversíveis da doença. O mês de fevereiro registrou 257 mortes por Covid-19, 11,9% do percentual de óbitos; e o mês de abril, 391, 18,1% do número total de óbitos do período.

O mês de março de 2021 é apontado como o mês de maior grau de letalidade na cidade de Uberlândia: 691 pessoas perderam a vida para a Covid-19, representando 32,1% das mortes registradas no período analisado. Entre 1º e 31 de março, houve 22 óbitos em média por dia. No dia 10 de março, o município contabilizou 36 mortes, o maior número de óbitos em um único dia desde o início da pandemia, havendo um aumento de 176% no número de óbitos em relação ao mês anterior.

No dia 17 de abril, Uberlândia ultrapassou a marca de 2 mil óbitos por Covid-19. Em menos dois meses, isto é, em 52 dias, o município bateu o recorde e contabilizou mil mortes no período. De acordo com dados da Sivep GRIPE/MS, do Painel de Monitoramento de Casos de Coronavírus – Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Uberlândia tem cerca de 2,47% de letalidade para os casos confirmados de Covid-19 na cidade.

Na segunda onda de Covid-19, pessoas entre 30 a 59 anos foram atingidas por Síndromes Respiratórias Agudas Graves (SRAGs), mesmo dispondo de menor grau de comorbidades, requerendo maior permanência nos leitos nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) das unidades hospitalares.

Segundo estudos publicados pela Fiocruz (p. 3, 2021), jovens tendem a ficar mais susceptíveis ao contágio da Covid-19 pelo relaxamento das medidas de isolamento social e pela morosidade da vacinação. Os jovens e adultos estão no grupo com a maior alta de mortes pela doença em comparação ao início da pandemia em 2020.

Para os óbitos, o aumento global entre as mesmas semanas foi de 259,1%. As mesmas faixas etárias sofreram aumento diferenciado: 20 a 29 anos (654,5%), 30 a 39 anos (562,8%), 40 a 49 anos (692,9%), 50 a 59 anos (568,4%) e 60 a 69 anos (379,9%) (FIOCRUZ, 2021, p. 7).

O óbitos em grupos etários mais jovens justifica-se pela exposição ao vírus no retorno das atividades laborais no formato presencial, pela flexibilização do isolamento social e pelas aglomerações em atividades comerciais consideradas não essenciais. Já a vacinação de idosos (pessoas acima de 80 anos) levou a sinais de redução nos casos e óbitos nas faixas etárias mais elevadas.

De acordo com dados da Secretária Municipal de Saúde através do Núcleo de Vigilância Epidemiológica, houve uma redução de 50% no número de óbitos entre as pessoas acima de 80 anos após o início da campanha de imunização contra a Covid-19.

Se em janeiro os óbitos entre pessoas na faixa dos 80 anos representavam 16,67% das mortes por Covid-19 em Uberlândia, a taxa caiu pela metade em maio, chegando a representar 8,53% do número total no último mês. Entre as pessoas com mais de 90

anos, a taxa passou de 8,97% em janeiro para 1,42% quatro meses depois (PMU, 2021, s/p).

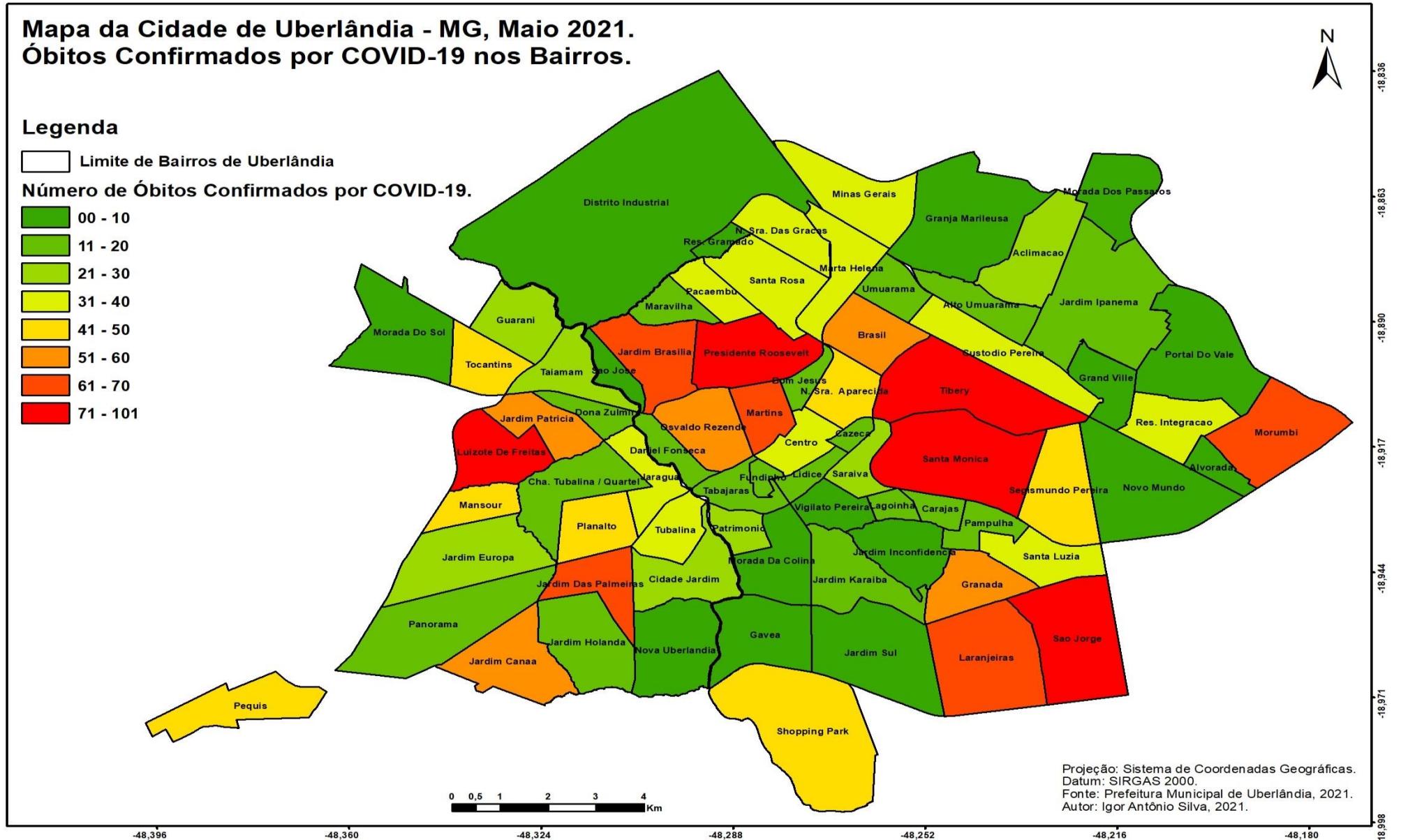
Além disso, os dados do órgão municipal apontam que, apesar de o mês de março ter sido considerado o mês de maior letalidade entre os pacientes que contraíram o vírus da Covid-19, a duas doses do imunizante mantiveram em queda a morte entre os idosos de 80 e 89 anos e entre os acima de 90 anos, representando, respectivamente, 13,12% e 6,12%.

O Mapa 8 indica a distribuição dos óbitos registrados pela Covid-19 nos bairros de Uberlândia-MG, havendo uma similaridade com a distribuição espacial dos casos confirmados da doença. Logo, onde ocorreu a maior ocorrência de casos, houve a maior incidência de óbitos confirmados.

Os bairros que apresentam a menor incidência de óbitos registrados são áreas com setor de chácaras, com a presença de condomínios fechados de alto padrão, bairros com baixa densidade demográfica e o Setor Industrial.

Constata-se que os intervalos de classes nas cores laranja a vermelho identificam o maior número de ocorrência e o maior número de óbitos registrados, como nos bairros: Brasil, Jardim Brasília, Martins, Osvaldo Rezende, Jardim Patrícia, Jardim das Palmeiras, Granada, Laranjeiras, Jardim Canaã, Presidente Roosevelt, Luizote de Freitas e São Jorge.

Os bairros Brasil, Martins e Osvaldo Rezende possuem presença significativa de idosos, que, até então, antes da campanha de imunização, era o perfil etário das mortes registradas na cidade e no Brasil.



Autor: SILVA (2021).

De modo geral, um maior número de óbitos ocorre em bairros populosos, com população de baixa e média renda e que tem a necessidade de atendimento no sistema público de saúde.

A concentração de óbitos registrados na cidade de Uberlândia acontece, portanto, em bairros extensos e populares, com a presença de atividades informais que possibilitam aglomerações de pessoas, comércios e serviços.

Na maioria dos bairros onde ocorre a maior concentração de óbitos, estão localizadas Unidades de Atendimento Integrado (UAI) de saúde, com estruturas hospitalares que atraem concentração de pessoas e estabelecimentos comerciais no entorno.

4.4 Caracterização socioespacial da Covid-19 no Setor Leste de Uberlândia-MG

A compreensão da fragmentação socioespacial perpassa pelo entendimento das características econômicas de uma sociedade em períodos pandêmicos nos espaços urbanos. Assim, os indicadores da pandemia da Covid-19 refletem a percepção do perfil socioeconômico da área de estudo.

O Setor Leste é o objeto de estudo da materialização da fragmentação socioespacial da cidade de Uberlândia. Ao se fazer o exercício da conexão com a pandemia, percebe-se como os indivíduos mais vulneráveis estão mais expostos ao contato e à contaminação pelo vírus da Covid-19.

Partindo desses preceitos, analisaremos a espacialização dos casos, dos óbitos registrados e a taxa de letalidade da Covid-19 no Setor Leste da cidade de Uberlândia, possibilitando a apreensão da dinâmica da pandemia na área de estudo.

O Mapa 9 destaca o registro de casos confirmados de Covid-19 no Setor Leste da cidade, através da variação das tonalidades de verde escuro a vermelho. Observa-se que o menor registro de casos da doença nesse setor e também em Uberlândia está no bairro Granja Marileusa, com apenas oito casos confirmados para a doença, conforme já dito.

O bairro é recém-construído, com a presença de condomínios horizontais fechados, como já mencionamos no capítulo anterior, e os indivíduos que lá residem possuem alto poder aquisitivo, com acesso ao sistema de saúde e hospitalar, o que permite a qualidade no atendimento, diagnóstico e tratamento da doença.

Ademais, os domiciliados contam com condições econômicas que permitem que o trabalho seja realizado em modelo *home office* e gozam de meios materiais para a obtenção de equipamentos, objetos e materiais de higiene para conter a transmissão do vírus.

Já os bairros Grand Ville e Morada dos Pássaros registraram 29 e 52 casos confirmados, respectivamente, e são caracterizados por áreas de baixa densidade demográfica e vazios urbanos. Com isso, observam-se dados inferiores de contágio pela doença se comparados aos dos bairros vizinhos.

Por outro lado, o bairro Santa Mônica apresenta o maior número de casos na cidade de Uberlândia de março de 2020 a maio de 2021 – cerca de 6.093 indivíduos foram infectados com a Covid-19.

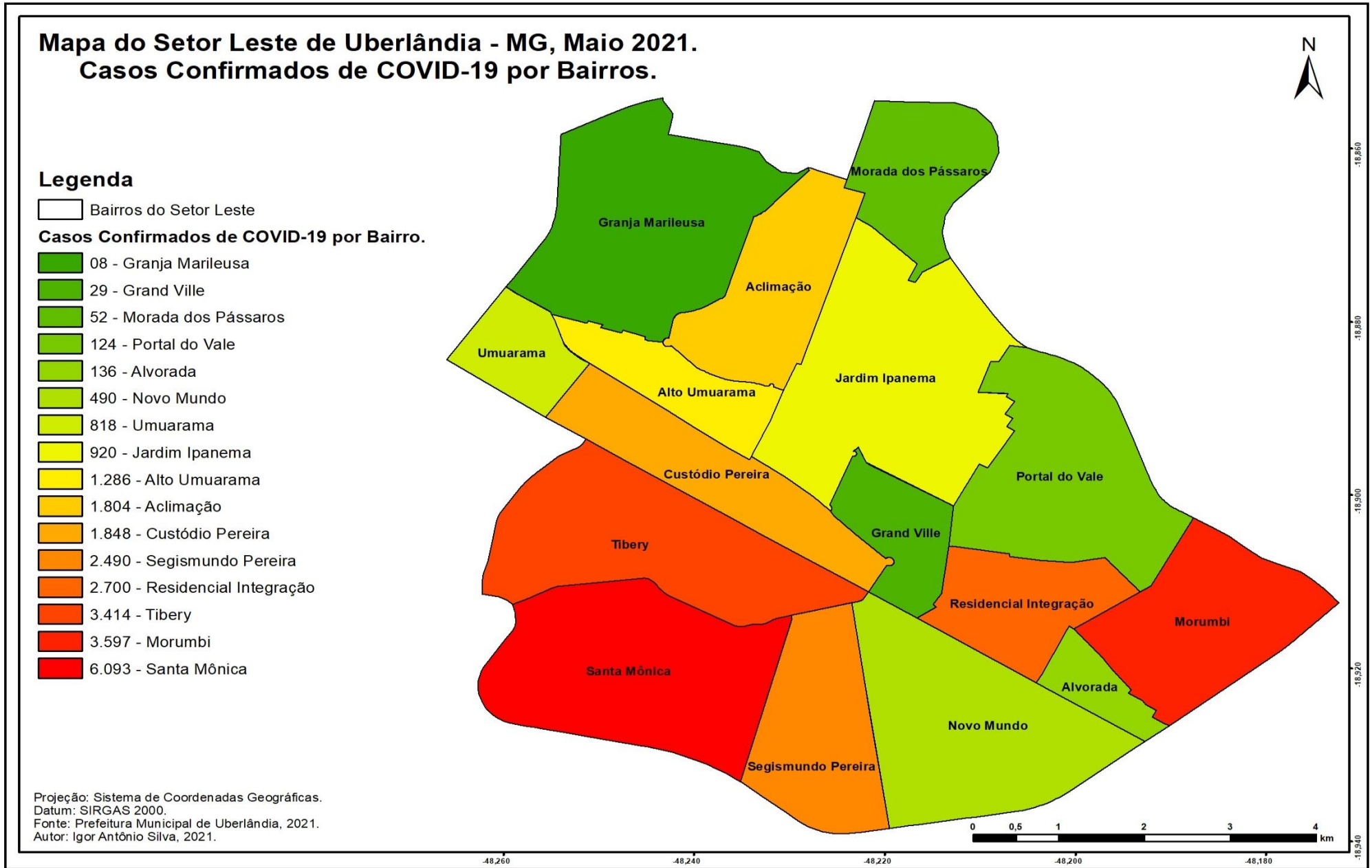
O bairro é considerado um subcentro da cidade, com vias de grandes fluxos de pessoas, comércio, serviços e acesso para outros bairros e outras áreas do tecido urbano. Entre elas, as avenidas Segismundo Pereira e Berlarmino Cotta Pacheco possuem intensa movimentação de pessoas que não necessariamente residem no bairro, mas utilizam a estrutura urbana nele existente. Assim, há um maior fluxo de pessoas, o que, conseqüentemente, propicia aglomerações nos estabelecimentos comerciais.

Além disso, o Santa Mônica é um bairro consolidado, populoso, de classe média e com a presença de idosos, com movimento de pessoas que acessam supermercados, hospitais, feiras livres, farmácias, galerias e o comércio em geral.

Diversas empresas e estabelecimentos comerciais estão instalados no bairro, atraindo uma maior concentração de trabalhadores e clientes que consomem produtos e serviços oferecidos por diferentes segmentos econômicos. Portanto, o maior fluxo e concentração de pessoas propicia a maior transmissão e contaminação pela Covid-19 nos indivíduos no bairro.

É fundamental destacar, também, a presença de jovens e adultos que frequentam bares, restaurantes e espaços de lazer durante o período vespertino e noturno no bairro, nas proximidades da Universidade Federal de Uberlândia. Mesmo neste período pandêmico, diariamente é possível observar a circulação de pessoas, que promovem aglomerações nas vias públicas e

estabelecimentos comerciais, ações que contrariam as medidas sanitárias e de saúde para conter o avanço do vírus da Covid-19.



Autor: SILVA (2021).

Existe ainda uma intensa verticalização das edificações, impulsionada pela grande especulação imobiliária proveniente dos serviços de aluguéis que atendem o público universitário. Com isso, aumenta-se a densidade demográfica e, conseqüentemente, a circulação e concentração dos serviços.

O bairro Morumbi apresenta o segundo maior número de casos registrados da doença no Setor Leste, com 3.597 ocorrências. O bairro está localizado na periferia da cidade, os domiciliados são considerados de baixa e média renda, e, devido às suas condições de trabalho, não conseguem cumprir de forma efetiva o isolamento social. Além disso, não possuem recursos econômicos, materiais e culturais para seguir criteriosamente as orientações de saúde.

As unidades de atendimento básico de saúde do bairro não suprem a demanda de atendimento, diagnóstico e tratamento dos pacientes, e, com frequência, os casos de maior complexidade são transferidos para hospitais em outros setores da cidade.

A dinâmica urbana do bairro Tibery assemelha-se à do bairro Santa Mônica, não apenas pela sua proximidade, mas também pela presença de equipamentos urbanos públicos e privados que potencializam a circulação de pessoas no bairro.

O Tibery registrou 3.414 novos casos de Covid-19 nos últimos meses. Com a presença da Unidade de Atendimento Integrado (UAI), muitas pessoas procuraram o atendimento de saúde, possivelmente contaminadas, aumentando a disseminação do vírus.

A localização do bairro possibilita uma maior circulação de pessoas em virtude da instalação de empresas de diferentes segmentos comerciais; do acesso para outros bairros; de sua proximidade com anéis rodoviários e da existência de shoppings, parque urbanos, do Setor Jurídico e de outros equipamentos que atraem o tráfego de pessoas para o interior do bairro.

O bairro Residencial Integração apresentou 2.700 casos confirmados de Covid-19, e é composto por uma população de baixa renda e sem acesso a serviços básicos de higiene pessoal e coletiva.

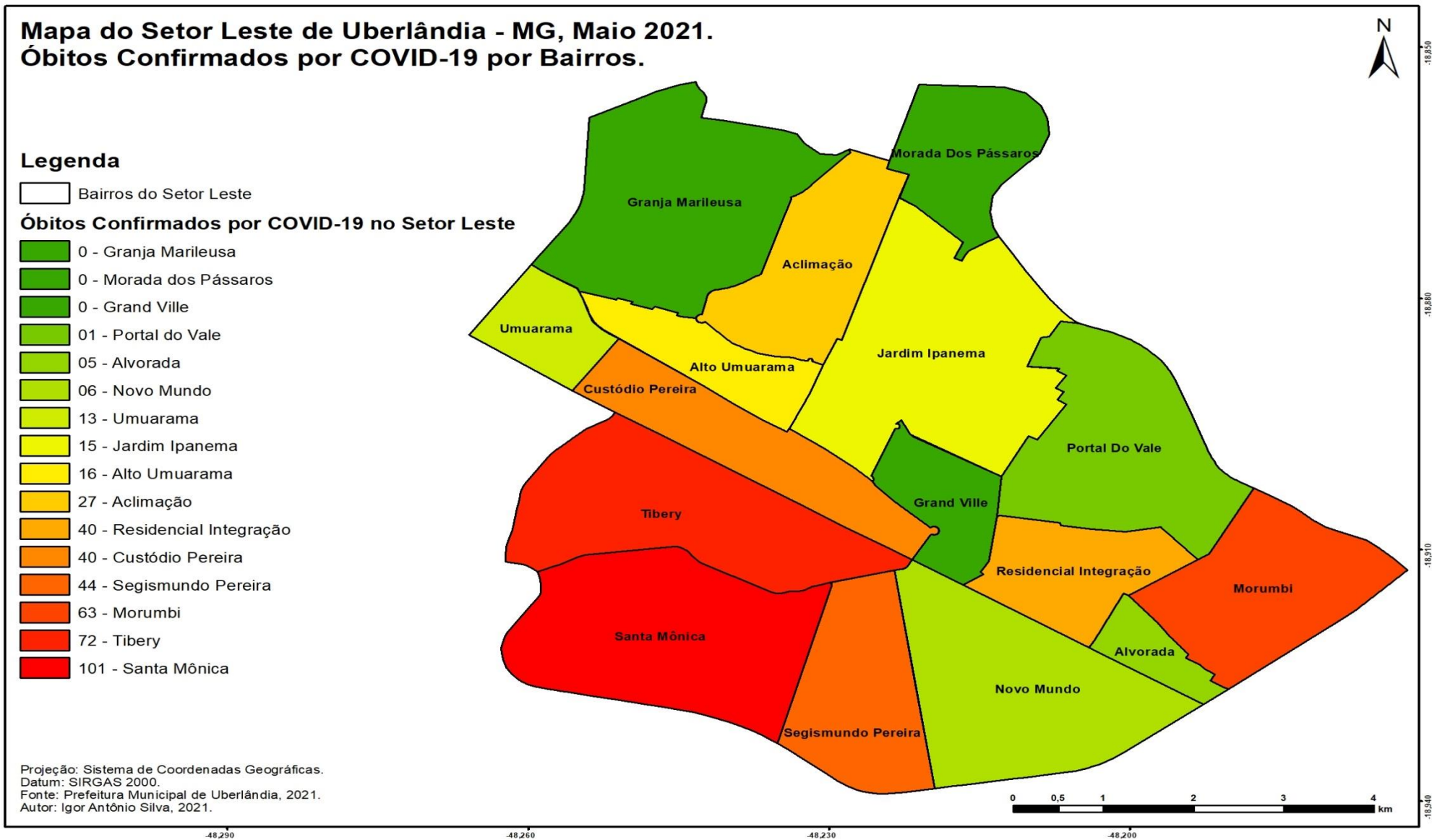
Esse fato é demonstrado pela quantidade de casos confirmados, havendo, como acreditam muitos pesquisadores, uma possível subnotificação, visto que se observa no comportamento da população um certo descaso com as medidas de prevenção e controle do vírus.

De maneira geral, a população não realiza o uso contínuo e correto de máscaras, trocando-as periodicamente, nem utiliza álcool em gel, além de não manter de forma adequada o distanciamento social.

Talvez o que ocorra seja resultado da dificuldade no acesso à informação ou mesmo a disseminação de notícias falsas, que estimulam alguns grupos etários a insistir em realizar confraternizações, expondo seus familiares ao risco de contágio.

O Mapa 10 registra os óbitos confirmados pela Covid -19 na Zona Leste da cidade de Uberlândia, distribuídos entre os 16 bairros localizados no setor. Novamente, os bairros destacados em relação às mortes confirmadas são áreas que apresentaram o maior número de casos registrados.

Mapa 10: Uberlândia-MG: Óbitos Confirmados de COVI-19 por Bairros no setor Leste. Maio – 2021.



Autor: SILVA (2021).

Nos bairros Granja Marileusa, Morada dos Pássaros e Grand Ville não houve registro de óbitos confirmados pela doença. Já os bairros Portal do Vale, Alvorada e Novo Mundo apresentaram baixos índices de óbitos pela Covid-19. É preciso ressaltar que esses bairros possuem baixa densidade demográfica e menor ocorrência de casos confirmados da doença.

Nos intervalos das classes intermediárias, de cores amarelo e laranja, os bairros já apresentam um adensamento populacional mais expressivo, o que propicia a contaminação de pessoas pelo vírus e, conseqüentemente, em alguns casos, ocorre o agravamento da doença em determinados pacientes, ocasionando o óbito das vítimas.

Os bairros Custódio Pereira, Residencial Integração e Segismundo Pereira registraram uma média de 41,3 óbitos confirmados pela doença. Os indicadores dos dois últimos bairros são relativamente baixos se comparados aos casos confirmados de Covid-19.

Acredita-se que haja uma subnotificação da doença, principalmente no bairro Residencial Integração, que contém áreas de extrema pobreza, em que a população realiza o diagnóstico e o tratamento da doença em outras localidades da cidade, e alguns casos não possuem a legalização do domicílio pertencente ao bairro.

Os bairros Morumbi, Tibery e Santa Mônica apresentam a maior concentração de óbitos registrados no Setor Leste de Uberlândia. No primeiro bairro isso se justifica pela população mais vulnerável às condições de maior exposição ao vírus da Covid-19, em razão da realização de suas atividades laborais; da ausência de recursos materiais e econômicos para evitar a disseminação do vírus; do descaso e da falta de acesso ao conhecimento

científico para a compreensão da gravidade da pandemia; da aglomeração de pessoas do mesmo núcleo familiar e da dificuldade de manter o isolamento social.

Já os óbitos confirmados nos bairros Tibery e Santa Mônica motivados pela pandemia se justificam em razão da densidade populacional e da dinâmica urbanas das áreas analisadas.

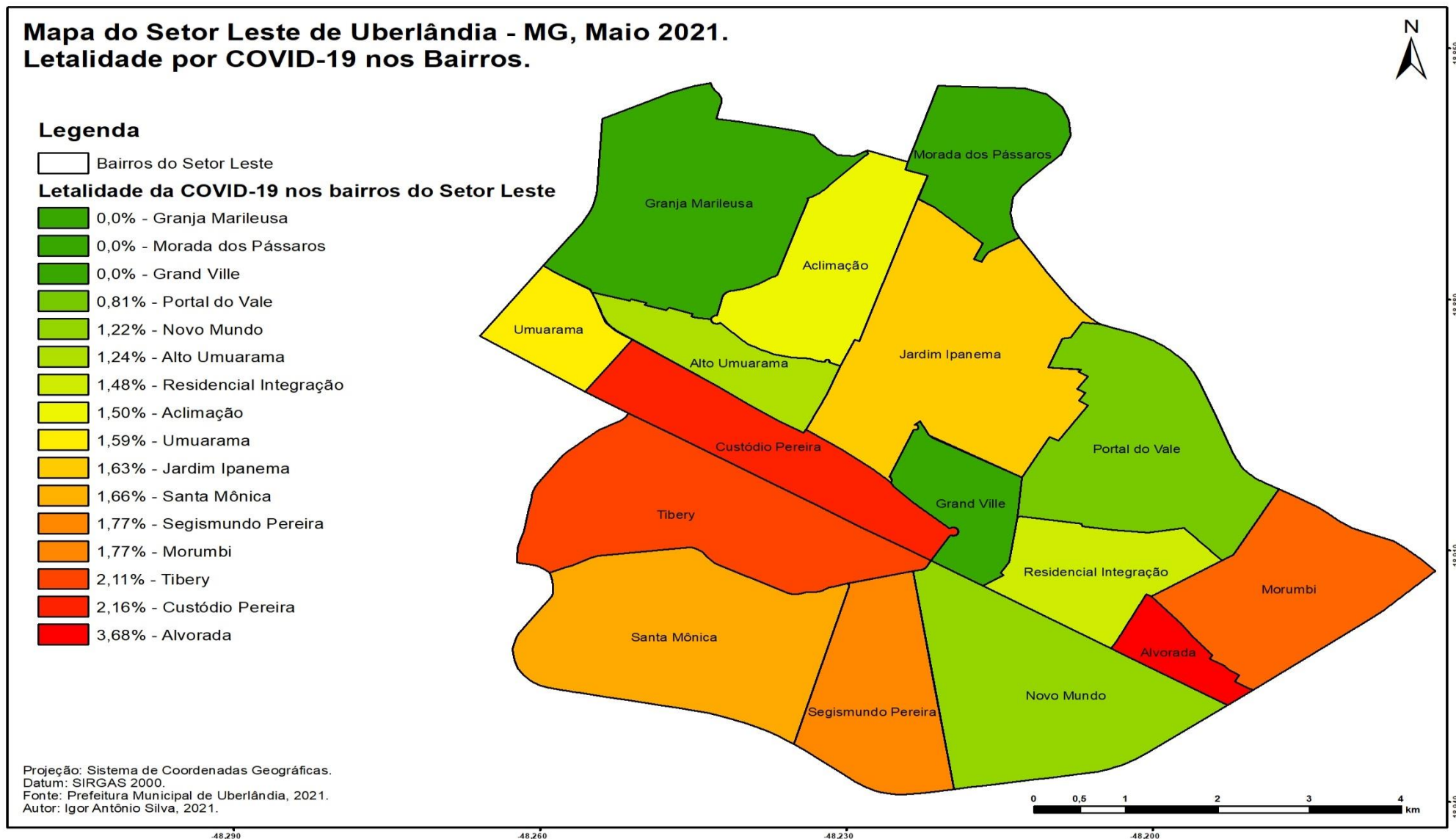
O bairro Tibery registrou 72 óbitos confirmados pela Covid-19. Nos últimos anos, ocorreu o aumento de investimentos imobiliários na região e a sua valorização, fazendo com que aumentasse o número de estabelecimentos comerciais e residenciais do entorno, de forma a propiciar que ele fosse o terceiro bairro com maior número de registros confirmados e o segundo maior de óbitos pela doença.

O bairro Santa Mônica, por sua vez, apresenta o maior número de óbitos registrados no Setor Leste e na cidade de Uberlândia, e conta com uma população diversa e heterogênea que estabelece diferentes usos e funções para a sua dinâmica urbana.

A ocorrência de casos confirmados da doença entre a população idosa do bairro justifica o aumento dos indicadores de óbito registrados. Entretanto, o elevado fluxo de pessoas que circula no bairro permite que se acelere o grau de contaminação e conseqüentemente o aumento de óbitos registrados.

O Mapa 11 indica a porcentagem de letalidade em relação ao total de casos confirmados de Covid-19 por bairros do Setor Leste da cidade de Uberlândia.

Mapa 11: Uberlândia-MG: Letalidade por COVID-19 por Bairros no setor Leste. Maio – 2021.



Autor: SILVA (2021).

O cálculo do percentual da taxa de letalidade consiste no número total de óbitos registrados em relação ao número total de infectados ao longo do período de março de 2020 a maio de 2021 no Setor Leste da cidade de Uberlândia. Essa relação evidencia a gravidade da pandemia, pois identifica o percentual de óbitos da doença e a qualidade de assistência à saúde oferecida à população.

O bairro Alvorada, localizado na porção extrema do Setor Leste, próximo à saída da rodovia BR-452, possui a maior taxa de letalidade do setor, com 3,68%. O bairro, periférico, foi criado no final da década de 1970 para a população pobre e de baixa renda, possuindo os recursos básicos de infraestrutura urbana. Ele apresenta funcionalidades específicas em sua dinâmica urbana no Setor Leste, em que se destaca como acesso ao bairro Morumbi, com a presença de estabelecimentos comerciais (açougues, padarias, supermercados e lojas), conforme destaca a Figura 45. Nele ocorre um maior fluxo de pessoas, que desfrutam de sua infraestrutura comercial para acessar o bairro Morumbi.

Figura 45: Uberlândia-MG: Estabelecimentos Comerciais no bairro Alvorada. 2021



Fonte: SILVA, F. F. B. (2021)

Além disso, como proporciona acesso ao setor de chácaras, em direção à represa de Miranda, bem como a fazendas e comunidades rurais, o bairro Alvorada é extremamente movimentado, estabelecendo rotas para o transporte público e individual para ingressar nessas localidades, conforme ilustra a Figura 46, com fluxo de pessoas, transporte público e privado na via de acesso à BR-452, que antecede o bairro Alvorada.

Figura 46: Uberlândia-MG: Fluxo de automóveis, pessoas e transporte público no bairro Alvorada. 2021.



Fonte: SILVA, F. F. B.(2021)

Atualmente, o bairro conta com uma população idosa que depende expressivamente do acesso ao atendimento de saúde pública que se concentra no bairro Morumbi, uma vez que possui poucos recursos financeiros. Em alguns casos, o diagnóstico, os protocolos e o tratamento da doença são realizados tardiamente, agravando o quadro clínico das vítimas.

O bairro Custódio Pereira apresenta a segunda maior taxa de letalidade do Setor Leste, possuindo uma população de 9.551 habitantes (IBGE, 2010). Fica localizado nas proximidades do perímetro urbano das BRs 365, 452 e 050, e sua dinâmica urbana apresenta diferentes usos e funções quanto aos aspectos residenciais, comerciais e industriais.

Figura 47: Uberlândia-MG: Indústria - Uberlândia Refrescos no bairro Custódio Pereira. 2021.



Fonte: SILVA, F. F. B.(2021)

Em razão de sua localização, nas imediações de eixos rodoviários e da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), não ocorreu o processo de revalorização do solo urbano nos últimos anos. Vale destacar que nas dependências do bairro fica o Assentamento Fidel Castro, área irregular com adensamento da

população e a presença de grupos sociais vulneráveis, sem recursos financeiros, materiais nem acesso a serviços básicos de saúde. Ele possibilita ainda o acesso aos bairros Jardim Ipanema, Alto Umuarama, Aclimação e Granja Marileusa.

Ademais, as funcionalidades comerciais e industriais voltadas para serviços rodoviários propiciam um maior fluxo de pessoas e de trabalhadores, com práticas ilícitas (tráfico de drogas e prostituição – figuras 48 e 49) que justificam algumas das hipóteses para a maior incidência de letalidade da doença na região.

Figura 48: Uberlândia-MG: Presença de casas noturnas no Bairro Custódio Pereira. 2021



Fonte: SILVA, F. F. B.(2021)

Figura 49: Uberlândia-MG: Estabelecimentos Comerciais abandonados no bairro Custódio Pereira. 2021



Fonte: SILVA, F. F. B.(2021)

O bairro Tibery encontra-se na terceira colocação no que se refere aos indicadores de letalidade da Covid-19 no Setor Leste. Como já mencionamos anteriormente, a complexa dinâmica urbana do bairro permite que ocorra maior circulação de pessoas, devido à presença de importantes equipamentos em seu tecido urbano. Além disso, estima-se que cerca de 18% da população do bairro é idosa, isto é, acima de 60 anos de idade.

A circulação de pessoas em bares, supermercados e estabelecimentos comerciais sem o cumprimento das medidas sanitárias necessárias também induz a uma maior incidência de casos confirmados de Covid-19 e, conseqüentemente, a uma maior taxa de letalidade da doença.

Figura 50: Uberlândia-MG: Bares no bairro Tibery. 2021



Fonte: SILVA, F. F. B.(2021)

Salienta-se que os três bairros que apresentam o maior grau de letalidade pela Covid-19 no Setor Leste possuem proximidade com e/ou margeiam eixos rodoviários, criando rotas de acesso consolidadas aos bairros contíguos. Os fatores destacados ocorrem devido ao maior fluxo de pessoas, à falta de medidas sanitárias eficazes e à presença de idosos que dependem da qualidade do serviço público de saúde presente nesses bairros.

Figura 51: Uberlândia-MG: Intermediações do Posto da “Matinha” no bairro Tibery. 2021



Fonte: SILVA, F. F. B.(2021)

Os bairros Morumbi, Segismundo Pereira e Santa Mônica possuem taxa de letalidade de 1,77% e 1,66%, respectivamente. Tais dados são relativamente baixos se comparados à ocorrência de casos confirmados de Covid-19 nesses bairros.

Nos demais bairros do Setor Leste, verifica-se uma gradual redução na taxa de letalidade, alguns com menores indicadores e outros iguais a zero.

Na seção seguinte, é analisada a (re)produção do espaço urbano sob o viés econômico e mercadológico, elemento fundamental para o direcionamento do setor imobiliário e para seus investimentos em períodos pandêmicos de crise econômica.

Para tanto, desenvolveu-se o formulário eletrônico como critério metodológico de pesquisa, para que possamos analisar a realidade do mercado imobiliário da cidade de Uberlândia neste momento de crise sanitária que atravessamos, assim como as informações coletadas com a aplicação da pesquisa eletrônica.

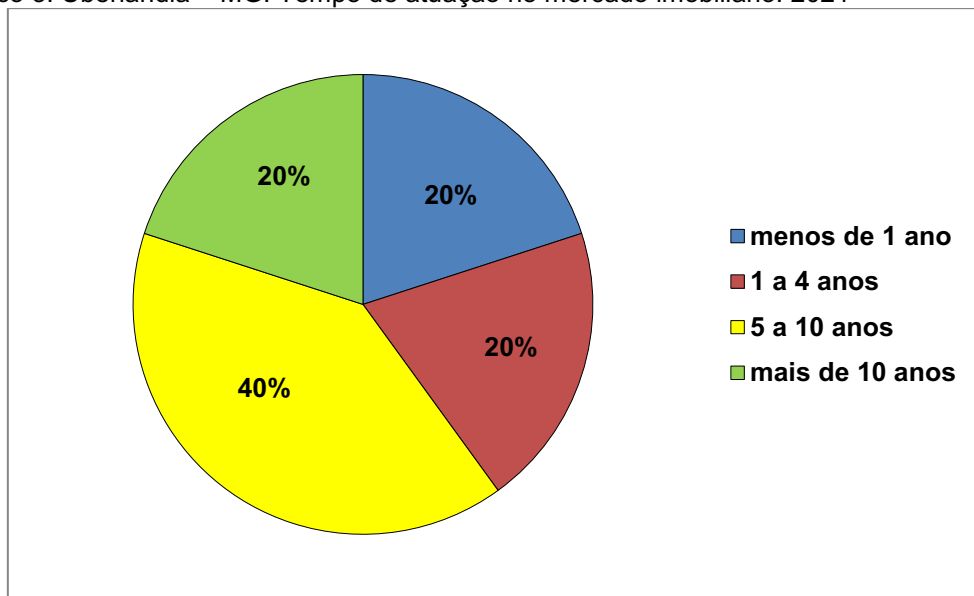
4.5 O mercado imobiliário na cidade de Uberlândia durante a pandemia de Covid-19

O formulário eletrônico foi realizado através do aplicativo *Google Forms*, ou seja, o Google Formulário, gerenciamento de pesquisas da plataforma Google, onde é possível coletar informações e utilizá-las para questionários e formulários de registro.

Ele foi aplicado às incorporadas imobiliárias e aos corretores imobiliários com o objetivo de compreender a dinâmica de investimento no setor em tempos de Covid-19. Sua disponibilização foi feita em diferentes aplicativos digitais (*Facebook, Instagram, WhatsApp*) e e-mails, para a maior obtenção das respostas. Entretanto, apenas cinco respostas foram enviadas com o título “O mercado imobiliário em tempos de Covid-19 em Uberlândia”. A pesquisa não identificou os entrevistados e não apresenta nenhum interesse mercadológico.

Conforme demonstra o Gráfico 3, cerca de 40% dos entrevistados estavam entre cinco a dez anos no mercado imobiliário de Uberlândia, e aproximadamente 20% encontravam-se subdivididos entre as seguintes categorias: menos de um ano, entre um a quatro anos, e há mais de dez anos no ramo imobiliário na cidade.

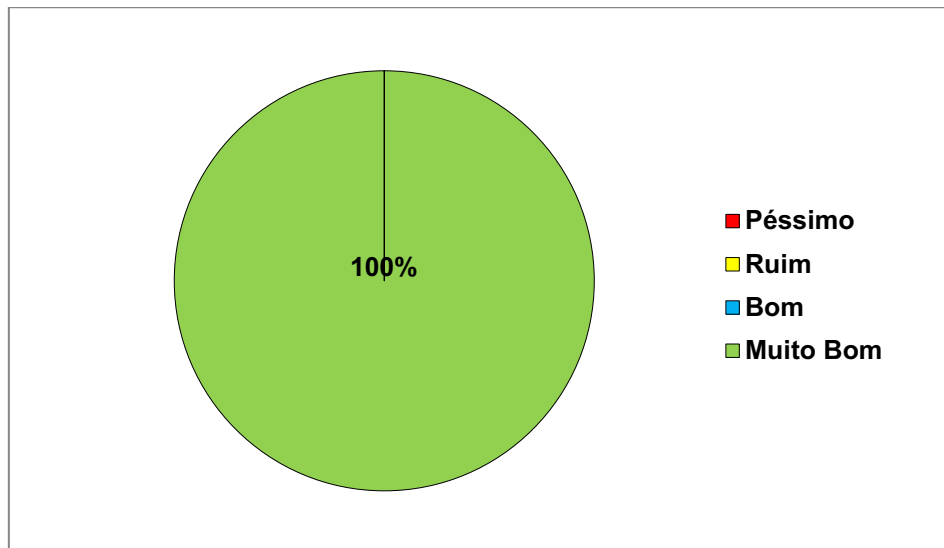
Gráfico 3: Uberlândia – MG: Tempo de atuação no mercado imobiliário. 2021



Elaborado por: SILVA, F. F. B. (2021)

Já o Gráfico 4 apresenta o investimento no mercado imobiliário na cidade durante a pandemia no ano de 2020. Em unanimidade, os entrevistados consideraram “muito boa” a aplicação de capitais no ramo imobiliário.

Gráfico 4: Uberlândia-MG: Mercado de investimento imobiliário durante a pandemia no ano de 2020.

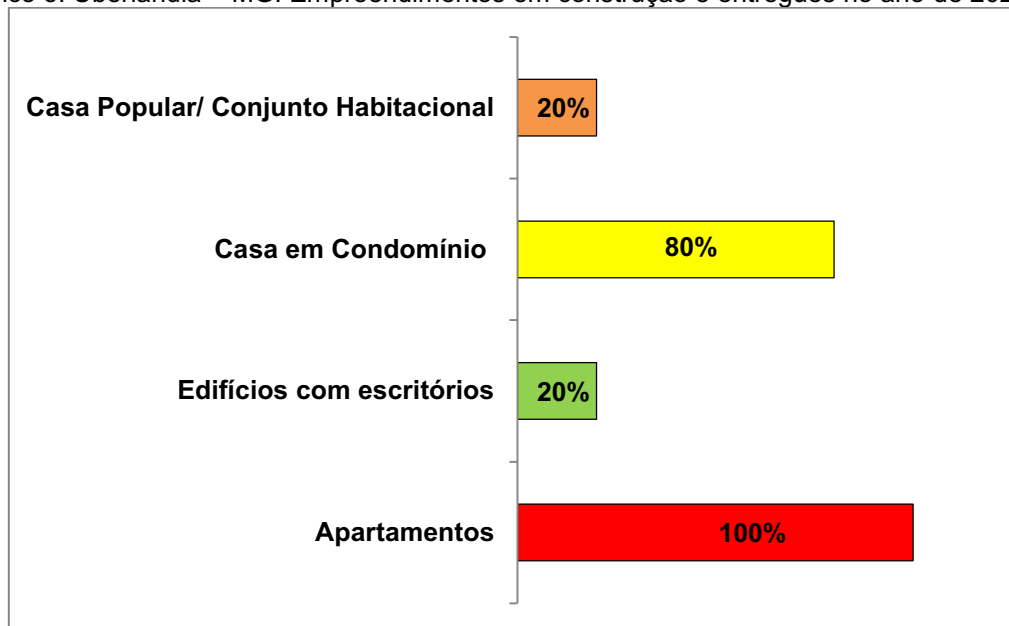


Elaborado por: SILVA, F. F. B. (2021)

Os três gráficos a seguir ilustram as seguintes informações, as características técnicas dos imóveis construídos, o padrão de construção e o perfil dos compradores de imóveis na cidade.

O Gráfico 5 aborda os principais empreendimentos construídos e entregues no ano de 2021. Entre eles estão casas em condomínios, representando 80% dos imóveis; e apartamentos, com 100% dos imóveis construídos e entregues, representando um investimento em empreendimento vertical já bastante consolidado nos últimos anos na cidade.

Gráfico 5: Uberlândia – MG: Empreendimentos em construção e entregues no ano de 2021.



Elaborado por: SILVA, F. F. B. (2021)

Para subsidiar a análise da dinâmica do mercado imobiliário em Uberlândia, utilizamos a pesquisa produzida no primeiro trimestre de 2019 encomendada pela Sinduscon-Tap (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba) e realizada pela *Brain Barreau* Inteligência Estratégica. Constatou-se o lançamento de 15.795 unidades de residência vertical no período, subdivididas em padrões estabelecidos pelo valor da venda identificados em sete faixas, variando de empreendimentos especiais a superluxo.

A Figura 50 destaca o lançamento de apartamentos com diferentes faixas de valor. O padrão econômico é composto por imóveis de até R\$ 190.000,00⁷, representando 31,4% das ofertas lançadas no período.

⁷ Entre os anos de 2020 e 2021 – o valor de referência do dólar oscilou entre R\$ 5,00 a R\$ 5,30.

Figura 52: Uberlândia-MG: Padrão de Apartamentos avaliados. 2019.

OFERTA LANÇADA E FINAL POR PADRÃO								
Padrão	Faixa de Valor	Nº de Empreend.	(%)	Oferta Lançada	(%)	Oferta Final	(%)	Disponibilidade sobre O.L (%)
Especial	Studio - Loft - 1 quarto	2	1,9%	185	1,1%	15	0,3%	8,1%
Econômico	até 190.000	59	55,1%	13.972	81,8%	4.391	82,4%	31,4%
Standard	de 190.001 até 400.000	30	28,0%	1.934	11,3%	577	10,8%	29,8%
Médio	de 400.001 até 700.000	7	6,5%	441	2,6%	125	2,3%	28,3%
Alto	de 700.001 até 1.000.000	4	3,7%	270	1,6%	133	2,5%	49,3%
Luxo	de 1.000.001 até 2.000.000	5	4,7%	277	1,6%	90	1,7%	32,5%
Super Luxo	Acima de 2.000.001	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	-
Total		107	100%	17.079	100%	5.331	100%	31,2%

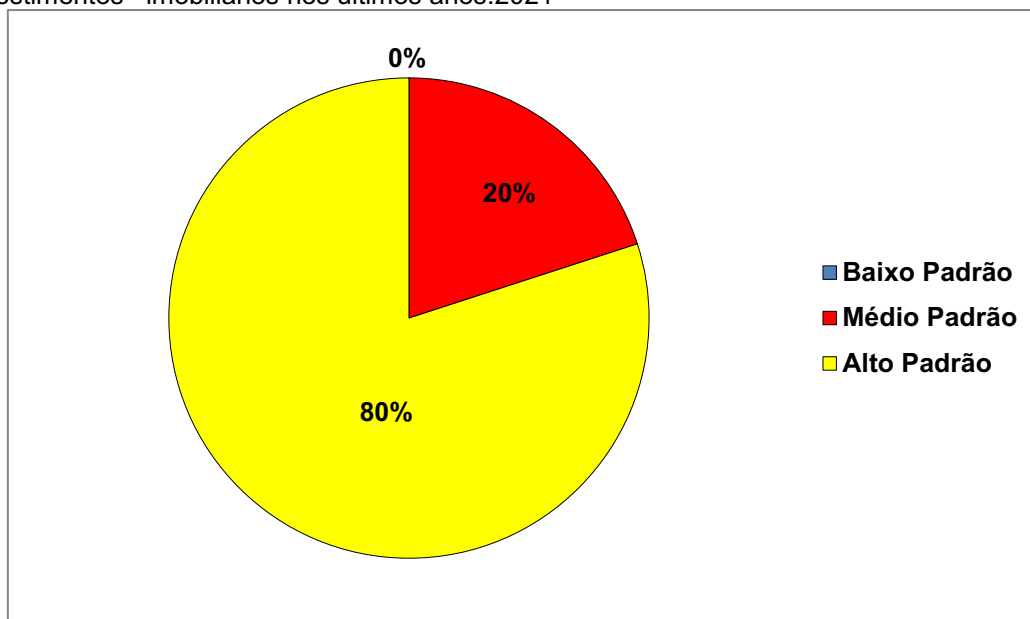
FONTE: BRAIN | ELABORAÇÃO: BRAIN

Fonte: Brain. 2019.

Imóveis de padrão alto e luxo representavam, respectivamente, 49,3% e 32,5% das ofertas lançadas. Eram empreendimentos que variavam de R\$ 700.001,00 a R\$ 2.000.000,00, com as principais ofertas lançadas no primeiro trimestre de 2019.

O Gráfico 6 apresenta o padrão de construção dos imóveis construídos pelas incorporadoras imobiliárias nos últimos anos na cidade de Uberlândia. Cerca de 80% dos imóveis construídos são considerados de alto padrão para os entrevistados. Segundo as respostas obtidas no formulário, 20% dos imóveis são de médio padrão.

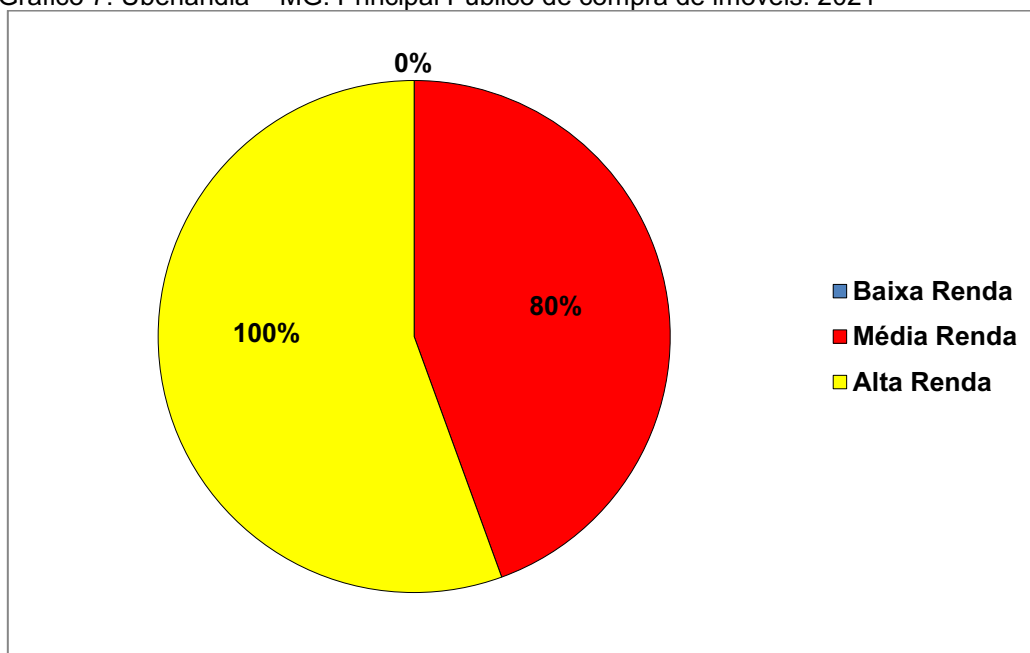
Gráfico 6: Uberlândia – MG: Padrão de construção que a incorporadora mais atua em investimentos imobiliários nos últimos anos.2021



Elaborado por: SILVA, F. F. B. (2021)

Conforme destaca o Gráfico 7, que trata do perfil econômico do público e do padrão de compra de imóveis na cidade, 100% do público é considerado de alta renda e 80% de média renda.

Gráfico 7: Uberlândia – MG: Principal Público de compra de imóveis. 2021



Elaborado por: SILVA, F. F. B. (2021)

A Figura 53 revela a oferta lançada de um residencial vertical por padrão no mês de maio de 2019. Cerca de 65,2% dos imóveis disponíveis eram considerados de padrão alto, isto é, com faixa de valor correspondente de R\$ 700.001,00 até R\$ 1.000.000,00 (Brain, 2019, p.16).

Figura 53: Uberlândia-MG: Oferta de Apartamentos por padrão. 2019

OFERTA LANÇADA E FINAL POR PADRÃO								
Padrão	Faixa de Valor	Nº de Empreend.	(%)	Oferta Lançada	(%)	Oferta Final	(%)	Disponibilidade sobre O.L (%)
Especial	Studio - Loft - 1 quarto	1	1,0%	32	0,2%	4	0,1%	12,5%
Econômico	até 190.000	54	53,4%	12.550	79,5%	3.558	79,6%	28,4%
Standard	de 190.001 até 400.000	26	25,7%	2.045	12,9%	500	11,2%	24,4%
Médio	de 400.001 até 700.000	11	10,9%	615	3,9%	150	3,4%	24,4%
Alto	de 700.001 até 1.000.000	4	4,0%	276	1,7%	180	4,0%	65,2%
Luxo	de 1.000.001 até 2.000.000	5	5,0%	277	1,8%	74	1,7%	26,7%
Super Luxo	Acima de 2.000.001	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	-
Total		101	100%	15.795	100%	4.466	100%	28,3%

FONTE: BRAIN | ELABORAÇÃO: BRAIN

Fonte: Brain. 2019.

Os dados coletados na pesquisa apontam que foram lançados empreendimentos verticais em diferentes setores de Uberlândia (Leste, Oeste e Sul), representando as três principais áreas de investimentos no mercado imobiliário na cidade, conforme apresenta a Figura 52 (Brain, 2019, p. 85).

Figura 54: Uberlândia-MG: Empreendimentos Verticais lançados nos setores urbanos. 2019

OFERTA LANÇADA E FINAL POR PADRÃO							
CLUSTER	Nº de Empreend.	(%)	Oferta Lançada	(%)	Oferta Final	(%)	Disponibilidade sobre O.L (%)
CENTRO	15	14,0%	790	4,6%	201	3,8%	25,4%
LESTE	32	29,9%	3.304	19,3%	1.347	25,3%	40,8%
NORTE	6	5,6%	864	5,1%	222	4,2%	25,7%
OESTE	21	19,6%	5.324	31,2%	1.593	29,9%	29,9%
SUL	33	30,8%	6.797	39,8%	1.968	36,9%	29,0%
TOTAL	107	100%	17.079	100%	5.331	100%	31,2%

FONTE: BRAIN | ELABORAÇÃO: BRAIN

Fonte: Brain. 2019.

Os investimentos imobiliários realizados no Setor Leste são analisados na Figura 53, em que se destaca a faixa de padrão – econômico, standard e médio –, que varia de R\$ 190.000,00 até R\$ 700.000,00. O padrão médio representa 50% das ofertadas lançadas para o setor na cidade de Uberlândia.

Figura 55: Uberlândia-MG: Empreendimentos lançados no setor leste. 2019

OFERTA LANÇADA E FINAL POR PADRÃO - LESTE								
Padrão	Faixa de Valor	Nº de Empreend.	(%)	Oferta Lançada	(%)	Oferta Final	(%)	Disponibilidade sobre O.L (%)
Especial	Studio - Loft - 1 quarto	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-
Econômico	até 190.000	9	28,1%	1.918	58,1%	885	65,7%	46,1%
Standard	de 190.001 até 400.000	21	65,6%	1.302	39,4%	420	31,2%	32,3%
Médio	de 400.001 até 700.000	2	6,3%	84	2,5%	42	3,1%	50,0%
Alto	de 700.001 até 1.000.000	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-
Luxo	de 1.000.001 até 2.000.000	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-
Super Luxo	Acima de 2.000.001	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-
Total		32	100%	3.304	100%	1.347	100%	40,8%

FONTE: BRAIN | ELABORAÇÃO: BRAIN

OFERTA LANÇADA E FINAL POR TIPOLOGIA					
Tipologia	Oferta Lançada	(%)	Oferta Final	(%)	Disponibilidade sobre O.L (%)
1 Dormitório	0	0,0%	0	0,0%	-
2 Dormitórios	2.892	87,5%	1.223	90,8%	42,3%
3 Dormitórios	412	12,5%	124	9,2%	30,1%
4 ou + Dormitórios	0	0,0%	0	0,0%	-
Total	3.304	100%	1.347	100%	40,8%

FONTE: BRAIN | ELABORAÇÃO: BRAIN

Fonte: Brain. 2019.

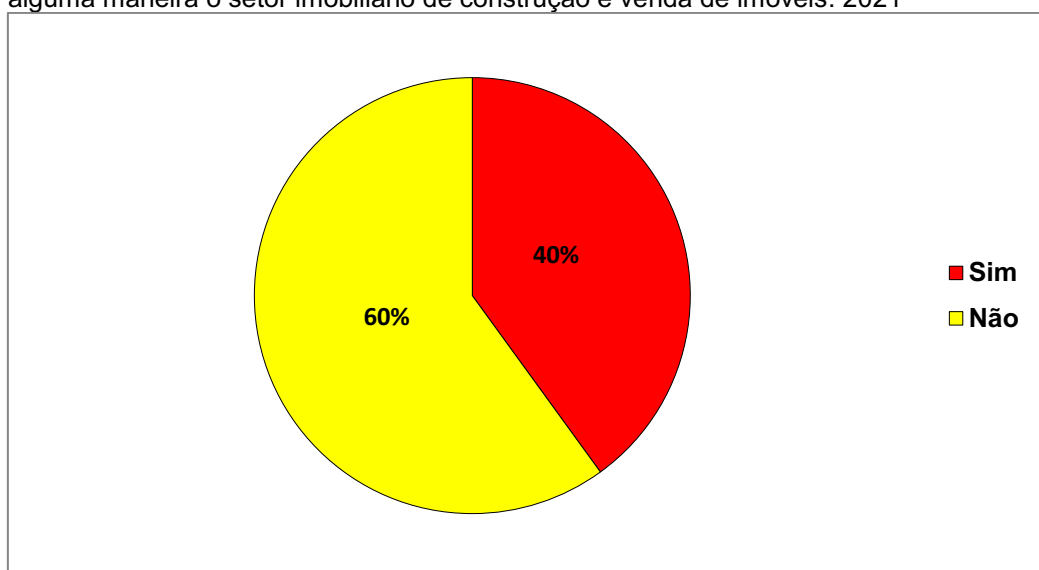
Quanto à tipologia do imóvel, o de dois dormitórios representa 42,3% das ofertas lançadas no setor, e o de três corresponde a 30,1% dos imóveis.

No Setor Leste, o bairro Santa Mônica apresenta o maior número de empreendimentos. Foram 14 empreendimentos verticais. Entretanto, o bairro Gran Ville possui o maior número de ofertas disponíveis em unidades. Foram três empreendimentos e 594 unidades à venda (Brain, 2019, p. 8).

As últimas duas perguntas do formulário eletrônico eram relativas aos investimentos do mercado imobiliário durante o período da pandemia de Covid-19 em Uberlândia.

Conforme destaca o Gráfico 8, para 60% dos entrevistados não houve crise econômica causada pela pandemia, os investimentos aconteceram de forma segura para o mercado imobiliário na cidade. Já 40% deles consideravam que de alguma maneira o setor imobiliário de construção e venda de imóveis foi atingido pela pandemia.

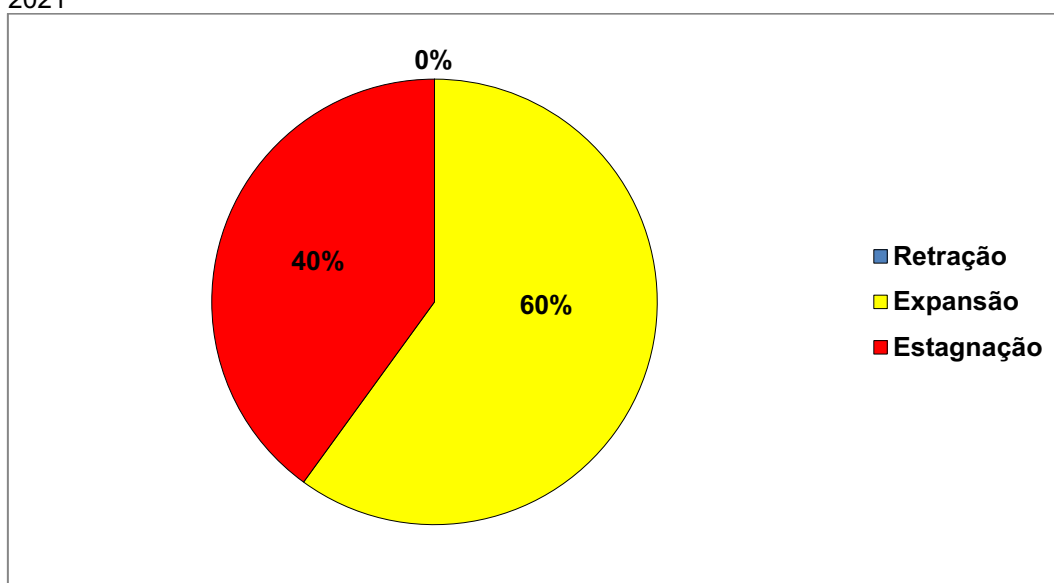
Gráfico 8: Uberlândia-MG: A crise econômica causada pela pandemia da COVID-19 afetou de alguma maneira o setor imobiliário de construção e venda de imóveis. 2021



Elaborado por: SILVA, F. F. B. (2021)

Já o Gráfico 9 define como os entrevistados avaliaram as projeções do mercado imobiliário para os próximos anos na cidade. Dos entrevistados, 60% acreditavam que o mercado estava em processo de expansão e crescimento, e 40%, que o mercado apresentava estagnação com a crise econômica causada pela pandemia de Covid-19 na cidade.

Gráfico 9: Uberlândia-MG: Projeções do mercado imobiliário na cidade para os próximos anos. 2021



Elaborado por: SILVA, F. F. B. (2021)

Vale destacar que o mercado imobiliário é um dos setores de menor prejuízo com a pandemia de Covid-19 e se mantém aquecido, sendo considerado um dos investimentos mais seguros e com maior fluidez no mercado.

Para especialistas, apesar de ser considerado um bem imobilizado, é possível pensar em estratégias de compra e venda através da facilidade no financiamento imobiliário, com juros reduzidos e até outras formas de fluxos de pagamento.

Segundo dados apresentados pelo seu presidente, Pedro Guimarães, a Caixa Econômica Federal, principal instituição financeira pública em contratações em créditos imobiliários no Brasil, de janeiro a maio de 2021, foram financiados mais de 240,6 mil imóveis no país, representando um crescimento de 30,3% em relação ao mesmo período de 2020, correspondendo a mais de 962 mil pessoas que adquiriram um imóvel novo nesse ano no Brasil.

Além disso, os imóveis se valorizam ao longo do tempo e, com a pandemia, ocorreram significativas alterações nas relações de trabalho da sociedade, em especial o trabalho em *home office*, com as pessoas buscando alternativas de imóveis mais confortáveis e mais amplos para a sua família.

Em Uberlândia, nos últimos cinco anos, houve um crescimento exponencial de grandes construtoras que estão inseridas na dinâmica imobiliária da cidade, por exemplo, empresas com sede na cidade de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, como a Bild Desenvolvimento Imobiliário e a Perplan Empreendimentos e Urbanização. Essas empresas lançaram empreendimentos verticais para concorrer com incorporadoras já consolidadas na cidade, como a construtora Brasal, que possui sede em Brasília.

É importante ressaltar que incorporadoras fundadas em solo uberlandense também representam significativamente o mercado imobiliário na cidade, como a Conel Construtora, a Construtora Machado e Pacheco, a Cobo Empreendimentos, a Realiza Construtora e a Zambom Pacheco (ZP Empreendimentos), abrangendo grande parcela dos investimentos imobiliários na cidade.

Assim como o mercado imobiliário nacional, a cidade de Uberlândia, durante a pandemia de Covid-19, apresentou um saldo positivo no que se

refere à dinâmica e ao crescimento imobiliário, além de ter estimulado novos investimentos no setor, funcionando como polo estratégico para novos incorporadores imobiliários.

Na seção seguinte, analisamos as vivências e experiências da população com a pandemia de Covid-19 na cidade de Uberlândia, apresentando suas dificuldades de isolamento social, o risco de contaminação nas atividades do cotidiano e de trabalho e sua percepção das questões sociais como efeitos da pandemia.

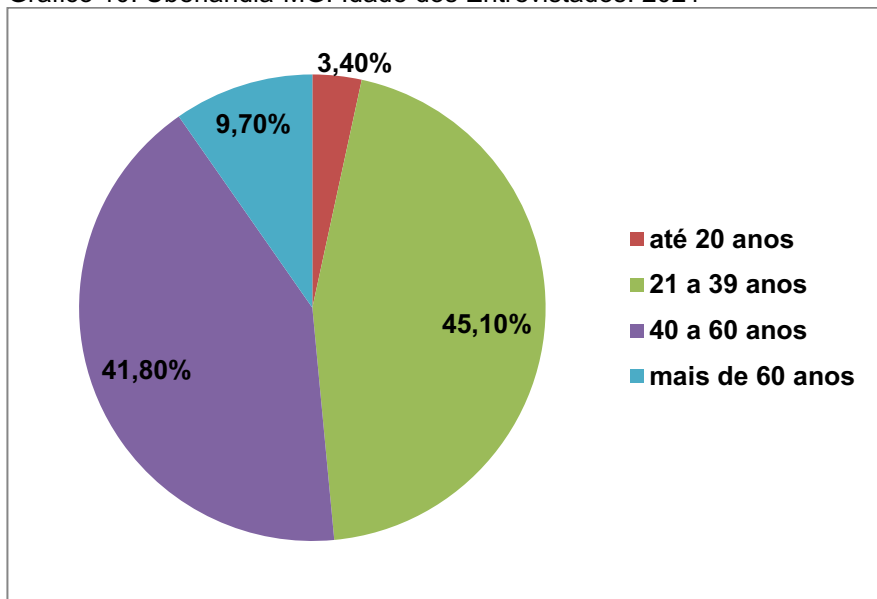
4.6 Vivências da população da cidade em tempos de pandemia

O formulário utilizado na pesquisa foi divulgado em redes sociais (*Facebook, Instagram, WhatsApp*) e por e-mail. A escolha do formulário eletrônico se deu por se configurar como um meio de acesso mais fácil aos entrevistados neste momento de pandemia que atravessamos durante a elaboração desta tese.

Sob o título “As experiências e os desafios do confinamento em tempos de Covid-19”, foram obtidas por intermédio do formulário 269 respostas. O questionário formulado continha sete perguntas em relação às vivências e dificuldades dos entrevistados durante o período da pandemia. Além disso, a pesquisa preocupou-se em não identificar o entrevistado e não apresentou nenhum interesse mercadológico.

A idade dos respondentes está representada no Gráfico 10, e a maioria era de pessoas com idade acima de 20 anos. Dos entrevistados, 45,10% tinham entre 21 e 39 anos de idade, e 41,80% entre 40 e 60 anos.

Gráfico 10: Uberlândia-MG: Idade dos Entrevistados. 2021

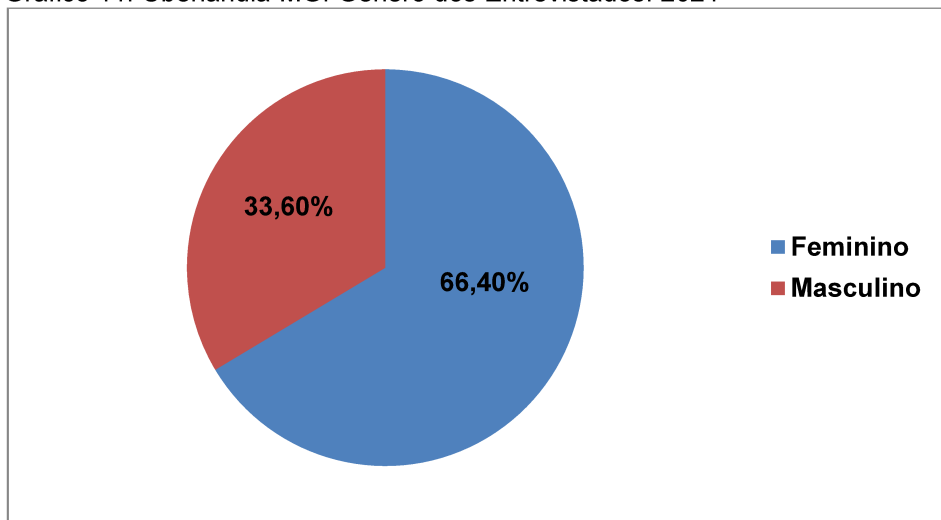


Elaborado por: SILVA, F. F. B. (2021)

A justificativa do percentual mais expressivo dos respondentes entre as duas faixas etárias citadas se deu em razão do meio de veiculação escolhido, isto é, a internet, como também por ser a faixa etária de maior interesse em responder ao formulário e pelo perfil etário entre os contatos nas redes sociais.

O Gráfico 11 aborda o gênero dos entrevistados. Entre as alternativas de possível resposta, havia as seguintes opções: *feminino*, *masculino* e *outros*. Assim, dos entrevistados, 66,40% eram do sexo feminino, e 33,60% do sexo masculino.

Gráfico 11: Uberlândia-MG: Gênero dos Entrevistados. 2021

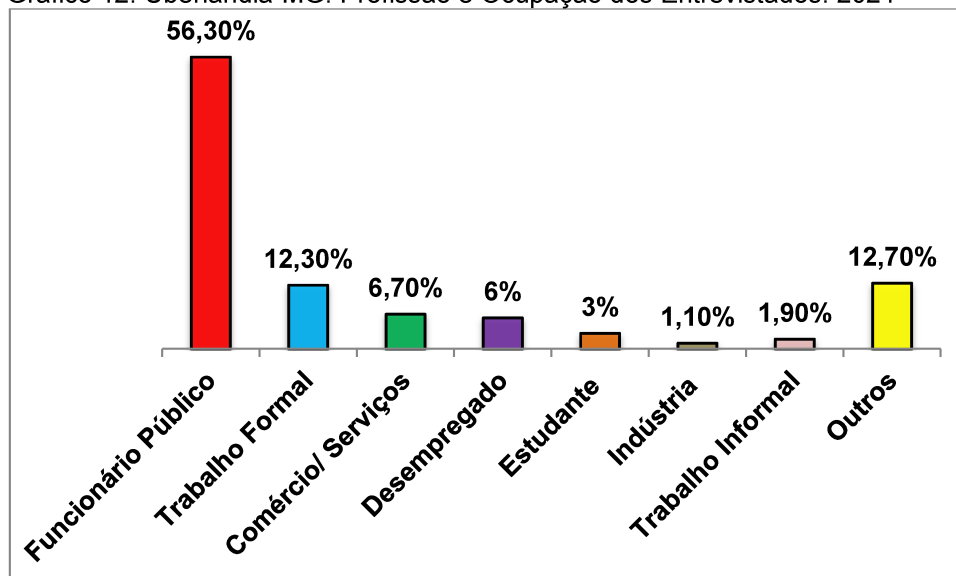


Elaborado por: SILVA, F. F. B. (2021)

A motivação para um maior número de entrevistados ser do gênero feminino se explica pelo maior grau de paciência e dedicação das mulheres em participarem de pesquisas e entrevistas sobre diferentes assuntos.

No que se refere à profissão e à ocupação profissional dos entrevistados, conforme o Gráfico 12, cerca de 56,7% dos que responderam ao formulário eram funcionários públicos.

Gráfico 12: Uberlândia-MG: Profissão e Ocupação dos Entrevistados. 2021

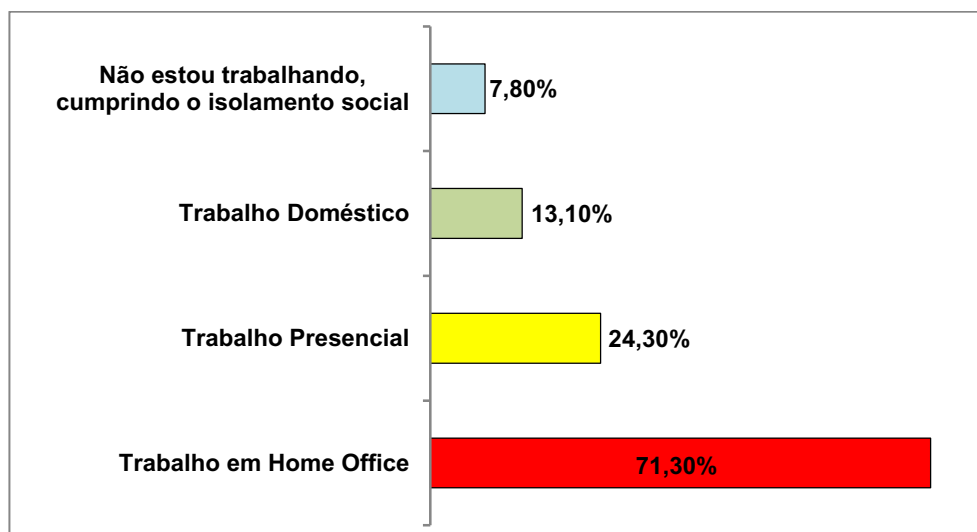


Elaborado por: SILVA, F. F. B. (2021)

Entre os restantes, 12,70% dos que responderam eram estudantes ou aposentados, ou exerciam outras ocupações profissionais como autônomos; e 12,30% eram indivíduos que exerciam atividades profissionais registradas e oficializadas por leis trabalhistas, realizando, portanto, um trabalho formal.

As questões relativas às experiências e aos desafios da pandemia de Covid-19 são expressas nos gráficos a seguir, que tiveram como base a seguinte pergunta: como foram suas experiências no trabalho durante a pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021?

Gráfico 13: Uberlândia-MG: As Experiências no trabalho durante a pandemia de COVID-19 no ano de 2020 e 2021.



Elaborado por: SILVA, F. F. B. (2021)

Conforme representado no Gráfico 13, cerca de 71,30% das pessoas consideravam que a principal experiência durante a pandemia foi obtida durante o trabalho em *home office*, isto é, o trabalho em casa, que retrata uma das principais formas de execução de atividades laborais desenvolvidas pela maioria dos profissionais nos momentos mais críticos da pandemia.

Diferentes instituições e empresas adotaram o trabalho remoto como a principal medida de cumprimento do isolamento social de seus funcionários e empregados para conter o avanço da Covid-19.

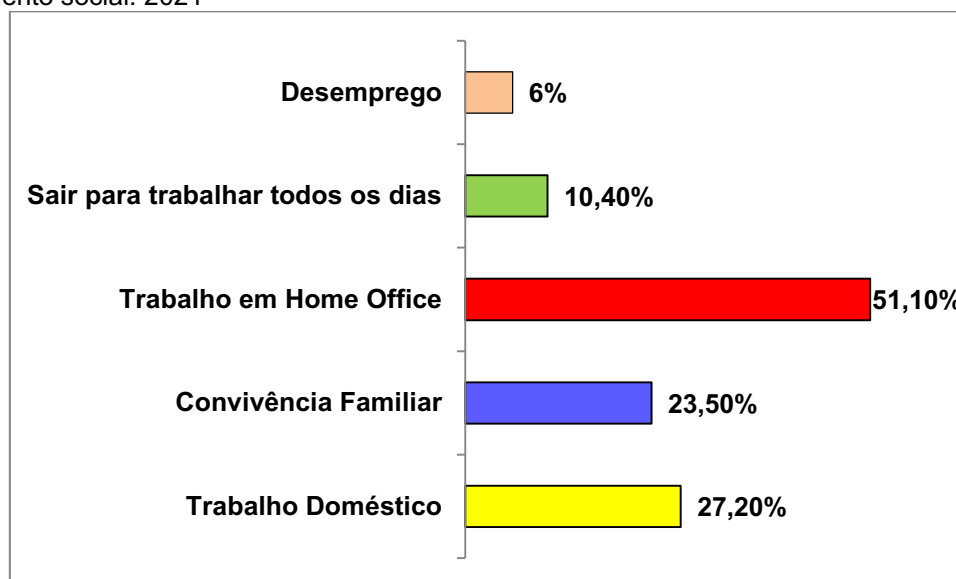
Ainda de acordo com os entrevistados, 24,30% permaneceram no formato de trabalho presencial, em função de algumas atividades econômicas consideradas essenciais, e não atenderam no modelo remoto, como profissionais da área da saúde, motoristas de diferentes modais de transporte, funcionários de supermercados, entregadores, padeiros, açougueiros, carteiros, seguranças, coveiros, profissionais liberais, dentre outros trabalhadores que atuam em serviços essenciais durante a pandemia.

Já cerca de 13,10% exerciam atividades domésticas, cumprindo sua jornada de trabalho na própria residência, e também nesse tipo de atividade laboral. São pessoas que deixaram de exercer suas atividades profissionais e passaram a trabalhar exclusivamente em casa, realizando as atividades domésticas do seu núcleo familiar.

Por fim, segundo respostas obtidas pelo formulário eletrônico, aproximadamente 7,80% dos entrevistados encontravam-se desempregados, cumprindo medidas de isolamento social.

A questão seguinte direcionada aos entrevistados foi sobre quais os principais desafios do confinamento durante o período de isolamento social. As principais respostas estão apresentadas no Gráfico 14.

Gráfico 14: Uberlândia-MG: Principais desafios de confinamento durante o período de isolamento social. 2021



Elaborado por: SILVA, F. F. B. (2021)

Mais uma vez, o trabalho em *home office* foi o destaque entre as principais respostas obtidas pelos entrevistados. Dos respondentes, 51,10% consideraram o trabalho em casa como um dos desafios do confinamento durante o período de isolamento social, com a reconsideração das relações de trabalho entre empregados e empregadores.

Com o desafio de apreender com as plataformas digitais, a obrigação de ter tempo para as tarefas domésticas e de trabalho, o aumento da jornada de trabalho e a necessidade da manutenção da produtividade, os trabalhadores passaram a necessitar de um planejamento para a nova rotina de trabalho. Segundo pesquisa realizada pelo Ipea (2020, p. 15), no primeiro semestre de 2020, cerca de 12,7% dos brasileiros estavam em regime de trabalho em *home office*.

O desafio do trabalho doméstico também apresenta destaque entre as respostas dos entrevistados. Para 27,20%, é necessário disciplina e rotina para a execução das tarefas domésticas diárias.

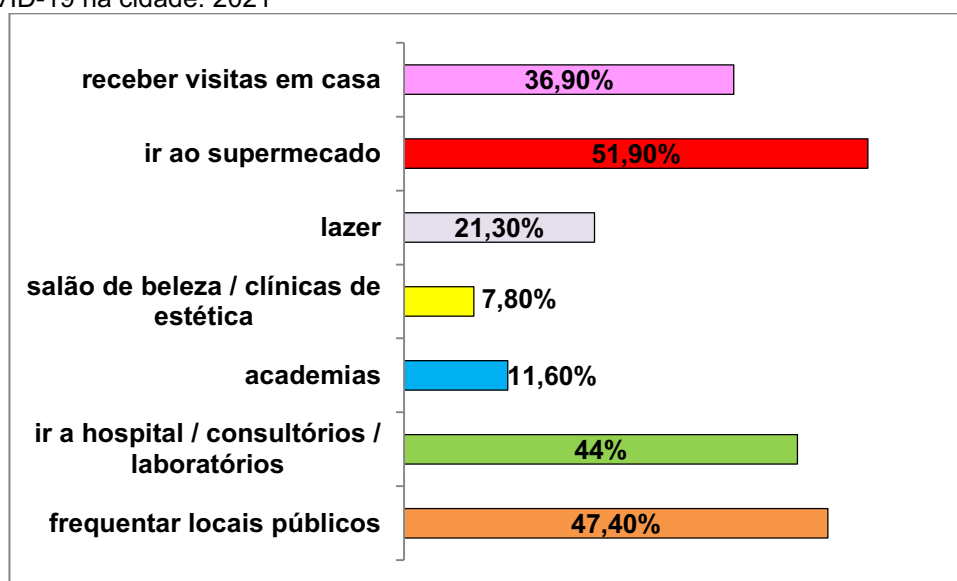
A convivência familiar durante o período do isolamento social provocou mudanças de hábitos em grande parte da população. Segundo 23,50% dos entrevistados, o convívio familiar tornou-se um desafio para o atual momento. A relação entre membros da mesma família por um maior período tem gerado mais conflitos, desgastes e uma rotina mais cansativa.

E para 10,40% dos entrevistados, sair de casa para trabalhar também se tornou um desafio durante a pandemia de Covid-19, em razão do risco de contaminação e das exigências dos protocolos de segurança e higienização, que fazem com que a rotina seja mais cansativa e preocupante nos deslocamentos casa-trabalho.

A sexta pergunta do formulário eletrônico era sobre quais as principais dificuldades enfrentadas com o risco de contaminação pelo vírus da Covid-19 na cidade.

Conforme representado no Gráfico 15, os deslocamentos até o supermercado representaram o maior risco para a contaminação pelo vírus da Covid-19. Em função de ser necessidade básica dos indivíduos o reabastecimento de alimentos e a compra de produtos de necessidade básica, o supermercado pode se tornar um possível local de contaminação pelo vírus da Covid-19 caso as medidas de distanciamento e higienização não sejam executadas de forma correta.

Gráfico 15: Uberlândia-MG: As dificuldades enfrentadas com o risco de contaminação do vírus da COVID-19 na cidade. 2021



Elaborado por: SILVA, F. F. B. (2021)

Além disso, frequentar locais públicos e ir a hospitais/consultórios/laboratórios representaram, respectivamente, a segunda (com 47,40%) e a terceira (com 44%) maiores dificuldades encontradas para o risco de contaminação pelo vírus da Covid-19 na cidade.

Normalmente, a população tende a dirigir até essas localidades com o objetivo de solucionar demandas e problemas existentes e de realizar consultas e tratamentos de urgência durante a pandemia.

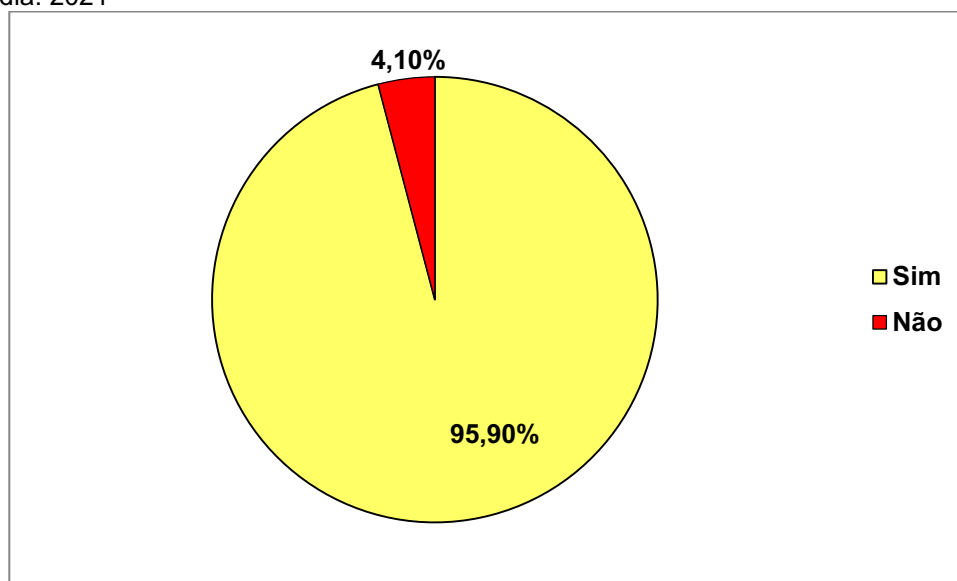
Com a pandemia de Covid-19, receber visitas em casa tornou-se um problema e uma possível fonte de contaminação e disseminação da doença segundo cerca de 36,90% dos entrevistados, que admitiram a dificuldade enfrentada neste atual momento.

Por fim, realizar práticas de lazer (21,30%) e atividades físicas (11,60%) em academias, de acordo com os respondentes, possibilita um eventual risco de contaminação pelo vírus da Covid-19, quando os protocolos de segurança,

como o distanciamento social e a higienização, não são seguidos corretamente, sendo, assim, uma dificuldade encontrada pelos entrevistados.

A última pergunta do formulário eletrônico questionou ao entrevistado se ele considerava que com a pandemia de Covid-19 se agravaram as desigualdades sociais na cidade de Uberlândia.

Gráfico 16: Uberlândia-MG: Pandemia de COVID-19 e desigualdades sociais na cidade de Uberlândia. 2021



Elaborado por: SILVA, F. F. B. (2021)

Conforme revela o Gráfico 16, cerca de 95,90% dos entrevistados consideraram que com o avanço da pandemia de Covid-19 acentuaram-se as desigualdades sociais na cidade de Uberlândia.

Entre as principais consequências, observa-se o agravamento da fome e da pobreza; do número de pessoas desempregadas; da dificuldade de acesso à internet; da disparidade entre as classes ricas e pobres no acesso à educação básica; da ausência de serviços básicos, como abastecimento de água e tratamento de esgoto.

Entretanto, apesar do percentual baixo, 4,1% dos entrevistados consideraram que não houve aumento da desigualdade social com a expansão da pandemia de Covid-19, consideração extremamente errônea do ponto de vista social e econômico tendo-se em vista a situação vivenciada pela população de Uberlândia e pela sociedade brasileira.

Pensar na produção das cidades é reconectar os múltiplos processos históricos de evolução das sociedades, é refletir sobre como o espaço urbano se apresenta como palco indutor do crescimento econômico, político, social e cultural e como reproduzidor de suas contradições.

Desde o seu surgimento, a cidade é a materialização da forma social, que se expressa a partir do sistema de ideias e pensamentos, reverberando suas complexas significações. O espaço urbano da contemporaneidade reforça os projetos sistêmicos do modelo reprodutor ampliado da riqueza em que poder, capital e posse norteiam ações estratégicas de políticas públicas, de planejamento e ações no espaço urbano.

Neste contexto, para compreender o atual espaço urbano, o pesquisador busca analisar diferentes conceitos e temas que coexistem com as múltiplas relações socioespaciais nas cidades. O constante entendimento desses conceitos revela as desigualdades sociais que ocorrem à medida que a reprodução do capital configura novos traços e linhas no tecido urbano.

O conceito de fragmentação socioespacial nas cidades busca compreender que as desigualdades sociais não são expressas somente na ausência ou insuficiência de recursos por parte dos indivíduos, mas sugere que as contradições socioespaciais são pensadas como um sistema ideológico.

A sua intencionalidade se apresenta de forma tão eficiente que o medo e a criminalização do outro fazem parte de seu projeto, subsidiado pelo Estado e

pelas políticas públicas de segurança implementadas. É um sistema cíclico e excludente, doutrinado pela aversão ao estranho, que se torna cada vez mais excluído da sociedade.

A perversidade do sistema está em sua ciclicidade, pois ele se retroalimenta adaptando a realidade a seus objetivos, com o predomínio do interesse individual ou unilateral sobre o interesse comum e coletivo. Ciclo esse que se materializa através do fundamentalismo econômico, responsável pela construção de um espaço cada vez mais fragmentado e segregado, que se sobrepõe às paisagens urbanas sob a égide do poder e do capital, representado por políticos eleitos que não possuem representação popular.

A fragmentação socioespacial presenciada no Setor Leste da cidade de Uberlândia demonstra o comportamento predatório do capital, com um discurso de lazer, qualidade de vida e segurança que reafirma as novas tendências de uso e consumo do espaço urbano, ao passo que favorece a ocupação irregular de áreas adjacentes sem as mínimas condições de salubridade e higiene.

Vale destacar que o Setor Leste da cidade apresenta uma heterogeneidade de usos, funções e formas urbanas que nos últimos anos abrigou grandes investimentos imobiliários e a consolidação de obras públicas, valorizando ainda mais o solo urbano e tornando sua dinâmica urbana cada vez mais complexa e intensa.

Quando nos deparamos com a pandemia de Covid-19 ao longo da construção desta pesquisa, não pudemos nos eximir do debate científico na elaboração deste trabalho. Mais uma vez, os espaços urbanos tornam-se lócus das relações sociais e, conseqüentemente, pandêmicas.

A disseminação do vírus ocorre de forma mais acentuada nas cidades, visto que o contato e a contaminação entre indivíduos se agravam nas áreas periféricas, ocorrendo sob dois aspectos: um sanitário e outro médico.

A crise sanitária não apenas revela como também acentua uma crise humanitária já existente em nosso país, em que a falta de acesso a serviços básicos, a insuficiência de recursos materiais e a escassez da higiene pessoal e coletiva propagam a contaminação pelo vírus da Covid-19 nas populações mais vulneráveis.

É também uma crise médica, sob o enfoque da deficiência do sistema de saúde público e privado em relação à qualidade do atendimento, da testagem, do tratamento dos casos graves e de alta complexidade da doença.

Para além disso, são facilmente perceptíveis as alterações na dinâmica urbana nas cidades, com os indivíduos mais reclusos em seus domicílios, distanciando-se cada vez mais da realidade das pessoas menos favorecidas e que mais sofrem os impactos negativos tanto da fragmentação quanto da pandemia.

O censo demográfico, principal estudo intraurbano para a obtenção de dados e indicadores que estabelecem o reconhecimento da realidade das cidades e direcionam as principais políticas públicas urbanas, não foi realizado no ano de 2020 pelo IBGE. Assim, o agravamento da pandemia de Covid-19, que impossibilitou a sua execução, trouxe uma dificuldade a mais para o desenvolvimento da pesquisa, visto que os dados mais recentes são do ano de 2010.

Para superar essa adversidade, foi realizada uma pesquisa de campo nas áreas estudadas com o reconhecimento de suas principais estruturas urbanas para a elaboração de uma tabela de atributos e de registros fotográficos para identificar suas principais características, fisionomia e problemas urbanos.

Além disso, outra adversidade que deve ser destacada é a tabulação e compilação dos dados sobre a Covid-19 no Brasil e na cidade de Uberlândia. A escrita da pesquisa ocorre simultaneamente à ocorrência da pandemia, e os dados são alterados em tempo real, dificultando a montagem dos cenários atuais que subsidiam as perspectivas futuras.

A compreensão e a relação do processo de fragmentação socioespacial associado à pandemia de Covid-19 tornou-se, portanto, um desafio para a pesquisa, na medida em que uma crise sanitária é o reflexo de uma sociedade fragmentada espacialmente, excludente economicamente e em que há predomínio dos interesses particulares em detrimento das demandas coletivas.

A fragmentação socioespacial antecede a crise sanitária da pandemia, afeta a sua distribuição e intensifica a espacialização da Covid-19 nas áreas de maior vulnerabilidade social nos espaços urbanos.

As contribuições e perspectivas para este estudo são apontadas nas possibilidades de pesquisas futuras. O espaço urbano torna-se complexo e dinâmico na medida em que são alteradas as relações sociais nas cidades, em que novas formas e estruturas são configuradas e reproduzidas no espaço urbano, seja pelo interesse do capital ou pelos debates e demandas coletivas.

As inevitáveis reflexões sobre a vida urbana pós-pandemia anunciam alterações estruturais, individuais e coletivas nas cidades. As questões relativas à mobilidade urbana, às novas tecnologias urbanas, à utilização de espaços públicos com cidades resilientes e autossuficientes, com a redução do transporte público e com o uso de modais de transporte não motorizados devem subsidiar o debate sobre a função das cidades do futuro.

Pensar em cidades policêntricas, com novas centralidades, novas formas de relação de trabalho, com a expulsão da população mais vulnerável dos espaços comuns e a intensificação das desigualdades socioeconômicas nas áreas periféricas nas cidades é imprescindível no caso de futuras pesquisas.

A vida dos cidadãos pós-pandemia torna-se uma enigma devido às profundas transformações ocorridas durante este período de crise sanitária. Lamentavelmente, o agravamento dos processos fragmentários nas cidades deve acentuar a ausência de oportunidades e de acesso dos indivíduos que necessitam das instituições públicas para a sua sobrevivência.

REFERÊNCIAS

ABIKO, A. K.; **Habitação, favela e sua urbanização**. Apresentado ao Curso Urbanização de Favelas, ministrado por ABIKO, A.K. et al. FDTE/EPUSP. São Paulo, 1995.

ALCÂNTARA, V. da S. de.; **Vulnerabilidade socioambiental na macrorregião da Costa Verde**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE. 2012. 127p.

ALMEIDA, D. C. S.; PENA, F. S.; FREITAS, O. A.; Subcentros Espontâneos: O caso do Bairro Luizote de Freitas em Uberlândia-MG. In: **Observorium: Revista Eletrônica de Geografia**. v 3; n. 8; 2011; P.p: 87-104.

ALVES, L. A.; **Cidades Saudáveis e Qualidade de Vida em Uberlândia (MG): Aportes metodológicos para um processo em construção**. Tese de Doutorado em Geografia. – Universidade Federal de Uberlândia. 2016. 495p.

ANDRADE, CR. M. de.; **A peste e o plano: o urbanismo sanitaria de Saturnino de Brito**. Dissertação de Mestrado em estruturas Ambientais Urbanas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1992.

AYRES, J. R., FRANÇA JÚNIOR, I., CALAZANS, G. J.; SALETTI FILHO, H. C.; O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2009.

BARATA, R. B.; **A historicidade do conceito de causa**. 2 ed. Rio de Janeiro, ENSP/ABRASCO, 1990.

BARBOSA, R. J.; PRATES, I.; Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade. Nota Técnica nº 2. In: **Rede de Pesquisa Solidária**. Abril de 2020. P.p: 2-6.

BEGA, M. T. S.; SOUZA, M. N.; Pandemia e efeito-território: a desigualdade social como catalisadora da Covid-19. In: **Revista Brasileira de Sociologia**. Vol. 09. Nº 21. 2021. P.p: 25-54.

BERNARES, F. F.; **MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL E INCLUSIVA: proposta de implantação de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos)**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2016. 173p.

BRAIN, Bureau de Inteligência Corporativa. **Pesquisa - Mercado Imobiliário 4º Trimestre de 2018**. Uberlândia. 2019.

BRASIL.; Ministério da Saúde. **Coronavírus**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em 20 de outubro de 2020.

_____; **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Título VII Da Ordem Econômica e Financeira. Capítulo II - Política Urbana. 2020.

BENKO, G.; **Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1996. 355p.

BAHIA, L.; PRONESTINO, J.; **Rede Nacional de Médicos e Médicos Populares. PNAD Covid-19**. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

BATISTA, I. T.; **Transformações Socioespaciais Recentes no Setor Leste da Cidade de Uberlândia-MG**. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal de Uberlândia, 2018. 189p.

CAMARGO, A. R.; LAMPARELLI, C. M.; GEORGE, P. C. S.; Nota introdutória sobre a construção de um objeto de estudo: “O urbano”. In: LIMOND, E.; (org). **Etc – Espaço, Tempo e Crítica**. 2019. P.p: 17-67.

CALDEIRA, T. P. R.; **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: ed. 34; Edusp, 2003.

CAPRON, G.; **Quand la ville se ferme. Quartiers résidentiels sécuritisés**. Paris: Breal, 2006.

CARDOSO, I. C. C. **O espaço urbano e a re-produção das relações sociais no pensamento de Henri Lefebvre: contribuições à teoria social crítica**. Libertas - Revista da Faculdade de Serviço Social, Juiz de Fora, v.11 n.2. 2011.

CASARIL C. C., A expansão físico-territorial da cidade de Londrina e seu processo de verticalização: 1950-2000. In: **Revista Geografia** (Londrina), v. 18, 2009.P.p: 65-94.

CASTEL, R.; **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, Vozes, 1998. 616p.

CASTELLS, M.; **A questão urbana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____; **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 698p.

CARLOS, A.F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2007. 154p.

_____; **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994. 273p.

_____; **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001. 317p.

_____; Diferenciação socioespacial. **Cidades**. Presidente Prudente, GEU, v 4, n. 6, 2007. P.p: 45-60.

CARLOS, A.; SOUZA, M.; SPOSITO, M. E.; **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1ª ed.; - São Paulo: Contexto, 2019, 234p.

CHASLES, V.; Saúde urbana e higienismo, o exemplo da França. **Revista do Insitituto de Estudos Brasileiros**. n. 64. 2016.

CHAVES, S. V. V.; **A vulnerabilidade socioambiental em Teresina**. Piauí. Dissertação de Mestrado. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2009. 176p

CLEPS, G. D. G.; **A produção do espaço urbano de Uberlândia e as políticas públicas de planejamento. Uberlândia**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 9, n. 27, 2008, p. 26–41.

COELHO, L. L.; **Dispersão, Fragmentação e Paisagem: Relações entre dinâmicas naturais e urbanas no vetor oeste da Região Metropolitana de São Paulo**. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. – Universidade de São Paulo. 2015. 373p.

CORRÊA, R. L.; **O Espaço Urbano**. Editora Ática, Série Princípios. 2011. 94p.

_____; Segregação Residencial: Classes Sociais e Espaço Urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, p. 39-60, 2018.

_____; Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A.; SOUZA, M.; SPOSITO, M. E. (Org.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, p. 41-52, 2019.

COSTA, M. C. L.; O discurso higienista definido a cidade. In: **Mercator**. V.12. n. 29. 2013, P.p: 51-67.

DAL POZZO, C. F. D.; **Fragmentação Socioespacial em Cidades Médias Paulistas: os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente**. Tese de Doutorado em Geografia. 2015. 400p.

DANTAS, A. C. C.; **SANITARISMO E PLANEJAMENTO URBANO: A trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2003. 249p.

DEMATTEIS, G.; *Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas*. In: MONCLUS, F. J. (ed). **La ciudad dispersa**. Barcelona: Centre de Cultura Contemporânea de Barcelona. 1998.

DUARTE, H. S. B.; A Cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. 1974. P.p: 53-98.

FIGUEIREDO, I.; NORONHA, R. L.. A vulnerabilidade como impeditiva/restritiva do desfrute de direitos. In: **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**. n° 4. 2008. P.p: 129-146.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. Observatório COVID-19. **Boletim Epidemiológicos e outros documentos**. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

FREITAS, T. M.; FERREIRA, C. L.; A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama – DF. In: **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. IPEA. CODE 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Estatísticas & Informações. Indicadores Econômicos 5. **Produto Interno Bruto dos Municípios de Minas Gerais**. Ano 2019.

GAMBA, C.; **Avaliação da Vulnerabilidade Socioambiental dos Distritos do Município de São Paulo ao Processo de Escorregamento**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo – SP. 2011. 294p

HAESBAERT, R.; **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395p.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E.; **O território em tempos de globalização**. GeoUERJ. Revista do Departamento de Geografia, UERJ. Rio de Janeiro, n° 5,. 1999. P.p: 7-19

HARVEY, D.; **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec. 1978.

_____; The Geopolitics of Capitalism. In: GREGORY, D. e URRY, J. (ed.). **Social Relations and Spatial Structures**. Londres: Mac Millan, Cambridge.1985. 240p.

HOCHMAN, G.; **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1998. 249p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____; Plataforma: **@Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____; **Censo Demográfico 2010.: Aglomerados subnormais – Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Principais Estatísticas de Esgoto e Saneamento Básico no Brasil**. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/esgoto>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

INSTITUTO LOCOMOTIVA; INSTITUTO DATA FAVELA; CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS (Cufa). **Impactos da pandemia de Covid-19 nas favelas.** Disponível em: <https://www.ilocomotiva.com.br/single-post/veja-sp-estudo-aponta-que-68-de-moradores-de-favelas-n%C3%A3o-t%C3%A3o-dinheiro-para-comida>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

JUNQUEIRA, I. A. A.; **Olhares sobre a cidade: Uberlândia (1940 - 2005)**; In: Anais xviii Encontro Regional (ANPUH-MG). 2012. P.p: 1-9.

LAGE, S. D.L.; **Loteamentos Fechados em Cidades Médias: Reflexões a partir do estudo da implantação e impactos desses empreendimentos na cidade de Uberlândia (MG).** In: Bvru. v. 3; n 2; Goiânia. 2017. P.p: 242-257.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.; **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7ª ed. São Paulo: Atlas. 2002. 297p.

LEFEBVRE, H. **A Revolução urbana.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002. 178p.

_____; **Espaço e política.** Belo Horizonte: Ed. da UFMG. 2008. 192 p.

_____; **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 143 p.

LIMA, F. A.; **Territórios de Vulnerabilidade Social: construção metodológica e aplicação em Uberlândia-MG.** Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2016. 151p.

LIMONAD, E.; **Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização.** Geographia. Niterói. v 1. n I. 1999. P.p: 71-91.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1997. 359p.

LOPES, F. W. R. As Políticas de Requalificação Face aos Usos do Espaço Urbano: o Passeio Público de Fortaleza. In: **CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, 2011. Bahia. Anais... Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2011. p. 1-16.

LORENA, E. R.; Classes e contradições no urbano capitalista: fundamentos de uma especificidade histórica. In: **Lutas Sociais.** São Paulo. n 29. 2012. P.p: 90-103.

MACARIO, R. M. M.; **A produção do espaço urbano em Feira de Santana: uma análise a partir do processo de auto-segregação residencial.** 2012. 248p.

MACHADO, G. C. A.; **A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo. 2011.

MARANDOLA, E; HOGAN, D. J.; Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. In: **Revista Brasileira Estudos Populacionais**. v.22. ed.1. 2005 P.p:29-53.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R.; **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Editora Atlas. 2007. 225p.

MARICATO, E.; **Para entender a crise urbana**. 1ª ed; - São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112p.

_____; **Globalização e política urbana na periferia do capitalismo: Asmetrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2007. P.p: 51-76.

MICHELOTTO, L. D. G.; **Expansão urbana e sustentabilidade**: análise do Setor Leste de Uberlândia, MG. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. 165p.

MINAS GERAIS. Secretária de Estado de Saúde de Minas Gerais. **Painel de Monitoramento de casos**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

MOTTA, E. M. P. L.; Fragmentação socioespacial: reflexões a partir de condomínios fechados e *shopping centers* em Belo Horizonte. In: **XVII Enanpur. 2017. P.p: 1-15**.

MOURA, G. G.; **Condomínios Horizontais/Loteamentos Fechados e a Vizinhança (in)desejada: um estudo em Uberlândia**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2008. 270p.

MUNFORD, L.; **A cidade na história: suas origens transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 742p.

NASCIMENTO, I. S.; Shopping Center e impacto de vizinhança; Um estudo da implantação do Center Shopping em Uberlândia. In: **XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano Regional –ANPUR**. Bahia. Brasil, 2005. P.p: 1-18.

NAVEZ- BOUCHANINE, F.; **La fragmentation em question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale?** Paris L' Harmattan,2002.

OLIVEIRA, H. C. M.; SOARES, B. R.; Cidade Média: apontamentos metodológicos e tipologia. In: **Caminhos de Geografia**. v 15. n 52. 2014. P.p: 119-133.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Cobertura da ONU News sobre a Covid-19**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/events/coronavirus>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

ORNAT, M.; SILVA, J. M.; Deslocamento Cotidiano e Gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa – Paraná. In: **Revista de História Regional**. V 12. 2007. P.p: 175-195.

PACHECO, R. A.; **A Influência das Elites e das Políticas Públicas na Configuração do Espaço Urbano: uma crítica a partir do setor leste de Uberlândia (MG)**. Dissertação de Mestrado. – Universidade Federal de Uberlândia. 2015. 149p.

PAQUOT, T.; *Ville fragmentation ou urbain éparpillé*. In: NAVEZ-BOUCHANINE, F.; **La fragmentation em question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale?** Paris L' Harmattan, 2002. P.p: 113-8.

PARK, R.; A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: Velho, O. G. (org) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1967. P.p: 26-67.

PEDERSEN, J. R.; SILVA, J. A.; A exploração sexual de crianças e adolescentes e sua relação com a vulnerabilidade social das famílias: desafios à garantia de direitos. In: **Violência intrafamiliar: discutindo facetas e possibilidades**. Jundiaí: Paco. 2013.P.p.: 45-64.

POCHE, B.; **L'espace fragmenté**. Paris: L' Harmattan, 1998.

PRÉVOT SCHAPIRA, M. F.; **Amérique latine: la ville fragmentée**. *Esprit*, n 11. 1990. P.p: 128-44.

RAMIRES, J. C. de L; SANTOS, M. A. F.; Exclusão Social emUberlândia: algumas reflexões a partir do bairro Dom Almir e seu entorno. In: **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 2, n.4, p. 73–87, jun. 2001, Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15284/8584>. Acesso em: 25 ago. 2020.

RIGATTI, D.; Centros urbanos e movimento da centralidade. In: **Encontro Nacional Da ANPUR**. Belo Horizonte (MG). 2003.

RODRIGUES, H.; Lutas e Experiências dos moradores do bairro Morumbi: um lugar para morar e a luta que se inicia. In: **Em Extensão**. v. 7. n. 2. 2008. P.p: 41-51.

RODRIGUES, M. J.; SOARES, B. R.; O Plano Diretor e o Sistema Integrado de Transportes de Uberlândia (MG). In: **Caminhos de Geografia**. v 8. n 13. 2004. P.p: 158-174.

ROSA, el al.; Epidemiologia da COVID-19 em Uberlândia (MG): análise preliminar do impacto do grau de abertura comercial. **Journal Health NPEPS**. 2020. P.p: 20 a 41.

SALGUEIRO, T. B. Cidade Pós-moderna: espaço fragmentado. **Território**, Rio de Janeiro, v. 3, n° 4, jan-jun. 1998.

_____; **Lisboa, periferia e centralidades**. Oeiras: Celta, 2001.

SAQUET, M. A.; Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **Campo-Território**. Uberlândia, v. 1, n. 1, 2006. P.p:60-81

SANTOS, A. M. S. P.; Planejamento urbano: para quê e para quem? In: **Revista de Direito da Cidade**. v. 4. n 01. 2016. P.p: 91 -119.

SANTOS, M.; **Da Totalidade ao Lugar**. 1ª ed; - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 170p.

_____; **Urbanização Brasileira**. 5ª ed; - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. 176p.

_____; **A Urbanização Desigual: A Especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos**. 3ª ed; - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. 144p.

_____; **Metrópole Corporativa Fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo – Nobel: Secretaria de Estado de Cultura. 1990. 136p.

_____; **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978. 285p.

_____; **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2008. 384p.

_____; **O Centro da Cidade do Salvador**. Salvador: Universidade da Bahia/Livraria Progresso Editora, 2012. 205p.

SAVY, M.; *Morphologie et géographie des réseaux*. In Savy, M.; Veltz, P. (dir). **Économie globale et reinvention du local**. Paris: Éditions de l'Aube, 1995. P.p: 85-94.

SÉGUIN, A. M; **Les quartiers: des lieux de fragmentation ?** Cahiers de géographie du Québec, v. 55, n. 154, p. 69-73, 2011.

SILVA, D. R.; SILVA, J. M. D.; RIBEIRO, T. C.; Ocupação Zaire Rezende II: uma luta pelo direito de morar. In: **URB Favelas – III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas**. 2018. P.p: 1-20.

SILVA, F. F. B.; Planejamento Urbano e Crises Sanitárias: a pandemia do Coronavírus em Uberlândia – MG. In: **Geografia, Pandemia e os desafios da reinvenção do mundo vivido**. Disponível em: <https://asebabaolorigbin.files.wordpress.com/2021/06/geografia-pandemia-e-book.pdf?fbclid=IwAR08t71SJKOHTecCQNkveteEw31sQAUPf04cM5Rcdtsy93IHe4M6WoeBd4>. Acesso em: 25 de junho de 2021. P.p: 305-325. 2021.

SILVA, J. P. G.; **As políticas públicas de planejamento e o desenvolvimento urbano de Uberlândia (MG)**. Dissertação de Mestrado em Geografia. – Universidade Federal de Uberlândia. 2014. 167p.

SILVA, K. N. da.; **Expansão urbana do setor sul da cidade de Uberlândia-MG: um estudo dos processos de exclusão e segregação socioespacial. Dissertação de Mestrado em Geografia** - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. 150p.

SILVA, W. R.; Fragmentação do Espaço Urbano de Londrina. In: **Geografia**. (Londrina). v 10. n 1. 2001. P.p: 5-14.

SOARES, B. R.; **Habitação e produção do espaço em Uberlândia**. Dissertação de Mestrado em Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

_____; **Uberlândia: da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado – Imagens e Representações no Triângulo Mineiro**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 1995. 366p.

SOARES, B. R.; RAMIRES, J.C. de L.; A Pandemia da Covid-19 e a Dinâmica Urbana em Uberlândia - MG: algumas reflexões. In: **Geografia, Pandemia e os desafios da reinvenção do mundo vivido**. Disponível em: <https://asebabaolorigbin.files.wordpress.com/2021/06/geografia-pandemia-e-book.pdf?fbclid=IwAR08t71SJKOHTecCQNkveteEw31sQAUPf04cM5Rcdtsy93IHe4M6WoeBd4>. Acesso em: 25 de junho de 2021. P.p: 246-276. 2021.

SOBRINHO, A. S. O.; São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. **Sociologias**. Porto Alegre. Ano. 15. n. 32. 2013. P.p: 210-235.

SOJA, E. W.; **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008. 324p.

SOUZA, M. L.; **ABC do desenvolvimento urbano**. 10ª ed; - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020. 192p.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____; **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. 4ª ed; - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 368p.

_____; **Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288p.

SPOSITO, M. E.; GÓES, E, M.; **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. 1ª ed; - São Paulo: Editora Unesp, 2013. 359p.

_____; Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 61-93.

_____ ; A produção do Espaço Urbano: Escalas, Diferenças e Desigualdades Socioespaciais. In: CARLOS, A.; SOUZA, M.; SPOSITO, M. E. (Org.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, p. 122-146, 2019.

_____ ; O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 10. 1991. P.p:1-18.

SPOSITO, M. E. B.; GUIMARÃES, R. B.; **Por que a circulação de pessoas tem peso na difusão da pandemia.** 2020. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/35626/por-que-a-circulacao-de-pessoas-tem-peso-na-difusao-da-pandemia> . Acesso em: 20 de outubro de 2020.

SPOSITO, M. E. B; SPOSITO, E. S.; Fragmentação Socioespacial. In: **Mercator**. Fortaleza, v 19, 2020. P.p: 1-13.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Lei Complementar n. 78 de 27 de abril de 1994** – Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Uberlândia.

_____ ; **SIT – Sistema Integrado de Transporte.** Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia/Secretaria de Trânsito de Transportes, 1997.

_____ ; **Lei Complementar nº 432, de 19 de outubro de 2006.** Aprova o plano diretor do município de Uberlândia, estabelece os princípios básicos e as diretrizes para sua implantação. Uberlândia: Câmara Municipal, 2006.

_____ ; **Lei Complementar nº 525, de 14 de abril de 2011.** Dispõe sobre o zoneamento do uso e ocupação do solo do município de Uberlândia e dá outras providências. Uberlândia: Câmara Municipal, 2011.

_____ ; **Lei Complementar nº 523, de 07 de abril de 2011.** Dispõe sobre o parcelamento do solo do município de Uberlândia e de seus distritos e dá outras providências. Uberlândia: Câmara Municipal, 2011.

_____ ; **Lei Complementar nº 519, de 16 de dezembro de 2010.** Regulamenta instrumentos de política urbana que menciona, previstos na Lei Complementar nº 432 de 19 de outubro de 2006 que "aprova o plano diretor do município de Uberlândia" e dá outras providências. Uberlândia: Câmara Municipal, 2010.

_____ ; Secretaria de Planejamento Urbano. **Bairros Integrados.** 2018.

_____ ; Secretaria de Planejamento Urbano. **Banco de Dados Integrados. 2017, 2018 e 2019.**

_____ ; Secretaria Municipal de Transporte. **Plano de Transporte e Mobilidade Urbana de Uberlândia – Versão Preliminar, 2010.**

_____ ; Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes. **Frota Veicular – Dados Técnicos do CTA Estatísticas, 2019.**

_____; Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes. **BDI SETTRAN Dados Técnicos do CTA Estatísticas**, 2019.

_____; **Histórico do Bairro**. Jornal de Correio de Uberlândia (2001). Arquivo Público Municipal de Uberlândia. 2019.

_____; Órgãos Municipais. **Departamento Municipal de Água e Esgoto**. 2020.

_____; Boletim Municipal Epidemiológico. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/coronavirus/boletim-municipal-informe-epidemiologico/>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

VASCONCELOS, P; CORRÊA, R.L.; PINTAUDI, S. M.; **A cidade contemporânea: segregação espacial**. 1ª ed.; - São Paulo: Contexto, 2018, 207p.

_____. Contribuição para o debate sobre o processo e formas socioespaciais. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto. 2018. P.p: 16-37.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

10/08/2021

EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DE CONFINAMENTO EM TEMPOS DE COVID-19

EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DE CONFINAMENTO EM TEMPOS DE COVID-19

Formulário Eletrônico desenvolvido para pesquisa de tese de Doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEO-UFU).

Título: PRODUÇÃO DAS CIDADES, FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM TEMPOS DE COVID-19: análise do setor leste da cidade de Uberlândia – MG.

Discente: Flaviane Fernandes Bernardes Silva

Orientação: Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares

A pesquisa não tem interesse mercadológico e preocupou-se em não identificar os entrevistados.

***Obrigatório**

1. 1. Idade *

Marcar apenas uma oval.

- até 20 anos
- 21 a 39 anos
- 40 a 60 anos
- mais de 60 anos

2. 2. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Outros

3. 3. Profissão/Ocupação Profissional *

Marcar apenas uma oval.

- Funcionário Público
- Trabalho Formal
- Trabalho Informal
- Comércio/ Serviços
- Indústria
- Desempregado
- Outro: _____

4. 4. Como foram suas experiências no trabalho durante a pandemia de COVID-19 no ano de 2020 e 2021 *

Marque todas que se aplicam.

- Trabalho em Home Office
- Trabalho Presencial
- Trabalho Doméstico
- Não estou trabalhando, cumprindo o isolamento social.
- Outro: _____

5. 5. Quais foram os principais desafios de confinamento durante o período de isolamento social? *

Marque todas que se aplicam.

- Trabalho Doméstico
- Convivência Familiar
- Trabalho em Home Office
- Sair para trabalhar todos os dias
- Desemprego
- Outro: _____

6. 6. Quais foram as principais dificuldades enfrentadas com o risco de contaminação do vírus da COVID-19 na cidade? *

Marque todas que se aplicam.

- frequentar locais públicos
 ir a hospital / consultórios / laboratórios
 academias
 salão de beleza / clínicas de estética
 lazer
 ir ao supermercado
 receber visitas em casa

Outro: _____

7. 7. Você considera que com a pandemia de COVID-19, agravaram-se as desigualdades sociais na cidade de Uberlândia? *

Marcar apenas uma oval.

- Não
 Sim

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

10/08/2021

MERCADO IMOBILIÁRIO EM TEMPOS DE COVID-19 EM UBERLÂNDIA/MG

MERCADO IMOBILIÁRIO EM TEMPOS DE COVID-19 EM UBERLÂNDIA/MG

Formulário Eletrônico desenvolvido para pesquisa de tese de Doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEO-UFU).

Título: PRODUÇÃO DAS CIDADES, FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM TEMPOS DE COVID-19: análise do setor leste da cidade de Uberlândia – MG.

Discente: Flaviane Fernandes Bernardes Silva

Orientação: Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares

A pesquisa não tem interesse mercadológico e preocupou-se em não identificar as incorporadoras imobiliárias.

***Obrigatório**

1. 1. Tempo de atuação no mercado imobiliário na cidade de Uberlândia *

Marcar apenas uma oval.

- menos de 1 ano
- 1 a 4 anos
- 5 a 10 anos
- mais de 10 anos

2. 2. Como foi o mercado de investimento imobiliário na cidade de Uberlândia durante a pandemia no ano de 2020? *

Marcar apenas uma oval.

- Péssimo
- Ruim
- Bom
- Muito Bom

3. 3. Quais são os empreendimentos em construção e entregues no ano de 2021 na cidade de Uberlândia? *

Marque todas que se aplicam.

- Apartamentos
 Edifícios com escritórios
 Casa em Condomínio
 Casa Popular / Conjunto Habitacional

4. 4. Qual é o padrão de construção que a incorporadora mais atua em investimentos imobiliários nos últimos anos? *

Marque todas que se aplicam.

- Baixo padrão
 Médio padrão
 Alto padrão

5. 5. Quais são os principais públicos de compra de imóveis em Uberlândia? *

Marque todas que se aplicam.

- Baixa Renda
 Média Renda
 Alta Renda

6. 6. A crise econômica causada pela pandemia da COVID-19 afetou de alguma maneira o setor imobiliário de construção e venda de imóveis na cidade? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

7. 7. Pensando em um cenário para os próximos anos, quais são as projeções para o mercado imobiliário na cidade? *

Marcar apenas uma oval.

- Retração
- Expansão
- Estagnação

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

